



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA EM ÁREAS DE REFORMA
AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL DA PARAÍBA: O CASO DO
ASSENTAMENTO SITIO

JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA

João Pessoa – PB
2021

JOSÉ DE ARIMATEIA DE OLIVEIRA SILVA

**RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA EM ÁREAS DE REFORMA
AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL DA PARAÍBA: O CASO DO
ASSENTAMENTO SITIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestrado em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Emilia de Rodat Fernandes
Moreira

João Pessoa – PB

2021

Catálogo de Publicação na Fonte. UFPB – Biblioteca Central
Seção de Catalogação e Classificação

S586r Silva, José de Arimateia de Oliveira.
Resistência e reprodução camponesa em áreas de
reforma agrária no Curimataú Oriental da Paraíba : o
caso do assentamento Sitio / José de Arimateia de
Oliveira Silva. - João Pessoa, 2021.
197 f. : il.

Orientação: Emília de Rodat Fernandes Moreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia agraria. 2. Resistência camponesa. 3.
Reprodução camponesa. 4. Reforma agraria. 5.
Assentamento - Curimataú Oriental - Paraíba. I.
Moreira, Emília de Rodat Fernandes. II. Título.

UFPB/BC

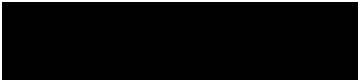
CDU 911.3:631(043)

**RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA EM ÁREAS DE REFORMA
AGRÁRIA NO CURIMATAÚ ORIENTAL DA PARAÍBA: O CASO DO
ASSENTAMENTO SITIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós Graduação em Geografia do
CCEN – UFPB, em cumprimento às exigências
para obtenção do título de Mestre em Geografia

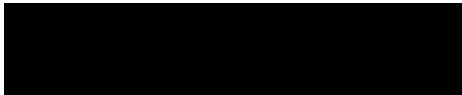
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Emilia de Rodat
Fernandes Moreira

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente
Aprovada por:



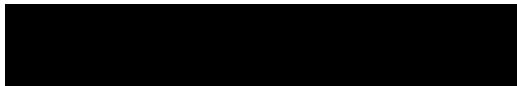
Prof. Dra. **Emilia de Rodat Fernandes Moreira**

Orientadora
(UFPB)



Prof. Dr. **Ivan Targino Moreira**

Examinador Interno
(UFPB)



Prof. Dra. **Silvana Cristina Costa Correia**

Examinadora Externo
(IFBA)

João Pessoa – PB

2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus. Considero a fé um sentimento extraordinário, o qual me tornou ainda mais forte e edificado para alcançar os meus objetivos, lidando com os desafios de forma equilibrada e sem maiores inquietações psíquicas.

Gratidão a minha esposa Ana Paula Targino e ao meu irmão Aryan Carlos. Eles souberam dosar expressões de sorrisos, gestos de carinho, puxões de orelha, palavras de conforto e principalmente incentivo, elementos primordiais para a minha evolução no desenvolvimento deste trabalho. Não menos importante, agradecer a nossa pequena Maria Eloísa (nossa filha), nosso combustível diário, que na sua inocência de criança transbordou amor e conforto nessa etapa importante de nossas vidas.

A minha orientadora Dra. Emilia de Rodat Fernandes Moreira, por dedicar-se na orientação deste trabalho, contribuindo de maneira extraordinária na minha formação acadêmica e no meu desenvolvimento profissional. Buscando sempre dinamizar os momentos tensos, demonstrando empatia, atenção e empenho para a evolução deste trabalho.

Agradeço a todos os meus familiares. Em especial a minha mãe Maria das Graças, ao meu pai Sebastião Laurentino, as minhas irmãs Mariana e Marina, ao meu sobrinho José Antônio, que demonstraram carinho, apoio e atenção durante esse processo. A minha amiga Alice Marques, a qual considero irmã postiça e que tenho muito estima.

Aos docentes do Curso de Geografia da UFPB, que se dispuseram a compartilhar seus conhecimentos e experiências, colaborando na construção deste trabalho. Aos meus colegas de turma que proporcionaram tantos momentos, dentre eles: rodas de conversas marcadas por diálogos constituídos de conhecimentos científicos e risos, ditos populares, momentos culturais e tantos outros os quais me trazem recordações felizes.

Agradeço aos representantes responsáveis pelo Assentamento Sitio, nas pessoas de Ceará e sua esposa Ana Paula, e a Francinalda os quais me concederam a oportunidade da pesquisa, bem como, aos demais assentados pela recepção calorosa durante a execução das visitas.

Aos membros da banca examinadora, meu respeito e agradecimento pela contribuição prestada.

De forma breve e com enorme estima e consideração, os meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para que eu chegasse à conclusão dessa etapa da minha vida acadêmica.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos camponeses assentados do PA Sitio e a todos os camponeses sem terra ou com pouca terra, espalhados pelo Curimataú Oriental e em todo território brasileiro. Camponeses que se recusaram e se recusam a sair do campo, lutaram e lutam por um pedaço de chão e contra a exploração do seu trabalho. Aos camponeses acampados que lutam pela terra, lutam por um projeto político que lhes beneficie e assegure condições de vida dignas no campo.

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco principal compreender as diferentes formas de resistência e de reprodução camponesa presentes no terceiro mais antigo Projeto de Assentamento criado na microrregião geográfica do Curimataú Oriental da Paraíba, o PA Sítio, localizado no município de Dona Inês buscando verificar até que ponto ele se enquadra na perspectiva do que Moreira (2006; 2018) denomina de “Território de Esperança”. Para sua realização foram utilizados dados secundários que tiveram o IBGE e o INCRA como fontes. Os dados primários foram levantados no trabalho de campo. Este, iniciado em 2019, teve que ser interrompido em decorrência da pandemia durante quase todo o ano de 2020, sendo retomado em momentos diversos quando os assentados consentiam em nos receber. Foram realizadas oito entrevistas com roteiros estruturados e semiestruturados junto a camponeses assentados, chefes de família responsáveis pelos lotes ou seus representantes, além das lideranças do STR, da Associação dos Trabalhadores do PA Sítio, entre outros. Foram ainda aplicados 21 questionários aos camponeses assentados responsáveis pela unidade familiar (chefes de família), o que representa aproximadamente 30% do total dos chefes de família assentados no PA. A pesquisa constatou que o campesinato assentado do PA Sítio utiliza estratégias diversas de resistência e recriação, bem como adota formas variadas de luta pela permanência na terra negando, portanto, a teoria da sua destruição no modo capitalista de produção.

Palavras chave: Resistência camponesa. Reprodução camponesa. Curimataú Oriental. Paraíba.

ABSTRACT

This research has as its main focus, understanding the different forms of resistance it's from peasant reproduction present in the third oldest Settlement Project created in the geographical micro-region of Curimataú Oriental da Paraíba, the PA Site, located in the municipality of Dona Inês seeking to verify to what extent it fits into the perspective of what Moreira (2006; 2018) calls the “Hope Territory”. For its realization, secondary data that had IBGE and INCRA as sources were used. The primary data were collected in the field work. This one, which started in 2019, had to be stopped due to the pandemic during almost the entire year of 2020, being resumed at different times when the settlers consented to receive us. Eight interviews were conducted with structured and semi-structured scripts with settled peasants, family heads responsible for the lots or their representatives, in addition to the STR leaders, of the Association of Workers of the PA Site, between others. Twenty-one questionnaires were also applied to settled peasants responsible for the family unit (heads of the family), which represents approximately 30% of the total number of heads of households settled in the PA. The survey found that the peasantry settled in the PA Site uses different strategies of resistance and recreation, as well as adopting various forms of struggle for permanence on earth denying, therefore, the theory of its destruction in the capitalist mode of production.

Keywords: Peasant resistance. Peasant reproduction. Eastern Curimataú. Paraíba.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Agreste Baixo e Contrafortes da Borborema.....	61
Fotografia 2 – Escarpa Oriental da Borborema.....	61
Fotografia 3 – Agreste Seco.....	61
Fotografia 4 – Depressão do Curimataú e Serras do Norte.....	61
Fotografia 5 – Detalhe do Conjunto Serrano da porção setentrional do Curimataú: a Serra de Araruna.....	64
Fotografia 6 – Área da Reserva Ambiental Mata do Seró em Dona Inês – PB.....	65
Fotografia 7 – Área da Reserva Ambiental Mata do Seró em Dona Inês – PB.....	65
Fotografia 8 – Os tanques esculpidos nas rochas armazenam água no inverno e apresentam contornos especiais em forma de “marmitas”.....	66
Fotografia 9 – Inscrições rupestres gravadas na rocha.....	67
Fotografia 10 – Trabalhador cortando folhas de sisal.....	79
Fotografia 11 – Máquina Paraibana desfibrando folhas de sisal em regiões produtoras do Estado da Paraíba.....	80
Fotografia 12 – Trabalhador mutilado pela desfibradeira	81
Fotografia 13 – Criança (menina) baleada na perna durante o tiroteio cometido pelo grupo de Eugênio Cabral na Fazenda Sitio.....	110
Fotografia 14 – Criança (menino) baleada na perna durante o tiroteio cometido pelo grupo de Eugênio Cabral na Fazenda Sitio.....	111
Fotografia 15 – Criança (menino) baleada nas costas durante o tiroteio cometido pelo grupo de Eugênio Cabral na Fazenda Sitio.....	111
Fotografia 16 – Sede da Associação dos Trabalhadores do PA Sitio.....	122
Fotografia 17 – Caminhão F4000 da Associação do PA Sitio.....	123
Fotografia 18 – Trator da Associação do PA Sitio.....	123
Fotografia 19 – Reunião na Associação do PA Sitio com o prefeito de Dona Inês.....	128
Fotografia 20 – Reunião mensal da Associação do PA Sitio.....	128
Fotografia 21 – Distribuição de mudas de maracujá após a reunião da Associação.....	128
Fotografia 22 – Palestra sobre a preservação e importância da terra e água na sede da Associação	130
Fotografia 23 – Igreja São João Batista.....	130
Fotografia 24 – Encontro religioso na Mata do Seró.....	131
Fotografia 25 – Via Sacra.....	131

Fotografia 26 – Registros fotográficos dos trabalhadores e outras pessoas protagonistas do conflito na Fazenda Sítio.....	131
Fotografia 27 – Trabalho em mutirão para construção de cerca no PA Sítio.....	135
Fotografia 28 – Roçado de feijão macaçar.....	140
Fotografia 29 – Lavoura de inhame consorciada com feijão mulatinho no PA Sítio.....	142
Fotografia 30 – Área de roçado de chão no PA Sítio.....	149
Fotografia 31 – Área de roçado de campo (também chamado de roçado arado)	149
Fotografia 32 – Entrevistado Sr. C. C., estocagem de sementes de feijão macaçar em garrafa Pet.....	155
Fotografia 33 – Estocagem de sementes de milho em silo.....	155
Fotografia 34 – Cisterna de placa.....	163
Fotografia 35 – Cisterna polietileno.....	163
Fotografia 36 – Cacimba “vença”	164
Fotografia 37 – Cacimba “veio có”	164
Fotografia 38 – Casa de taipa substituída por uma casa de alvenaria.....	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Curimataú Oriental Evolução da produção do algodão herbáceo (em tonelada) 1950-2017.....	75
Gráfico 2 – Dona Inês evolução da produção do algodão herbáceo (em toneladas) - 1950-2017.....	75
Gráfico 3 – Microrregião do Curimataú Oriental – PB Evolução da produção de sisal, em tonelada 1950-1980.....	82
Gráfico 4 – Curimataú Oriental Evolução do rebanho segundo o tipo 1950-1980.....	84
Gráfico 5 – Perfil da população por idade e sexo no PA Sitio – 2020.....	134
Gráfico 6 – Assentados do PA Sitio que se assalariaram na agricultura e em trabalhos não agrícola no ano agrícola de 2019/2020.....	136
Gráfico 7 – PA Sitio Lavouras temporárias cultivadas segundo o número de lotes no ano agrícola de 2019/2020	140
Gráfico 8 – Município de Dona Inês: Produção das lavouras permanentes entre 2006 e 2017 (em toneladas).....	145
Gráfico 9 – PA Sitio Área (ha) dedicada a agricultura pelos assentados entrevistados no ano de 2019.....	148
Gráfico 10 – PA Sitio - Área (ha) ocupada pela pecuária pelos assentados entrevistados.....	150
Gráfico 11 – Nº de cabeças de animais por espécie pertencentes aos assentados entrevistados no PA Sitio – 2020.....	151
Gráfico 12 - PA Sitio- Percentual de assentados entrevistados por tipo de espécie animal que cria nos lotes – 2020.....	152
Gráfico 13 – PA Sitio - Percentual dos assentados entrevistados que recebem e que não recebem assistência técnica para a agropecuária.....	157
Gráfico 14 – PA Sitio Gasto médio mensal das famílias com produtos da cesta básica e produtos de limpeza e higiene no ano de 2020 (em reais)	159
Gráfico 15 – Tipos de moradia no PA Sitio.....	161
Gráfico 16 – Acesso à água no PA Sitio – 2020.....	162
Gráfico 17 – PA Sitio – Meios de transporte pertencentes as famílias assentadas.....	165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Mapa de Localização da Mesorregião do Agreste Paraibano.....	60
Mapa 2 – Mapa de localização das Microrregiões do estado da Paraíba com destaque para a Microrregião do Curimataú Oriental.....	62
Mapa 3 – Mapa de Localização da Mesorregião do Agreste Paraibano e da Microrregião do Curimataú Oriental.....	63
Mapa 4 – Mapa de Solos do município de Dona Inês.....	66
Mapa 5 – Mapa da Área do PA Sitio.....	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estado da Paraíba: Produção das lavouras permanentes e área colhida por hectare.....	146
---	-----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Assentamentos criados no Curimataú Oriental Paraibano e em Dona Inês entre 1986 e 2016.....	91
QUADRO 2 – PA Sitio - Quantidade produzida de lavouras alimentares de cultivo temporário em 2019.....	141
QUADRO 3 – Produção pecuária segundo a espécie por número de cabeças no Município de Dona Inês - 1996, 2006, 2017.....	151
QUADRO 4 – PA Sitio - Fontes de acesso à água para utilização no banho, para lavar casa, roupa, louça e para os animais domésticos.....	162

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AESA – Agência Executiva de Gestão de Águas da Paraíba
ASA – Articulação do Semiárido
AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiro
ASA – Articulação do Semiárido
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAT – Centro de Estudos Agrário e do Trabalho
CEB – Comunidade Eclesiais de Base
CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola
CEPFS – Centro de Educação Popular e Formação Sindical
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CNBB – Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DGEOC – Departamento de Geociência
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra a Seca
DRP – Diagnóstico Rural Participativo
EAN – Escola Agrônômica do Nordeste
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária
ENG – Encontro Nacional de Geógrafos
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FETAG - PB – Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba
FRS – Fundo Rotativo Solidário
FUNTERRA – Fundo de Terras
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEME – Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
P1MC – Projeto 1 Milhão de cisternas
PA – Projeto de Assentamento Rural
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PROCERA – Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

SEDUP – Serviço de Educação Popular

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática de dados

SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

STRS – Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UBS – Unidade Básica de Saúde

UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Aspectos Metodológicos.....	17
2 O CAMPESINATO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: dos clássicos do marxismo aos geógrafos marxianos e marxistas contemporâneos.....	30
2.1 Kautsky e a relação entre desenvolvimento capitalista e campesinato.....	30
2.2 Lênin e a relação entre desenvolvimento capitalista e campesinato.....	36
2.3 A concepção de campesinato em Chayanov.....	43
2.4 A discussão dos geógrafos críticos brasileiros sobre a desintegração ou permanência/recriação do campesinato no desenvolvimento do capitalismo.....	48
3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E CAMPESINATO NO CURIMATAÚ ORIENTAL.....	56
3.1 O espaço enquanto produto social.....	56
3.2 Localização do Curimataú Oriental.....	60
3.3 O espaço natural da microrregião do Curimataú Oriental.....	62
3.4 De espaço natural a espaço social: a produção do espaço agrário do Curimataú Oriental.....	68
3.4.1 A conquista e ocupação inicial do Curimataú Oriental.....	69
3.4.2 O algodão no Curimataú Oriental.....	71
3.4.3 A agave (ou Sisal) no Curimataú Oriental.....	76
3.4.4 A modernização da agricultura e a atividade pecuária.....	83
3.4.5 Estrutura fundiária e Relações de trabalho.....	85
4 - A LUTA PELA TERRA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA: em busca da construção de territórios de esperança.....	89
4.1 Da noção de território à concepção de território de esperança.....	92
4.2 O conflito da Fazenda Sítio.....	97
4.2.1 O tempo do “cativeiro”.....	97
4.2.2 Conflito pela terra e formas de resistência dos trabalhadores da fazenda Sítio.....	102
4.3 O papel das mulheres na luta pela terra.....	112
4.4 O papel da CPT na luta pela terra da Fazenda Sítio.....	114
5 FORMAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA: A LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA.....	121
5.1 Um perfil da organização social e econômica do PA Sítio.....	121
5.1.2 A Associação do PA Sítio.....	122

5.1.3 A CPT, religiosidade e festividade no PA Sítio.....	129
5.2 Construindo um perfil social do PA Sítio.....	133
5.3 A organização do trabalho.....	134
5.4 A organização da produção agrícola.....	139
5.5 Distribuição espacial e formas de produção das lavouras permanentes e temporárias.	146
5.6 A atividade pecuária.....	150
5.7 Tecnologias agrícolas, assistência técnica e organização do trabalho no PA Sítio.....	153
5.7.1 A prática de estocar sementes.....	154
5.7.2 O uso de adubos químicos e orgânicos.....	156
5.7.3 Uso de máquinas agrícolas e ferramentas de trabalho no PA Sítio.....	158
5.8 Consumo e renda.....	159
5.8.1 Condições de vida.....	161
5.8.2 Condições de moradia.....	161
5.8.3 Meios de transporte.....	165
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
REFERÊNCIA.....	176
APÊNDICE.....	184
ANEXO.....	190

1 - INTRODUÇÃO

O processo de modernização da agricultura, também conhecido como processo de dominação real da agricultura pelo capital concretizou-se, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX. Esse processo promoveu mudanças profundas na organização da produção e do trabalho na atividade agropecuária do estado da Paraíba. Isto na medida em que foi responsável: pela intensificação da concentração da propriedade da terra; por mudanças no padrão tecnológico adotado pela agropecuária; pela expansão da atividade canavieira e da pecuária semi-intensiva; pela expropriação-expulsão dos camponeses que viviam nas propriedades (MOREIRA e TARGINO, 1997; TORRES, 2020).

Os camponeses ameaçados de expulsão e os expropriados da terra reagiram a esse processo através de duas frentes de luta: a) a luta pela terra; b) a luta por melhores condições de trabalho e de salário (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No Curimataú Oriental do estado da Paraíba a modernização da agricultura, mesmo que muito moderada se comparada à observada na Zona da Mata e no Brejo, se deu principalmente na atividade pecuária através da incorporação de processos e técnicas melhoradas, associadas à expansão da bovinocultura e da ovinocultura (MOREIRA e TARGINO, 1997). A esse processo, somou-se o avanço das leis trabalhistas que chegaram ao campo através do Estatuto do Trabalhador Rural, e a ação de alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região ainda na década de 1980, que encaminharam à justiça ações trabalhistas exigindo dos proprietários os direitos dos camponeses. Esses fatos somados, impulsionaram a ação dos grandes proprietários no sentido de tentar expulsar-expropriar antigos moradores seja por meio do convencimento (pagando pequenas indenizações) ou da violência contra os que de alguma forma reagiram contra a expulsão, o que provocou a explosão de conflitos agrários na região.

Nos anos de 1990, essa luta dos trabalhadores que se iniciou como uma luta de resistência à expropriação-expulsão cedeu lugar à luta de ocupação. Importante no acompanhamento e suporte dessas lutas foi o papel desempenhado pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Guarabira¹, as paróquias locais e alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR). Esse processo de luta resultou na criação de 25 Projetos de Assentamento na microrregião do Curimataú Oriental (INCRA, 2020).

¹ Tem a sede episcopal no município de Guarabira, importante município situado entre o Agreste Baixo e o planalto da Borborema; centro polarizador de parte do Agreste setentrional e do Brejo Paraibano.

Conquistada a terra, distribuídos os lotes e assentadas as famílias, novo processo de luta tem início: a luta pela permanência na terra conquistada, na condição de produtor de alimentos (OLIVEIRA, 2007; MOREIRA e TARGINO, 1997). A garantia de melhores condições de vida e de trabalho para os camponeses assentados, porém não depende unicamente do acesso à terra. São necessárias outras condições como os serviços de saúde, educação, habitação e infraestrutura básica, além de condições de produção, de comercialização da produção e de acesso as políticas públicas.

Sabe-se das dificuldades presentes nos assentamentos de reforma agrária da região do Curimataú, uma das mais secas do estado, para ter acesso aos bens e serviços necessários à sobrevivência. Daí nos preocuparmos em saber: de que forma se reproduz esse campesinato dos assentamentos da região? Neles são encontradas formas de resistência à subordinação ao capital, quais? Em que medida o acesso aos serviços e políticas públicas podem assegurar qualidade de vida aos assentados? Qual o peso da ação do Estado e da organização dos trabalhadores na construção de uma participação crítica e transformadora nos PAs de reforma agrária ou no coletivo de camponeses que lutam pela terra?

Oliveira (2007) considera que nas sociedades estruturadas segundo o modo de produção capitalista, a persistência do campesinato está relacionada ao movimento contraditório, desigual e combinado do capital. Em outras palavras, isto significa que o desenvolvimento do capitalismo no campo “se nutre também de formas não capitalistas de produção, como o trabalho familiar e a produção camponesa de modo geral” (ROSS, 2016, p. 170). Ou seja, “embora o campesinato seja uma relação não capitalista, sua reprodução deve ser entendida a partir das contradições do desenvolvimento do capitalismo” (ROSS, 2016, p. 170). Desse modo, os assentamentos rurais aqui entendidos como “territórios de esperança”, embora surjam como uma conquista de uma fração importante do território capitalista pelo campesinato transformando-se em território camponês, “não estão livres da ação do sistema capitalista, se constituindo em territórios permanentemente disputados” (ROSS, 2016, p. 170).

As formas de resistência camponesa à dominação capitalista são efetuadas a partir de práticas de sociabilidade locais no território e obedecem a vínculos comunitários. Como bem o diz Fabrini (2007, p. 21), deve-se atentar “para estas práticas de resistência camponesa assentadas no território, pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana”.

Nesse sentido, Moreira (2020, p. 6) afirma que “a resistência camponesa à dominação capitalista perpassa a fase de luta pela terra e adentra a fase de reprodução do campesinato dentro do assentamento integrando-se a esse processo”, isto é, ao momento em que se põe em

prática as mais diversas estratégias de sobrevivência dentro da lógica camponesa tais como, a organização dos trabalhadores, a luta e o enfrentamento direto ao capital através da construção de associações, de novas sociabilidades, de outros coletivos, da utilização de outras formas de produção e de comercialização da produção etc.

Com base nessas premissas construímos o objetivo central da nossa pesquisa de mestrado, qual seja, compreender as diferentes formas de resistência e de reprodução camponesa presentes no terceiro mais antigo Projeto de Assentamento criado na microrregião do Curimataú Oriental da Paraíba, o PA Sitio, buscando verificar até que ponto ele se enquadra na perspectiva do que Moreira (2007; 2018) denomina de “Território de Esperança”.

Os objetivos específicos que norteiam a pesquisa são: a) discutir a relação entre campesinato e desenvolvimento capitalista; b) recuperar o processo histórico de produção do espaço agrário do Curimataú Oriental da Paraíba e o processo de luta pela terra nele deslanchado desde os anos de 1980 até os dias atuais; c) analisar a partir da discussão sobre território e território de esperança, a estrutura agrária do município de Dona Inês e os processos de luta pela terra e de construção do Assentamento Sitio; d) identificar e analisar as formas de resistência e reprodução camponesa no PA Sitio.

1.1 Aspectos Metodológicos

No que se refere à abordagem teórico-metodológica, ela foi construída tendo como referência a bibliografia indicada por algumas disciplinas cursadas no mestrado de geografia tais como: Espaço e Campesinato; Geografia Agrária; Questão Agrária e Agronegócio; Geografia do Trabalho: gênero, território e lutas sociais, além de um levantamento bibliográfico realizado por nós. Com essa base buscamos alargar os conhecimentos sobre o tema e ter maior aproximação com as teorias clássicas do marxismo no que se refere à percepção do papel do campesinato no capitalismo, bem como procuramos entender as tramas da questão agrária e dos protagonistas da luta por terra no município objeto de estudo.

Sabemos que as transformações no campo, a partir da segunda metade dos anos de 1960, tornaram a agricultura uma atividade extremamente competitiva, tendo em vista o aumento da produtividade, sobretudo no que tange aos grãos e à carne. Para muitos cientistas sociais essa realidade teria posto fim a questão agrária brasileira. Todavia, a intensificação da concentração fundiária, o agravamento do processo de expropriação-expulsão dos trabalhadores do campo (posseiros, moradores, parceiros, arrendatários), a multiplicação de conflitos eclodidos entre grupo de trabalhadores e grupo de proprietários de terra e grileiros, deixavam claro que a

questão agrária havia se agravado. É nesse cenário que ressurge o debate sobre a questão agrária no país e sobre a permanência ou a destruição do campesinato com o avanço do capitalismo sobre a agricultura.

As discussões levadas a efeito para responder este questionamento fundamentaram-se tanto na tese clássica defendida por Lênin e Kautsky da destruição/desaparecimento do campesinato à medida que o desenvolvimento do capitalismo avança no campo, o que corroborava com a visão do fim desta classe social, quanto na tese da resistência e recriação do campesinato ao avanço do capital.

Entre os estudiosos brasileiros influenciados pela teoria clássica ortodoxa destacam-se: Caio Prado Junior, José Graziano da Silva, Ricardo Abramovay entre outros. Dentre os cientistas sociais brasileiros mais próximos da corrente heterodoxa (da recriação do campesinato) destacou-se à época José de Souza Martins e, na geografia agrária, Manoel Correia de Andrade e Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

A aproximação da geografia agrária nacional com a literatura marxista clássica abriu espaço para trabalhos comprometidos com o pensamento crítico, revelando um rural constituído de injustiças sociais, violência, desigualdades econômicas, degradação ambiental etc. Ariovaldo U. de Oliveira teve um papel primordial nesse debate, por ter dado maior visibilidade à teoria da recriação do campesinato a partir de uma leitura materialista histórica e dialética em suas pesquisas, incorporando alguns conceitos basilares do marxismo.

O compromisso científico de Ariovaldo U. de Oliveira ao formular interpretações sobre a recriação do modo de vida camponês subordinado ao sistema capitalista de produção está presente na sua respeitada produção científica no âmbito da geografia agrária, expressa em livros, teses e artigos. Sua obra e seus trabalhos de orientação geraram um interesse muito grande pelo tema e tem tido como resultado a realização de inúmeras teses, dissertações, artigos em congressos, em periódicos e livros. Incluem-se neste caso geógrafos agrários de destaque nacional como Bernardo M. Fernandes, João Fabrini, Eliane Paulino, Larissa Bombardi e muitos outros. Na Paraíba, destacam-se como seguidores da mesma linha de interpretação, Marco Mitidiero Jr., Silvana Cristina Costa Correia, Luanna Rodrigues, Belarmino Mariano Neto, e com uma produção acadêmica já consolidada, Emília Moreira².

Os autores citados nortearam a nossa trajetória acadêmica, pois oportunizaram uma extensa leitura para ampliar o entendimento sobre as desigualdades sociais e econômicas

² Cabe referenciar aqui o economista Ivan Targino que muito tem contribuído para uma reflexão mais ampla da questão no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPB.

produzidas pela expansão do capitalismo no campo. Asseguramos que os conhecimentos acumulados nos estimularam a estudar com mais profundidade o campesinato. O trabalho em pauta é resultado desse esforço.

É preciso deixar claro que o debate em torno da propriedade da terra e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo e com o campesinato, me toca profundamente uma vez que me vejo dentro dele através da minha experiência de vida, enquanto camponês, oriundo de uma família camponesa desprovida de terra do Curimataú paraibano.

Para produzir, minha família dependia da “boa vontade” dos fazendeiros da região que cediam, através de contrato verbal, pequenos lotes de suas terras para o plantio de roçado por três anos. Terminado o contrato verbal minha família entregava a terra desmatada, destocada e com o restolho do milho e do feijão para servir de alimento ao gado do proprietário que assim, sem custo, ia expandindo sua fronteira da produção pecuária. Fazia-se novo contrato por mais três anos em outra área ainda por desmatar e destocar seja na mesma propriedade ou em outra, no mesmo sistema. E assim nossa família contribuía com seu trabalho para a expansão da fronteira da atividade pecuária extensiva em cada propriedade onde conseguia terra para trabalhar. Além desse rodízio de local de trabalho eram os proprietários quem determinavam o local onde seria realizado o roçado, o período para começar a plantar e até mesmo o período da colheita. Era muito comum prejuízos causados com as invasões do gado do proprietário nos roçados sem nunca sermos ressarcidos.

A visível situação de sujeição às condições impostas pelos fazendeiros levava-nos a vislumbrar a possibilidade de ter uma terra própria como uma saída para tal dependência. Acreditávamos que ter um pedaço de terra significaria o fim dessas relações de exploração.

Essa história de vida de uma família como a minha e a proximidade com os Projetos de Assentamento situados nos municípios do Curimataú Oriental foram responsáveis por nosso interesse pelo tema da pesquisa. Esse interesse adquiriu maior força quando da realização do meu curso de Licenciatura em Geografia, feito na Universidade Estadual da Paraíba – Campus III. Mesmo sem dispor de nenhuma terra e sem as condições financeiras propícias, consegui entrar na universidade, no curso de Geografia, onde tive o contato científico com as questões do campo e em particular, da reforma agrária.

No curso de Geografia, especificamente na disciplina “Organização do Espaço Agrário Brasileiro” (2013.1/2014.2), comecei a questionar a “reforma agrária”, sobretudo quando ela se baseia, quase que exclusivamente, na garantia do acesso à terra. Quando entrei para o Grupo de Pesquisa CEAT (Centro de Estudos Agrários e do Trabalho), coordenado pelo Prof. Dr. Edivaldo Carlos de Lima, me aproximei fortemente da geografia agrária. Através dos estudos

realizados no CEAT, pude compreender melhor as contradições da reforma agrária, bem como fiquei instigado em colocar para frente estudos que tratassem de desvendar e analisar o modelo de reforma agrária que é implementado no território brasileiro.

Nesse processo fui elaborando a seguinte questão: será que somente o acesso a um pedaço de terra seria suficiente para garantir as condições necessárias de trabalho e vida digna ao camponês e sua família? Em busca de resposta a esta questão escolhi como tema do meu TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) as Lutas e Conquistas no Assentamento Vazante: a construção de um território de esperança. Busquei nesse estudo analisar as condições de vida e de trabalho de assentados da reforma agrária em um Assentamento do Curimataú.

A participação nos eventos acadêmicos, sobretudo da geografia e de áreas afins, muitas vezes apresentando trabalhos, participando de oficinas como ouvinte e interagindo nos debates, serviu para alargar o meu campo de visão, no que diz respeito à ampliação dos meus saberes.

Ao decidir dar continuidade aos meus estudos em nível de Mestrado, resolvi aprofundar a pesquisa realizada no âmbito do TCC buscando entender com mais clareza as formas assumidas pela dominação do capital no campo na região do Curimataú Oriental, sua relação com a eclosão de conflitos agrários e as formas de resistência/reprodução camponesa desenvolvidas nas áreas de assentamento rural, tentando entender até que ponto esses assentamentos podem representar um “território de esperança”, conceito forjado pela professora e pesquisadora Emília Moreira.

No momento atual em que se assiste ao desmonte das políticas agrária e agrícola voltadas para a agricultura familiar, aí inseridas as áreas de assentamento, e particularmente no ano de 2020, em que eclode a pandemia do “novo coronavírus”, considero de fundamental importância esse tipo de estudo que elaboramos.

Entendemos que a luta pela terra é apenas um aspecto da resistência. Esta permanece presente mesmo depois da conquista da terra, assumindo diferentes formas, como por exemplo: a) o trabalho familiar; b) formas coletivas de trabalho e da produção; c) democratização dos debates políticos nas Associações. É assim que a fração do território conquistada pelas famílias camponesas apresenta características distintas do território capitalista. Enquanto a terra conquistada se transforma em território de vida e de esperança, o território capitalista possui o caráter de terra de especulação ou de negócio.

A resistência camponesa compreende múltiplas dimensões. Como já destacamos, ela aparece na luta política dos camponeses por um pedaço de terra e na luta institucionalizada dos movimentos sociais por políticas e programas que venha beneficiar este primeiro grupo. A resistência também se revela no enfrentamento contra a agricultura capitalista, ao produzir a

partir de práticas agroecológicas ou mesmo em organizar feiras agroecológicas. E ainda convém mencionar a resistência cotidiana dos pequenos agricultores possuidores de sítios, que procuram viver da renda da sua terra, como autônomos, sem vínculo algum com empresas ou com o Estado, negando assim a qualquer forma de subordinação ao grande capital.

A terra de vida é território de reprodução do campesinato, que dela depende para efetivamente existir. A falta dela implica em uma recriação precária, caso dos milhares de trabalhadores rurais que vivem em acampamentos, esperando pela reforma agrária, caso também dos camponeses que produzem uma agricultura doméstica ou marginal em beira de estrada ou de camponeses como minha família que depende da cessão de um pedaço de terra em propriedade de terceiros para cultivar seu roçado. Por isso a organização da luta visando uma terra própria demonstra o caráter político da resistência dos trabalhadores face às expulsões-expropriações e as formas de sujeição às relações capitalistas, perceptíveis no intenso processo de alienação do trabalho assalariado no campo.

Concordamos que toda pesquisa científica deve seguir um caminho metodológico ao rigor de uma concepção. Isso porque “o método e suas ferramentas de investigação são a expressão da concepção do mundo a partir da visão do pesquisador” (ANDRADE e SCHMIDT, não datado, p. 14). Para Demo (1995), o método é uma forma filosófica de entender o mundo, com capacidade teórica-explicativa de uma dada realidade.

Para os autores citados acima, a construção de todo e qualquer trabalho científico segue um ritual de investigação e validação dos conhecimentos o que implica sair do senso comum, apresentar relevância social e alcançar os objetivos por meios científicos. Ressaltam, porém, que não é pecado científico não inserir uma discussão filosófica, desde que os procedimentos metodológicos, os conceitos e as teorias alinhadas ao método estejam explícitos no trabalho. É importante para eles que os procedimentos e técnicas de pesquisa estejam articulados com o método através do qual o investigador buscará interpretar o seu objeto de estudo.

Os esforços científicos realizados neste trabalho pautam-se no método do materialismo histórico e dialético. Portanto, buscamos interpretar os fenômenos sociais a partir dos processos que os envolvem, isto é, estudar a realidade concreta pelo viés histórico da luta de classes e das relações de trabalho buscando a essência e não apenas a aparência dos fenômenos.

A prática e a dialética constituem o pilar do método marxista. A realização da prática compreende a qualidade de transformar a história, sendo tão importante quanto a crítica à realidade-histórica. Enquanto isso, a dialética reconhece a essencialidade da “prática histórica” ligada à teoria, entendendo que tanto é necessário estudar os problemas sociais quanto enfrentá-los. A teoria não se faz sem a prática e esta não se concretiza sem que exista antes uma teoria.

O método dialético busca “explicar as transformações históricas”, mas não se limita a elas como se fosse um modelo fechado, pelo qual o investigador busca artificializar dadas frações da realidade para articulá-la à teoria em que se baseia. Também não é a única metodologia e nem é exclusivamente verdadeira. Caso fosse assim, tornar-se-ia dogma, pura demagogia, pondera Demo (1995).

No modo de produção capitalista, os conflitos sociais não acontecem apenas por razões históricas. A existência de contrários dentro da formação social, que pode ser observada nas desigualdades socioeconômicas, são, muitas vezes, o ponto de partida para o surgimento do jogo de interesses entre as classes sociais (DEMO, 1995). No campo brasileiro, a noção de contrário aparece no conflito pela terra e no poder sobre ela, tornando-a objeto de disputa entre proprietários de terra e camponeses.

No Brasil e no mundo, o materialismo histórico e dialético aparece na Geografia, de forma mais marcante, no final dos anos de 1970, quando as Ciências Sociais são fortemente influenciadas pela corrente crítica do pensamento científico. A disciplina geográfica assume uma postura crítica para investigar tanto os problemas sociais quanto os ambientais.

É um momento em que os geógrafos tomam consciência do esgotamento da Geografia Tradicional e da Geografia Quantitativa, uma vez que o seu cabedal teórico-metodológico já não conseguia dar conta da realidade. Alves (2010, p. 187) afirma que muitos passaram a defender que o “objetivo da geografia era desvendar os problemas sociais e as desigualdades socioespaciais, ou seja, não bastava localizar e distribuir o fenômeno, era urgente a discussão sobre os processos formados das desigualdades” (ALVES, 2010, p. 187).

A partir de então, a Geografia Agrária brasileira passa a contemplar as novas dinâmicas do espaço agrário promovidas pela inserção e expansão do capital no campo, através de uma diversidade de temáticas que contribuíram para caracterizar e definir seu corpo teórico-metodológico. Alguns geógrafos iniciam o processo de descolonização científica estrangeira, levando a disciplina a trilhar uma vertente tipicamente nacional, aproximando o seu conteúdo ao das Ciências Sociais.

Manoel Correia de Andrade é um dos primeiros a romper com as geografias tradicional e quantitativa quando, no livro “A Terra e Homem no Nordeste”, apresenta críticas à concentração fundiária e à sujeição do trabalho ao capital na região Nordeste. Ariovaldo U. de Oliveira a partir de sua tese de doutorado intitulada “Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘Estado isolado’ de Von Thünen”, inseriu no debate da Geografia Agrária, temas como a luta pela terra e a lógica do sistema capitalista.

Na Paraíba, destacam-se os trabalhos realizados por Emilia Moreira a partir de 1978. Durante os anos que viveu na França, realizou sua Maitrise na Universidade de Nanterre, onde apresentou a monografia “Transformações do espaço Agrário do Brejo Paraibano” procurando demonstrar as transformações promovidas sobre a estrutura fundiária, as relações de trabalho e o uso do solo pela expansão do capital canavieiro na região. No Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social da Sorbonne cursou pós-graduação e apresentou o trabalho que deu continuidade ao da Maîtrise, através do estudo da relação pequena cidade-campo no Brejo da Paraíba, em que compara a reprodução das relações sociais e de poder do campo, com a forma como se estruturava o espaço urbano do município de Pilões-PB. Sua tese de doutorado trás de forma ainda mais madura essa linha de abordagem voltada para o conjunto do estado da Paraíba. No departamento de Geociências, a partir de 1982 desenvolveu todo um trabalho na linha da Geografia Agrária Crítica.

Os geógrafos citados, além de muitos outros que se debruçaram na construção de uma Geografia Agrária Crítica brasileira, passaram a abordar a questão do desenvolvimento capitalista no campo incorporando e discutindo as ideias de autores marxistas clássicos como Rosa de Luxemburgo, Lênin, Kautsky, Marx e, mais recentemente, Teodor Shanin. No Brasil, esse novo fazer geográfico foi influenciado por sociólogos, economistas e historiadores que adotaram em suas obras a análise da realidade pelo viés marxista, tais como José de Souza Martins, Celso Furtado, Ignácio Rangel, Francisco de Oliveira, Jacob Gorender, dentre outros.

Na década de 1990, os geógrafos agraristas críticos brasileiros abraçaram a discussão teórica do desenvolvimento desigual e contraditório do capital, teoria construída inicialmente por Trotsky e abordada por Rosa de Luxemburgo, e que se constituiu, na década de 1990, em um dos eixos de interpretação do desenvolvimento capitalista no campo, aprimorada e defendida por Teodor Shanin. Nesse sentido Oliveira se coloca defendendo que:

o estudo da agricultura deve ser feito levando-se em conta que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no território brasileiro é contraditório e combinado. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalista (implantando o trabalho privado pela presença no campo do boia-fria), ele (o capitalismo) produz também igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (pela presença e aumento do trabalho familiar no campo) (1999, p. 73).

Dito isto, é necessário entender o lugar dos camponeses no interior do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo, uma vez que o campesinato tem se reproduzido

dentro das relações capitalista de produção, fazendo oposição à tese que previa o seu desaparecimento.

É este o caminho que assumimos nesse trabalho: buscar compreender as diferentes formas de resistência e reprodução camponesa em um Projeto de Assentamento (PA) de reforma agrária do Curimataú Oriental da Paraíba: o PA Sitio. No momento atual, em que o cenário político prevê o fim dos programas de/para reforma agrária bem como da própria reforma agrária, é importante afirmar que, quanto mais resgatarmos esse tema mais reavivamos a sua importância e expomos a necessidade de se solucionar a questão agrária no Brasil.

A pesquisa tem natureza qualitativa sem perder de vista os dados quantitativos. Realizamos um amplo levantamento bibliográfico em livros, artigos, periódicos científicos, dissertações e teses que abordam o tema. Entendemos que o levantamento bibliográfico é uma etapa primordial para iniciar a pesquisa.

Com base nas leituras realizadas, direcionamos o nosso olhar para a questão teórica e, em seguida, para o processo histórico de produção do espaço agrário do Curimataú Oriental, procurando estabelecer a relação deste processo com a modernização da agricultura estadual e nacional. Para tanto, investigamos como o capital tomou forma e se territorializou na região, bem como se deu a atuação do Estado nesse processo a partir de dois prismas: a) a manutenção da estrutura fundiária; b) a política agrária.

Os dados dos Censos Agropecuários publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), particularmente a partir de 1970, forneceram uma dimensão da estrutura fundiária, das relações de trabalho e das tecnologias mecânicas e químicas adotadas pela agropecuária regional e do município objeto de investigação.

Segundo Kaiser (2006), o uso de dados quantitativos corrobora para melhor ilustração da importância do fenômeno social à medida que torna o conteúdo mais palpável. Mesmo que esses dados sejam obtidos com base em uma amostra, eles demonstram, segundo Moreira (2019), as tendências dos processos em curso.

Turra Neto (2013) afirma que o uso concomitante da pesquisa qualitativa e quantitativa exige atenção e cuidados, quer dizer, deve-se usá-los sem perder de vista o papel de cada um deles. Cada um deve cumprir sua função e dar conta dos respectivos objetivos que a pesquisa visa atingir.

Os dados estatísticos permitiram fazer cruzamentos e comparações com as informações extraídas das entrevistas e dos questionários aplicados, bem como serviram para a elaboração de tabelas e a confecção de mapas e esboços cartográficos. Tal técnica comparativa permitiu

interpretações mais concretas e deu maior veracidade aos dados apresentados, bem como nos ajudou a compreender melhor o assentamento estudado.

A análise dos dados da estrutura fundiária, da organização da produção e das relações de trabalho em nível regional e municipal permitiram entender a origem e a intensificação dos conflitos pela terra no Curimataú Oriental na década de 1980, após a implantação do novo modelo de reprodução do capital no campo.

Moreira e Targino (2011) afirmam que a modernização da agricultura contribuiu para a retração das relações de trabalho não tipicamente capitalistas e desencadeou um processo de expropriação e expulsão dos camponeses das terras. Não obstante, parcela desses sujeitos, apoiados pela Pastoral Rural, pela CPT e dioceses comandadas por bispos progressistas, passaram a lutar para permanecer na terra resistindo às tentativas de expulsão e aos despejos ou para retornar à terra através de ocupações.

Para saber mais detalhes da luta que originou o PA Sitio apoiamo-nos também em fontes jornalísticas da época. A escolha dos jornais Correio da Paraíba, O Norte, A União e A Tribuna justifica-se pela facilidade de acesso e disponibilidade do material pelos assentados que guardam consigo essa documentação. Dentro do possível buscamos complementar as notícias com a história narrada por aqueles que participaram do processo de luta.

Os critérios por nós utilizados para escolher o PA Sitio como objeto de estudo estão relacionados: a) a fase de construção do PA. Consideramos que o assentamento já consolidado permite que se tenha uma visão mais clara do seu desenvolvimento. No caso do PA Sitio, ele se encontra na fase de consolidação, permitindo classificá-lo como “assentamento consolidado”, ou seja, aquele que já passou por todas as fases definidas pelo Incra para alcançar sua emancipação; b) possuir um importante número de famílias e uma área expressiva; c) a proximidade do meu local de moradia.

A abordagem qualitativa teve grande importância para o estudo, uma vez que ela se conforma bem “a investigações de grupos e seguimentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discurso e documentos” (PARGA NINA *et al.*, 1985 apud MINAYO, 2014, p. 57).

Via de regra, os trabalhos que buscam investigar as formas de apropriação do espaço e sua configuração territorial partem da dimensão qualitativa como seu eixo estruturador. Conforme detalha Turra Neto (2013), são pesquisas que se interessam pelas práticas espaciais, pelos processos que envolvem apropriação e territorialização, onde os sujeitos ou grupos sociais imprimem características particulares ao território.

Quando se trata de estudos sobre processos sociais históricos, que envolvem relações de subjetividade entre sujeito e objeto, a pesquisa qualitativa prima pela utilização de entrevista e questionário, junto à observação e aos registros fotográficos. A forma de como empregar as técnicas de pesquisa e esses instrumentos depende do tipo de informação que se propõe buscar.

A entrevista semiestruturada consiste em um roteiro de questões que orientará os assuntos que serão abordados pelo entrevistador e as falas dos entrevistados (PARGA NINA, 1985 apud MINAYO, 2014).

O trabalho de campo enquanto construção teórico-metodológica viabiliza ao pesquisador interpretar e reler subjetivamente os elementos substanciais que compõem o território analisado, à medida que possibilita ao investigador entender as manifestações sociais territorializadas; enquanto procedimento de pesquisa constitui uma práxis de coleta de informações e de observação direta da paisagem (THOMÁS JR., 1990).

As entrevistas semiestruturadas foram feitas com oito camponeses assentados (quatro deles responsáveis pelo lote e quatro agregados, filhos, que moram nos lotes dos pais, com o corpo diretivo da Associação do PA Sitio, com representantes do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dona Inês e com o Secretário da Cultura do município. As entrevistas na sede do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Dona Inês foram realizadas com o presidente do Sindicato e com um sindicalista associado, que fez parte da diretoria fundadora da entidade.

A entrevista no STR ocorreu no período matutino, tendo durado mais de uma hora. Foram pontuadas questões referentes ao tempo da luta pela terra na Fazenda Sitio sobre a forma como o Sindicato deu assistência à luta dos trabalhadores. Também procurou-se investigar a atuação do Sindicato junto aos assentados após a luta até a atualidade.

Tentamos visitar a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), mas o órgão encontrava-se fechado devido à pandemia.

Além das entrevistas, utilizamos outro instrumento de pesquisa: o questionário. Este foi aplicado apenas no assentamento. Foram 21 questionários aplicados aos camponeses assentados responsáveis pela unidade familiar (chefes de família), o que representa aproximadamente 30% do total dos chefes de família assentados no PA.

Os questionários contêm perguntas objetivas e subjetivas. A proposta de trazer para o campo questões abertas permitiu obter informações valiosas sobre a organização do trabalho e da produção agropecuária no lote e fora do assentamento, bem como possibilitou coletar dados sobre a renda, idade e sexo, tamanho dos lotes, famílias agregadas, prestação de serviços e políticas públicas (v. Anexo 1).

No PA analisado, as famílias camponesas se distribuem espacialmente em localidades denominadas de “comunidade” ou “Sítio”, lugar de pertencimento e de morada. No PA Sítio, existem seis comunidades: Pimenta, Pedra Lisa, Seró, Mulungu, Umarizin e Caco. Assim como identificado em Oliveira (2017) e por Correia (2011), os camponeses tendem a mencionar a toponímia “Sítio” para identificar a comunidade em que moram. Nos assentamentos tais designativos servem para georreferenciar a unidade familiar. Segundo Correia (2011) a unidade familiar engloba a casa, o seu entorno e o roçado.

Ao todo foram realizados quatro trabalhos de campo entre 2019 e 2020, além de três em 2021. As primeiras idas a campo buscaram recuperar a história de luta pela terra. Já nas visitas seguintes buscamos coletar informações sobre a organização da produção e do trabalho nos lotes; e a atuação da Associação do Assentamento. As entrevistas e algumas falas no âmbito dos questionários foram gravadas. Realizamos ainda uma documentação fotográfica do Assentamento.

De acordo com Serpa (2006), o trabalho de dissertação requer, além da delimitação do objeto e de um recorte bem definido do espaço, uma abordagem conceitual, de modo a possibilitar uma maior visibilidade dos fenômenos. Os conceitos são ferramentas que ampliam a capacidade de análise do investigador, visto que, “a complexidade e relevância da pesquisa científica se concretiza pelo nível de apresentação dos conceitos utilizados, de onde vem o conteúdo a ser trabalhado” (ANDRADE e SCHIMDT, não datado, p. 26). Para isso buscamos nos apoiar nos conceitos que dão suporte à pesquisa, quais sejam: campesinato, espaço, território, conflito, resistência e reprodução camponesa, classe, Estado e assentamento rural. Apesar das diferentes compreensões a eles atribuídas, entendemos que são fundamentais para a compreensão da realidade da dinâmica do espaço agrário do Curimataú Oriental e das formas de luta, resistência e reprodução camponesa que estão na base da criação e manutenção do assentamento estudado.

O conceito de espaço é tratado aqui segundo a concepção de Milton Santos (2008), o qual considera o espaço geográfico um produto social produzido pelo trabalho humano. A carga material do espaço evolui com a sociedade que o transforma e historicamente é transformada por ele.

Entendemos que o território é fruto da apropriação de uma dada porção do espaço, seja por um indivíduo ou grupo (RAFFESTIN, 1993). Como tal, sua importância acha-se relacionada à noção de poder. E como todo poder é objeto de disputa, afirma Raffestin (1993), o poder sobre o território não poderia deixar de ser. Nas sociedades capitalistas, ela é travada entre classes antagônicas.

Para Oliveira, “o território é um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência” (OLIVEIRA, 1999, p. 74). A luta de classes se dá no campo brasileiro, entre proprietários de terras e trabalhadores sem terra. Ainda segundo o autor, as relações sociais de produção e o processo produtivo que envolvem as forças produtivas em seu contexto de produção é o que alimenta e dá continuidade à configuração do território. Ou seja, o território é fruto da luta de classes que se perpetua e é latente no seio da sociedade, produzindo no âmago do capitalismo, territórios contraditórios.

As disputas territoriais travadas entre a classe proprietária de terra e a classe camponesa desprovida da terra e sem acesso à água denominamos de conflito (MOREIRA, 2016).

Quando a luta camponesa se territorializa e origina o assentamento, os camponeses dão novos sentidos políticos ao território. Os assentamentos rurais são frações do território onde a luta camponesa se territorializou e a reprodução do campesinato lhes impôs outra lógica que difere da grande propriedade privada capitalista. Com base em Moreira (2006), os assentamentos se configuram como “territórios de esperança”.

A resistência contra a retomada do território camponês pelo capital pode adquirir conotação política de luta ou pode se apresentar como uma práxis específica do modo de vida camponês.

O fato de o camponês conseguir a posse da terra através dos assentamentos rurais contribui para ampliar o território da agricultura camponesa e romper com as relações de exploração/subordinação ao latifúndio e à agricultura capitalista às quais foram submetidos os arrendatários, parceiros, moradores de condição, e para reduzir a precariedade e pobreza de muitos que viviam na periferia das cidades e aderiram à luta pela volta ao campo.

A expressão camponês é utilizada na pesquisa como equivalente de agricultor familiar ou pequeno agricultor, seguindo a linha de discussão defendida por Moreira (2002) e Fernandes (2004). De modo algum entraremos no mérito teórico dos conceitos de camponês e agricultor familiar. Os citaremos como condição econômica. Quando falarmos de agricultura familiar, estaremos nos referindo à produção desenvolvida em pequenas unidades de produção, caso dos assentamentos rurais, *lócus* de reprodução social do campesinato.

Ponte (2011) na esteira de Fernandes (2004), e amparada na discussão de Wanderley (1999), aponta indícios sobre o que é agricultura familiar e como ela pode ser compreendida. Os autores entendem que, “apesar das diversidades das formas sociais assumidas pelos agricultores familiares, a agricultura familiar pode ser caracterizada por agregar três elementos primordiais: a terra, o trabalho e a família” (PONTE, 2011, p. 67). Tais elementos foram observados no PA Sítio.

O método filosófico e os procedimentos teórico-metodológicos utilizados deu condições para estruturarmos a dissertação em seis capítulos dentre os quais faz parte a introdução e as considerações finais.

O primeiro capítulo corresponde à introdução. O segundo capítulo versa sobre a discussão clássica sobre o campesinato no desenvolvimento capitalista da agricultura. Para elaborá-lo nos debruçamos sobre as concepções de autores marxistas, a saber: Kautsky, Lênin e Chayanov. Também levantamos este debate no pensamento geográfico brasileiro, em particular na geografia agrária. O terceiro capítulo apresenta a produção do espaço agrário do Curimataú Oriental da Paraíba até a modernização agrícola nos anos de 1970 a 1980. A ideia de espaço, território e modernização conservadora compõe a seção. Nela analisamos como este novo modelo de reprodução do capital incidiu sobre a área estudada e qual a sua relação com a estrutura fundiária, estabelecendo a relação deste processo com a modernização da agricultura estadual e nacional, e seus reflexos para os trabalhadores rurais na região.

O quarto capítulo aponta para a atuação dos agentes externos na territorialização da luta pela terra no Curimataú Oriental e os rebatimentos da Reforma Agrária. Investigamos como se deu a intensificação dos conflitos por terra nas décadas de 1980 e 1990, abordando especificamente a luta que deu origem ao PA Sitio e o papel político assumido pela Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Guarabira nesse processo.

No capítulo cinco, buscamos analisar a luta pela terra e a construção do Assentamento Sitio visando discutir as formas de resistência adotadas pelas famílias e a construção do território de esperança. A partir de dados empíricos traçamos um perfil da organização social e física do assentamento: unidade produtiva, trabalho, agropecuária e a sua produção, fontes de renda, infraestrutura, programas e serviços públicos. Nesse mesmo capítulo também buscamos identificar as formas de resistência e reprodução camponesa no PA estudado, através da organização interna do trabalho e da produção.

O capítulo seis trata das considerações finais.

2. O CAMPEsinATO NO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA: dos clássicos do marxismo aos geógrafos críticos contemporâneos.

A recriação do campesinato dentro do sistema capitalista continua sendo um tema de relevo no marxismo. Segundo Bottomore (2001), tanto os autores do marxismo ortodoxo quanto os do marxismo heterodoxo buscam entender se de fato os camponeses assumem o papel de uma classe social dentro do modo de produção capitalista ou se o campesinato é um modo de produção específico, à parte do modo de produção capitalista. Detemo-nos, neste capítulo, em apresentar a visão de dois marxistas ortodoxos (Kautsky e Lênin) e um populista clássico (Chayanov) e de agraristas e geógrafos brasileiros sobre o tema.

Os autores trabalhados neste capítulo apresentam um vasto conhecimento sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo e sua relação com o campesinato.

2.1 Kautsky e a relação entre desenvolvimento capitalista e campesinato

O alemão Karl Kautsky e o russo Vladimir Lênin, estudiosos da questão agrária e definidos como marxistas ortodoxos³, desenvolveram um modelo teórico-metodológico para interpretar a introdução do capitalismo na agricultura dos seus respectivos países apresentando explicações importantes à compreensão do campesinato.

As interpretações teóricas do marxismo ortodoxo sobre o campesinato se inspiram, principalmente, na análise de Marx realizada no *Capital*, na qual ela se restringe ao caso inglês, conforme explicita em uma das suas respostas a Vera Zasulich (SHANIN, 2017). Nesta análise, a percepção de Marx era a de que o proletariado seria a única classe capaz de promover a revolução socialista e destruir o sistema capitalista.

Para muitos autores da corrente marxista, Lênin e Kautsky são os precursores da tese de desintegração e proletarização do campesinato em seus estudos sobre a questão agrária e o desenvolvimento do capitalismo no campo. A desintegração do campesinato se deveria à supremacia técnica da grande propriedade agrícola em relação à propriedade camponesa.

Paulino e Almeida (2010), além de Correia (2011) fazem ponderações a algumas questões importantes, que devem ser mais bem trabalhadas no rigor de um debate mais

³ Segundo Lukács (2003), o marxismo ortodoxo não pretende insistir na tradição do conhecimento de Marx e Engels, mas, em tentar manter vivo o princípio de luta, de igualdade social perante a ideologia burguesa, que atuava com ímpeto para impedir os movimentos socialistas. A principal função desta corrente é a luta incessante contra a ideologia burguesa, sobrepondo a condição intelectual da classe trabalhadora urbana (CORREIA, 2011).

profundo sobre as formulações do marxismo ortodoxo agrário na visão de Lênin e Kautsky. Para estas geógrafas, faz-se necessário atentarmos para algumas diferenças interpretativas no pensamento destes estudiosos do campo. Tal recomendação deve-se ao fato destes autores terem buscado construir teorias que elucidassem a evolução do modo de produção capitalista sobre a agricultura a partir da experiência vivenciada por seus países de origem.

Lênin e Kautsky defendem que, com o avanço do capitalismo no campo, o campesinato tenderá a desaparecer. Eles também identificam a formação de duas classes sociais no campo: a burguesia rural e o proletariado agrícola. Kautsky é mais incisivo do que Lênin quando chama atenção para a superioridade técnica da grande exploração frente à pequena exploração.

Foi com base nos estudos desses dois representantes da corrente marxista ortodoxa que surgiu a tese da dissolução do campesinato conforme avançassem as relações capitalistas no campo. Eles procuram demonstrar que as grandes empresas agrícolas, por melhor se adequarem as exigências da indústria e absorverem mais capital industrial (em princípio), apresentariam superioridade técnica e produtiva, bem como eliminaria a pequena exploração camponesa.

A pesquisa de Kautsky sobre a agricultura na Alemanha mostra que a grande exploração utilizava menos cavalos e arados, e tem menor gasto de trabalho e de tempo em comparação à pequena exploração. Na explicação do autor, “a pequena produção gasta-os proporcionalmente muito mais para obter o mesmo efeito útil. De resto não pode tirar deles todo o proveito da grande exploração, elevando a sua produtividade” (KAUTSKY, 1980, p. 61). Sendo assim, ela não consegue aproveitar de toda as vantagens dos animais de tração nas atividades agrícolas, nem das vantagens econômicas da grande exploração, que gasta menos capital para produzir.

No esforço para compreender as transformações na agricultura da Alemanha na segunda metade do século XIX, Kautsky apresenta os processos que sinalizam para a introdução e o avanço do capital no campo. Segundo ele, o capital patrocina a grande exploração por ela ser mais eficiente (em investimentos) e mais ajustável à indústria. Enquanto a pequena exploração, não conseguindo se adaptar aos parâmetros da nova agricultura, vê suas unidades produtivas diluírem-se, ao mesmo tempo em que os camponeses são obrigados a se proletarizarem.

Kautsky teve seus dias de glória durante o período da Segunda Internacional, que foi entre 1889 até 1914, quando gozou do reconhecimento de Engels e de outros marxistas. No ano de 1898 ele publicou a sua mais importante obra, “A Questão Agrária”, onde consta sua teoria sobre a destruição do campesinato à medida em que o capitalismo avança sobre a agricultura.

Kautsky (1980) verificou na Alemanha um processo de integração da pequena exploração à indústria, o que para ele seria um sinal de uma possível reconfiguração econômica do campesinato. Os camponeses passaram a depender do uso de capital para desenvolver as

suas atividades agrícolas, tornando-se uma agricultura fornecedora de produtos para a indústria que, por sua vez, tratou de subordinar a produção agrícola às suas necessidades. Para o autor, esta integração contribuiu para o enfraquecimento do campesinato que passou a comprar as mercadorias básicas de consumo e as ferramentas de trabalho antes produzidas por camponeses.

O camponês ao se “unir” à indústria, torna-se parcialmente um operário disfarçado, pois a sua produção é toda abocanhada pela fábrica em troca de um rendimento líquido que pouco ultrapassa o salário do proletariado urbano (KAUTSKY, 1980). Consequentemente, está se falando de um indivíduo que deve acompanhar o progresso da indústria, e isso inclui também a sua tecnificação, do contrário, não conseguirá o dinheiro tão necessário à compra de mercadorias que ele já não produz na terra. Isto significa ter que comprar para além dos apetrechos artificiais, já que precisará comprar alimentos (cereais) básicos a sua sobrevivência.

Esse processo culmina com a dissolução da indústria doméstica, iniciada ainda na Idade Média e concretizada com o desenvolvimento da indústria capitalista e com a proletarianização do camponês (KAUTSKY, 1980).

De modo sintético, Correia (2011) apresenta três condicionantes ao processo de proletarianização do campesinato e de sua subordinação ao capital elencado por Kautsky (1980):

a) o primeiro corresponde ao avanço tecnológico atribuído a revolução industrial. De maneira intensa, se viu neste momento o aperfeiçoamento dos meios de produção e invenções de novas máquinas capazes de diminuir o uso da força de trabalho humana, e em contrapartida, de aumentar a produtividade do trabalho e da produção. Situação que levou ao aumento da competitividade no mercado com a oferta de mais produtos;

b) o segundo tem relação com o fato de os camponeses serem desprovidos de dinheiro para aquisição dessas máquinas. Sem o dinheiro, logo recorrem aos empréstimos, pelos quais são levados a hipotecar a terra enquanto garantia. Com o resultado desastroso, não conseguem arcar com os empréstimos e acabam perdendo as suas terras, como aconteceu na Alemanha;

c) o terceiro encontra explicação num contingente de camponeses que migram para as cidades e outros que permanecem no campo. Aqueles sem a terra, se viram obrigados a venderem a sua força de trabalho. Já os que possuíam um pouco de dinheiro, compraram máquinas e apetrechos agrícolas e continuaram no campo. Adotaram novas estratégias de exploração da terra, visando aumentar a sua produtividade agrícola. Em outras situações, reduziram-se os campos de cereais e em muitos casos, o substituíram pelo cultivo de culturas de melhor rendimento no mercado, coisa que implicou na restrição da oferta de alimentos, levando estes a irem ao mercado para comprar mais cereais.

Vista através dessa análise do caso da Alemanha, as transformações no campesinato para Kautsky (1980) pareciam ser certas com a inserção do capitalismo na agricultura e a superioridade técnica seria a principal característica da diferenciação das grandes propriedades agrícolas em comparação com as pequenas.

Na concepção de Kautsky (1980) as primeiras mudanças surgiram no processo de definhamento das relações feudais. Neste momento, o servo se tornou livre da corveia e passou a ser dono da sua terra e a trabalhar com as suas ferramentas e animais e, às vezes, contratando um ou mais operários. A partir daí o campesinato sofre diretamente influência da economia mercantil: aqueles bem adaptáveis elevaram a sua condição econômica, adquirindo mais terras, animais de tração, cavalos, vacas, máquinas etc., a outra parte não tendo a mesma perspicácia, permaneceu composta por camponeses pobres, deixados a sorte de um pequeno pedaço de terra.

Correia (2011) quando faz a sua crítica às reflexões de Kautsky atenta para o fato de que ele não analisa o campesinato pela organização da sua estrutura social interna, mas pela esfera econômica em que se realiza, assim também nos espaços em que ocupam. Partindo desses elementos ele considera que a superioridade técnica da grande exploração perante a pequena somada as desigualdades geradas pelo avanço do capitalismo no campo, forçaria o campesinato à proletarianização. Defende assim que as relações pré-capitalistas estariam fadadas a desaparecer.

“Unicamente a grande exploração permite a espacialização e adaptação de ferramentas e instrumentos aos diferentes trabalhos que fazem a produção moderna tão superior a produção pré-capitalista” (KAUTSKY, 1980, p. 62). Para isso ela racionaliza o máximo da sua produção. Faz a escolha dos instrumentos, a seleção dos operários combinados aos tipos de atividades, sem desperdício de tempo e de trabalho, no objetivo de obter os resultados mais satisfatórios.

Outro aspecto que sobressai dos estudos de Kautsky refere-se ao movimento operário industrial qualificando o nível moral e econômico do proletariado agrícola de um lado e fazendo desaparecer as relações pré-capitalistas, de outro. Isto segundo ele gerará as condições favoráveis para a expansão da grande empresa agrícola racional.

Este teórico considera a proletarianização do campesinato como condição imprescindível à grande exploração, sendo atribuído a esta, o fio condutor para a união dos operários do campo com os da cidade, formando uma única classe proletária para realizar a revolução socialista. Em suas projeções, a sociedade da época tenderia a tornar-se socialista, e ao camponês já não lhe restava mais nada senão a proletarianização agrícola e a sujeição, só que ao Estado.

Neste contexto, Kautsky argumenta em relação ao papel da instituição estatal para a classe inferior, afirmando que “é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de ‘tubarões’ do açúcar” (1986 apud CORREIA, 2011, p. 20). Tal

instituição tem mais a oferecer aos pequenos camponeses e aos trabalhadores assalariados, ao invés de tirar do pouco que eles têm. Ele afirma que a substituição da sociedade mercantil por uma socialista, guiada grosso modo por princípios distintos da anterior, elevará os camponeses e os trabalhadores rurais, sob a mão do Estado, a uma força de trabalho notadamente prestigiada.

Outra alternativa apontada por Kautsky (1980) para o camponês manter a sua pequena exploração seria a partir da instalação de cooperativas, na qual ele tornar-se-ia um modelo específico de proletário. Evidentemente, isso só seria possível quando a sociedade estivesse sob o socialismo. Neste momento, espera-se que as empresas agrícolas já estejam em plena capacidade produtiva, sem riscos de falência, e o camponês não tenha preocupação em tornar-se um operário, pois estará consciente de que a propriedade individual dos meios de produção é um bloqueio, um impedimento para alcançar uma forma elevada de exploração coletiva.

Para se chegar a tal processo segundo Kautsky (1980), é fundamental a expropriação da propriedade individual dos meios de produção dos camponeses, que é a sua terra, e assim transformá-lo em trabalhador assalariado. Em contrapartida, as ações para alcançar a produção social destes meios contribuirão para o acirramento da luta de classes entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Este último é levado a impor o fim da propriedade capitalista pela propriedade comum dos meios de produção.

Não é a partir dos que possuem que se fará a passagem para a produção social, mas por aqueles exauridos. Serão os camponeses recém proletarizados que farão a transição para uma sociedade socialista? Nada é certo pondera Kautsky (1980). Mas, argumenta-se insistentemente em um “proletariado vitorioso”, que poderá atingir a envergadura de conseguir redefinir as condições da transição dos camponeses e artesãos para a grande produção cooperativa. Os camponeses por si só, segundo Kautsky, não têm força política e organizativa suficiente.

O autor deixa claro que o campesinato só sobreviveria através da organização de cooperativas. Mas isso só seria possível quando o proletariado tivesse poder político suficiente para transformar a sociedade sob a tutela de seus interesses. Isto é, a sobrevivência do campesinato estaria na dependência de um proletariado que gozasse dos direitos de uma sociedade socialista, do contrário, ele não teria capacidade para se reproduzir enquanto tal.

Observa-se, de maneira implícita na obra deste pensador, elementos teóricos que versam sobre a resistência do campesinato ao processo de diferenciação social, principalmente se os camponeses se associarem em cooperativas.

Evidentemente, Kautsky (1980) faz ressalvas de como ocorrerá a recriação deste campesinato e nos esclarece que a existência do tipo de agricultura desenvolvida nas pequenas unidades de produção acontece subordinada às demandas das grandes explorações, que

precisam dos produtos produzidos pelas menores para abastecer a indústria. Ou seja, as pequenas fornecem matéria prima, assim como os vultosos braços para suprir os postos de trabalho assalariados da grande exploração e da indústria, sobretudo nos períodos de maior intensidade da produção. É sob o efeito do progresso industrial que estará a sobrevivência das pequenas explorações agrícolas segundo Kautsky.

Kautsky avalia também a capacidade dos pequenos camponeses de gerir a sua unidade produtiva e chama atenção para o trabalho acessório. O trabalho acessório cresce sobretudo nas unidades menores, assim que aumenta as necessidades das famílias. Em outras palavras, quanto menor é o tamanho da terra, mais os camponeses buscam no trabalho acessório (indústrias domésticas) uma remuneração, tendo em vista adquirir dinheiro para compra de suprimentos.

Eis um argumento de grande peso contra tais tributos, mostrando igual passo, também, que grande maioria da população rural não aparece mais no mercado como vendedora de gêneros alimentícios, mas como vendedora de braços e compradora desses gêneros alimentícios. As pequenas explorações deixam de fazer concorrência às grandes (KAUTSKY, 1980, p. 103).

A pequena exploração aos poucos será substituída pelas grandes propriedades agrícolas produtivas. Este processo segundo Kautsky assume fundamental importância para o desenvolvimento do sistema capitalista ao passo que estes camponeses tornar-se-ão força de trabalho, ao mesmo tempo compradora dos produtos industriais.

Em outros lugares a proletarianização rural aparece simultaneamente com a tendência da fragmentação fundiária, a qual eleva a distribuição das pequenas explorações, sendo ainda menores. As pequenas explorações não oferecem ameaças ao mercado, pelo contrário, é delas de onde saem os braços para abastecê-lo, cujos pequenos proprietários são vendedores da força de trabalho. E sua produção é ínfima, apenas para o próprio consumo.

Como já enunciado, durante o processo de transição do modo de produção feudal para o capitalismo, o tamanho territorial da terra na Alemanha em alguns casos reduziu-se ao ponto de ser insuficiente para a sobrevivência do seu respectivo proprietário, tornando-se assim a terra acessória. Em outras situações verificou-se o aumento da extensão territorial ao ponto de necessitar de braços para além dos da família, compreendido ao trabalho assalariado.

Baseado nestas questões, concordamos com Correia (2011) ao pontuar certas apreensões esboçadas por Kautsky para entender a evolução do campesinato dentro do modo capitalista. Embora defendesse a tendência que a grande exploração agrícola iria eliminar o campesinato, isso não aconteceu de modo pleno em alguns lugares.

Correia (2011) considera Kautsky um teórico heterodoxo, por identificar na sua obra compreensões dadas a recriação do campesinato no sistema capitalista. As estratégias da recriação camponesa segundo Correia (2011), presentes na obra de Kautsky são as seguintes: a) a utilização do trabalho acessório como uma estratégia das famílias se realizarem economicamente, sendo uma renda complementar; b) a disseminação de cooperativas e a atuação do Estado poderiam contribuir para a sobrevivência da pequena exploração; c) o fato da grande exploração absorver a produção das pequenas, com capacidade de assalariar os camponeses. Nessa relação, os camponeses podem se transformar em força de trabalho assalariada, mas, ao mesmo tempo, fornece a matéria prima para indústria.

2.2 Lênin e a relação entre desenvolvimento capitalista e campesinato

Outro autor importantíssimo aos estudos do marxismo ortodoxo foi A. Ilich. Lênin, considerado uma das maiores lideranças teóricas e política do marxismo no século XX. Para muitos estudiosos, ressalta Bottomore (2001), este autor elaborou a mais completa análise histórica do capitalismo em suas primeiras fases de existência.

No livro “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia”, publicado em 1899, Lênin (1982) cunhou o conceito de formação social específica à Rússia, lugar ao qual afirmou haver no momento a existência de mais de um modo de produção. Para ele o modo de produção capitalista ultrapassaria o modo de produção feudal. O fim deste modo de produção era possível pela eliminação das relações pré-capitalistas entre servos e senhores feudais, com isso formando uma sociedade de classes, de um lado os patrões e, de outro, os trabalhadores assalariados.

De acordo com Bottomore (2001), Lênin (1907) definiu em sua análise dois processos para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura: o primeiro através do Junker, mais conhecido como “modelo prussiano” e o segundo, o “modelo democrático”.

O modelo prussiano é iniciado pelas mãos dos grandes proprietários de terras que organizam e conduzem gradativamente a transfiguração das grandes propriedades pré-capitalistas em empresas agrícolas capitalistas. É importante destacar que o Junker manteria a estrutura fundiária intocada, concentrando-a nas grandes empresas, e preservaria as muitas formas de sujeição dos trabalhadores no campo.

Contrário ao “modelo prussiano”, o modelo “democrático” viabilizado pelos camponeses, ostenta caráter revolucionário no campo, onde fracionam as grandes propriedades rurais e extinguem as relações pré-capitalistas da corveia. Como resultado desta revolução, surge um campesinato formado de fazendeiros donos de pequenas propriedades rurais, nas

quais desenvolvem a agricultura. Por conseguinte, a diferenciação do campesinato acentua-se rapidamente, da mesma forma que o desenvolvimento do capitalismo incide neste novo campesinato, uma vez que os vestígios do grupo social anterior, todavia, não oferece obstáculo.

Lênin (1982) formulou explicações para entender a questão agrária e o campesinato a partir do desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura, tomando a Rússia do século XIX como modelo. Com base em dados estatísticos dos *Zemstvos*⁴, disponibilizados pelo Império russo, e nos estudos do matemático Dr. Postnikov, ele analisa o processo de desintegração do campesinato verificado em fazendeiros que se tornam agricultores independentes, e o processo em que pequenos camponeses se convertem em assalariados conforme avança o capitalismo no campo. Tais contradições existentes no interior do campesinato constituem o que Lênin (1982) denominou de descamponisação, levando a criação de uma nova população rural.

O autor compreende a desintegração do campesinato a partir das mudanças na égide das relações de servidão predominantes no modo de produção feudal. Grande parte dos camponeses servos vai vender as suas terras ou arrendá-las, e se juntar ao contingente de assalariados no mercado. A parte restante vai pagar pelo arrendamento destas terras e contratar a mão de obra excedente. Este último irá acumular terra e capital mercantil, tornando-se a aristocracia rural.

O processo em voga é consequência de uma sucessão de acontecimentos históricos que, segundo Lênin (1982), causaram o empobrecimento da maioria dos camponeses na Rússia, a saber: arrendamento e compra de terras; introdução de novas técnicas e máquinas agrícolas aperfeiçoadas; assalariamento e intensificação do trabalho no campo; avanço das relações mercantis sobre a agricultura. Estes fatores fizeram com que o campesinato se desintegrasse, sendo as relações tipicamente feudais substituídas pelas relações capitalistas.

As coisas mudaram de figura quando a terra comunitária passou a posse livre, o que tornou legal para o arrendamento e a compra. A partir de então, viu-se o campesinato diluir-se ao passo do aumento (significativo) da prática de arrendamento das terras férteis e da compra de terras para produção de uma agricultura mercantil. Com isso, ocorreu a estratificação do campesinato em três grupos: ricos (proprietários agrários capitalistas), pobres (vendedores da força de trabalho) e médios (cedo ou tarde estará na fila do proletariado) (LÊNIN, 1982).

O campesinato rico se beneficia da tecnificação agrícola e da disponibilidade de capital, porque compra mais terra e amplia o tamanho da sua extensão territorial para o uso da

⁴ O *Zemstvos* correspondia a uma forma de governo local instituída durante as grandes reformas liberais realizadas na Rússia imperial por Alexandre II. Após a Revolução de outubro de 1917, esse sistema foi encerrado e substituído por um sistema de conselhos de trabalhadores (Cf. <https://educalingo.com/pt/dic-en/zemstvo>).

agricultura. Aqueles camponeses médios que conseguem a incorporação técnica e acumulam capital, adequando assim as mudanças no campo, tendem a tornar-se ricos; o restante, caso não consiga acompanhar tal processo, é rebaixado para o campesinato pobre. Este terceiro grupo, que nada obtêm, aos poucos é extinto do mapa dos cultivadores agrícolas.

O campesinato rico ou tecnificado caracteriza-se por produzir uma agricultura comercial ou mercantil. Embora envolva um número minoritário de proprietários e abarque uma quantidade mínima de estabelecimentos rurais, o campesinato rico concentra mais da metade da área cultivada pela agricultura e possui a maior parte dos animais de tração. O fato de adquirirem mais terra permitiu a este grupo se diferenciar dos demais, tornando-se assim grandes proprietários de terras ou fazendeiros.

O autor ressalta que o campesinato rico realiza uma agricultura capitalista, pois a sua produção lhe rende um valor em dinheiro muito acima da dos camponeses médios e pobres. E a área explorada pela agricultura é superior à quantidade de membros da família, o que leva ao contrato de mais trabalhadores, tendo em vista atender as demandas da indústria.

Outro aspecto de diferenciação do campesinato rico se revela no fato deste ser bem mais equipado do que o restante. “Esses camponeses semeiam mais rapidamente, aproveitam melhor o bom tempo, recobrem as suas sementes com terras mais úmida, colhem no tempo oportuno, simultaneamente transportam e beneficiam os grãos etc.” (LÊNIN, 1982, p. 39). Com todas essas vantagens, não é estranho a redução das despesas com a produção agrícola quando há a ampliação do terreno explorado.

Os camponeses pobres, taxados por Lênin (1982) de grupo inferior, é caracterizado por semear pouca terra e vender a sua força de trabalho no lugar onde moram e nas imediações. As atividades de emprego são, quase sempre, tarefas agrícolas ou ligadas a ela. A maioria dos camponeses não possui ferramentas para trabalhar, com isso se sujeitam ao assalariamento rural, do qual é extraída a maior parte de sua renda, e o restante é fruto sobretudo dos arrendamentos do seu lote de terra comunitário.

Com base no exposto, os camponeses ricos possuem instrumentos aperfeiçoados para produção de uma agricultura e pecuária tecnificada e capitalista, enquanto os pobres nem sequer dispõem das ferramentas, e os médios possuem de maneira modesta. Como resultado, Lênin (1982) aponta para a formação de duas classes sociais no campo: uma classe superior, composta por poucos camponeses, mas que concentram a maior parte das terras e animais de tração e de arados etc; a segunda classe inferior, na qual são inseridos os camponeses proletarizados, podendo ser classificados como operários agrícolas e diaristas possuidores de uma parcela de

terra comunitária e é formada exclusivamente por camponeses vendedores de sua força de trabalho, pois compreende o seu principal meio de sobrevivência.

As diferenças constituídas internamente no campesinato russo se espalham em todos os lugares. Isso porque é factual a superioridade do campesinato rico perante o campesinato pobre, pois o grupo superior ao possuir a maior parte dos animais (gado), ganha vantagens no emprego de trabalho na terra, sendo assim responsável pelos resultados satisfatórios. Também o fez superior quando elevou o número de cavalos e a produtividade da agricultura com a prática de adubagem, coisas que faltam ao campesinato pobre, que não possuem nem cavalos e nem gado.

Nota-se que a “tendência progressista” do campesinato russo é, portanto, o progresso simultâneo da burguesia rural. E o tamanho das áreas dos estabelecimentos semeados aliado ao uso de instrumentos tecnificados são indicativos deste processo de diferenciação. Segundo Lênin (1982), tais evidências são identificadas na exploração superior, onde os agricultores possuem arados, debulhadoras, semeadoras a vapor ou a tração animal. E empregam métodos de cultivos apropriadas a exploração da terra, o que aumenta a produtividade agrícola, diferente dos camponeses pobres que apresentam colheitas de má qualidade e de baixa produtividade.

“Apesar das notáveis diferenças agrárias e agrícolas, a relação entre os grupos inferior e superior do campesinato é sempre a mesma”, de um lado, a transformação de camponeses em empresários rurais, de outro, a formação de um proletariado rural (LÊNIN, 1982, p. 75). Dada a situação posta, Lênin propõe o seguinte, se considerarmos a evolução da superfície das áreas semeadas pelo campesinato rico em conformidade com o emprego de trabalhadores assalariados, os quais são necessários a produção de mercadorias para o grupo superior e para a acumulação de capital, certamente a desintegração do campesinato russo teria contribuído para formação de um mercado interno propício ao desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

A formação do mercado interno acontece pela industrialização dos produtos extraídos da agricultura empresarial, simultâneo a transformação da força de trabalho em assalariada, tal qual é vendida pelo campesinato pobre. Nesse sentido, os camponeses pobres contribuem para consolidação do mercado interno via oferta de mão de obra para este tipo de agricultura, assim, se proletarizando, igualmente consomem os produtos industrializados.

É verdade que para Lênin a desintegração do campesinato cria um mercado interno com as condições necessárias ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Isso acontece porque no grupo superior há um consumo de apetrechos e artigos de luxo individual, e no grupo do proletariado que, embora consuma menos produtos e de baixa qualidade em comparação aos camponeses médios, comprem mais mercadorias. Como elucida Lênin,

a formação e o desenvolvimento da burguesia camponesa criam o mercado de duas maneiras: de um lado, e essencialmente, por conta dos meios de produção (mercado do consumo produtivo), porque o camponês rico se esforça em converter em capital os meios de produção que “acumula” em detrimento dos proprietários fundiários “empobrecidos” e dos camponeses arruinados. De outro lado, um mercado se forma aqui por conta do consumo pessoal como decorrência da ampliação das demandas dos camponeses mais abastados (LÊNIN, 1982, p. 118).

Como consequência, constitui-se uma classe de camponeses ricos que concentra os meios de produção e o capital, e outra classe expressa no proletariado rural, que estará subordinado a este primeiro grupo. O próprio camponês pobre oferece a sua parcela comunitária para ser arrendada, se desfazendo da terra, ao mesmo tempo em que se sujeita a se assalariar.

O campesinato rico, à medida que concentra mais cavalos, vacas e terras compradas e arrendadas, entra para o grupo da burguesia rural, combinando suas atividades agrícolas a empresas industriais e comerciais. Nesse contexto, não há outra opção para o camponês senão a proletarianização no mercado de trabalho. Sobra aos camponeses pobres os ofícios e os biscates como saída, caso contrário, seria ainda mais grave sustentar a sua família a partir do trabalho independente na terra, em condições tão adversas. Lênin (1982) ainda pondera:

Os sistemas de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra, a proletarianização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas. Não há nenhum fenômeno no campesinato que não apresente essa forma contraditória exclusivamente própria do sistema capitalista, isto é, que não traduza a luta e a divergência de interesses, não redunde em mais para uns e menos para outros [...]. O conjunto de contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos de desintegração do campesinato. Empregamos a palavra ‘descamponização’, os próprios camponeses fornecem uma definição precisa e relevante desse processo, que redunde na destruição radical do antigo campesinato patriarcal e na criação de *novos* tipos de população rural (LÊNIN, 1982, p. 113).

Por mais que houvesse tentativas de interpretações deste processo citado acima, para Lênin tais abordagens mostraram-se incompletas e superficiais para descrever o surgimento da nova população rural. Além do processo de diferenciação, o campesinato antigo não mais conservará a sua essência, aos poucos este tipo de camponês será substituído por outro grupo rural estratificado em uma sociedade mercantilizada pelas relações capitalistas.

As principais características deste campesinato rico atribuem-se a aliança da agricultura comercial com as empresas industriais e comerciais. É deste campesinato que surgem os grupos

dos granjeiros, os quais tomam arrendadas grandes extensões de terras para cultivarem cereais. Como estes sabem que a força de trabalho familiar não consegue suprir as demandas das atividades agrícolas, contratam trabalhadores assalariados e diaristas para realizarem trabalhos agrícolas. Por isso, é notável como estes estabelecimentos na Rússia assumiram *status quo* de grandes empreendimentos agrícolas alicerçados no trabalho assalariado, destaca Lênin (1982).

O campesinato médio oscila entre o campesinato pobre e o rico. No entanto, poucos atingem uma posição econômica confortável, ao restante - compreendido a maioria - não há outro destino senão rebaixar-se para a classe inferior. Conforme descreve Lênin (1982), cada vez que se endivida e a cada safra ruim os camponeses são obrigados a lançarem-se no mercado de trabalho para venderem a sua força de trabalho em troca de um salário.

Por outro lado, o campesinato rico atua de várias formas para a extinção do campesinato pobre e também reclama ao camponês médio todos os direitos agrários e agrícolas. Com isso, as disparidades econômicas são aprofundadas entre o grupo superior e inferior, promovendo o processo de descamponização. Cedo ou tarde o campesinato médio vai se tornando proletariado rural, assim também correndo os mesmos riscos de desaparecer.

Este fenômeno de descamponização é intensificado pelo abandono das terras pelos camponeses ou pelo arrendamento destas. Acentua-se nesta ordem um êxodo dos camponeses para a cidade, sobretudo dos médios, o que tende a agravar o processo de dissolução do campesinato. Desses camponeses, os que ficam no campo são os miseráveis e arruinados.

Lênin (1982) estuda a penetração do capitalismo na agricultura em condições bem diferentes daquelas que Kautsky fez na Alemanha, porque o capitalismo na Alemanha já estava consolidado, enquanto na Rússia ele aconteceu de modo atrasado.

Lênin diverge ideologicamente de alguns integrantes do movimento populista, entre eles Chayanov, que acreditava que a Rússia ainda era um país de dimensões agrícolas. O movimento populista acreditava numa Rússia não capitalista. E que para tornar-se uma nação socialista não necessariamente precisaria passar pelos estágios históricos do capitalismo, pois compreendia que ela transitaria direto do feudalismo para o comunismo. Lênin não compartilhava com tal posicionamento teórico, e usou de dados estatísticos para defender que a Rússia já era um país capitalista – embora de maneira atrasada.

Lênin segue a visão linear de Marx, ao eleger o trabalho assalariado enquanto característica fundamental ao desenvolvimento do capitalismo. No entanto, Correia (2011) identifica elementos teóricos postulados na mencionada obra que associam a visão multilinear sobre a evolução do capitalismo na agricultura. Os argumentos versam sobre o capital

possibilitar a constituição de outras unidades produtivas agrícolas que não são de natureza capitalista, embora estejam subordinadas ao desenvolvimento econômico do capitalismo.

Lênin (1982) acredita que a Rússia está pronta para a revolução socialista, isto é, a transformação de uma sociedade capitalista numa socialista por contar com um proletariado urbano e rural para fazer a revolução, pois estes dariam sustentação ao sistema. Além disso, o país contava com um mercado interno, sendo um fator fundamental, haja visto, existir produtores de mercadorias e consumidores destas mercadorias.

É prudente a assertiva das concepções teóricas de Lênin e Kautsky sobre a desintegração do campesinato tomarem determinação no marxismo ortodoxo, cujo quadro explicativo parte de questões inerentes ao desenvolvimento do capitalismo. No entanto, não podemos negar os comentários tecidos por estes autores sobre o campesinato, sugerindo estratégias de enfrentamento ao desenvolvimento do capitalismo no campo e formas de recriação dentro, no interior deste modo de produção.

Segundo a compreensão de Kautsky (1980), a pequena exploração camponesa pode aparecer associada ao desenvolvimento produtivo da grande exploração enquanto engrenagem do desenvolvimento do capitalismo. As pequenas unidades abastecem com materiais e força de trabalho a voracidade da indústria e das grandes propriedades agrícolas. Até certo contexto, esta dependência faz a pequena unidade produtiva indispensável ao capitalismo, ao mesmo tempo em que tal relação de subordinação representa a incerteza de sua existência neste sistema.

Com o mesmo ímpeto que percebeu possíveis incongruências no pensamento de Kautsky, Correia (2011) afirma que Lênin, por mais que tenha se apresentado como marxista ortodoxo, ele não foi contundente em suas formulações teóricas sobre o desaparecimento do campesinato, uma vez que reconheceu a resistência do mesmo perante o desenvolvimento do capitalismo. Tais questões abertas em sua análise sobre a permanência do campesinato são objeto de fortes críticas.

Mesmo que abordem de forma aparentemente secundária a presença de sinais de resistência do campesinato ao desenvolvimento do capitalismo no campo, Kautsky e Lênin forneceram dados relevantes, importantes contributos científicos a este tema, o que permitiu a eles transitarem entre o marxismo ortodoxo e o heterodoxo.

Embora concorde com a sociedade viver baseada numa economia capitalista de mercado, Correia (2011) levanta críticas a interpretação defendida pela corrente marxista ortodoxa, e pondera que o modo capitalista de produção permite a existência de outras formas econômicas, a exemplo das relações pré-capitalistas imprimidas pelos pequenos camponeses

nas pequenas explorações. Isso suscita o reconhecimento de outras relações de produção dentro do capitalismo no campo, onde encontram-se forjadas as relações não tipicamente capitalistas.

A partir do exposto, concordamos com Correia (2011) ao prescrever que muitos autores marxistas ortodoxos negligenciaram tais questões relacionadas a resistência do campesinato por seguir à risca o dogmatismo desta corrente, ao reconhecer apenas a burguesia e o proletariado como as únicas classes existentes no capitalismo, assim também por tecerem argumentos que pensam a transformação de uma sociedade capitalista em uma socialista de maneira linear.

Bottomore (2001) afirma que Lênin esteve à frente da revolução na Rússia e chegou ao mais alto escalão do poder político, pelo qual tornou aplicável as suas concepções na transformação da Rússia em uma nação socialista. As suas ideias foram difundidas por vários lugares do mundo, servindo de exemplo de modelo político e econômico a ser seguido.

Muitos estudiosos agraristas brasileiros buscaram aplicar a teoria ortodoxo marxista à interpretação de como o capitalismo foi introduzido no campo brasileiro. Após um certo período, a tese do desaparecimento do campesinato não se concretizou por completo como afirmada em outrora. A galope, foram inevitáveis as críticas referentes à confirmação do desaparecimento do campesinato no marxismo ortodoxo, assim levando a construção e reformulação de novas concepções teóricas sobre a temática. Partindo do entendimento dessas críticas que trazemos ao debate os contributos teóricos de Chayanov a respeito do campesinato.

2.3 A concepção de campesinato em Chayanov

O grupo dos narodniks assim como os populistas russos defendiam politicamente que o campesinato constitui um modo de produção paralelo ao capitalismo (BOTTOMORE, 2001). Chayanov o define como *modo de produção camponês*, apresentando as seguintes características: a) produção para o próprio consumo; b) trabalho familiar; c) formado apenas por uma classe social; d) organização da produção alicerçada na pequena unidade produtiva.

Ainda muito jovem, o socioeconomista rural Alexandre Vassilievitch Chayanov gozava de uma posição importante à frente de um cargo estatal no Instituto de Economia Agrária da Rússia, além de ser participante do grupo populista. Este autor elaborou “A Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas” para mostrar justamente a existência de outras formas de organização econômica não associadas ao modo capitalista de produção.

Adepto da escola organizacional (produtiva), Chayanov (1924) tratava as cooperativas e a inovação técnica como importantíssimas ao desenvolvimento do campesinato. Suas investidas teóricas defendiam o papel da tecnificação agrícola nas pequenas unidades

camponesas, que é algo além das preocupações prestadas pelas escolas populista e marxista, as quais centralizavam os debates na temática propriedade e distribuição da terra.

O mencionado autor é definido como marxista heterodoxo, e as suas ideias divergiam de alguns estudiosos ortodoxos, principalmente daqueles seguidores da corrente do marxismo-leninismo, que era predominante na Rússia no período.

Correia (2011) afirma que nos escritos de Chayanov (1974) sobre “A Organização da Unidade Econômica Camponesa” (1925), ele apresenta grande envergadura teórica acerca da existência e recriação do campesinato no interior do desenvolvimento do capitalismo. Nesse trabalho ele busca explicar as formas de organização econômica dos camponeses vistas pelo prisma interno da unidade familiar, estruturada no equilíbrio trabalho-consumo.

Bottomore (2001), ao revisitar os escritos de Chayanov, afirma que cada família camponesa elabora subjetivamente um equilíbrio que é exigido pela necessidade de consumo e capacidade de pessoas produtivas para atender uma meta estabelecida pela primeira circunstância, isto é, o volume de mercadorias cogitadas para ser consumidas no ano. Isso envolve alimentos, roupas, calçados e despesas mais amplas da sociedade, integradas a economia mercantil. Este tipo de situação ganha visibilidade com a compra de bens e artigos típicos da produção capitalista, caso de máquinas e equipamentos agrícolas, eletrodomésticos, como também no cumprimento dos deveres civis, na forma de pagamento de impostos públicos.

As observações de Paulino e Almeida (2010) chamam atenção para as inquietações de Chayanov (1974) ao analisar o processo de diferenciação social do campesinato. Ele o interpreta não como um fenômeno de descamponização, como defendia alguns marxistas ortodoxos, mas sim como um processo natural de adaptação dos camponeses em sua unidade produtiva, sendo indispensável ao bem-estar da família.

O que estava em curso no campo russo não era um processo de desigualdade e antagonismo de classe no seio do campesinato, numa competição própria da lógica capitalista que levaria inflexivelmente à desintegração do mundo camponês. Mas, sim um conjunto de estratégias orientadas por uma racionalidade que parte da família para a terra, portanto da avaliação subjetiva das necessidades do núcleo familiar (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 33).

Na visão de Chayanov (1981), segundo Almeida e Paulino (2010), a diferenciação social do campesinato não resultaria da proletarização rural e da acumulação de capital e de terras pelos pequenos fazendeiros. Obedeceria, entretanto, às necessidades internas da família, alicerçadas no (des)equilíbrio trabalho-consumo e na satisfação do aumento das exigências dos

dispêndios entre os seus dependentes. Dadas circunstâncias internas ao camponês compreendem indicativos concisos a estrutura da economia camponesa.

O autor supracitado abordou exclusivamente o campesinato na Rússia, onde buscou compreender o fenômeno da diferenciação do campesinato a partir de sua dimensão demográfica. Na sua visão, cada família camponesa apresenta uma dinâmica interna própria, consequência da quantidade de pessoas consanguíneas para consumir e para trabalhar. A quantidade de braços combinados ao número de bocas (pais e filhos) para comer regulam as exigências de ampliação ou redução da produção.

O trabalho familiar é também um mediador na garantia da satisfação interna do grupo. Através dele, as famílias podem explorar as atividades agrícolas e, com isso, acumular internamente capital para comprar outras mercadorias e equipamentos de trabalho para serem utilizados na exploração da terra. O nível de intensificação do trabalho obedece racionalmente às necessidades familiar, o que também determina quando realizar ou não mais despesas.

Chayanov (1981) defende a tese de o grau de auto exploração da unidade camponesa ser estabelecido pela satisfação do equilíbrio entre consumo e trabalho. Em relação a este equilíbrio Chayanov (1981) afirma que

é da seguinte maneira que se atinge: por um lado, a partir das condições específicas da unidade de produção, da sua situação no plano do mercado e da sua localização relativamente aos locais de troca (tudo isto determina o grau de esforço fornecido); por outro lado, a partir da dimensão e da composição da família, bem como do carácter mais ou menos urgente das suas exigências — dados que determinam o nível de consumo (CHAYANOV, 1981, p. 483).

O aumento produtivo em determinadas atividades possibilita a aquisição de maiores volumes de produtos com menos emprego de trabalho, que também resultam em menos desgastes físicos, além de lhe sobrar tempo ocioso. Isso porque a soma do rendimento individual de cada membro familiar permite verificar a capacidade de produtividade do empregado na exploração da terra. Do contrário, as desigualdades produtivas entre os familiares podem sobrecarregar aqueles mais eficientes devido ter que assegurar o nível de satisfação da família.

A satisfação do equilíbrio trabalho-consumo é fundamental ao entendimento do tipo de economia camponesa enfatizada na tese de Chayanov (1981), que se encontra organizada racionalmente as necessidades internas, estruturados na relação terra, capital e família, sob as seguintes características: 1) força de trabalho familiar; 2) pouca utilização de mão de obra assalariada; 3) pequenas propriedades agrícolas; 4) produção para o consumo próprio; 5) pouco ou nada de investimento de capital etc. Qualquer descompasso entre estes pilares põe o

camponês diante de duas circunstâncias: uma, a que o força intensificar o trabalho na terra para aumentar a sua produção; outra, que o obriga ocupar trabalhos remunerados.

O camponês e o artesão são personagens importantes do sistema não capitalistas, porque são donos dos seus meios de produção e desempenham de modo independente as suas atividades econômicas. Ou seja, eles “dispõem totalmente do produto do seu trabalho e são levados a fornecer tal trabalho pela procura das suas famílias, a cuja satisfação só a fadiga devida ao trabalho opõe um limite” (CHAYANOV, 1981, p. 489). Assim, realizam, sempre quando necessário, trabalhos remunerados, sendo um complemento da renda.

A inserção temporária de alguns membros da família em atividades não agrícolas remuneradas figura-se como complementar à renda. Tal prática não apresenta ameaça ao desaparecimento da agricultura essencialmente camponesa, mas é uma forma para restabelecer o equilíbrio interno que lhe está em falta no momento (CHAYANOV, 1981).

É certo que Chayanov (1924) está convencido das transformações no interior do campesinato da Rússia devido a penetração do capitalismo no campo. Porém, apresenta divergências teóricas em relação à tese da diferenciação social defendida por Lênin e Kautsky. Para este autor o que ocorria no campesinato era um processo inverso, pelo qual a satisfação da família os obrigava a buscar novas formas de recriação.

Desse modo, a diferenciação do campesinato nada mais é do que estratégias de adaptação ao progresso em curso na sociedade. Além do que, não é de agora que o campesinato busca estratégias de reprodução social. Assim foi no mundo antigo, nas sociedades escravistas, no feudalismo, e é agora no capitalismo. Se não atentarmos para estas questões do campesinato, intrínsecas às estratégias de superação, as mudanças espaciais e temporais, que, muitas vezes, resultaram na diferenciação social do mesmo, então, estaremos a ponto de desconsiderar a sua capacidade de adaptação econômica e social, coisa que não é verdade, haja visto este grupo social ter atravessado séculos e mais séculos de existência.

Pode-se verificar no pensamento de Chayanov (1981) uma crítica à tendência seguida por vários autores contemporâneos em estudar os assuntos intrínsecos à economia moderna tão-somente enfatizando as questões provenientes do desenvolvimento do capitalismo, o que destitui o papel das economias não capitalistas. Os estudos que não tivessem alguma relação com este modo de produção, não apresentariam relevância no âmbito acadêmico.

Embora reconheça a generalização das relações mercantis e as trocas de mercadorias de forma globalizadas, Chayanov (1981) retoma o seu posicionamento ao considerar que a economia camponesa se diferencia do modo de produção capitalista, em que o trabalho assalariado.

A retirada de qualquer umas das categorias: salário, preço, juro, capital, renda, comprometem e muito o funcionamento das outras, visto que perdem o seu caráter específico e o seu significado conceitual. Estas se mostram indissociáveis ao funcionamento da economia capitalista. Por esta razão, em organizações sociais destituídas de qualquer uma destas categorias capitalistas, vivendo somente a satisfazer as necessidades das famílias, supõe compreendê-las a partir de uma economia não capitalista ou economia natural.

Na economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela satisfação das necessidades de produção isolada – a qual é, ao mesmo tempo, uma unidade de consumo. Assim, a preparação de um orçamento é aqui, em larga medida, qualitativa: para cada necessidade da família tem de ser fornecido, em cada unidade económica, o produto qualitativamente correspondente em *gêneros* (CHAYANOV, 1981, p. 481).

Partindo-se desse pressuposto, notemos a disfunção das categorias citadas quando aplicadas em estruturas econômicas não capitalistas. Como afirma Chayanov (1981, p. 482), se numa exploração baseada no trabalho familiar, por exemplo, que “utiliza a sua força de trabalho para cultivar o solo e obtém, como resultado de trabalho de um ano, uma certa quantia de bens” provavelmente não há a presença do trabalho assalariado. Se não há salário tampouco existirá o lucro líquido, renda ou juro, categorias fundamentais ao sistema capitalista.

As categorias teóricas atribuídas às compreensões do sistema capitalista, para Chayanov não podem explicar as mudanças no interior do campesinato justamente por serem signos próprios do capitalismo e não do campesinato. Além das mesmas não conseguirem compreender as especificidades da relação terra, capital e família imprimidas pelos camponeses, que difere daquelas introduzidas por um empresário capitalista.

Não podemos compreender as relações sociais e, aí podemos acrescentar também as espaciais, restrito a teoria econômica do capitalismo. Dito isto, Chayanov (1981) em suas notas sobre “Teoria dos Sistemas Econômicos Não-Capitalistas” formula um cálculo exclusivo para explicar a economia camponesa vista pela lupa da organização produtiva, a exploração da terra. Ele elaborou uma fórmula específica que conta apenas com os algoritmos **renda bruta** (RB) e as **despesas em materiais** (DM), baseado na mão de obra familiar.

Os camponeses trabalham de modo familiar durante a maior parte do ano em vista de obter o máximo de dispêndios a satisfação do equilíbrio cogitado pela família, tão necessário à sua reprodução. Observa-se “*um modo de produção*” específico ao campesinato, regendo nas unidades produtivas relações econômicas não capitalistas, assim como a sua exploração é

exclusivamente destinada para o consumo interno, apenas quando lhe sobra um excedente é que este é direcionado à comercialização (CHAYANOV, 1981).

Mesmo estando em evidência as mudanças no campo determinadas pela tecnificação agrícola junto a inserção do capitalismo na agricultura, Chayanov presume que o campesinato não irá se dissolver, mas buscará melhores mecanismos sociais de reprodução. Ele vê nas cooperativas uma alternativa para que a modernização da produção camponesa atinja todas as esferas econômicas deste campesinato em processo de diferenciação. E também uma possibilidade para os camponeses menores usufruírem desse progresso técnico.

O autor faz ponderações importantes sobre a forma de como este campesinato deveria desenvolver-se dentro deste processo. Os camponeses só poderiam participar das tendências do capitalismo na agricultura, contanto que estivessem organizados em cooperativas alicerçadas no significado da colaboração. Tal mecanismo preservaria o tipo de produção agrícola produzida pelos camponeses, prevenindo assim de serem engolidos pelo capitalismo, que teria como consequências maiores, caso viesse a ocorrer: a proletarianização rural; produção exclusiva para o mercado; exploração da mais-valia; concentração de capital e dos meios de produção.

Na visão de Chayanov a modernização agrícola não impedia o camponês de se inserir no progresso técnico no campo. Ele entende que o camponês não é um sujeito retrógrado, de uma produção reduzida ao consumo familiar e que não estabelece relações comerciais, ou mesmo não se assalaria e que não utiliza maquinários e equipamentos agrícolas.

Nesse sentido, Chayanov formulou pressupostos teóricos importantes que corroboram a ideia da manutenção do campesinato dentro do sistema capitalista.

Pelo exposto concluímos que Chayanov tem muito a contribuir em termos teóricos e metodológicos para nossa pesquisa, na medida em que possibilita interpretações pertinentes para compreendermos as formas de resistência e recriação do campesinato nos assentamentos de reforma agrária, no caso o assentamento Sitio, localizado em Dona Inês-PB.

2.4 A discussão dos geógrafos críticos brasileiros sobre a desintegração ou permanência/recriação do campesinato no desenvolvimento do capitalismo

As teorias clássicas do desaparecimento do campesinato ou de sua permanência no capitalismo chegou ao Brasil na segunda metade do século XX, através de intelectuais militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Daí em diante, o tema constituiu-se um campo de estudo fértil aos estudiosos do assunto, sendo mais bem discutido por economistas, sociólogos e historiadores.

Os debates políticos travados na cúpula do partido comunista tinham como referência as análises teóricas de Lênin e Kautsky. Uns mostravam-se mais adeptos a tese de Lênin, a de que o fim do campesinato ocorreria devido o processo de proletarização no campo. Outros corroboravam com o pensamento de Kautsky, por ele acreditar que o desaparecimento dos camponeses aconteceria com a integração total da sua produção à indústria. O camponês que não conseguisse tecnificar a sua produção acabaria se tornando um mero fornecedor de matéria-prima para a agroindústria, sendo assim um trabalhador assalariado disfarçado (SILVA, 2019).

Entre os estudiosos brasileiros marxistas que comungavam com as teorias clássicas destacam-se Caio Prado Junior e Alberto Passos Guimarães. Ambos foram “intelectuais influentes nas visões do PCB sobre a formação histórica brasileira, principalmente sobre a questão agrária do país” (NATIVIDADE, 2013, p. 57). Na visão de Caio Prado Junior, o Brasil já se constituiu um país no modo de produção capitalista, visto que desde a sua colonização produzia produtos (*in natura*) de exportação para atender as necessidades do capital mercantil. Diferente deste pensamento, para Guimarães o que existia no campo brasileiro era traços de relações feudais ou semifeudais.

Embora discordassem em suas interpretações teóricas, as contribuições intelectuais de Caio Prado Junior e Guimarães presumiam o desenvolvimento ampliado do capitalismo na agricultura nacional e a eliminação dos tipos de relações não capitalistas ou pré-capitalistas, que seriam substituídas por relações de trabalho assalariadas.

Enquanto as interpretações do marxismo clássico no triênio de 1940, 1950 e 1960 motivavam posições teóricas e políticas divergentes entre estudiosos agraristas nacionais, os geógrafos agrários trilhavam um caminho diferente, de modo que se excluía dos debates acerca do campesinato. Os estudos de geografia agrária, segundo Andrade (1999), voltavam-se para um trabalho descritivo das diferentes paisagens rurais, partindo-se de concepções lablacheanas, como fica claro na fala de Bray (2008):

Os geógrafos agrários desenvolviam estudos sobre a paisagem rural, as formas variadas de agricultura, os regimes agrários, o sistema de divisão dos campos, os tipos de produção vegetais, enfim, os gêneros de vida ligado aos criadores e agricultores. Por outro lado, através das monografias, as condições geográficas e os fatos sociais, seriam examinados detalhadamente num campo bem escolhido e restrito [...]. Essa postura positivista-empirista, sensível ao nível do método, estabeleceu uma rigidez nas análises dos geógrafos agrários brasileiros [...] (BRAY, 2008, p. 7).

Para Bombardi (2010), o uso exacerbado dos modelos metodológicos desenvolvidos por geógrafos europeus induziu os geógrafos brasileiros a produzir um conhecimento “neutro”. Ao

priorizarem a “neutralidade” em suas pesquisas, também desviaram de assuntos polêmicos desse período, caso da concentração fundiária, luta pela terra, luta de classes, relações de trabalho, campesinato e outros temas que vinham empolgando economistas e sociólogos.

Até os anos de 1970, predominou entre os geógrafos agrários nacionais as concepções de Alberto Passos Guimarães, o qual acreditava que nunca houve camponeses no Brasil. Segundo ele, o camponês era um produto histórico da Europa, e o que se via aqui eram resquícios de relações feudais. Essa teoria é mais bem desenvolvida em seu livro "Quatro Séculos de Latifúndio" e foi fortemente difundida entre os geógrafos agrários na década de 1960.

As bases teóricas incorporadas pelos geógrafos agrários os aliciaram a compreensões errôneas do campesinato, ao desconsiderar a sua existência. Isso implicou em seu afastamento dos debates acerca do desaparecimento ou não dos camponeses com o avanço das relações capitalistas no campo (BRAY, 2008).

Manoel Correia de Andrade desenvolve no âmbito da geografia agrária os primeiros ensaios críticos acerca do campesinato nordestino. Ao estudar as lutas pela terra promovidas pelas Ligas Camponesas no Nordeste, apresentadas no livro *A Terra e o Homem no Nordeste*, Andrade lança críticas importantes a respeito da concentração fundiária da região, ao mesmo tempo em que estampa a existência e resistência de um campesinato formado no interior do latifúndio ou a margem dele, em pequenas terras próprias ou de posse de famílias camponesas.

Na visão de Ferreira (2001), Alves (2010) e Bray (2008), Andrade deixa de lado a neutralidade científica do geógrafo ao se posicionar contrário à concentração fundiária e ao discutir as relações de produção e de trabalho no Nordeste. Deste modo, ele passou a fazer ciência, produzindo uma geografia a serviço da população rural.

Andrade foi fortemente influenciado por Caio Prado Junior, quem, por sinal, prefaciou a primeira edição do seu livro “*A Terra e o Homem no Nordeste*” (1963). De acordo com Bray (2008), Caio Prado já vinha há algum tempo trabalhando com teorias marxistas. A partir desta corrente filosófica, ele analisou o desenvolvimento do capitalismo no campo e analisou a questão agrária brasileira. Da mesma forma refutou as teorias que afirmavam a presença de relações feudais ou semifeudais no Brasil. Segundo ele seria um equívoco pensar assim.

A ligação Manuel Correia e Caio Prado é muito importante nesse período, uma vez que, apesar do bom relacionamento de Caio Prado Júnior com os geógrafos nacionais nas décadas de 30, 40 e 50, suas contribuições teórico-metodológicas não foram utilizadas pelos mesmos, principalmente os geógrafos agrários. A visão liberal política burguesa da geografia agrária brasileira via como "radicalismo" as interpretações marxistas de Caio Prado

Júnior. Nas décadas de 50 e 60, Caio Prado criticava a visão de feudalismo no campo brasileiro (BRAY, 2008, p. 9).

Enquanto as concepções de Caio Prado Junior circulavam cada vez mais nos espaços acadêmicos no início da década de 1960, os geógrafos agrários permaneciam indiferentes às contribuições teóricas dele.

A postura neutra dos geógrafos e a sua fidelidade com o pensamento agrário europeu se manteve durante o início da década de 1970. No mesmo período em que se assistia à intensificação da modernização agrícola e a expansão do capital monopolista no campo, em que se observava a integração da agricultura com a indústria. Ou seja, a indústria tornou-se produtora de insumos para as atividades agrícolas e a agricultura, por sua vez, tornou-se fornecedora de produtos para a indústria. Essa integração determinou novas formas de produzir no campo, bem como promoveu a expansão das relações capitalistas de trabalho às custas da expropriação-expulsão dos camponeses sem terra das propriedades rurais.

Neste momento, crescia na UNESP e na UFRJ, além do IBGE, principais instituições a introduzirem a linguagem matemática em suas pesquisas, a produção de estudos de geografia agrária amparados no neopositivismo ou empirismo lógico (BRAY, 2008). Tais instituições aderiram aos paradigmas da agricultura dos países anglo-saxões, valendo-se da matemática e da estatística para analisar as transformações ocorridas no espaço agrário, acarretadas pela expansão da tecnificação agrícola (FERREIRA, 2001).

Também crescia no ambiente acadêmico, além das concepções neopositivista da Nova Geografia, a corrente dialética marxista, disseminada por Manoel Correia de Andrade e Orlando Valverde. Vale lembrar que ambas as correntes começaram a ser difundidas na ciência geográfica desde os anos de 1960. Dessa década em diante, tais geógrafos, aos poucos, rompiam com a “neutralidade científica” da disciplina, tão marcante nas abordagens geográficas antecessoras.

A aproximação dos geógrafos com o marxismo que, lhes apresenta a filosofia e os diálogos com as outras Ciências Humanas, forneceu outros caminhos metodológicos para interpretação do campo. Temas nunca tratados ou mencionados superficialmente passaram a ser contemplados nas pesquisas dos geógrafos, sendo um deles a criação e recriação camponesa.

Os trabalhos de Manoel Correia de Andrade deram o pontapé inicial para a nova geração de geógrafos agrário, orientados pela corrente filosófica marxista. O principal expoente dessa corrente é o professor Ariovaldo U. de Oliveira (1978) com a sua tese de doutoramento “Contribuição para o estudo da Geografia Agrária: crítica ao ‘Estado Isolado’ de Von Thünen”. “Deliberadamente, introduziu na geografia agrária - através de sua concepção dialética de

ciência – o comprometimento do trabalho científico com a transformação da realidade” (BOMBARDI, 2008, p. 107). Parcela significativa dos geógrafos passaram a partir de então, a construir um conhecimento teórico e metodológico tipicamente nacional, pautado na concepção dialética da ciência.

O processo de descolonização da geografia agrária fez com os geógrafos “desenvolvem-se um discurso mais voltado para as questões da agricultura nacional, alicerçadas na ótica marxista, através das transformações dos modos de produção capitalista no país” (BRAY, 2008, p. 12). A disciplina passa a ser vista pela sua criticidade ao sistema capitalista, e os geógrafos agrários se mostram mais interessados em estudar assuntos tocantes ao campesinato, estrutura fundiária, Reforma Agrária, violência no campo, conflito pela terra, recriação camponesa etc.

Sob influência do marxismo no pensamento agrário brasileiro formaram-se três vertentes teóricas de interpretação do campo, elucidadas por Oliveira (1999) da seguinte forma: a) a destruição dos camponeses e a modernização dos latifúndios; b) a permanência das relações feudais; c) a criação e recriação do campesinato e do latifúndio.

A primeira vertente baseia-se na teoria da diferenciação social do campesinato vista de duas formas. Como já foi exposto, os seguidores desta teoria dividem-se entre aqueles que concordam com a destruição do campesinato que seria levada a efeito através da sua integração ao mercado capitalista⁵; e outros que estão convencidos de que o seu desaparecimento acontece à medida em que se dá a modernização dos latifúndios e sua transformação em empresas capitalistas⁶. Assim como os latifundiários, os camponeses abastados também buscariam modernizar-se, e os que não conseguissem acabariam se juntando aos camponeses pobres, que logo se transformariam em trabalhadores assalariados (OLIVEIRA, 1999, 2007).

A segunda vertente teórica acredita que no campo brasileiro havia relações feudais, e os camponeses eram compreendidos enquanto resíduo social do feudalismo, haja visto as características de servidão identificadas sobretudo na região Nordeste. Os estudiosos desta corrente acreditam ser fundamental suprimir o que restava dessas relações feudais e promover a expansão do assalariamento no campo. Só assim, explica Oliveira (1999, 2007), o campo

⁵ À medida que o camponês produzisse inteiramente para o mercado, ficaria mais vulnerável às crises derivadas dos recorrentes desequilíbrios econômicos causados pelas altas taxas de juros e queda dos preços dos gêneros agrícolas, consequência da lei da oferta e da procura. Daí formaria duas classes de camponeses no campo: uns se sobressairiam e se tornariam camponeses ricos, já outros não teriam a mesma sorte, ficando mais pobres, sendo a proletarianização a sua principal alternativa no campo (OLIVEIRA, 1999, 2007).

⁶ Os latifúndios dariam lugar às grandes empresas agrícolas, organizadas por novas relações de trabalho, inserção de máquinas sofisticadas, técnicas e insumos agrícolas. O grande latifúndio e as relações não capitalistas, a qual os camponeses são principais agentes, estariam fadadas à extinção (OLIVEIRA, 1999, 2007).

tomaria o caminho do desenvolvimento. Em outras palavras, faz-se necessário estimular a inserção dos produtos camponeses no mercado capitalista. Os impactos do mercado capitalista logo seriam sentidos entre os camponeses, uma vez que receberiam baixos preços pelos seus produtos agrícolas e pagariam altos preços pelas mercadorias industrializadas. Daí teriam de pegar dinheiro a juros, não conseguindo pagar os empréstimos, acumulariam dívidas e iriam se desfazer de suas terras. Sem o meio de produção, que é a terra, acabariam como proletários.

Na visão das duas vertentes citadas os camponeses compreendem um resíduo social em vias de extinção, isto é, não tardaria muito para o capitalismo destruí-lo. Dito isto, os estudiosos brasileiros adeptos da teoria do desenvolvimento generalizado do capitalismo no campo, acreditavam que, com a modernização acentuada da agricultura nos anos de 1970, a proletarianização no campo seria algo inevitável assim como o fim do campesinato estaria certo.

Para esses estudiosos da teoria clássica, ainda se teria como efeito da consolidação das relações capitalistas no campo a formação de uma sociedade constituída de duas classes: donos dos meios de produção (burguesia) e os desprovidos destes meios (proletário). Tal entendimento encontra-se fundamentado em posições políticas, conforme explica Oliveira:

Na realidade, o que ocorre é que esses autores têm uma *concepção teórica* que deriva de uma *concepção política* de transformação da sociedade capitalista. Partem do pressuposto de que a chegada ao socialismo só seria possível se a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes sociais antagônicas: o proletariado e a burguesia (OLIVEIRA, 1999, p. 72).

Ao corroborarem com esta tese, os estudiosos agraristas concordavam que não haveria lugar para os camponeses dentro de um modelo de sociedade capitalista. Essa visão foi bem difundida pelos partidos políticos de esquerda a partir da primeira metade do século XX, permanecendo por muito tempo dominante nas discussões do campesinato (SILVA, 2019).

Ao recuperar as concepções de Marx, Oliveira pensa (1999) de modo diferente em relação às correntes teóricas que assumem a concepção de à sociedade capitalista ser composta de duas classes. Na sua compreensão,

os proprietários de força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto assalariados, capitalistas e proprietários de terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (OLIVEIRA, 1999, p. 35).

Oliveira afirma ainda que em relação ao papel e o lugar dos camponeses dentro de uma sociedade capitalista, como é o caso do Brasil, devem ser entendidos: “no interior do processo

de desenvolvimento do capitalismo no campo” (OLIVEIRA, 2004, p. 35). Sem essa percepção, “continuar-se-á a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil” (OLIVEIRA, 2004, p. 35).

Oliveira (2004) chama atenção para o aumento do número de posseiros entre o período de 1960 e 1985, justamente nos anos em que o capitalismo monopolista expandiu-se a todo vapor no campo. Nesse momento, deveria ter acontecido a massificação do trabalho assalariado, como afirmavam os estudiosos da teoria clássica. Porém, isso não aconteceu: “os camponeses, em vez de proletarizarem, passaram a lutar para continuar sendo camponeses”. Não podemos negar, porém que grande parte do campesinato migrou para a periferia das cidades nesse período, dando origem às favelas e ou ao inchamento urbano. Mas a luta de resistência camponesa pelo direito de permanecer na terra foi sem dúvida à época, um elemento fundamental para a sobrevivência do campesinato (MOREIRA, 1997). Sendo assim, as teses que prescreviam o seu fim não possuem capacidade explicativa sobre este fenômeno.

Por isso, Oliveira segue uma terceira vertente de análise, que tem como principais intelectuais Trotsky e Rosa Luxemburgo. O referido autor afirma que, o capitalismo, por seu desenvolvimento contraditório e combinado, permite a recriação de outras relações não capitalista, a exemplo das relações camponesas e da recriação do latifúndio dentro deste sistema. Desse modo, propõe dentro dos pressupostos básicos desta corrente a interpretação de que os camponeses se recriariam dentro do movimento contraditório do capitalismo.

O próprio capitalismo permite ao campesinato se recriar. Uma das formas desse processo acontecer está relacionada à reprodução das relações não capitalistas, à qual a produção camponesa encontra-se relacionada, explica Silva (2019),

a produção camponesa pode ser expressa pelas relações não capitalistas de produção. Seu fortalecimento dá-se como resultado das contradições do modo de produção capitalista que, ao mesmo tempo em que cria relações extremamente capitalistas, cria também relações não capitalistas de produção, como, por exemplo, as relações camponesas de produção (SILVA, 2019, p. 5).

Acreditamos que daí reside a existência, resistência e persistência do campesinato em se recriar, contrariando em parte as teses que prescreviam o seu fim. Assim “os camponeses, na luta secular de resistência para permanecerem na terra, criam estratégias para não desaparecerem como classe, resistindo, assim, a imposição do capital que seria a causa da proletarização total” (DINIZ, 2010, p. 39). Podemos observar que o desaparecimento dos

camponeses não se concretiza porque eles não querem ser totalmente assalariados. E, quando são expropriados, logo passam a lutar pela terra. Quando têm acesso à terra, como posseiro ou como assentados da reforma agrária, passam a lutar por melhores condições de vida e políticas públicas que venham favorecer a sua reprodução social. Portanto, a luta não cessa.

Também é verdade que os camponeses correspondem a um grupo que, por ora, se vale das forças capitalistas, mas a sua essência não reside neste modo de produção, pois as suas ações e formas de se apropriar da terra e de se relacionar com seus pares seguem outros princípios. Isto é posto nas relações viscerais, assim como nas relações de trabalho – troca de dias de serviço, ajuda mútua, trabalho centrado na família, coletivização dos meios de produção –, orientado por ações de cooperação, o que se distancia das relações de assalariamento.

Na análise de Oliveira, o campesinato permanece vivo, lutando pela conquista de novos territórios. Em busca de corroborar com o pensamento de Oliveira, que alerta para permanência dos camponeses dentro do modo capitalista de produção, destacamos a recriação do campesinato na microrregião do Curimataú Oriental.

O campesinato no Curimataú Oriental aparece junto ao processo de ocupação e produção do espaço agrário da região desde o século XVII, surgindo no interior das fazendas de gado, através de diferentes relações de trabalho e de produção.

O espaço agrário do Curimataú Oriental passará por grandes transformações ao longo do tempo, sendo mais marcante durante o processo de modernização agrícola. É sobre este contexto que desenvolveremos o próximo capítulo.

3. REPRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO E CAMPESINATO NO CURIMATAÚ ORIENTAL

A partir da discussão sobre o espaço socialmente produzido, este capítulo foca na produção do espaço agrário do Curimataú Oriental procurando entender a sua transformação de espaço natural em espaço social. Para isso recuperamos o processo de ocupação espacial desta região, estando a sua produção e organização associada inicialmente ao desenvolvimento da policultura alimentar e da criação de gado. Já na segunda metade dos anos de 1970, a atividade agropecuária subordina-se à modernização agrícola, seja através da inserção e expansão de insumos químicos, seja através da melhoria dos rebanhos, das técnicas e processos de produção. Esses fatos foram responsáveis por importantes transformações territoriais no Curimataú.

3.1 O espaço enquanto produto social

O modo de pensar o espaço geográfico enquanto um processo social, que influencia e é influenciado (resultado) pelo homem (trabalho), encontra base teórica em duas correntes geográficas que surgiram dentro desta ciência em meados da década de 1970: a Geografia Crítica e a Geografia Radical. Algo em comum entre ambas as correntes é o fato delas elegerem o espaço como categoria de análise histórica e objeto da Geografia (MOREIRA, 2011).

A Geografia Crítica surgiu na França e foi difundida para vários outros países, inclusive o Brasil. Conforme os estudos de Moreira (2011), a palavra “crítica” apareceu associada à obra “A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, do geógrafo francês Yves Lacoste, publicada em 1976. E está presente na temática proposta pela revista francesa *Hérodote*, que lançou temas abordando assuntos da geografia e da geopolítica crítica na mesma época, com foco na renovação do ensino de geografia.

Os preceitos básicos da corrente “Crítica” forjaram-se na “críticidade” e no engajamento político. A “críticidade” está relacionada a uma geografia pautada na leitura do real, numa investigação comprometida em expor as tensões e contradições dos espaços, interessada em explicar os fatos que levam à espacialidade das relações de poder. Já o engajamento político volta-se mais para uma reflexão de uma geografia ativista, “comprometida com a correção das desigualdades socioeconômicas e as disparidades regionais” (MOREIRA, 2011, p. 2).

A geografia crítica inspira-se no marxismo, orientado nos estudos de Marx, seu principal teórico, e no anarquismo, pois resgatam autores como Reclus e Kropotkin. As estratégias intelectuais e políticas dos anarquistas utópicos e libertários objetivavam recuperar o controle

social do espaço por parte dos trabalhadores perante o desenvolvimento do capitalismo expansionista e de um Estado também expansionista e instrumentalista (SOJA, 1993).

Segundo Soja (1993) e Santos (2008), Henry Léfèbvre ao tratar com notoriedade as teorizações espaciais, tornou-se o mais importante teórico espacial marxista em finais do século XX, difundindo a sua visão sobre a vida material na produção do pensamento e da ação consciente do ser social. Este é quem “produz a consciência, e não ao contrário” (SOJA, 1993, p. 63). De modo simultâneo, os agentes sociais arquitetam e criam estruturas e materialidades, ao mesmo tempo em que criam uma consciência sobre o espaço geográfico em tal práxis.

A Geografia Crítica elege o espaço com centralidade em seus estudos, partindo de uma leitura marxista para desvendar de forma histórica e dialética a produção dos lugares, considerando as suas desigualdades espaciais. O método marxista é compreendido pela dialética da vida material da sociedade, ou seja, daquilo que é produzido pelas capacidades cognitivas e físicas do homem, através da mediação do trabalho (SOJA, 1993). Dito isto, busca-se resgatar o papel da classe trabalhadora na produção do espaço, suas interações com o mundo vivido, negando assim as determinações das forças produtivas do sistema capitalista ao passo que a luta avançasse na perspectiva de uma sociedade menos desigual, ou seja, “socialista”.

O espaço é uma realidade produzida a partir de processos históricos de trabalho. Não o compreender deste modo, segundo Moreira (2011), supõe negar as diferenças de classes em uma sociedade estratificada, em não reconhecer as especificidades dos conflitos e as contradições existentes na formação socioespacial, em desconsiderar as questões de natureza cultural, ideológica, política e econômica que estão implícitas no espaço. Em outras palavras, significa ocultar a heterogeneidade das relações sociais concretizadas no espaço e os efeitos e consequências das transformações que têm lugar na sociedade ao longo do tempo histórico, bem como em omitir o processo de socialização da natureza. Pressupõe também retirar do espaço a sua dimensão histórica na medida em que a ação do homem é vista como genérica, sem relação com a realidade material das coisas produzidas socialmente.

Muito próximo ao período em que surgiu a Geografia Crítica, nasce nos países anglo-saxões e nos Estados Unidos o movimento da Geografia Radical. Moreira (2011) nos revela que os novos geógrafos, insatisfeitos com a atuação da respectiva Ciência, se rebelaram contra o quantitativismo da Geografia Pragmática desde a década de 1960, bem como ao seu posicionamento a serviço do Estado capitalista e das grandes empresas capitalistas, da mesma forma em que se opunham à falsa neutralidade científica defendida pela Geografia Tradicional.

“Os geógrafos partidários dessas correntes do pensamento concebem o espaço geográfico como um produto social” (MOREIRA, 2011, p. 3). A corrente crítica influenciou

fortemente o pensamento de alguns geógrafos brasileiros no início da década de 1970, entre eles Milton Santos, o qual dará enormes contribuições para uma geografia crítica nacional.

A compreensão do espaço na leitura de Santos passou por um processo de refinamento do conceito. Teve início nos anos de 1970 e seguiu durante a sua produção intelectual, construindo uma abordagem do espaço enquanto totalidade (ou o todo social). Isso é observado a partir da realidade geográfica, tendo como base a articulação dialética entre forma e conteúdo. Na obra “A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção”, ele define o espaço como:

[...] algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (SANTOS, 2008, p. 46).

Partindo desta interpretação, Costa (2014) reforça a atenção para as transformações contínuas resultantes do movimento dado pelos sistemas de objetos e sistemas de ações, movimento que gera as dinâmicas e as contradições no espaço geográfico. Nesse processo, os sistemas de objetos são cada vez mais fabricados pelo trabalho humano com o objetivo de se tornarem mais perfeitos e eficientes que a própria natureza, dentro da lógica produtiva do sistema econômico atual. E os sistemas de ações seguem uma determinada racionalidade vinda dos agentes externos, que se apresentam de forma estranha ao/no local.

Inspirado por Léfèbvre, Santos (2008) buscou enriquecer a discussão fazendo uma distinção entre o espaço natural e espaço social: o primeiro refere-se à primeira natureza, sem interferência humana; o segundo já é o resultado das ações do homem sobre a natureza. A partir do momento que as mãos humanas agem, através do trabalho, sobre o mundo natural intocado, igualmente ele é transformado numa segunda natureza (ou no espaço geográfico). Isso porque o ser social estabelece um controle sobre este mundo natural, revestindo-o de intencionalidades espaciais, onde a “atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho” (SANTOS, 2008, p. 202).

Apesar da primeira natureza não ser o espaço geográfico, Santos (2008) considera que não há espaço geográfico sem a presença da natureza. Ela é a matéria prima a partir da qual é produzido socialmente o nosso mundo e de onde a sociedade retira os bens necessários à sua sobrevivência. Já o espaço geográfico é o lócus onde ocorre a reprodução das relações sociais de produção, ou seja, a reprodução da sociedade (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2000).

A atuação do homem sobre o meio natural, e sobre o espaço geográfico, levou ao que Santos (2008) define como configuração territorial do espaço.

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado de sistemas naturais em um dado país ou em uma dada área e pelos acréscimos que os homens super impuseram a esses sistemas naturais. Não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que os anima. [...] A configuração territorial ou configuração geográfica, tem, pois, uma existência material própria, mais o seu existencial social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelas relações sociais (SANTOS, 2008, p. 62).

A configuração territorial é o resultado das relações do homem com a natureza, mediatizadas pelo trabalho e pela técnica. Nesse sentido Santos (2008, p. 106) afirma que “os movimentos da sociedade atribuem novas funções as formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e, ao mesmo tempo, novos pontos de partida para um novo movimento”. É um processo contínuo, onde o emprego de novas técnicas e relações de trabalho modificam os espaços que conhecemos.

Tal realidade é observada no espaço agrário brasileiro na segunda metade do século XX, assim também no espaço agrário da microrregião do Curimataú Oriental no final da década de 1970 e início dos anos de 1980. A modernização da agricultura, vista pela inserção de novas técnicas agrícolas e da cientifização da agricultura, modificaram as relações de trabalho e de produção no campo, o que levou a reconfiguração de novas dinâmicas espaciais.

A configuração territorial dos lugares está condicionada a decisões técnicas e intencionalidades da sociedade nacional para a local. “É a sociedade nacional, através dos mecanismos de poder que distribui no país, constituídos de técnicas e funcionais, deixando os lugares envelhecer ou tornando possível sua modernização” (SANTOS, 2008, p. 272). Isso acontece através da efetivação de propostas governamentais ou de planos procedentes de grandes projetos capitalistas (de grandes empresas, sob a articulação de políticas públicas), ou as vezes, da própria união entre o público e privado.

Vários autores nacionais partilham do pensamento de Santos e de sua preocupação com o espaço, inclusive estudiosos da geografia agrária, como é o caso de Ariovaldo U. de Oliveira, Marta Marques, Emília Moreira, Bernardo M. Fernandes, entre outros. Esses autores buscam uma aproximação com o método de análise marxista para tentar compreender os processos que desembocam no espaço agrário brasileiro, cuja origem encontra-se na raiz do desenvolvimento do capitalismo na agricultura e que geram territórios contraditórios no campo. Assim também buscam se engajar em uma abordagem territorial para debater as questões do campo.

No que tange ao espaço agrário, Moreira chama a atenção para o fato de que:

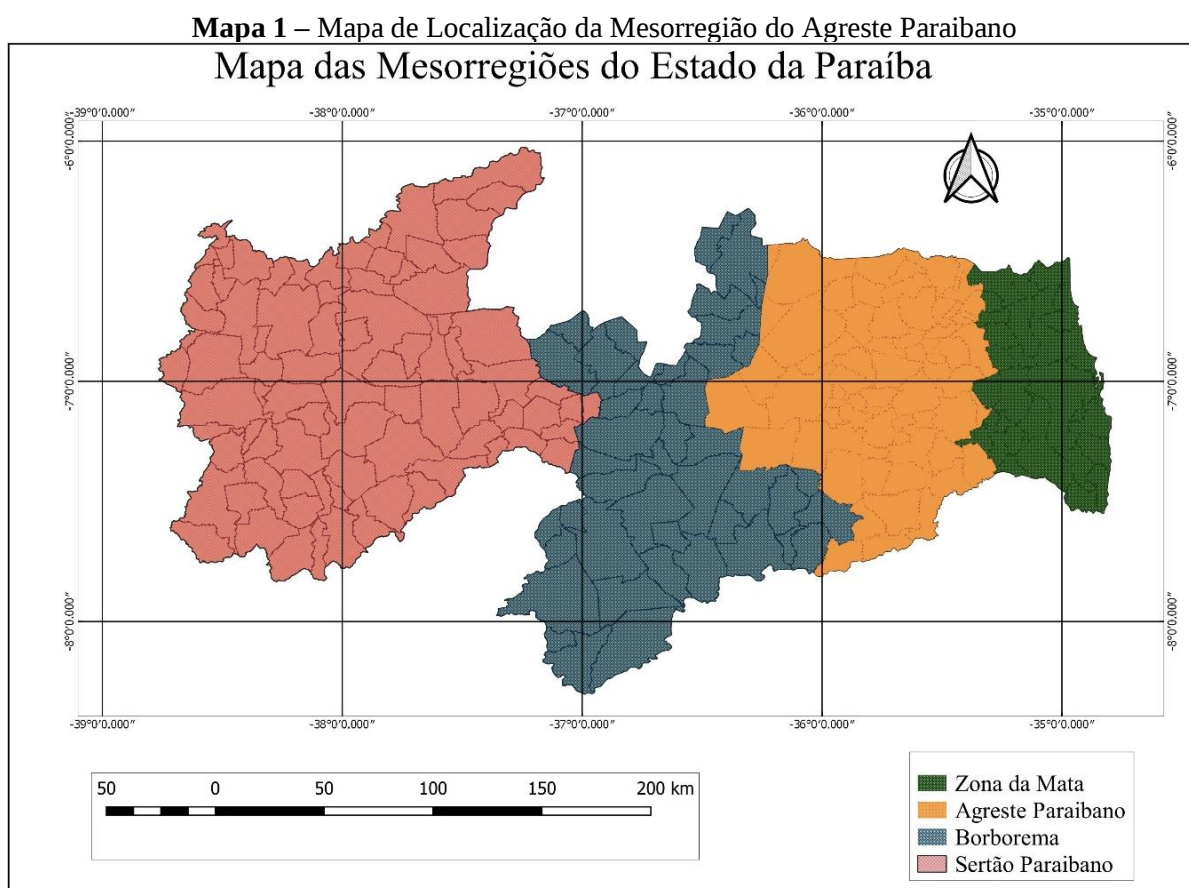
o espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado

historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 2011, p. 5).

É neste sentido que buscamos compreender o processo de produção do espaço agrário da microrregião do Curimataú Oriental da Paraíba. Para tanto partimos do conhecimento do que seria sua natureza natural, matéria prima da construção desse espaço

3.2 Localização do Curimataú Oriental

Como foi anteriormente colocado, a microrregião do Curimataú Oriental acha-se inserida na mesorregião do Agreste Paraibano. Esta mesorregião situa-se entre as mesorregiões da Mata Paraibana e da Borborema, ou seja, entre uma região de clima úmido e outra de clima semiárido, daí ser conhecida como região de transição (Mapa 1).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de base cartográfica do IBGE, 2020.

Um aspecto característico do Agreste é a diversidade de paisagens que o compõe também conhecidas por “mosaicos” (MELO, 1980) (ver as Fotografias no painel 1).

No seu interior se encontra desde o mais amplo brejo de altitude do Nordeste, o Brejo Paraibano, a áreas subúmidas e semiáridas como os conjuntos serranos situados ao norte e ao sul da região, áreas de contrafortes ou piemontes e uma grande fossa tectônica. A essa variedade de topografia correspondem microclimas locais bem como vegetação e solos diferenciados. O que confere unidade a esse conjunto plural é o processo histórico de ocupação do espaço agrário pautado na combinação da policultura com a pecuária como forma dominante de uso do solo bem como a forte presença de pequenas unidades produtivas de caráter familiar (MOREIRA, 2002, p. 12).

Painel 1 - Diversidade de paisagens do Agreste



Fotografia 1 - Agreste Baixo e Contrafortes da Borborema



Fotografia 2 - Escarpa Oriental da Borborema



Fotografia 3 - Agreste Seco



Fotografia 4 - Depressão do Curimataú e Serras do Norte

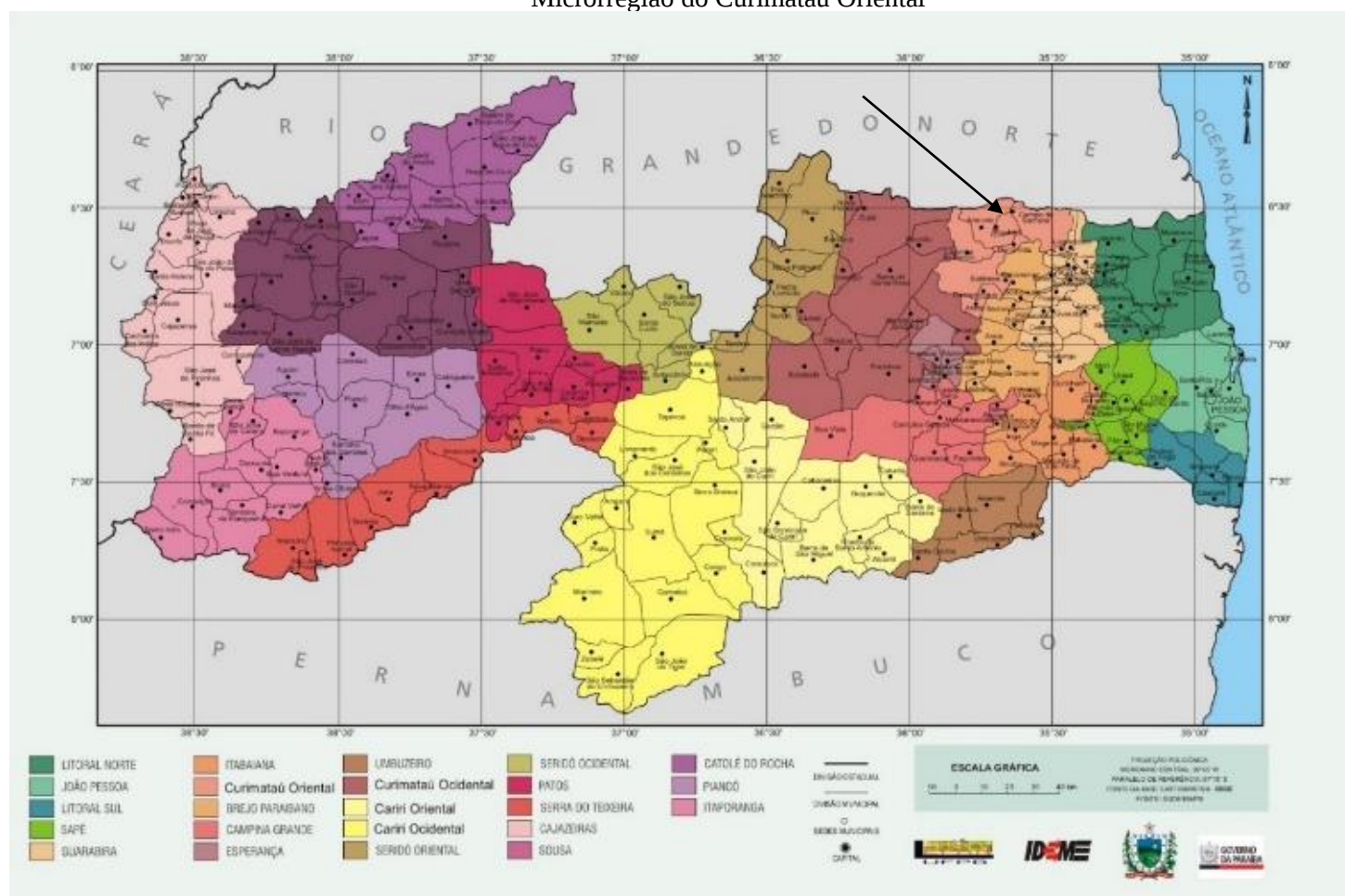
Fonte: Acervo de MOREIRA, Emília; Google Imagens, acessado em nov. 2019.

Um dos mosaicos desse Agreste plural compõe a chamada região do Curimataú subdividida pelo IBGE em 1989, em duas áreas distintas: a microrregião do Curimataú Ocidental e a microrregião do Curimataú Oriental⁷ (Mapa 2). De acordo com Moreira (1997), a delimitação das duas microrregiões se deu em função, principalmente, da estrutura produtiva,

⁷ Conforme delimitação realizada em microrregiões geográficas realizada pelo IBGE em 1989, sendo usado como critérios para tal delimitação a configuração espacial e no processo de povoamento do estado da Paraíba.

uma vez que no Curimataú Ocidental até os anos de 1970, o peso da lavoura sisaleira era bem mais forte do que no Curimataú Oriental que, embora também produzisse sisal, se distinguia pelo desenvolvimento da atividade pecuária com destaque para a criação de bovinos e como produtor de alimentos básicos. Interessa-nos estudar a microrregião do Curimataú Oriental onde se situa o município de Dona Inês e o Assentamento Sítio.

Mapa 2 – Mapa de localização das Microrregiões do estado da Paraíba com destaque para a Microrregião do Curimataú Oriental



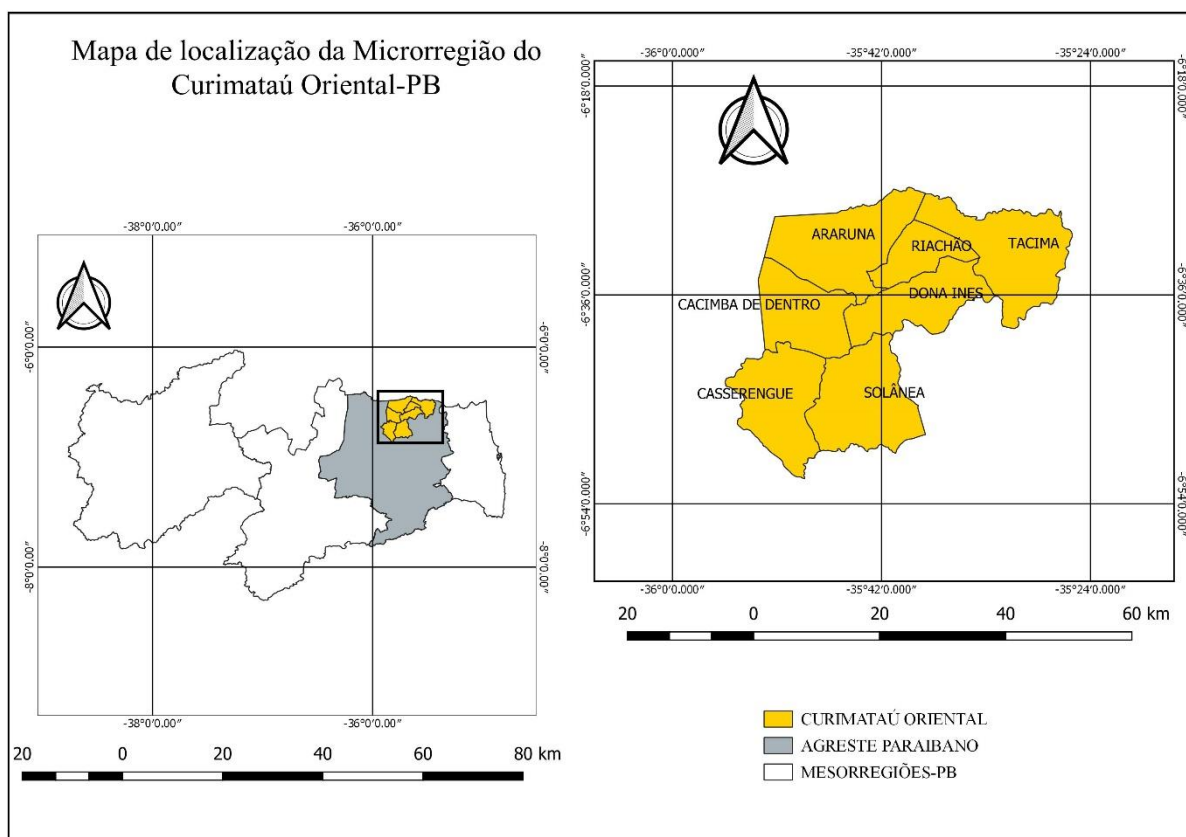
Fonte: Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual da Paraíba (IDEME-PB).

3.3 O espaço natural da microrregião do Curimataú Oriental

Sabe-se que para a geografia crítica o espaço natural constitui a matéria prima a partir da qual o espaço social é edificado. Daí a importância de se conhecer os elementos do espaço natural para entender as transformações neles realizadas pela sociedade ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 2006). Com base nesse pressuposto, buscamos descrever sumariamente os principais elementos do quadro natural do Curimataú Oriental.

Essa microrregião está situada entre as latitudes de 06°24'S e 07°14'S e as longitudes de 35°25'W e 36°31'W, sendo composta pelos municípios de Solânea, Casserengue, Araruna, Tacima, Cacimba de Dentro, Riachão e Dona Inês (Mapa 3). Ela abrange 1.351 km² (IBGE, 2019), o que representa 2,4% do território do estado da Paraíba.

Mapa 3 – Mapa de Localização da Mesorregião do Agreste Paraibano e da Microrregião do Curimataú Oriental



Fonte: Elaborado por SILVA, J. A. O., 2021.

Do ponto de vista morfológico a microrregião apresenta dois grandes compartimentos que marcam fortemente a paisagem: a depressão do Curimataú e as Serras do Norte (CARVALHO, 1982; MOREIRA, 2006).

A depressão do Curimataú corresponde, segundo Carvalho (1982), a uma fossa tectônica resultante de falhamento, que entalha vigorosamente a porção nordeste do Planalto da Borborema, com desníveis de até 300 metros entre a baixada e os topos mais elevados das serras vizinhas (*horst*). É comum a presença de vales encaixados cortados por rios a exemplo do vale do rio Curimataú (Agência Executiva das Águas do Estado da Paraíba – AESA – 2008/2009; IBGE, 2020). Este rio além de servir as populações da microrregião estudada, também beneficia outros municípios de microrregiões vizinhas tanto na Paraíba como no estado do Rio Grande do Norte, onde ele deságua na divisa dos municípios de Canguaretama com Baía Formosa.

Além do rio Curimataú, distingue-se na região o Rio Calabouço situado a Noroeste, e que serve como fronteira entre o município de Araruna e o estado do Rio Grande do Norte, e o Rio Salgado, que corta a porção mais central do Curimataú Oriental. Vale ressaltar que essa rede de drenagem é temporária, sendo comum o seu desaparecimento por completo durante a estação mais seca (CARVALHO, 1982).

As Serras do Curimataú Oriental situam-se ao norte da depressão do Curimataú, na divisa com o estado do Rio Grande do Norte e se estendem no sentido leste-oeste⁸. Nelas predominam terrenos forte ondulados e montanhosos com solos rasos e pedregosos (Neossolo Litólico Eutrófico), cobertos com vegetação de caatinga hipoxerófila. Nos topos aplainados, em altitude próxima a 600m, ocorrem solos argilosos e profundos (Latossolos Vermelho Amarelo Eutrófico), propícios à atividade agrícola. Merece destaque as Serras de Araruna (Fotografia 5) e de Dona Inês, além das Serras do Calabouço e a da Confusão.

Fotografia 5 - Detalhe do Conjunto Serrano da porção setentrional do Curimataú: a Serra de Araruna



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Para além da altitude que influencia o clima local, as vertentes dessas serras funcionam como fronteiras orográficas com o estado do Rio Grande do Norte, o que contribui para suavizar o clima e para o desenvolvimento de uma vegetação do tipo Mata Caducifólia hipoxerófila, hoje bastante degradada. Uma mancha residual dessa Mata deu origem à Reserva Ambiental Mata do Seró, um resquício de mata atlântica localizada na porção sul do município de Dona Inês (Fotografias 6 e 7).

⁸ Correspondem, geralmente, a chapadas sedimentares que repousam sobre o cristalino.

Fotografias 6 e 7 – Área da Reserva Ambiental Mata do Seró em Dona Inês – PB



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A escarpa Oriental do Planalto da Borborema funciona como barreira para os ventos úmidos de leste, pois as chuvas de convexão ou orográficas caem na frente da escarpa impedindo sua chegada ao Curimataú (MOREIRA, 2006). Por outro lado, a presença de uma área deprimida como é o caso da fossa tectônica do Curimataú, limitada de ambos os lados por vertentes com desníveis de até mais de 300m também interfere no clima que nessa área caracteriza-se por forte semiaridez.

As temperaturas mínimas médias da região variam entre 18°C e 22°C nos meses de julho a agosto, e as máximas de 28°C a 31°C nos meses de novembro e dezembro. As chuvas são escassas e irregulares e ocorrem entre janeiro e junho (MOREIRA, 2002). A média anual pluviométrica da região é inferior a 800mm, o que a situa no semiárido nordestino segundo os critérios de delimitação do semiárido brasileiro adotados pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente (2005).

O município de Dona Inês, onde se localiza o PA Sitio, situa-se na microrregião do Curimataú Oriental, como já foi referido, e sua posição geográfica é determinada pela Latitude de 6°37' 4" Sul e Longitude de 35°37' 55" Oeste. Ele se estende por 173,648 km² (IBGE, 2020) e sua altitude média é de 423 metros. A sede municipal está localizada sobre a área de campeamento sedimentar Serra dos Martins, isto é, na Chapada de Dona Inês.

No que se refere aos solos, predominam os Litossolos Eutróficos, Podzolicos Vermelho-amarelo e os Latossolos Vermelho-amarelo Distrófico (Mapa 4). Merece destaque a presença significativa de solos do tipo Podzólico, justamente os de maior fertilidade (EMBRAPA, 2006), na área onde se situa o Assentamento Sitio.

formações rochosas surgiram a partir da dissolução da rocha, por meio do intemperismo químico que atua de maneira mais forte nas partes mais frágeis. As partes preenchidas por um mineral menos resistente foram sendo dissolvidas por meio do contato com a água da chuva, que resultou nas marmitas.

Nesses afloramentos rochosos são encontradas pinturas rupestres que evidência que já houve a presença de indígenas no lugar. Tais pinturas podem ser observadas nas rochas situadas a margem da Cachoeira do Letreiro localizada em um dos afluentes do rio Curimataú no município de Dona Inês (Fotografia 9).

Fotografia 9 – Inscrições rupestres gravadas na rocha



Fonte: Acervo FERNANDES, Josenildo, 2010.

Da mesma forma que no conjunto do Agreste, o processo de produção inicial do espaço do Curimataú Oriental acha-se relacionada à forma de organização das comunidades tribais que ali viviam.

3.4 De espaço natural a espaço social: a produção do espaço agrário do Curimataú Oriental

A natureza anteriormente descrita não representa a natureza original nem da microrregião nem de Dona Inês. Isto porque a subordinação do espaço às necessidades de exploração por parte do colonizador se incumbiu de destruir a população nativa e sua forma de organização social em vista de uma outra, que já parte do princípio da sujeição da natureza à nova forma de exploração do território. O avanço do modelo de desenvolvimento capitalista implantado no território nacional ao longo do tempo transformou de forma contundente a natureza natural, transformando-a no que Santos (2008) denomina de segunda natureza.

De fato, o espaço do Curimataú Oriental até o século XVII se organizava com base em comunidades tribais compostas por dois povos indígenas tapuias pertencentes à nação Tarairiús: os Janduís, no vale do Curimataú, e os Sucurus, situados em Bananeiras, mas tendo como zona de concentração os vales dos rios Curimataú e Trairi (MOREIRA e TARGINO, 1997). Alguns autores citam ainda o povo Canindé.

É importante destacar que no contexto da exploração colonial, os nativos produziram as primeiras formas de luta de resistência contra a sua expulsão e a apropriação das suas terras. Como afirmam Moreira e Targino (1997):

Enquanto a posse da terra e a sua liberdade não estiveram ameaçadas, como ocorria na exploração do pau-brasil, os índios não ofereceram resistência ao colonizador. No entanto, à medida em que o sentido da colonização evoluiu para a apropriação da terra e para a sujeição do nativo, este reagiu. A reação dos indígenas à subordinação da sua terra e do seu povo ao processo colonizador constitui a primeira forma de luta pela terra que teve lugar na Paraíba. O desfecho desse processo de resistência foi-lhes, contudo, adverso (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 28).

A luta dos povos indígenas para permanecerem em suas terras pode ser analisada, antes de qualquer narrativa, como uma manifestação de resistência contra a lógica de produção inserida pelo colonizador, pautada na exploração do trabalho e na produção de um excedente.

Moreira e Targino (1997) relatam que parte dos índios buscaram se refugiar no interior do território paraibano (Sertão) e onde hoje se situa o território do estado do Rio Grande do Norte. Aqueles que permaneceram no território paraibano e lutaram, não tiveram a mesma sorte, uns foram domesticados, tornando-se cativos, outros foram mortos pelos colonizadores. Muitos dos índios escravos que se rebelaram acabaram sendo eliminados.

Enquanto o Curimataú era ocupado pelos nativos, poucas transformações tiveram lugar no seu espaço natural. Com a submissão ou o aniquilamento dos Trarairiús e a apropriação das suas terras pelo branco colonizador, tem início o processo de transformação do espaço natural em espaço socialmente produzido.

Segundo Moreira e Targino (1997) o branco colonizador ou dele descendente só alcançou o Curimataú no século XVIII. Essa ocupação tardia deve-se a vários fatores: a) a dificuldade de acesso à região pela presença de relevo elevado e acidentado na escarpa oriental do Planalto da Borborema e na retaguarda do Brejo; b) a vegetação densa; c) a resistência dos indígenas tapuias Trarairiús que habitavam nessas terras; d) a insuficiência de capital; e) por fim, o fato de a atividade açucareira se constituir na base econômica da Paraíba, centralizando os interesses capitalistas em seu entorno, teria restringido a produção inicial do espaço agrário paraibano às terras do litoral, visando atender a expansão da cultura da cana de açúcar.

A crise da atividade canavieira na segunda metade do século XVII impulsionou a ocupação do interior. Todos os obstáculos anteriormente mencionados foram suplantados dando início à ocupação e ao povoamento do Agreste Baixo, do Agreste Alto e do Curimataú⁹.

3.4.1 A conquista e ocupação inicial do Curimataú Oriental

O processo inicial de ocupação e de povoamento do Agreste Paraibano esteve, da mesma forma que no caso sertanejo, relacionado ao desenvolvimento da atividade açucareira. Esta promoveu, em seu período áureo, “a separação da produção agrícola e pecuária, determinando uma divisão espacial do trabalho: o Litoral especializou-se na produção do açúcar enquanto a lavoura alimentar e a pecuária passaram a ser produzidas no Sertão e no Agreste” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 105).

Se a expansão da atividade canavieira impulsionou a ocupação do Agreste Baixo, o seu declínio econômico a partir da metade do século XVII, consequência da queda dos preços do açúcar no mercado internacional, da concorrência com as Antilhas, e da perda do poder hegemônico de Portugal na Europa, foi responsável pela ocupação do Agreste como um todo. A crise instaurada nos engenhos da Zona da Mata levou a liberação de trabalhadores que a

⁹ O Agreste Baixo acha-se “situado imediatamente à retaguarda do Litoral, no trecho que se estende da Depressão Sublitorânea até os primeiros contrafortes da Borborema. Já as áreas do Agreste Alto correspondem as extensões de terras onde se situam o “Brejo Paraibano, o Agreste Ocidental (à retaguarda do Brejo), as Serras do Norte (região elevada do Curimataú), as Serras de Natuba e Umbuzeiro e o vale do Curimataú” (MOREIRA, 1996, p. 79).

indústria açucareira já não tinha mais condições de empregar e estes se aventuraram para o interior da Paraíba (MOREIRA, 1990).

Andrade (2005) relata que este movimento de interiorização contribuiu para o crescimento demográfico do Agreste e para a consolidação do sistema de posse da terra. Isto porque tal contingente, desprovido de capital, segundo Moreira (1990), passou a viver em pequenos pedaços de terra (Sitios), cultivando lavouras alimentares como milho, feijão, fava e mandioca e criando gado para o consumo familiar. Paralelamente, assiste-se a concessão de grandes extensões de terra, as sesmarias, para implantar fazendas de gado e produzir alimentos.

No caso do Curimataú, a criação de gado surge, como de resto, no Agreste, associada à agricultura alimentar. As fazendas eram extensas e o gado era criado solto, se alimentando do pasto nativo, apresentando assim as mesmas características das fazendas sertanejas onde a pecuária se desenvolveu de forma extensiva e com pouco emprego de mão de obra para os cuidados com os animais (ANDRADE, 2005).

A penetração do gado no Curimataú Oriental se deu a partir do Rio Grande do Norte através da rede de rios e da Serra da Confusão. Uma outra via importante de penetração desenvolveu-se no sentido Mamanguape-Areia. Vaqueiros, caçadores ou simples viajantes acompanhavam o gado e iam criando currais que deram origem às fazendas no interior das quais se estabeleciam pequenos agricultores sem terra na condição de foreiros, parceiros e moradores de condição (LUCENA, 2009).

Outro elemento que contribuiu para a ocupação inicial do Curimataú Oriental foi a construção de capelas no entorno das quais foram surgindo povoados. Exemplo disto seria o caso de Araruna, que surgiu a partir de um núcleo de povoamento edificado em torno de uma capela construída em 1830 sob a invocação de “Nossa Senhora da Conceição”, por um sesmeiro,

que teria recebido duas léguas de terra, em pequeno planalto situado na frente mais elevada da serra chamado “chã da serra”, onde fez um roçado e construiu a já citada edificação em torno da qual surgiram as primeiras casas, em ambos os lados e em sua frente, configurando-se um largo em cujo centro fixou-se um cruzeiro de madeira, a uns 20 metros da fachada principal da capela (RODRIGUEZ, 2001, p. 15).

Outros núcleos de povoamento surgiram com os Sitios fruto da ocupação de terras devolutas onde a policultura alimentar era complementada pelo criatório para o autoconsumo.

Pode-se perceber que no início do processo de ocupação do espaço regional já surge um campesinato subalterno no interior das fazendas e um campesinato autônomo constituído pelos

sitiantes posseiros. Convém destacar que nas fazendas, o sistema de parceria estabelecido entre o vaqueiro e o fazendeiro proprietário da terra constituía a relação de trabalho mais importante, visto que o sistema de quarteação¹⁰ permitia ao longo do tempo o estabelecimento do vaqueiro como criador de gado na condição de arrendatário ou mesmo como proprietário (MOREIRA e TARGINO, 1997). Nos Sítios, a atividade produtiva era levada a efeito pelo trabalho familiar.

De todo modo, as relações de trabalho estabelecidas nas fazendas eram regidas pela sujeição dos camponeses à renda da terra, uma vez que esta (renda trabalho, renda produto e renda dinheiro) permitia aos fazendeiros se apropriarem do trabalho dos camponeses e de parte da renda de sua produção (MOREIRA, 1997). Esse tipo de organização do espaço agrário regional transformou, ainda no século XVIII, o “espaço indiferenciado”¹¹ do Curimataú Oriental em “um espaço de exploração colonial” (MOREIRA, 2002).

À medida que cresciam as teias de comercialização com os vaqueiros que chegavam no Curimataú pela rota comercial entre Bananeiras, Araruna e Cuité (MOREIRA, 1997), a região ia sendo ocupada. Todavia, só com a expansão da atividade algodoeira é que o seu povoamento efetivo foi alcançado.

3.4.2 O algodão no Curimataú Oriental

Se o processo de ocupação do Curimataú Oriental se deve às atividades pecuária e policultura alimentar, seu povoamento efetivo está relacionado à cultura do algodão. Assim também pode-se afirmar que o algodão foi responsável pela disseminação do campesinato tanto no Curimataú como no Agreste e no Sertão da Paraíba (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A cultura do algodão foi disseminada na Região Nordeste no final do século XVIII, período em que adquiriu grande importância na agricultura regional, sendo chamado de “ouro branco”. Moreira (1997) e Andrade (2005) apontam alguns fatores que influenciaram a ampliação da atividade algodoeira deste período para frente, tais como: crescimento da população, levando ao aumento do consumo de tecidos da fibra de algodão; invenção das máquinas manufatureiras; criação e abertura dos portos para as Nações aliadas de Portugal; e, principalmente, a Guerra de Secessão nos Estados Unidos.

¹⁰ O sistema de quarteação consistia no pagamento do vaqueiro com um bezerro a cada quatro que nasciam. Assim, ao longo do tempo, o vaqueiro poderia obter um certo número de cabeças que lhe permitiria arrendar uma terra ou adquiri-la passando a condição de rendeiro ou de proprietário (MOREIRA e TARGINO, 1997).

¹¹ Terminologia adotada por Kayser, segundo Moreira, para designar os espaços onde a natureza ainda permanecia praticamente intocada (MOREIRA, 2006).

Sobrinho (2010) explica que a expansão da cotonicultura brasileira coincidiu justamente com o período que o algodão norte-americano esteve fora do mercado internacional, consequência da Guerra de Secessão ocorrida no País (1861-1864). O declínio da produção do algodão americano levou a Inglaterra, seu maior comprador, a recorrer ao algodão brasileiro, visando atender a demanda da sua indústria têxtil. Tal situação favoreceu e impulsionou a região Nordeste do Brasil, que no então momento apresentava destaque nacional.

Em suas pesquisas históricas, Sobrinho (2010) rememora que os primeiros registros de exportação da produção de lã de algodão na Paraíba datam de 1787. Apesar de ser uma planta nativa da Região Nordeste, Silva (2013) explica que até este momento a lã do algodão não tinha finalidade comercial, apenas para o uso doméstico¹². A expansão da atividade cotonicultora não somente elevou a produção paraibana no âmbito comercial, mas culminou em mudanças econômicas e nas relações de trabalho no campo e na cidade.

A cotonicultura assumiu posição hegemônica por todo o Agreste (inclusive no Brejo e no Curimatá) e Sertão. Também chegou até o litoral paraibano, nos vales do Paraíba e Mamanguape, tradicionalmente dominados pela atividade canavieira, onde os algodoads disputaram diretamente as terras da várzea com a cana de açúcar (MOREIRA, 1997). De acordo com Costa (1989), a substituição da cultura da cana por algodão mostrou-se uma saída para a economia de exportação, colocando mais uma vez a região Nordeste no comércio internacional.

“Favorecia o avanço algodoeiro a estagnação que dominava o parque industrial açucareiro, tanto como a baixa atividade agrícola da cana “crioula”, como a baixa produtividade dos engenhos a tração animal” (ANDRADE, 2005, p. 158). Como enunciado anteriormente, a decadência do setor açucareiro expulsou uma numerosa força de trabalho para o interior do estado. Esses trabalhadores encontraram refúgio na região agrestina, atraídos pelo “boom” do algodão. A expansão algodoeira, destaca Moreira (1997), modificou as relações de produção e contribuiu para a intensificação do povoamento e das atividades comerciais do Agreste.

Na visão de Andrade (2005) a agricultura algodoeira se mostrava mais democrática e favorável economicamente aos produtores porque não exigia grandes investimentos de capital na produção, diferente da instalação dos engenhos de cana de açúcar. Cultivavam o algodão os grandes proprietários de terras, através da força de trabalho escrava, dos moradores, dos parceiros e foreiros, e também cultivavam os pequenos proprietários.

¹² Segundo Moreira (1996, p. 77), a lã de algodão era utilizada nas fazendas para customização de tecidos e redes, além de pavios de lamparinas, cordões, linha para costura, para finalidade medicinais etc.

Uma das explicações para boa aceitação do algodão estava nas possibilidades oferecidas por tal cultura agrícola, pois podia ser plantada de forma consorciada com o feijão, a fava e o milho. Era um complemento da renda familiar, sobretudo dos camponeses, e os pés de algodão ainda serviam como alimentos para o gado dos fazendeiros que disponibilizavam partes de suas terras aos camponeses sem terra. Silva (2013) destaca que o algodão herbáceo foi o tipo mais comum que ocupou as terras do Agreste e do Curimataú.

Os fazendeiros, cientes que os pés de algodão e a palha do milho serviam de ração para o gado no período seco (janeiro e fevereiro) e de rala pastagem, permitiam que os camponeses trabalhassem em terras de sua propriedade. As terras eram dadas no mês de março, período das primeiras chuvas, e deveriam ser devolvidas no mês de dezembro, depois da colheita da lã do algodão e do milho. Os agricultores plantavam culturas como, milho, feijão, fava e algodão. Após a colheita, o fazendeiro migrava o seu rebanho para alimentar-se da “rama” dos algodão e da palha do milho até as chuvas voltarem a cair (inverno), quando a caatinga reverdece, e sobra-lhe pasto para engorda dos animais (ANDRADE, 2005).

Embora a cotonicultura tenha causado transformações importantes nas relações sociais e econômicas, ela não promoveu modificações substanciais nas relações de trabalho, tampouco nas forças produtivas. A expansão da atividade algodoeira manteve as relações tradicionais de trabalho, assegurando a permanência de muitos trabalhadores rurais dentro das propriedades (moradores, parceiros, arrendatários, vaqueiros). Assim, novas áreas foram ocupadas, aumentando a concentração populacional sobre este espaço em processo de ocupação e formação econômica, fazendo surgir vilas, feiras de gado e comércios.

O morador, o parceiro e o foreiro são relações de trabalho que predominaram na atividade algodoeira. O morador residia na propriedade e em troca de um pedaço de chão para plantar dava dias de trabalho gratuito ao dono da terra (a condição) ou era pago com um salário mais baixo, pois tinha acesso à moradia. A parceria consistia em um contrato verbal através do qual o agricultor tinha acesso a um pedaço de terra na propriedade para morar e plantar ou só para plantar o algodão e culturas agrícolas alimentares, e em troca pagava a renda da terra com metade da sua produção de algodão (sistema de meia), vendendo ainda, via de regra, o restante do seu algodão ao proprietário pelo preço definido por este. O sistema de foro, consistia no aluguel de um pedaço de terra a um proprietário para plantar alimentos e algodão e o pagamento pelo uso da terra se dava em dinheiro (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Depois da rápida expansão da cotonicultura, levando a instalação de infraestruturas e modernização de tecnologias agrícolas e monetarização da economia regional, a atividade algodoeira passou por altos e baixos no mercado internacional. A crise na produção algodoeira

vai se recuperar com a demanda da indústria paulista nascente, ficando a economia nordestina agora não mais dependente das mudanças externas, e sim do mercado interno.

A ascensão do ciclo do café e a implantação do sistema de colonato para cuidar dos cafezais no estado de São Paulo aconteceu no mesmo período em que os produtos nordestinos perderam espaço no comércio internacional do algodão - nas primeiras décadas do século XX. “Foi neste quadro que o Nordeste iniciou a comercialização dos seus produtos agrícolas, notadamente o açúcar e o algodão, com o Centro-Sul, que se tornou o principal mercado consumidor” (NUNES, 2006, p. 100). Nunes (2006) descreve o papel assumido pelo algodão nordestino ao abastecer o setor da indústria têxtil nacional. Entretanto, a crise de 1929 nas economias dos países centrais atingiu ferozmente os países dependentes, como era o caso do Brasil. A região Nordeste fora a mais prejudicada.

No caso do Nordeste, o impacto foi duplo: por um lado sofrera os efeitos traumáticos do contexto mundial; e, por outro, aqueles provenientes da reação do Centro-Sul. Pois, sem mercado para café, São Paulo passou a investir nas lavouras de algodão e açúcar para atender a sua própria demanda, constituindo, assim, duas regiões, uma açucareira e outra algodoeira, no interior deste estado. Este fato secundarizou o açúcar produzido no Nordeste. Com relação ao algodão nordestino que, até então, abastecia grande parte da indústria têxtil nacional, o quadro fora semelhante ao que ocorrera com o açúcar (NUNES, 2006, p. 100).

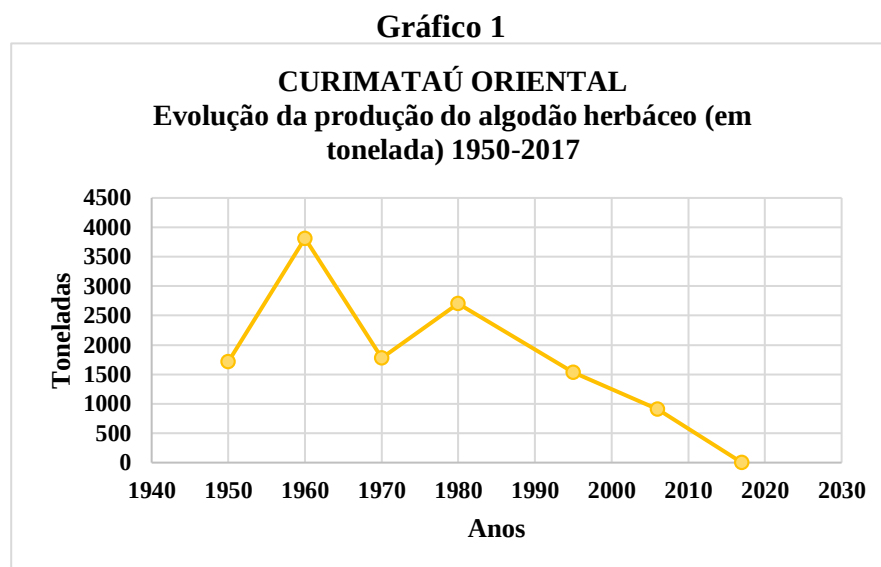
O algodão paraibano sofrerá com as mudanças que vinham ocorrendo no estado de São Paulo que passou a produzir o seu próprio algodão, embora em condições de solo menos favoráveis, o que implicava numa qualidade de fibra inferior à nordestina.

Para não perder o mercado paulista em ascensão, em virtude da demanda de sua indústria têxtil, o Governo da Paraíba adotou duas medidas na tentativa de reverter a queda das vendas da lã de algodão. A primeira medida foi produzir um fio de lã melhor. Para isso, houve esforços em modernizar a produção algodoeira. Porém, essa ação não foi capaz de assegurar o mesmo nível de competitividade com o algodão paulista que vivia o processo de industrialização em curso. A segunda alternativa foi a diversificação agrícola, abdicando das monoculturas tradicionais, como a cana de açúcar e o algodão (NUNES, 2006).

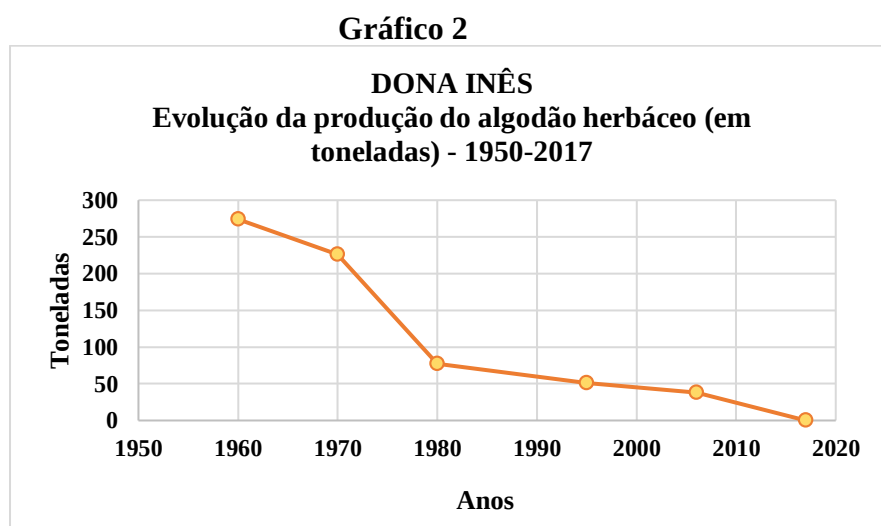
No entanto, os investimentos econômicos e tecnológicos na produção paulista e as oscilações do mercado impactaram negativamente na atividade algodoeira regional, sobretudo porque ela não tinha capacidade para concorrer em pé de igualdade com o algodão produzido em São Paulo (SOBRINHO, 2010).

Na microrregião do Curimataú Oriental, a atividade algodoeira teve destaque até os anos de 1960 do século XX. Entre 1970 e 1980 verifica-se uma ligeira retomada da produção, mas

daí para frente entrou numa crise profunda em decorrência, além dos fatores citados, do surgimento das fibras sintéticas (Gráfico 1). Em Dona Inês o processo foi diferente porque o declínio da produção se deu sem interrupção até os anos 2000 (Gráfico 2).



Fonte: Censo Agropecuário da Paraíba, 1950 a 2017.



Fonte: Censo Agropecuário da Paraíba - 1960 a 2017.

Apesar da decadência da atividade no Curimataú, o algodão ainda foi cultivado, mesmo que em pequena área, até 2016. Seu peso na economia regional, porém jamais foi o mesmo observado nos anos de apogeu vivenciado no fim do século XIX e início do século XX.

De acordo com os Censos agropecuários consultados, em 1950 a lavoura algodoeira no Curimataú Oriental ocupava 6.843 hectares de terras, distribuídas em 1.633 estabelecimentos rurais. Em 1960, observa-se um aumento expressivo de 13.223 hectares, espalhadas em 2.847

estabelecimentos¹³. Já nas décadas que se seguem a área ocupada com algodão sofreu fortes oscilações, visto que em 1970 a atividade algodoeira ocupava 8.281 hectares de terras; em 1980 ampliou-se, passando a ser 10.206 hectares; mas cinco anos depois, em 1985, reduziu-se drasticamente, ocupando apenas 2.092 hectares, o que revela uma redução de 79,5% em relação ao início da década de 80. Este cenário seguiu-se ininterrupto nos anos seguintes.

A atividade algodoeira no Município de Dona Inês acompanha o mesmo cenário de queda do Curimataú Oriental. O censo de 1960 identificou o cultivo de algodão em 434 estabelecimentos. Já a área ocupada chegou a 1.293 hectares de terras, onde foram produzidas 274 toneladas de lã. A área plantada em 1970 reduziu-se quase pela metade, sendo 698 hectares, e a sua produção colhida foi de 225 toneladas. Em 1980, a área cultivada foi de 336 hectares e a produção de apenas 76 toneladas, e de modo mais crítico, em 1985, observou-se que o algodão foi cultivado em apenas 13 hectares de terra e a sua produção foi de 10 toneladas de lã.

O declínio da cotonicultura no Curimataú Oriental e de resto em todo território paraibano, deve-se a três fatores ocorridos em diferentes períodos da história: a) a volta do algodão americano ao mercado internacional após o fim da Guerra de Secessão; b) a concorrência com as fibras sintéticas a partir de 1970 e; c) o aparecimento da praga do bicudo-do-algodoeiro (*Anthonomus grandis*), que rapidamente alastrou-se por todo o estado a partir de 1983 desarticulando a atividade algodoeira por onde passava (SILVA, 2013).

“Além do algodão, outras culturas comerciais contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultora por excelência. São exemplos: o café, o sisal, a cana, o fumo, entre outras” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 82). Dentro destas culturas agrícolas mencionadas, toma destaque a cultura sisaleira pela sua rápida expansão em toda a região agrestina e pelo seu papel econômico na geração de renda, inclusive na microrregião do Curimataú Oriental que, com o sisal, passará por novas transformações como será demonstrado a seguir.

3.4.3 A agave (ou Sisal) no Curimataú Oriental

Paralelamente a decadência da cultura algodoeira, na segunda metade do século XX começa o ciclo do agave, uma planta que se adaptou bem ao Agreste e Sertão. Diante das crises no setor açucareiro e do algodão, Nunes (2006) descreve que o governo paraibano passou a

¹³ Não encontramos dados do número de estabelecimentos nos censos de 1970, 1980 e 1985 para microrregião em destaque.

investir em culturas que não estivessem dependentes ou vulneráveis às mudanças do mercado internacional, tampouco oferecessem concorrência interna, sobretudo ao mercado paulista.

A agave ou sisal¹⁴ é uma planta exótica, originária da península de Yucatã no México. Ela foi introduzida no Brasil em 1903 e no estado da Paraíba em 1911, mas as primeiras plantações de caráter comercial no estado só tiveram lugar por volta 1937/1938. Nesse momento foi intensificada a cultura por meio de campos de experimentação e produção de mudas estimuladas pela crescente demanda de fibra de sisal durante a Segunda Guerra Mundial¹⁵. Soma-se a este fato, a crise da lavoura algodoeira e a crise da atividade canavieira que se arrastava desde 1929, fragilizando a economia estadual ainda fortemente dependente da agricultura de exportação. “Nesse momento, a política agrícola estatal se estabeleceu buscando incentivar outras estratégias de produção que possibilitassem a diversificação dos produtos e pudessem estar aliados com a cotonicultura” (SOBRINHO, 2010, p. 65).

É nesse contexto que, impulsionada pelo projeto nacional de modernização da agricultura introduzido pelo então presidente da República Getúlio Vargas, a Paraíba recebe incentivos do governo federal para a instalação de instituições de ensino técnico-científico e superior voltadas para a produção de conhecimento e de esforços para a racionalização das práticas agrícolas e diversificação das atividades econômicas do estado. Foi assim que se instalou em 1936, a Escola Agrônômica do Nordeste (EAN) na cidade de Areia, na região do Brejo Paraibano, vizinho ao Curimataú Oriental e que se criou Centros de Demonstração, onde o processo de organização da produção escolhido ocorria de modo “racional” e sob a supervisão de inspetores agrícolas. Esses centros de demonstração foram instalados em alguns municípios paraibanos, geralmente de extensões territoriais maiores como foi o caso do município de Cuité localizado na microrregião do Curimataú Ocidental (NUNES, 2006).

A partir de 1938 foram distribuídas mudas de agave gratuitamente pelo governo paraibano aos produtores rurais interessados e foram criadas legislações específicas em favor do desenvolvimento da agavicultura (NUNES, 2006).

As primeiras experiências com o sisal ocorreram nas regiões mais úmidas do Brejo e Agreste e só depois avançaram para as regiões mais áridas. Esse avanço, entretanto, além de contar com campanhas exaltando a adaptabilidade

¹⁴ Denomina-se habitualmente de agave ou sisal a espécie "*Agave Sisalana Perrine*", planta xerófila que se adaptou muito bem às regiões semi-áridas do Nordeste brasileiro.

¹⁵ Com o advento da Segunda Guerra a produção de fibras duras ficou desorganizada, em decorrência da ocupação japonesa na Indonésia e Filipinas, fato que motivou uma pressão sobre os demais países produtores de fibras, inclusive o Brasil, cuja produção foi aumentada para responder à demanda crescente de fibras para a fabricação de cordas e fios, produtos essenciais à marinha de guerra e mercante durante o conflito bélico (SOUSA, 1987, p.13).

do agave às condições do semiárido e o crescimento da sua demanda no mercado internacional, contou também, em 1940, com a distribuição gratuita de bulbilhos importados dos Estados Unidos (SOBRINHO, 2010, p. 65).

Apesar do Governo desejar implantar culturas menos vulneráveis às oscilações do mercado internacional, a comercialização da fibra da agave, da mesma forma que a produção do algodão, também dependia do mercado externo. Essa condição colocava os produtores “em situação de vulnerabilidade frente ao importador, pois os riscos em relação ao preço e a concorrência com outros países produtores eram elementos que escapavam ao controle dos produtores” (SOBRINHO, 2010, p. 65). Na Paraíba, grande parte da produção de sisal foi, na época, “exportado principalmente para os Estados Unidos, onde era utilizada na fabricação de cordas para uso naval” (SOBRINHO, 2010, p. 65).

No Curimataú Oriental, a cultura da agave se expandiu na década de 1940 substituindo o algodão e a produção de alimentos principalmente nas grandes e médias propriedades. Sua expansão na região deve-se tanto ao estímulo governamental quanto à garantia de mercado e preço. Além disso, o fato dela poder ser plantada em solos rasos, em clima semiárido e possuir um manejo arcaico e manual, não exigindo muitos investimentos, também contribuiu para à sua expansão. Por outro lado, a retração do algodão e a presença dos moradores ainda nas fazendas garantia uma mão de obra abundante e barata para o trato dessa lavoura (COSTA, 1989).

A disseminação dessa nova lavoura no Curimataú Oriental promoveu algumas mudanças significativas nas relações sociais e no ambiente. Ressalta-se o desmatamento generalizado em virtude da retirada da vegetação nativa para o plantio da agave, a gradativa substituição da lavoura de algodão e a transformação de parcela importante de camponeses em assalariados (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Conforme explica Sobrinho (2010), a redução das áreas destinadas ao desenvolvimento das lavouras alimentícias condicionou os agricultores sem terra ao assalariamento temporário nas atividades relacionadas ao desfibramento da fibra de sisal.

De acordo com Moreira:

Em relação ao nível de emprego, a cultura do sisal utiliza uma mão-de-obra numerosa no período do corte e no beneficiamento da fibra: cortadores, bagaceiros, desfibradores, lavadores. Emprega tanto a força-de-trabalho adulta (homens e mulheres) como a infantil. Como o período do corte coincide com a época mais seca do ano (após o desfibramento o sisal precisa secar ao sol), a cultura da agave contribuiu igualmente para reduzir o desemprego sazonal na agricultura do Agreste paraibano. Os trabalhadores do sisal eram trabalhadores assalariados pagos pela produção. Tal fato contribuiu de forma significativa para a monetarização das relações de trabalho na agricultura agrestina (MOREIRA, 1996, p. 109) (Fotografia10).

Fotografia 10 – Trabalhador cortando folhas de sisal



Fonte: Acervo de Odilon Reny R. F. da Silva.

Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/sisal/arvore/>).

Como o período de colheita e desfibramento da folha da agave coincidia com a estação mais seca, muitos pequenos proprietários e camponeses encontraram nessa atividade uma fonte complementar de renda trabalhando como assalariados. No Curimataú Oriental tanto homens como mulheres se empregaram na atividade agavieira. No atual município de Riachão, que anteriormente fazia parte do município de Araruna, só a partir de 1940 as mulheres¹⁶ começaram a trabalhar nos campos de sisal, passando a conciliar o trabalho na agave, no roçado e na casa (MONTEIRO, 2016).

De modo ainda mais forte que no caso do algodão, o sisal promoveu importante melhoria no padrão econômico dos grandes e médios proprietários de terra. Os pequenos proprietários também encontraram na lavoura agavieira uma fonte de renda complementar que possibilitou a melhoria da condição de vida das suas famílias (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Essas conquistas, porém, não alcançaram a classe trabalhadora sem terra. Na verdade, ao contrário do algodão, cuja forma de exploração requeria mão de obra camponesa, contribuindo para a expansão das relações contratuais de parceria e de arrendamento na região, o sisal foi para o Curimataú, o que a cana foi para a Zona da Mata e para o Brejo, isto é, uma atividade expulsora do campesinato e empregadora de mão de obra assalariada (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A forma de uso do solo pelo sisal só permitia algum consórcio com a lavoura alimentar nos dois primeiros anos de cultivo. A dimensão posterior do arbusto tornava impossível essa associação. Desse modo verificou-se no Curimataú e nas microrregiões produtoras de sisal do

¹⁶ Sobre o trabalho das mulheres na atividade do sisal, ver Monteiro (2016).

estado, uma forte expulsão dos trabalhadores rendeiros e sua substituição por trabalhadores assalariados temporários.

Há quem diga que os trabalhadores rurais também se beneficiaram com a riqueza gerada pelo sisal na medida que tinham emprego garantido, sobretudo no plantio e na colheita, a qual demandava um elevado número de mão de obra.

O trabalho de desfibramento e secagem do sisal também absorvia muitos trabalhadores. Pode-se acrescentar ainda que essas etapas do processo produtivo ocorriam no período seco, quando já se havia colhido a produção dos roçados, garantindo trabalho e renda à população camponesa sem terra em período de entressafra (Disponível em: Agência Embrapa de Informação Tecnológica - Equipamentos). Todavia, segundo Moreira (2002, p. 5):

é importante distinguir a ampliação da demanda de emprego, de melhorias das condições de trabalho e vida dos assalariados em atividades monocultoras. Isto porque o corte do sisal, como o da cana é muito penoso, os riscos de acidentes muito grandes e, no caso do sisal, na época da safra o trabalho estendia-se noite adentro e a máquina usada para o desfibramento (Fotografia 11) era extremamente perigosa podendo mutilar o trabalhador (Fotografia 12).

Fotografia 11 – Máquina Paraibana desfibrando folhas de sisal em regiões produtoras do Estado da Paraíba



Fonte: Acervo de Odilon Reny R. F. da Silva.

Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/sisal/arvore/>.

Os acidentes de trabalho que ocasionavam a mutilação ocorriam na primeira fase de beneficiamento do sisal, conhecida como “desfibramento”, processo pelo qual através de uma máquina conhecida popularmente como “paraibana” era extraída das folhas dessa planta uma fibra muito utilizada pela indústria de cordoarias. Dotada de um cilindro que girava à grande velocidade, essa máquina apresentava alto grau de periculosidade para o “cevador” – trabalhador que a operava – pois o menor descuido ao alimentar a máquina com a folha da planta, poderia ter seus dedos, mão ou braço decepados. Por esse motivo, os acidentes de trabalho eram bastante comuns nas regiões produtoras de sisal, deixando um grande número, especialmente de homens, inaptos para seguir no trabalho. Isso gerava uma marca na vida do trabalhador,

que gozando de idade produtiva, via-se diante de uma grande ruptura, pois não poderia seguir na função que exercia antes do acidente (NASCIMENTO, 2013, p. 60).

Fotografia 12 – Trabalhador mutilado pela desfibradeira



Fonte: Acervo MENDES, Henrique, 2014. Disponível em: G1 - Motor de sisal da década de 40 resiste na BA; mutilados passam de dois mil - notícias em Bahia (globo.com).

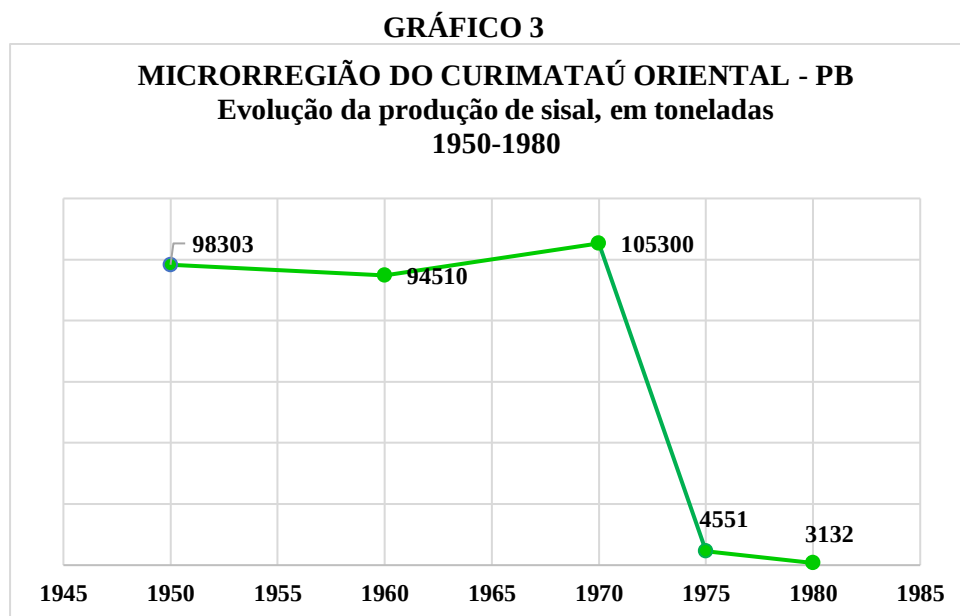
A dinâmica da produção do sisal no Curimataú teve lugar no conjunto do estado e, pode-se falar, no conjunto do país. De acordo com Saraiva (1981) a dinâmica sisaleira do Brasil pode ser sistematizada em três momentos: do início do cultivo até 1966; de 1966 a 1972; e depois de 1972 até os anos de 1980.

a) o primeiro momento que se estende desde o começo do cultivo do sisal no país até 1966 caracterizou-se pela exportação quase total da produção para o mercado internacional, principalmente para os Estados Unidos.

b) o segundo momento que abrange o período de 1966 a 1972 distingue-se pela depreciação do sisal no mercado internacional em virtude da inovação tecnológica que culminou com a criação do fio sintético de polipropileno, um derivado do petróleo. Pesquisa realizada por Saraiva (1981) junto à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Paraíba e à Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA), dão conta de que o abandono dos campos de sisal alcançou nesse período cerca de 60%, que o Banco do Brasil nessa época retirou a assistência à cultura sisaleira, e a Comissão de Financiamento da Produção excluiu o sisal da pauta dos produtos beneficiados pela política de preços mínimos.

c) o terceiro momento, que corresponde ao interstício entre 1973 e 1980, segundo Saraiva (1981), é marcado pela crise do petróleo (de 1973), a qual teria colaborado para a retomada da produção do sisal em virtude dela ter incidido sobre a produção das fibras sintéticas dele dependente. Com a superação da crise do petróleo o preço da fibra vegetal volta a cair provocando nova grande retração da cultura sisaleira paraibana.

No Curimataú Oriental, a atividade sisaleira, apresenta maior expansão entre 1950 e 1970. De 1970 a 1980 o sisal praticamente desaparece da região (Gráfico 3).



Fonte: Censos Agrícolas de 1950 e 1960 e Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

O Censo Agrícola de 1950 indica que a cultura agavieira teve forte participação na organização espacial do Curimataú Oriental¹⁷, estando presente em 1.698 estabelecimentos de um total de 4.568 (37,2% do total) estabelecimentos encontrados na microrregião. A área ocupada com a agave correspondia a 3.743 hectares, onde foram produzidas 98.303 toneladas. Na década de 1960, a produção manteve-se animadora para os produtores, na casa de 94.510 toneladas de agave e em 1970 ela alcançou o mais elevado nível atingido até então, de 105.300 toneladas¹⁸.

O verde do sisal cobriu o Curimataú Oriental tornando-se a principal fonte de renda monetária da agricultura regional durante os anos em que teve o mercado aberto à exportação da sua fibra. Todavia, cinco anos depois, em 1975, uma incrível retração é observada. Comparando o período de 1970 com o de 1975 verifica-se uma queda da ordem de 95,7% na produção do sisal na região, quase que desaparecendo da paisagem em 1980. Em 1985 a produção sisaleira continuou em declínio, com apenas 2.530 toneladas. A partir de então o cultivo do sisal na região estagnou ocupando uma área em torno de 2.898 hectares.

¹⁷ Os dados do censo de 1950 referentes ao Curimataú Oriental incluem informações sobre a agave em Araruna, o qual abrangia em seu território Tacima, Cacimba de Dentro e Riachão, e inclui também dados de Solânea, Dona Inês e Casserengue, pertencentes a Bananeiras no referente período.

¹⁸ Não consta nos censos de 1960 e 1970 dados sobre a área ocupada pela lavoura sisaleira no Curimataú Oriental.

A crise sisaleira persiste até os dias atuais. Analisando os dados do censo agropecuário de 2017, verificamos que em todo o estado apenas 99 estabelecimentos rurais produziram fibra de sisal e 50 produziram folhas (IBGE/SIDRA, 2017). Desses 149 estabelecimentos que ainda se encontravam produzindo sisal, 115 ou 77,2% eram estabelecimentos de agricultores familiares e deles, apenas 2 localizavam-se no Curimataú Oriental.

A crise no setor produtivo da agave se deve à desvalorização da fibra no mercado internacional, a concorrência com o sisal africano de preço inferior e ao surgimento de outras alternativas de matéria prima, a exemplo do material polietileno, uma fibra sintética usada na produção de cabos e fios. A situação foi agravada quando o Banco do Brasil deixou de financiar a política de preços mínimos da agave.

É interessante destacar que a agave que surgiu aos olhos do Estado e dos grandes proprietários agrícolas para solucionar a crise açucareira e algodoeira, tornou-se a causa de outros problemas, entre eles, a escassez de alimentos, com grandes impactos na vida das famílias camponesas e dos assalariados das cidades. Isto porque, na medida em que o verde da agave redesenhava os campos agrícolas, cuja planta transformava áreas de policultura alimentar em terras de monocultura e tangia para a cidade os moradores, parceiros e arrendatários os quais, para sobreviver, transformavam-se em assalariado do próprio sisal.

Nos anos de 1970, as elites políticas e intelectuais agronômicas e agraristas nordestinas viram na industrialização da agave e do algodão, entre outras matérias primas, uma alternativa para recuperar a economia da região e romper com as empresas estrangeiras monopolizadoras - SAMBRA e ANDERSON CLEYTON. Acreditavam que, caso fossem bem executados os projetos de criação de indústrias, o Nordeste poderia retomar o seu prestígio nacional em relação a essas culturas. No imaginário das elites paraibanas “as cordas do progresso” ligariam as regiões aos fios da indústria (NUNES, 2006). Todavia, no caso do Curimataú as atividades sisaleira e algodoeira jamais retornaram ao esplendor antigo. Na verdade, as mudanças levadas a efeito na agricultura brasileira a partir de 1970, pela “modernização da agricultura” promovida pelos governos militares, foi absorvida na região principalmente pela atividade pecuária, com destaque para a bovinocultura.

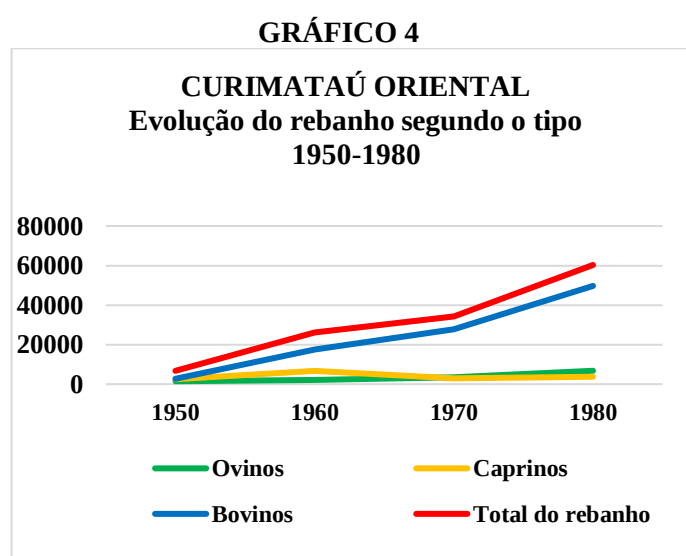
3.4.4 A modernização da agricultura e da atividade pecuária

Como foi colocado anteriormente, o processo histórico de ocupação do Curimataú Oriental esteve atrelado desde o início à atividade pecuária e a produção agrícola alimentar.

Mesmo durante o apogeu do sisal e do algodão a pecuária e a produção de alimentos jamais saíram da pauta das formas de uso do solo agrícola regional.

A partir de 1970, com a modernização da agricultura assiste-se, no conjunto do estado, a expansão da atividade criatória apoiada em créditos subsidiados, “com juros muito baixos e um longo período de carência (três anos)” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 90). O rebanho bovino estadual passou de 865.948 cabeças em 1970, para 1.296.081 cabeças em 1980 (IBGE, 1970; 1980), “o que significou um ritmo de crescimento geométrico da ordem de 4,1% ao ano. Ou seja, onde havia dez cabeças de gado em 1970, encontravam-se quatorze em 1980” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 90).

Esse processo de “pecuarização” foi talvez o elemento mais forte da modernização que teve lugar na agropecuária do conjunto do Curimataú Oriental. Isso pode ser constatado pelo desempenho dos rebanhos ovino e bovino. Se compararmos os dados do período imediatamente anterior ao do início da modernização agrícola com o ano de 1980, verificaremos que, em nível microrregional, o rebanho bovino passou de 26.175 cabeças em 1960 para 60.642 cabeças em 1980, o que significa um crescimento médio no período de 186,0%. Cresceu também o rebanho ovino que passou de 2.090 cabeças em 1960 para 6.763 cabeças em 1980 (o que equivale a um aumento no período de 223,6%). Já o rebanho caprino reduziu-se quase pela metade (- 42,8%) como pode ser observado no Gráfico 4, o que dá a entender que foi a produção de ovinos e bovinos quem recebeu o maior impulso da nova política governamental introduzida pelos governos militares.



Fonte: Elaborado com base nos Censos Agropecuários da Paraíba, 1950, 1960, 1970, 1980.

O maior crescimento da bovinocultura observado no Gráfico 4 deve-se ao fato desta atividade ter sido a que mais se beneficiou da política de crédito implementada a partir da

década de 1970 pelo Estado, através do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e do Banco do Estado da Paraíba (Banco Paraiban), que junto ao Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) foram os principais credores dos pecuaristas do estado da Paraíba e do Nordeste. O aumento do rebanho ocorreu em todo o estado, com destaque maior nas microrregiões do Curimataú Oriental, de Guarabira e de Itabaiana (MOREIRA e TARGINO, 1997)¹⁹.

Além da expansão da pecuária, observa-se o avanço da utilização das tecnologias químicas e mecânicas pelos estabelecimentos agropecuários. Em 1960, o IBGE não identificou um único estabelecimento usando fertilizante químico na região do Curimataú; em 1970 só 5 foram identificados pelo censo agropecuário. Em contrapartida, em 1980 já existiam 221 unidades de produção usando só fertilizante químico²⁰. No que tange às tecnologias mecânicas, chama a atenção o crescimento dos tratores entre 1970 e 1980 que passam de 18 para 115, o que equivale a um crescimento médio no período da ordem de 538,9%. Em Dona Inês, embora o aumento aparentemente tenha sido menos expressivo, ele equivaleu a 60%, isto é, passou de 5 tratores em 1970 para 8 tratores em 1980.

Constata-se que em 1980 já se percebia os efeitos da modernização técnica da agricultura na região representada pela expansão da pecuária bovina e ovina e pelo aumento da utilização de tecnologias químicas e mecânicas.

A expansão dos rebanhos bovino e ovino dentro de uma perspectiva de modernização conservadora²¹ da agropecuária, gerou uma série de conflitos na região na medida em que os proprietários queriam a terra livre dos camponeses para ampliar a área de pasto e implantar melhoramentos nas propriedades, e estes camponeses resistem.

3.4.5 Estrutura fundiária e Relações de trabalho

A forte concentração da propriedade da terra que caracteriza o território brasileiro tem se constituído num dos principais fatores de exclusão da classe camponesa do acesso à terra. No caso do Curimataú Oriental, embora a concentração fundiária não seja tão forte como a da Zona da Mata, em 1970 os estabelecimentos rurais menores de 50 hectares representavam 96,1% dos estabelecimentos rurais existentes, porém se apropriavam de apenas 23,0% da área

¹⁹ Infelizmente, os censos de 1960, 1970 e 1980 não informam a produção animal por tamanho dos estabelecimentos, o que inviabiliza uma análise da produção das pequenas unidades produtivas.

²⁰ Não se levou aqui em consideração o número dos estabelecimentos que utilizavam adubo químico e orgânico simultaneamente, mas seu número também era insignificante.

²¹ Modernização Conservadora, segundo José Graziano da Silva, porque promove mudanças na base técnica da produção sem tocar na questão da posse da terra.

agrícola. Se considerarmos apenas os micros estabelecimentos, com menos de 10 hectares, eles representavam 92,8 % do total, mas ocupavam somente 18,8 % do total das terras agrícolas da região. Em contrapartida, os estabelecimentos maiores de 500 hectares que correspondiam a menos de 1% (0,7%) do total, se apropriavam de 41,3% das terras agrícolas (IBGE, 1970). Vê-se, por conseguinte, que a maioria dos produtores rurais proprietários, parceiros, posseiros e arrendatários acessavam porções mínimas de terra no Curimataú Oriental. Daí os chefes de família buscarem a complementação da renda através do trabalho alugado na atividade sisaleira e produzirem algodão até 1985, em consórcio com a produção do feijão e do milho para complementarem sua renda (MOREIRA, 1997).

Além da concentração fundiária, persistiam na região ainda na década de 1970, relações pré-capitalistas de produção baseadas no pagamento da renda da terra em trabalho (a condição), em produto (a parceria) e em dinheiro (o arrendamento).

De fato, em 1970²² existiam na microrregião do Curimataú Oriental 6.277 produtores rurais, dos quais 69,5% eram proprietários de suas terras, 12,9% eram arrendatários, 5,7% eram parceiros e 12% eram ocupantes ou posseiros. Em outras palavras, os camponeses produtores sem terra representavam 30,5% do total de produtores da região dos quais 13% se situavam no município de Dona Inês. Esses dados comprovam que no final da atividade sisaleira ainda existiam na região formas de trabalho não tipicamente capitalistas, haja visto ser comum o sistema de roçado (área cultivada com policulturas) praticado pelos camponeses que tinham a permissão dos grandes proprietários de cultivar lavouras temporária em suas terras.

Além dessas relações de trabalho sempre foi comum na região o sistema de roçado. Os camponeses sem terra recebiam de um proprietário um pedaço de terra para cultivar lavouras temporárias (milho, feijão, fava). Para isso tinham que desmatar, destocar a terra e deixar o restolho do feijão e do milho para o senhor alimentar seu gado. Como já falei da experiência da minha família, esse processo contribuía para expandir a fronteira agrícola da atividade pecuária sem custos para o dono da propriedade.

Destaca-se ainda que muito empregados assalariados temporários, sobretudo em virtude do sisal, mesmo em processo de decadência, ainda era presente na região: do total do pessoal ocupado na agricultura regional em 1970, 61,9% eram empregados assalariados temporários

²² No Censo Agropecuário de 1950, a condição do produtor só apresenta dados para os municípios de Bananeiras e Araruna de onde foram desmembrados todos os demais e não fornece dados para os parceiros. O censo de 1960 não contempla o número de produtores rurais nem de pessoas ocupadas segundo o tipo, limitando-se apenas a descrever as despesas dos estabelecimentos com trabalhadores. Daí tomarmos como ponto de partida para analisar o comportamento das relações de trabalho na região do Curimataú Oriental, o censo de 1970.

(IBGE, 1970). Em detalhes, no livro *Por um pedaço de Chão*, volume II (1997), Moreira descreve as relações de trabalho encontradas em várias propriedades dos municípios do Curimataú Oriental, o que é comprovado pela narrativa da população mais antiga.

De outro lado, o desemprego levou muitas famílias a ocuparem terras na condição de posseiras em propriedades extensas e pouco produtivas. Daí observar-se em 1980, um ligeiro aumento do número dos produtores sem terra na região que passa a representar 42,9% do total de camponeses parceiros, posseiros e ocupantes ali existentes. Destaca-se aqui o caso dos produtores ocupantes ou posseiros que passam de 12% do total de produtores rurais do Curimataú Oriental para 16,4%, isto é, de 6.277 em 1970, para 8.252 em 1980. É possível que esse aumento dos camponeses produtores sem terra se deva em parte à retração da economia agrícola regional com o fim da produção de sisal, o que teria tornado novamente interessante aos proprietários aceitar trabalhadores em suas propriedades, isto é, voltaram novamente a cobrar a renda da terra em forma de produto ou dinheiro.

O aumento do número dos produtores ocupantes pode estar relacionado à tentativa de expulsão dos camponeses, os quais reagem, enfrentam os proprietários, e permanecem na terra na condição de posseiros até o desfecho do conflito. O crescimento dos posseiros é também observado em 1985, seguido de uma retração em 1995. A diminuição dos posseiros (ou ocupantes) demonstra o resultado positivo da luta camponesa que deu origem a projetos de reforma agrária na região nos anos de 1990, uma vez que os posseiros passam então a assentados, gestores de seus próprios lotes.

Como dissemos anteriormente, os incentivos fiscais e creditícios para a expansão e o melhoramento técnico da atividade pecuária propiciado pela política de modernização da agropecuária dos governos militares estimulou os fazendeiros da região a obterem financiamentos para a atividade de criação de gado bovino e ovino. Para expandir a atividade pecuária havia necessidade de terra livre para a expansão do pasto plantado e do rebanho. Esse fato vai repercutir fortemente nas relações de trabalho pré-existentes e provocar a eclosão de conflitos de terra na região.

De fato, a partir de 1980, uma série de ações por parte dos administradores das fazendas e dos seus proprietários vai ter lugar visando a expulsão dos trabalhadores para transformar os roçados e casas em área de pasto. Em vários casos, os antigos proprietários com quem os trabalhadores tinham uma relação amistosa, venderam as terras e os novos as queriam desocupadas para plantar capim (MOREIRA, 1997). Em outros casos, o Incra identificava latifúndios que, de acordo com o Estatuto da Terra, eram passíveis de aquisição para reforma agrária, podendo ser utilizado para tanto os recursos do PROTERRA e do PROCANOR.

A busca de expansão da atividade pecuária através da expulsão dos camponeses que viviam no interior das propriedades de um lado e a tentativa do Incra de fazer valer o Estatuto da Terra não aceito pelos proprietários que, passam a agir com violência, tentando resolver a questão com a expulsão dos trabalhadores, foram os dois fatores que propiciaram a ação dos camponeses na luta para permanecerem na terra. Surge uma disputa desigual por frações do território no Curimataú Oriental que se estende até a década de 2000.

Com base no exposto, conclui-se que o espaço agrário da microrregião do Curimataú Oriental e do município de Dona Inês aí localizado, passou por significativas transformações ao longo do tempo. Constituiu-se inicialmente em um espaço voltado para o atendimento das necessidades básicas dos povos indígenas, voltou-se, posteriormente para atender suas necessidades internas, através de uma pecuária extrativa e uma produção agrícola de autoconsumo realizada por camponeses em pequenas unidades produtivas e complementada pela criação de gado em grandes propriedades voltada para o abastecimento da população regional e de outros espaços regionais do estado.

Com a chegada do algodão, observa-se um aumento da população, a dinamização do comércio e uma forte expansão do campesinato. Mas é com o sisal que tem início a subordinação do espaço agrário regional à lógica do capital, o que é constatado através da retração das relações de trabalho campesinas e do forte avanço do trabalho assalariado.

A modernização agrícola, com a decadência do sisal, vai atingir basicamente a atividade pecuária. É nesse momento que se observa as tentativas de expulsão do campesinato e que parte deste se transforma em um campesinato em luta. A disputa por território irá marcar o espaço agrário regional desde os anos de 1980 até o século XXI, e parte importante do seu território será incorporado à agricultura camponesa como será visto a seguir.

4 - A LUTA PELA TERRA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA CAMPONESA: em busca da construção de territórios de esperança

Os embates dos camponeses em torno do acesso à terra e pela permanência na terra frente aos latifundiários vem de longa data. Targino (2002, p. 148) afirma que “os conflitos sociais no campo se iniciam já no século XVI, no período colonial, com a disputa pela terra entre colonizadores e indígenas”. Além desses, o autor demarca os conflitos entre sesmeiros e posseiros, que resultavam do crescimento das atividades da cana, ou seja, do aumento da área de exploração canavieira nos engenhos que levava à expulsão de posseiros.

Targino (2002) destaca o período imperial como pródigo em organização de movimentos sociais e políticos, muitos deles apresentando uma forte ligação com a questão agrária, tais como a Cabanagem (1835-1940) no Pará e a Balaiada (1838-1841) no Maranhão.

O autor ressalta o protagonismo político assumido pelo movimento Cabanagem. De fato, o movimento era formado pelas camadas populares e apresentava um plano de ação organizado politicamente, no qual tinha a luta pelo “fim da escravidão” e pela “redistribuição das terras, como medidas para combater as injustiças sociais” (TARGINO, 2002, p. 149). Era mais do que uma simples agitação, dado o fato de o grupo insurgente ter conseguido se apossar do poder político da capital do Pará e instituído uma administração genuinamente popular, situação que obrigou o governo imperial a enviar tropas militares para conter os revoltosos.

Na primeira metade do século XX, destacam-se as Ligas Camponesas, mais importante movimento de massa do Nordeste, composto por camponeses e apoiado por profissionais e estudantes de diversas áreas, tendo à frente o advogado Francisco Julião. As Ligas tiveram início com a luta contra o pagamento do cambão no engenho Galileia em Pernambuco e desembocou na luta por reforma agrária. Com o golpe militar de 1964, elas foram duramente perseguidas, suas lideranças reprimidas, assassinadas ou forçadas a entrar na clandestinidade.

Na visão de Natividade (2013), a mobilização das Ligas Camponesas evidencia o período de maior atuação política dos trabalhadores rurais no Nordeste dada a crescente politização de seus associados e apoiadores. Passou do cumprimento de ações “assistencialistas a pequenas causas dos trabalhadores rurais, para tornar-se um movimento de atuação e empreendedor de possíveis mudanças em esferas representativas e influentes” (NATIVIDADE, 2013, p. 125). Além de preocupar-se com as condições de trabalho e salário, o movimento também priorizou o acesso à terra como uma de suas pautas de luta.

O movimento das Ligas Camponesas se expandiu rapidamente por todo o Nordeste, com atuações mais intensas nos estados de Pernambuco e Paraíba, até serem exterminadas pelo

governo militar. Contudo, os ecos deste movimento não deixaram de ter influência na organização dos camponeses na luta pela terra a partir dos anos de 1970, uma vez que antigos membros daquele movimento passaram a atuar na Pastoral da Terra (SERVAT, 2006).

Para além da influência histórica das Ligas, a política agrícola dos governos militares pautada na “modernização conservadora”²³ ou, em outras palavras, na expansão do capital sobre a agropecuária, foi responsável pelo aumento das tensões no campo que culminaram numa multiplicação de conflitos.

Estimulado pelos incentivos fiscais e creditícios, o latifúndio originou os Complexos Agroindustriais que, a partir dos anos de 1970, passaram a consumir cada vez mais as terras aráveis, rompendo com as relações de trabalho tradicionais (parceiros, arrendatários, moradores, posseiros). Assim, a inserção do capital nos grandes estabelecimentos rurais culminou no fechamento das terras e na massiva expulsão dos camponeses.

Na metade dos anos de 1970, a cana de açúcar expandiu-se fortemente na Zona da Mata Paraibana. Já no Agreste se assistiu a um intenso processo de pecuarização e, no caso do Brejo, ao avanço simultâneo da cana e da pecuária. No bojo desse processo, verifica-se uma forte desterritorialização do campesinato e inúmeras tentativas de expulsão com resistência dos trabalhadores. Muitos camponeses ameaçados de expulsão das terras onde viviam e trabalhavam buscaram apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e da Igreja, passando assim a enfrentar os proprietários e o Estado representado pela polícia e pela justiça, originando inúmeros “conflitos de resistência” (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A pesquisa de Rodrigues (2010), baseada na coleta de dados realizada em Moreira (1997) e na CPT sobre os conflitos agrários na Paraíba, aponta que, entre 1970 e 2008 registraram-se 283 áreas de conflito no estado da Paraíba. O Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) registra para o estado a criação de 314 Projetos de Assentamento Rural, na sua maioria fruto da conquista dos trabalhadores na luta pela terra. Esses assentamentos ocupam uma área de 282.409 hectares de terra, onde estão assentadas 14.409 famílias (INCRA, 2020).

No Curimataú Oriental Paraibano, entre 1986 e 2016 foram criados 25 Projetos de Assentamento resultantes de conflitos sociais, onde foram assentadas 928 famílias. A área desses assentamentos perfaz um total de 17.207,74 hectares de terra que representavam 11,4% do total da área ocupada pelos estabelecimentos rurais da região em 2017 (IBGE, 2017). Cinco

²³ Expressão cunhada por Graziano da Silva para demonstrar que o processo de modernização não tocou na estrutura fundiária, ao contrário, agravou-a. SILVA, José Graziano da. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

desses Projetos localizam-se no município de Dona Inês. Eles abrangem uma área de 4.491 hectares, que representam 40,8% da área dos estabelecimentos agrícolas existentes no município. Neles acham-se assentadas 209 famílias (INCRA/SIPRA, 2020) (Quadro 1).

QUADRO 1 – Assentamentos criados no Curimataú Oriental Paraibano e em Dona Inês entre 1986 e 2016

Projetos de Assentamento	Município	Área do PA (hectares)	Famílias Assentadas	Data da criação do PA
PA Calabouço	Araruna	486,31	24	1986
PA Alto Grande	Araruna	287,65	47	1996
PA Umburana Da Onça	Araruna	535,00	27	1997
PA Limão	Araruna	810,00	40	1998
PA Frei Damião	Araruna	164,06	6	1998
PA São José	Araruna	424,00	25	1998
PA Padre Luiz	Araruna	505,21	33	1999
PA Serra Verde	Araruna	100,00	28	1993
PA Carnaúba	Araruna	241,57	49	1993
PA Varelo De Cima	Araruna	165,64	17	1993
PA Barbaço	Araruna	4000,0	210	1996
PA São Francisco III	Solânea	574,00	55	1999
PA Pedro Henrique	Solânea	776,62	25	2005
PA Zé Luciano	Solânea	216,36	3	2016
PA Baixio Do Riachão	Riachão	770,15	44	1986
PA Nossa Senhora das Dores	Cacimba de Dentro	133,40	16	2001
PA Vazante	Tacima	533,13	35	1994
PA Sítio	Dona Inês	1813,71	73	1989
PA Tanques	Dona Inês	1654,00	43	1998
PA Várzea Grande	Dona Inês	1155,95	45	1998
PA Zé Paz	Dona Inês	600,00	31	1999
PA Jose Matias De Araujo	Dona Inês	269,85	17	1999
PA Ernesto Che Guevara	Casserengue	333,55	13	2007
PA Poço Verde	Casserengue	299,87	10	2008
PA 25 de Julho	Casserengue	360,04	12	2010
TOTAL – 25 Pas	7 Municípios	17.207,74	928	

Fonte: Elaborado com base no INCRA/SIPRA, 2020.

É só a partir da conquista da terra que o camponês se torna dono dos meios de produção e do seu trabalho. Há leis que garantem o cumprimento da função social da terra e seu uso democrático, mas, a Reforma Agrária só se faz e só acontecerá, na prática, por meio da luta contra os “filhos” do Estado, a burguesia agrária. “É assim que, pouco-a-pouco, novas conquistas vão se tornando possíveis no cenário das forças políticas do Brasil hoje” (FERNANDES, 1994, p. 54).

As novas frações do território conquistadas pelos camponeses apresentam características distintas do território dominado pela agricultura capitalista. Essa diferença se explica porque no território camponês a terra é de trabalho e no território capitalista a terra é de negócio e de especulação.

Buscamos neste capítulo entender o processo de luta pela terra que teve lugar na Fazenda Sitio, entendendo-a como uma luta pela conquista de uma fração do território capitalista para transformá-lo em um território camponês, ou seja, em um território de Esperança. Para tanto, partimos da discussão dos conceitos de território e território de Esperança.

4.1 Da noção de território à concepção de território de esperança

Ratzel, geógrafo clássico alemão, apresentou as primeiras proposições do conceito de território que serviram de base aos debates das teorias clássicas e também modernas na Geografia (HAESBAERT, 2004). Embora faça uma leitura naturalista do território e dos povos tradicionais que se apropriam de determinadas porções do espaço, a sua interpretação baseia-se numa leitura política, amparada na figura do Estado.

Para Ratzel (1982), o solo deve ser tratado como sinônimo de território, o qual só pode ser concebido pela presença efetiva do Estado. “Mesmos os grupos, tribos, família, a comunidade, que não são unidades políticas autônomas, somente são possíveis de existir sobre um solo, e seu desenvolvimento não pode ser compreendido senão com respeito a esse solo” (1982, p. 94), sendo este, assim, a base de qualquer sociedade.

É verdade que as abordagens clássicas apresentam compreensões bem precisas do território - o que é muito diferente do que observamos na realidade de hoje. A verdade é que, a evolução histórica e conceitual do termo, associada à multiplicidade de significados, dado as suas diferentes definições, tornou o território uma categoria polissêmica.

Raffestin (1993) entende que espaço e território não são a mesma coisa, mas categorias diferentes. O “território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível” (RAFFESTIN, 1993, p. 2). Na compreensão deste autor, o espaço pode ser visto como uma prisão original do homem, e o território é a prisão que o homem constrói para “si” por meio do trabalho realizado e efetivamente pelo exercício do poder.

De acordo com Fernandes *et al.* (2008), para cada território criado, faz-se necessária a fragmentação do espaço na medida em que o território é uma porção do espaço, mas não é o espaço.

A base teórico-conceitual de território impõe uma abordagem eclética do termo, podendo abarcar a relação sociedade-trabalho-natureza, assim como envolver a tridimensionalidade política-economia-cultura. A noção de território e suas abordagens tem sido importante e muito usada nas Ciências Sociais. Para a geografia, o território constitui uma categoria chave de análise e é dotado de possibilidades teóricas.

Diante da multiplicidade conceitual de território, Haesbaert (2004) faz uma sistematização de suas abstrações, através de três vertentes básicas: jurídica-política; cultural(ista); e econômica: (1) A vertente jurídico-política compreende o território como um espaço delimitado e controlado, onde se exerce um certo poder, quase sempre, um poder político institucionalizado – mas não é exclusivamente do Estado; (2) A abordagem cultural(ista) do território prioriza a identidade espacial como produto de uma apropriação simbólica e subjetiva do espaço vivido. Trata-se de uma apropriação cultural, enraizada por um sentimento profundo de identificação social em um dado “lugar”; (3) A terceira vertente, a abordagem econômica refere-se à dimensão material, alicerçada sobre uma base espacial concreta, oriunda dos embates entre as classes sociais e a relação entre capital-trabalho.

Haesbaert (2004) recomenda que a separação entre as dimensões do território (política, cultural, econômica e natural) só deve ser feita na perspectiva teórica, mas não é interessante em análises empíricas do território. O autor mostra-se cético aos trabalhos científicos que isolam uma dimensão da outra, pois, ao fazer isso, segundo ele, o pesquisador pode desconsiderar, ou mesmo excluir, outras questões pertinentes ao grupo pesquisado, comprometendo a sua análise.

Souza *et al.* (2008) também demonstram preocupação com este assunto e assevera, “a separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não é propriamente separável” (2008, p. 60). O autor nos lembra que, diante da complexidade das relações sociais e espaciais no último século, “uma dimensão pode aparecer, histórico-culturalmente, como a mais importante” (2008, p. 60) em uma pesquisa, a depender do tipo da abordagem. Porém, isso não é determinante para que ela seja a única relevante.

Nessa mesma linha de raciocínio, Fernandes (2006) critica as interpretações atribuídas a operacionalização do conceito de território a partir de uma única dimensão analítica, por exemplo, econômica, uma vez que tal compreensão limita o território em um economicismo, restringindo-o a um fator locacional de produção. E, quando tratado exclusivamente pelo viés cultural, da mesma forma, o território cai num reducionismo culturalista, romantizado, limitado a construções de identidades e símbolos.

Santos, à medida em que desenvolve suas teorias sobre espaço e território, elabora vários conceitos. Ele conceitua território como “o lugar em que se desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2007, p. 13). Ainda define território como uma fração do espaço produzido socialmente, onde são estruturadas assimetrias de poder, costumes, tradições e outros elementos que o caracterizam. Também trabalhou com a concepção de território usado, isto é, aquele considerado como sinônimo de espaço habitado, construído e reconstruído pelos homens, por meio de suas ações e relações. Para esse geógrafo, o que interessa à Geografia é o conteúdo do território, ou seja, o processo histórico de seu uso pelos homens, o que é revelador dos diferentes interesses dos diversos agentes sociais que atuam nesse uso (SANTOS, 2007).

Ao fazer uma reflexão sobre território, Gottmann (2012) se aproxima mais da vertente política-jurídica, e completa,

O território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo. Ele é o recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia (GOTTMANN, 2012, p. 223).

O território é construído em diversas escalas, da menor extensão espacial de uma rua, de um bairro ou de uma comunidade rural, a macro escalas de um Estado ou nação ou de um continente. Pode-se afirmar que a construção dos territórios não obedece a uma linha temporal linear, isto é, eles são construídos e desconstruídos em diferentes escalas espaciais e períodos de tempos diferentes: horas, dias, anos, décadas, séculos (SANTOS, 2007).

O território é a expressão espacial do poder, fruto do acirramento entre os grupos que buscam se impor e colocar acima os seus interesses em relação aos interesses de outros indivíduos. Na visão de Raffestin (1993) e também de Souza *et al.* (2008), o poder é o elemento fundante do território.

[...] poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso. A existência do território é impossível e inconcebível sem o substrato espacial material, da mesma maneira que não se exerce o poder sem contato com e referência à materialidade em geral; ao mesmo tempo, porém, o território não é redutível ao substrato, não devendo ser com ele confundido (SOUZA *et al.* 2008, p. 66).

Sendo o território o resultado do exercício do poder em uma base material, para Souza *et al.* (2008), ele deve ser identificado, primeiramente, pelos seus aspectos materiais que

envolvem as relações de poder pelo controle do respectivo espaço. Dessa forma, o território existe no conflito social, uma vez que ele é fruto de disputas constantes entre classes sociais antagônicas visando a apropriação e o controle/dominação de frações do espaço.

Fernandes e Molina (2004) definem o território “como o espaço político por excelência, campo de ação e de poder, onde se realizam determinadas relações sociais” (2004, p. 32). Os autores reforçam que tal conceito é excepcional para as análises que visam compreender os conflitos entre agricultura camponesa e o agronegócio, visto que, estes grupos projetam modelos distintos de territórios.

Dadas as diferentes definições acerca do território, buscamos apontar uma linha conceitual que nos possibilite fazer uma abordagem das contradições espaciais do desenvolvimento do capitalismo no campo, a partir do território capitalista e não capitalista. Oliveira (1999), além de uma vasta lista de pensadores brasileiros, tem interpretado o espaço agrário pela introdução das relações capitalistas de produção. Para ele o território:

deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais [políticas, ideológicas, simbólicas, etc.] em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. São as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território (OLIVEIRA, 1999, p. 74).

As relações sociais de produção e os processos produtivos que envolvem as forças produtivas em seu contexto de produção é o que alimenta e dá continuidade à configuração destes territórios. Nesse sentido, nas sociedades capitalistas, o território é fruto da luta de classes que se perpetuam e é latente no seio da sociedade, produzindo, no âmago do capitalismo, territórios contraditórios. Entendido dessa forma pode-se afirmar que as propriedades camponesas e as capitalistas são territórios distintos, são totalidades diferenciadas, onde se produzem relações sociais diferentes [...]” (FERNANDES, 2013, p. 198). Essas contradições geram conflitos entre a agricultura (policultura) familiar camponesa e a agricultura (monocultura) empresarial e latifundiária.

Estes tipos de territórios antagônicos estão associados ao modo contraditório e desigual do desenvolvimento capitalista na agricultura. É verdade que existe uma disputa pelo controle do território no campo, onde a luta se dá de forma desigual entre a expansão da industrialização da agricultura pelo agronegócio e a agricultura camponesa, que busca superar esta primeira.

Observa-se, de um lado, o desenvolvimento de uma agricultura tecnificada, expropriando os camponeses da terra, e de outro, um campesinato aliado aos movimentos sociais em contestação ao modelo de exploração agrícola implementado no Brasil.

O campesinato dos assentamentos rurais da Reforma Agrária, definidos como território não capitalista por Moreira e Targino (1997, 2007), Fernandes (1994), Oliveira (2007, 1999), Bombardi, Silva (2017) e outros, estão sempre disputando as políticas públicas de crédito com o setor do agronegócio.

Na concepção de Moreira e Targino, os assentamentos rurais podem ser compreendidos como território de esperança. Para estes autores, “o território de esperança é aquele conquistado e construído: pela luta de resistência camponesa para permanecer na terra; pela luta de ocupação de terra, promovida pelos trabalhadores sem terras; pela luta de consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa” (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 4).

Avançando no processo de construção daquele conceito Moreira (2018, p. 6) afirma que,

o Território de Esperança simboliza, além de uma “ruptura” mesmo que parcial ou momentânea com a forma de organização social, econômica e política dominante, uma forma de resistência à dominação do capital no campo e na cidade. O Território de Esperança surge de dentro do território capitalista rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território gestado por um amplo processo revolucionário, mas pela rebeldia e pela insurgência contra a ordem estabelecida podendo se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo. Daí o Território de Esperança se constituir num território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas. Território de Esperança que não quebrou as amarras com o capital, mas a ele resiste, embora ainda não tenha conseguido emancipar-se (MOREIRA, 2018, p. 6).

Em outras palavras, o território de esperança compreende um território inacabado, mutável, passível de contradições e mudanças, de progressos e retrocessos, de resultados satisfatórios e maus resultados, que passa por sucessivas experiências, por tempos diferentes e contínuos. Tal território tem um futuro indefinido por não sabermos o seu amanhã.

Os camponeses ao terem acesso à terra veem nela tanto um lugar para viver de forma autônoma quanto um meio de se reproduzir socialmente e economicamente. Aquele “taco de terra” (MOREIRA, 1997) representa para eles a base sobre a qual construirão seu território de esperança. Observa-se que nas terras de domínio campesino, coabitam, ao mesmo tempo, vida, trabalho, moradia, sonhos, dificuldades, todos congregados em um mesmo território.

A conquista de um território de esperança aqui expresso através do assentamento rural tanto tem uma importância particular para o agricultor que acessa um lote de terra, como para a relação de disputa entre território da agricultura capitalista e território da agricultura camponesa, visto que a criação de um assentamento significa a ampliação das áreas de domínio campesino.

Em sua pesquisa sobre a relação dos assentados com o assentamento, Neves (1999) enfatiza que este território não deve ser compreendido apenas como uma unidade territorial produtiva, com características de redistribuição de terras e financiamento público. É mais do que isso, “o assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns” (NEVES, 1999, p. 8).

No entendimento de Rodrigues (2010, p. 11), “o assentamento representa a possibilidade de reinserção na terra, daqueles que um dia foram expulsos”. Por outro lado, devemos ser enfáticos em dizer que o retorno à terra (assentados) não quer dizer o fim da luta, como aponta Fernandes (2003/2004), mas demarca em sua trajetória de luta, a abertura para novos horizontes e novos conflitos internos ou externos ao assentamento. Daí o Assentamento ser concebido como um território de Esperança. A seguir descrevemos a luta pela conquista de um “território de esperança” através do caso do conflito da Fazenda Sitio.

4.2 O conflito da Fazenda Sitio

A luta pela conquista da Fazenda Sitio teve início no ano de 1980. Para relatá-la, vamos, primeiramente, contextualizar o modo de vida, as relações de trabalho e como se dava o uso da terra antes da luta para que, assim, possamos compreender o processo de desterritorialização e reterritorialização dos camponeses ali assentados.

4.2.1 O tempo do “cativeiro”

As terras onde situa-se o Assentamento Sitio pertenciam ao latifundiário Joaquim Cabral de Melo (*in memóriam*). Na época, a propriedade se chamava Fazenda Sitio. Na então fazenda existiam famílias que eram filhas de antigos moradores e já se encontravam na propriedade a cerca de 80 anos. Ou seja, a ocupação e a vida de camponeses naquela terra era secular. Outras famílias já eram descendentes destas, portanto mais jovens (MOREIRA, 1997).

Joaquim Cabral de Melo era um militar aposentado pela Marinha, força naval à qual serviu no Rio de Janeiro antes de assumir os negócios do seu pai. Filho adotivo do Juiz José de

Melo (*in memoriam*), ele herdou todos os seus bens, inclusive as terras das Fazendas Tanques e Sitio. Nas terras da Fazenda Sitio, o proprietário ocupava apenas 31 hectares plantadas com capim pangola onde criava seus 226 bovinos e 14 cavalos (MOREIRA, 1997).

Parte significativa das terras era explorada pelos camponeses, com cultivos de milho, feijão, mandioca, algodão, fava e espécies frutíferas, principalmente o caju. No caso da “cata” (coleta) da castanha do caju, as famílias eram obrigadas a dar uma cota parte da produção a Joaquim Cabral, nos relatou o entrevistado Sr. C. S. (homem, 63 anos, analfabeto, casado): tudo que a gente fazia tinha que dá a metade... se fizesse dez saco de castanha tinha cinco, se fizesse dez saco de farinha tinha que dá dois – sacos a Joaquim Cabral”. De modo parecido, o acesso às casas de farinha (a propriedade possuía três) pertencentes ao proprietário da terra também acontecia mediante o pagamento ao proprietário de 10% a 20% da produção²⁴.

O sistema de trabalho e produção implantado nessas terras foi marcado por relações de poder e subordinação dos trabalhadores da propriedade, que viviam como moradores de condição.

O morador de condição compreendia aquele camponês que podia morar nas terras do fazendeiro. Ele ficava sujeito às leis do dono da terra. A saber como essa relação se expressava, transcrevemos os relatos dos assentados (ex-moradores) entrevistados e de fontes secundárias obtidas nos trabalhos locais de Silva (2004) e Santos (2017), dos quais retiramos algumas falas. Em uma linguagem simples, as falas dos entrevistados recuperam o contexto histórico vivido pelas famílias, assim como descreve o poder exercido por Joaquim Cabral de Melo.

Nas entrevistas realizadas com os assentados, eles mencionam Joaquim Cabral com a denominação de “patrão”. Tal alusão demonstra como esses indivíduos compreendiam aquelas relações estabelecidas pelo proprietário da terra, explica a entrevistada Sra. F. M. (mulher, 72 anos, casada, analfabeta): “desde quando eu nasci e me criei aqui que esse homem já era patrão, inclusive daqueles mais velho, que foi nascendo, que foi se criando e tivemos a mesma convivência” [...]. Trata-se de uma relação de submissão e de bestialidade ainda muito viva na memória coletiva desses trabalhadores.

A submissão dos moradores aparece em diversas práticas, ancoradas em dois mecanismos: o “foro” e o “eito”. Os moradores foreiros, para que pudessem trabalhar na terra, deveriam sujeitar-se a pagar anualmente um foro. O valor do foro variava conforme a quantidade de hectares utilizada pelo trabalhador. Nesse sistema vigorava o contrato verbal.

²⁴ Esse percentual da farinha produzida pelos camponeses que era pago ao proprietário era chamado de “conga”.

O entrevistado Sr. J. P. (homem, 92 anos, viúvo, analfabeto) descreve que o valor do foro variava entre os moradores: por exemplo, com 100 cruzeiros podia-se explorar 1 ha de terra; com 200 cruzeiros podia-se explorar 2 ha; com 300 cruzeiros podia-se explorar 3 ha, e assim por diante. A quantidade de hectares de terras a ser arrendada ia de acordo com o valor que a família pudesse pagar. Entretanto, as condições financeiras dos camponeses eram mínimas, o que não permitia arrendar grande quantidade de hectares.

No caso dos moradores de condição²⁵, eles eram obrigados a trabalhar um dia por semana no eito²⁶. Aqueles moradores que se negavam ao trabalho no eito eram obrigados junto a sua a família a deixarem a propriedade. O valor pago ao dia de trabalho no eito equivalia a metade do que custava normalmente um dia de serviço pago a um outro trabalhador que não fosse morador das terras de Joaquim Cabral.

A realização do eito dava-se de forma penosa aos moradores, considera o entrevistado Sr. C. S. (homem, 62 anos, casado, analfabeto). Os trabalhadores andavam a pé longas distâncias até a área de trabalho, uma vez por semana, durante o ano.

A gente ia a pé, andava eu não sei se era doze quilômetro. A gente ia a pé e vinha. Saía de lá a noite chegava aqui oito hora dez da noite, a pé, cansado com fome, muito maltratado. Lá num dava comer pra ninguém. Quando era mei dia fazia até veigonha, era feijao macaça puro com rapadura... nunca que eu comi um pedaço de carne lá... Faz vergonha que nesse época ele tinha dois carro lá, os carro ficava na garagem lá e a gente saia a pé sofreno, andava duas três horas a pé, tanto velhinho cansado com sessenta ano ou mais chegava em casa a força mais era obrigado a ir, toda semana (Sr. C.S. Entrevista cedida ao entrevistador Francisco de Assis Barbosa da Silva, 2004, p.10).

O morador que não cumprisse com as determinações de Joaquim Cabral podia sofrer consequências, que se davam em forma de repressão verbal e, às vezes, de expulsão da propriedade, sem direito a nada. O entrevistado Sr. J. L. relata que a expulsão da terra acontecia quando o morador não ia trabalhar no eito: “se não fosse, no outro dia ele mandava o trator e botava a casa abaixo, como botou ainda de uma pessoa. Por causa dessa desobediência, ainda botou de uma três ou quatro pessoa” (Sr. J. L. Entrevista cedida ao entrevistador Francisco de Assis Barbosa da Silva, 2004, p. 10).

É uma relação de trabalho baseada na obediência ao dono da terra, assim detalha o Sr. D. L. “agente tava em casa sossegado a noite, quando amanhecia, quando pensava chegava o empregado: óia vai para os tanques hoje se tu não for hoje tu tem que ir amanhã [...]” (entrevista

²⁵ Os trabalhadores que em troca de moradia pagavam certa renda com trabalho.

²⁶ O eito na Fazenda Sitio correspondia a um dia de trabalho na semana que o chefe da família (na maioria homem) deveria realizar nas atividades agrícolas do proprietário da terra.

cedida a Francisco de Assis Barbosa da Silva, 2004, p. 8). Desse modo, o morador que não fosse trabalhar o eito no dia determinado, deveria se apresentar no dia seguinte. “Caso descumprisse a ordem, tinha a sua casa demolida, seguido da sua expulsão da terra” (Sr. D. L. Entrevista cedida ao entrevistador Francisco de Assis Barbosa da Silva, 2004, p. 10).

O eito, além de ser uma prática bem comum de exploração dos trabalhadores no interior das fazendas, também pode ser interpretado como um mecanismo de dominação, uma vez que se o morador não aceitasse tal relação, era obrigado a sair da propriedade imediatamente.

As famílias não podiam plantar árvores frutíferas e nem criar certos animais (bovino ou caprinos). Alguns moradores tentavam a sorte de criar uma vaca baseada na partilha dos lucros com Joaquim Cabral, no sistema conhecido por parceria. Este tipo de “parceria” aconteceu por poucas vezes, e quando se fez, o proprietário era quem definia as regras, sem negociação da outra parte (trabalhador). Ele fixava a vaca um preço x e a dava de meia ao morador para ser cuidada. Depois de um tempo, quando a vaca já estivesse rendendo um valor acima do preço fixado inicialmente, ela deveria ser vendida. O fazendeiro retirava o valor (em dinheiro) fixado *a priori*, e o que restava em dinheiro, no caso o lucro, dividia-se entre as partes.

No âmbito das relações de subordinação impostas aos moradores, o proprietário da terra era bem favorecido, recebendo as três formas de renda pré(não)capitalista da terra: a renda em produto, que era obtida com o pagamento de parte da produção de castanha e de farinha; a renda em dinheiro relativa ao pagamento do foro; e a renda em trabalho, adquirida através do trabalho realizado no eito pelos chefes de família que ganhavam em troca uma remuneração inferior a do trabalhador de “fora”. Joaquim Cabral tinha ainda a propriedade beneficiada quando feito os roçados, os quais contribuíam para abertura de novas áreas de pastagens para a pecuária.

Ao investigar as formas de renda pré-(não)capitalistas, Oliveira (2017), com base nas formulações de Oliveira (1986), assinala como elas são operadas dentro da lógica capitalista. A autora explica que a *renda em dinheiro* aparece no pagamento em dinheiro em troca da permissão de trabalhar em um pedaço de terra. O pagamento acontece por meio do foro ou arrendamento da terra. Através do foro muitos camponeses conseguiram trabalhar no interior das terras das grandes fazendas do Nordeste, onde tal mecanismo foi mais disseminado.

A *renda em trabalho* “acontece quando o produtor direto, com os instrumentos de trabalho que lhe pertencem, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio” (OLIVEIRA, 2017, p. 35). Os trabalhadores da Fazenda Sitio, em troca de terra e moradia, concediam trabalho gratuito ao dono da propriedade e sempre a devolviam coberta de pastagem. Devemos ponderar que no caso específico, mesmo sem a presença do salário, tal

relação contribuiu para a acumulação de capital à medida que acontecia a exploração do trabalho dos moradores de condição, e o proprietário da terra não precisava desfazer-se dos seus recursos para arcar com a produção e manutenção da propriedade, isto era feito gratuitamente ou por um valor ínfimo pelos moradores.

Já *a renda em produto* “origina-se do fato de que o trabalhador cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra” (OLIVEIRA, 1986 apud OLIVEIRA, 2017, p. 36). Esta forma de subordinação corresponde à parte da produção camponesa entregue ao dono da terra, estando a meia, terça e quinta entre os modelos de fracionamento mais usados.

Isso ocorre segundo Oliveira (2017, p. 37) e Oliveira (1990), porque “as rendas de origem pré-(não)-capitalistas se transformam em renda capitalizada da terra, a partir do entendimento de que a sociedade camponesa é parte constitutiva da sociedade capitalista moderna”. Ao se valer desta interpretação, retomamos a compreensão de que os moradores de condição da Fazenda Sítio contribuíram para ampliação das relações capitalistas de produção no Curimataú Oriental, sendo parte integrante deste processo.

Esta linha de interpretação acerta sobre a afirmativa de vários autores (OLIVEIRA, 2007; ANDRADE, 2005), que a terra sob a tutela de um único proprietário ou grupo empresarial permite ao mesmo estabelecer as relações sociais de produção (relações econômica e de trabalho). Na prática, isso significa dizer que aqueles que possuem grandes extensões de terras, a partir delas, têm a possibilidade de subordinar o trabalho alheio daqueles que dela dependem. Isto foi observado nas relações de sujeição (foro, oito e meia) vivenciadas pelas famílias camponesas, que dependiam das pequenas porções de terra cedidas por Joaquim Cabral.

As terras concedidas para se fazer os roçados eram pequenas, em áreas de difícil exploração, além de serem distantes das casas dos moradores. Geralmente, encontravam-se nas áreas serranas, o que tornava mais desgastante a realização do trabalho agrícola. O tamanho da terra explorada dependia da condição econômica da família, ou seja, qual o valor podia pagar, e da quantidade de pessoas produtivas da família que podia trabalhar. As terras eram disponibilizadas no início da estação inverno, o período mais chuvoso.

Os roçados são os terrenos organizados e preparados para serem cultivados com diferentes tipos de lavoura. Os moradores costumavam plantar de forma consorciada e em diferentes combinações agrícolas: 1) milho, fava e feijão; 2) milho, algodão e feijão; 3) milho e algodão; 4) feijão e fava. Eles também plantavam batata doce, jerimum e mandioca para produção de farinha. As culturas agrícolas alimentares eram para o consumo interno da família,

exceto a lavoura de mandioca, que tinha parte do seu beneficiamento (farinha) levado a comercialização.

A relação de subordinação desses camponeses sempre foi marcada pela injustiça social seguida da expropriação da terra, uma vez que os moradores eram expulsos por qualquer circunstância. Há inúmeros relatos de violência contra os moradores e que foram objetivo de expulsão da propriedade. Moreira (1997) apresenta uma listagem de episódios orquestrados por Joaquim Cabral e seu filho Eugênio Cabral na Fazenda Sitio.

- 1) Em 1983 o dono da terra teria mandado prender os rendeiros Sr. Manoel Bezerra da Silva e o Sr. José Severino dos Santos;
- 2) Em 1984, juntamente com alguns capangas José Joaquim Cabral teria ameaçado outro agricultor, o Sr. Pedro José da Silva, e ainda destruído mil covas de mandioca verde do mesmo e várias bananeiras plantadas as margens do rio Curimataú, pelo Sr. Sebastião Antônio da Silva;
- 3) Em 1985, a mando do proprietário, o Sr. Hermínio Bernardo da Silva teve a sua casa demolida por um trator;
- 4) Em 17 de janeiro de 1986, a tensão agravou-se quando o proprietário, acompanhado de vários capangas armados, foi à fazenda e proibiu os arrendatários de “colocar roçado”, sob a pena de sofrerem “*as maiores consequências*” (MOREIRA, 1997, p. 659).

O poder local de Joaquim Cabral se mostrou também na sua influência política. O referido latifundiário também foi prefeito (de 1964 a 1969; de 1973 a 1977) de Dona Inês, e, no período em que ocorreu o conflito pela terra da Fazenda Sitio, tinha o seu filho Eugênio Cabral de Melo em pleno exercício político (era prefeito deste município entre 1983 a 1989). Sempre que exigido, este último buscou assegurar os interesses do latifúndio.

4.2.2 Conflito pela terra e formas de resistência dos trabalhadores da fazenda Sitio

O conflito da Fazenda Sitio surge como consequência da não adesão do proprietário a um dos critérios definidos pelo Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA²⁷ criado pelo Governo militar em 1971.

A implementação do Programa tem início em 1972, quando foi recomendado ao INCRA, pela Portaria nº 268 do MA, que procedesse, no prazo de 180 dias,

²⁷ O PROTERRA foi um dos principais instrumentos de política do Estado dirigidos para a agricultura no início da década de 1970 que contemplava ações de modificação da posse e uso da terra. Englobava também as principais linhas de crédito destinadas ao setor agrícola nas regiões Norte e Nordeste. O Programa foi instituído pelo Decreto lei nº1.179, de 6 de julho de 1971, visando "promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego da mão-de-obra e fomentar a agroindústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE" (FERREIRA IRMÃO, 1981).

à seleção de imóveis rurais, classificados como latifúndios, para desapropriação e mobilização no Programa de Redistribuição de Terras. Estariam excluídos de desapropriação os imóveis cujos proprietários, no prazo de seis meses, apresentassem projetos de participação no Programa e que: a) o projeto tivesse sido aprovado pelo INCRA e pelo Banco do Brasil; b) a operação de crédito fundiário tivesse sido deferida pelo Banco; c) pusessem à disposição do Programa, no mínimo, 20% da área total do imóvel ou conjunto de imóveis (do mesmo proprietário) cuja soma de áreas fosse superior a mil hectares; 30% da área total do imóvel ou imóveis cuja soma de áreas se achasse entre mil e três mil hectares; 40% da área total do imóvel ou imóveis cuja soma de áreas fosse superior a três mil e inferior a cinco mil hectares; 50% da área total do imóvel ou imóveis cuja soma de áreas fosse superior a cinco mil hectares; d) as parcelas dos projetos específicos fossem dimensionadas entre 1 e 6 módulos médios do município de sua localização; e) o proprietário do imóvel se constituísse em avalista dos beneficiários do Programa até a amortização de 20% do débito contraído perante o Banco do Brasil (FERREIRA IRMÃO, 1981, p. 542).

No âmbito da classificação dos imóveis do estado da Paraíba, a Fazenda Sítio com 1.813,71 hectares, foi definida como latifúndio, sujeito a desapropriação caso o proprietário não aderisse ao Programa.

No caso da Fazenda Sítio, o proprietário recusou-se a aderir ao Programa e o Incra deu início ao processo de desapropriação do percentual correspondente à área do imóvel. Segundo Silva (2004), no dia 23 de julho de 1980 foi aprovada a expropriação do imóvel através do Decreto de nº 84.962.

O proprietário, porém, entrou com um processo de reintegração de posse da terra, o que travou o andamento do processo desapropriatório como relembra o entrevistado Sr. J. P. ex-morador da Fazenda Sítio (homem, 92 anos, analfabeto, viúvo). Nessas situações, o poder econômico e político do latifúndio se revela mais forte do que os próprios mecanismos legais que regem a reforma agrária, inclusive o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64).

Enquanto a terra da Fazenda Sítio se encontrava sub judice, sem a desapropriação definitiva judicialmente confirmada, o proprietário, Sr. Joaquim Cabral e o seu filho Eugênio Cabral, cometeram incontáveis injustiças e atos de violência contra os moradores.

Eram 85 famílias, sendo 81 delas arrendatárias, e outras 6 parceiras, contabilizando 515 pessoas ao todo (MOREIRA, 1997). Os moradores eram constantemente subjugados aos caprichos do latifundiário: eles não podiam explorar as terras desejadas, localizadas nas chãs (topo da serra) e nas baixadas; não tinham autonomia do tempo de trabalho, pois os lugares onde era permitido fazer os roçados mudavam de lugar ano após ano e sempre eram cedidas as terras menos férteis, cobertas de mata e situadas geralmente nas serras.

Após dar entrada na justiça no pedido de reintegração de posse, o proprietário Joaquim Cabral começou a aliciar os trabalhadores chamando-os para um acordo onde ele oferecia 5

hectares por família numa área chamada de “Grotta do Caboco”, uma área de relevo elevado, caracterizado por uma vertente bem íngreme e acidentada, de difícil acesso e com grande dificuldade para o desenvolvimento da agricultura. Parcela dos moradores aceitou o acordo que foi registrado no cartório de uma cidade próxima denominada de Belém. Isso foi feito sem dar conhecimento ao Incra e às autoridades judiciais.

Nesse momento, surge um trabalhador que acabara de voltar do Sudeste, para onde havia migrado na crise do sisal, o Sr. P. P., que tomando conhecimento do fato compreendeu a tática do proprietário como prejudicial aos agricultores. Esse trabalhador passou então a atuar no sentido de alertar os moradores e a buscar apoio na direção do cumprimento da desapropriação (Sr. P. P., homem, 67 anos, casado, analfabeto).

Ao Sr. P. P. somou-se outro trabalhador o Sr. C. S. e outros moradores que tiveram um papel importante no conflito, assim como foi essencial à atuação da Pastoral Rural, ligada à Diocese de Guarabira e coordenada pelo Pe. Luigi Pescarmona, e também a participação do Sr. Antônio Elias, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Dona Inês.

A sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais serviu de espaço para diversos encontros dos trabalhadores foreiros e moradores de condição da Fazenda Sítio com os representantes da Pastoral da Terra e do STR.

O salão paroquial da igreja católica de Dona Inês também teve grande importância, foi nele onde os trabalhadores discutiram as primeiras estratégias para lutarem pela terra. Neste dia, estiveram presentes parte dos moradores da fazenda, vindos das comunidades Pimenta, Mata, Mulungu, Pedra Lisa (comunidades que estão inseridas nos limites do Assentamento Sítio); lideranças de outras áreas em conflito pela terra e o Pe. Luigi, além do presidente do STR de Dona Inês.

A situação de submissão aliada ao processo de desapropriação motivou as famílias a lutarem pela garantia dos seus direitos. Logo diferentes formas de resistência foram adotadas, inclusive as práticas coletivas de cultivo da terra. Os trabalhadores se organizaram em mutirão e ocuparam uma parte da propriedade, próxima às margens do rio Curimataú, sem seguir as ordens do latifundiário. No mesmo dia foi brocado (retirada a vegetação quase por completo e queimada em seguida) aproximadamente 5 hectares da vegetação para preparação do roçado coletivo e nele cultivou-se a cultura do milho.

A ocupação da terra pelas famílias promoveu a quebra da relação social instituída secularmente pelo processo de formação territorial brasileira, no qual se formou os grandes latifúndios no campo nordestino. Corroborando com o pensamento de Felício,

a ocupação é uma realidade determinadora, é espaço/tempo que estabelece uma cisão entre latifúndio e assentamento e entre o passado e o futuro. Nesse sentido, para os sem-terra a ocupação, como espaço de luta e resistência, representa a fronteira entre o sonho e a realidade, que é construída no enfrentamento cotidiano com os latifundiários e o Estado (FERNANDES, 2000 apud FELÍCIO, 2006, p. 217).

Em termos prático, a ocupação da propriedade capitalista marca o retorno dos camponeses à terra ao mesmo tempo em que os coloca diante de estratégias de resistência a serem seguidas, a exemplo da coletivização dos interesses individuais em um desejo comum, isto é, a terra deve ser a prioridade. Fernandes (1994, p. 47) assevera que “a luta pela terra, pela propriedade da terra, a luta por um direito de propriedade diverso, não a propriedade capitalista, é a característica fundamental das experiências de resistência, construídas dia-a-dia pelos trabalhadores sem terra” (1994, p. 47).

As formas de organização dos camponeses instituem um dos princípios bases da luta de resistência. Desse modo, considera-se que o trabalho coletivo realizado pelos moradores na preparação do roçado comunitário tornou o grupo mais coeso e fortaleceu sobretudo os camponeses descrentes em relação a luta e possível conquista da terra.

Fabrini (2007) afirma que o processo de luta só é possível pelo contexto de solidariedade e cooperação que é instalado no grupo. Sem a cooperação dos interesses entre os camponeses e a racionalização dos objetivos em vista da conquista da terra, nada disso se concretizaria, pois, a luta poderia terminar antes mesmo de construir um objetivo comum.

Como o rebanho bovino do fazendeiro não tinha sido retirado da área ocupada, os posseiros ficavam a pasturar o gado para que não invadissem o roçado comunitário e os individuais, causando maiores prejuízos. Assim relata a entrevistada Sra. F. M.

nós passamos muita noite, porque ele não tirou o gado de dentro. Prá nós salvar aquele roçado que a gente plantou nós teria que passar a noite todinha no meio do mundo, lá num ranchinho, e lá passamo a noite atocaiando, e quando o gado ia chegando, nós arrancava com um pau, com cachorro, gritando... Nós ia botar longe. Isso acontecia uma ou duas vezes na semana (Sra. F. M., mulher, 72 anos, casada, analfabeta).

Os trabalhadores costumavam se organizar em grupo dentro dos roçados, uma ou duas vezes na semana, no horário noturno. Ali ficavam à espreita, qualquer sinal do gado, eles os rebanhavam para os lugares mais distantes das plantações.

Enquanto a desapropriação da terra não é publicada oficialmente, Eugênio Cabral usou de sua influência política para aterrorizar e perseguir os posseiros, principalmente as lideranças

da luta. Ele e os seus empregados foram até o roçado comunitário, onde as famílias estavam trabalhando, e os intimidaram e os atacaram verbalmente.

Apesar do conflito na Fazenda Sitio ter durado um período de tempo relativamente curto se comparado a outros conflitos surgidos na Paraíba nesse mesmo período, houve situações de ameaças, repressão, violência e tentativas de assassinato contra as famílias envolvidas na luta, sem poupar idade e gênero.

Para manter a concentração da propriedade da terra sob o seu domínio, os grandes latifundiários se valem de meios legais e ilegais, usando-os de forma amigável ou violenta, ponderam Rodrigues *et al.* (2016). O uso de meios legais acontece a partir do cumprimento de leis e decretos judiciais e da força policial em processos de reintegração de posse da terra; já os meios ilegais são demonstrados em atos coercitivos, ações de repressão e agressão física, moral e verbal cometidas por grupos particulares contra as famílias em situação de ocupação, tendo em vista expulsá-las ou impedir que novas ocupações aconteçam.

Moreira (1997) grifa as atrocidades cometidas pelo latifundiário Joaquim Cabral contra os moradores e narra que na época a Configuração Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) reportou ao presidente do Incra-PB: a) que o proprietário havia soltado o gado nas plantações, destruindo a lavoura, causando prejuízos irreparáveis; b) que o proprietário construiu cercas ao lado das casas dos moradores e os proibiu de plantar nas suas terras.

A entrevistada Sra. F. M. (mulher, 72 anos, casada, analfabeta) fala que também era frequente a presença do grupo de Joaquim Cabral na área onde se encontravam um aglomerado de casas dos moradores (atualmente é onde se encontra a Comunidade Pimenta). O grupo costumava passar por ali com o intuito de intimidar os moradores, relata a Sra. F. M.

Os cabas passavam por aqui, fazendo corrida (a cavalo) dentro da lavoura, chega os pés de feijão açoitava (saltava) pra cima. Eles vinham muito nessa chã. Eles vieram aqui e destruíram muito a lavoura do povo, arrancaram feijão dos moradores. Aquilo era uma ameaça pra ver se nós saía da terra. Esse tipo de coisa, eu pude entender adepois que era tudo ameaça pra ver se agente saía da terra, pra desocupar, porque ele (Joaquim Cabral) não queria mais agente na terra. Porque quero a minha terra toda desocupado pra eu cercar e criar gado (Sra. F. M., mulher, 72 anos, casada, analfabeta).

Nota-se na fala da entrevistada que o impedimento das famílias de trabalharem nessas terras fora motivado pelo interesse de Joaquim Cabral em usar a sua propriedade exclusivamente para a criação de gado. Devemos lembrar que neste momento, que corresponde aos anos de 1980, assiste-se um crescimento considerável da pecuária bovina no Curimataú Oriental e no conjunto da Paraíba. Uma das razões deste crescimento foi segundo Moreira e Targino (1997) as fartas linhas de financiamento público oferecidas aos grandes produtores.

Além de Joaquim Cabral usar de seu grupo particular para ameaçar as famílias, o seu filho Eugênio Cabral usou de sua posição política e acionou o Cabo Genival Henriques do destacamento de Dona Inês e mais 80 policiais para atacarem os moradores no dia 10 de dezembro de 1987 (MOREIRA, 1997). Ao avistarem os policiais, parte dos trabalhadores correu para se esconder na mata, que era um local de refúgio, com medo do que poderia vir a acontecer com eles caso fossem pegos. Ao restante que ficou, os policiais confiscaram as ferramentas (foices) e prenderam as lideranças o Sr. P. P. e o Sr. C. S.

Eles foram levados para prisão de Bananeiras-PB. Entretanto, poucas horas depois, no final da tarde, o Pe. Luigi os libertou após pagar a fiança (Sr. P. P. homem, 67 anos, casado, analfabeto). Dois meses depois o Sr. P. P. teve a sua casa demolida como forma de represália. A partir daí, os dois moradores que tinham sido presos foram orientados a não irem para as reuniões, para os protestos ou greves em espaço público. Era uma forma de se proteger.

Os entrevistados em seus relatos atribuíram a figura de Eugênio Cabral o mandante daquela ação policial. O Pe. Luigi recorda que os policiais agiram de forma ilegal, pois não tinham aparato judicial que os autorizasse a ir a área ocupada pelos moradores, tampouco tinham mandato de busca para confiscar as ferramentas de trabalho das famílias (Pe. Luigi Pescarmona, entrevista cedida aos alunos do curso de História da UEPB, 2002, *in* Silva, 2004).

No dia 12 de outubro de 1988, foi armada uma emboscada contra o padre Luigi Pescarmona e o seu auxiliar Chiquinho do Melabode²⁸, além dos posseiros Sr. P. P., e Sr. C. S. e o Sr. M. S. Neste dia, o grupo estava certo de ir a João Pessoa, dar uma entrevista aos jornais sobre os últimos acontecimentos na área em conflito. O atentado aconteceu na estrada entre Dona Inês e Bilinguim²⁹, especificamente em um trecho onde é atualmente o Parque Haras Bambu, a uns 4 km da cidade. O entrevistado Sr. P. P. descreve este dia em detalhes:

Depois da reunião, agente ia pra João Pessoa dar uma entrevista. Saí na rua, descí e sob a ladeira, lá na frente da estrada, na entrada do bambu, tava um carro e um caminhão de frente, assim, um de frente com o outro, e a pista no meio. Aí o padre disse, o que é aquilo? Eu disse é o patrão, padre... quando nos passar no meio eles trancam pra dizer que foi uma batida e mata nói. O padre parou o carro, arroteou... pra dizer que tava olhando os pneu. É o patrão! arroteou, abriu a porta, entrou no fiatzim (fiat uno) e empurrou o pé. E o patrão arrancou atrais, com três doze (arma calibre 12) e três cabra... tudo conhecido nosso. O carro vai com tudo, pega mais num pega. Passamo em Dona Inês pra ir por dentro, pro Bananeira. Chega no Humari (uma localidade rural do Município de Dona Inês), o carro ia virando. Foi na hora que furou o tanque, mas a gente não sabia. Quando chegou na estrada da oveia (ovelha), o

²⁸ O Melabode é um sítio (localidade) que pertence à área rural do Município de Dona Inês.

²⁹ O Bilinguim é um sítio (localidade) que pertence à área rural do Município de Tacima e que faz limite com o município de Dona Inês.

carro parou de vez, o tanque tava furado. Peguemos de pé, subino o caminho, no asseiro da estrada, por um sitio de banana. Quando vinha um carro agente entrava. Subimo até chegar na igreja... a igreja do tabuleiro. O padre entrou na igreja e pediu ajuda. Lá telefonou para o padre Assis que tava em Araruna e contou a história. O padre pediu a um colega para arranjar um carro. O pessoal correu e arranjou um carro, uma Brasília. Aí o padre disse: leve noi para os cavais (fazenda Carvalho). Nós seguimos para os cavais...Foi escurecendo e ficamo na casa de uma mulher esperando. Quando olhemo, vinha um jipe por dentro da capoeira com tudo. Entramo na casa ficamos atrás da porta segurando. A polícia chegou: - Nós vamos entrar, nós sabe que o padre tá aí. A mulher tava buchuda... aí ela disse que não tinha padre e que ninguém ia entrar ali. Aí não teve jeito, eles foram embora, entraram no jipe, foram para Solânia. Nós ficamo lá até meia noite e fumo para Roma (um distrito urbano pertencente ao Município de Bananeiras) de pé. La ficamo escondido no asseiro do campo de roma. Aí o carro deslocou pra pegar noi. O padre Assis mandou de Bananeira para pegar nós. Aí fomos prá Guarabira, ficamo na casa do bispo. O bispo disse não podia todo mundo, aí chamou o superintendente, o chefe da polícia. Aí ele chegou, contamos a história toda. Ele telefonou e chamou o camburão, disse prendam tudim: a polícia, o patrão e os pistoleiros. Nós ficamo na casa do padre sussegado. Demo uma entrevista na rádio em Guarabira, e o pade foi pra João Pessoa. Isso foi em 88 (1988).

Há uma estreita relação do Estado com os latifundiários, sendo esta relação institucionalizada o que garante a proteção (policial) e preservação (leis) do latifúndio. Isso faz como que os trabalhadores não consigam acessar a terra, nem por meio da luta nem por vias institucionais, haja a morosidade dos órgãos responsáveis pela realização da reforma agrária.

No outro extremo, a rede de relação entre os trabalhadores rurais nos diferentes conflitos compreende um elemento a mais na luta pelo acesso à terra. A ajuda das famílias conflitantes da Fazenda Carvalho evitou que o Pe. Luigi e os outros trabalhadores fossem apanhados pela força policial. A resistência e persistência é uma das características marcantes na luta dos camponeses sem terra. A cooperação e o espírito de resistência superaram os desafios e as dificuldades que surgem durante o conflito.

Os moradores buscaram resistir às investidas do latifundiário e usaram diferentes estratégias para permanecerem na terra, sem reagir de maneira violenta contra os ataques recebidos. Para isso, as mulheres e as crianças foram essenciais para cristalização da luta pela terra, pois atuaram muitas vezes na linha de frente, servindo de escudo humano frente as investidas do grupo do latifundiário.

Chama a atenção a criatividade dos posseiros em dar função a alguns objetos atípicos, como fogos e pedras, e que foram essenciais para manter a coesão do grupo dentro do conflito. Em inúmeras situações, utilizaram fogos de artifício como meio de comunicação para avisar as famílias que moravam mais distantes da fazenda da presença Joaquim Cabral ou Eugênicia Cabral, e de seus capangas, na área ocupada. O uso dos fogos tornou-se uma ação eficiente,

porque o barulho da explosão podia ser ouvido e, às vezes, visto das localidades mais distantes dos limites da fazenda.

De forma simbólica, a quantidade de fogos disparados sinalizava o nível de intensificação do conflito, nos explicou o entrevistado Sr. C. C. (homem, 40 anos, casado, ensino médio completo): 1) a queima de um fogo avisava sobre a presença do grupo do fazendeiro próximo ao roçado comunitário ou por perto das casas onde viviam alguns moradores; 2) a queima de dois fogos indicava que a situação estava perigosa e que as famílias deveriam se reunir imediatamente no lugar do embate; 3) a queima de três unidades denunciava o confronto direto entre o latifundiário e os moradores, ocorrendo trocas de ameaças.

Os posseiros, por vezes, bloquearam a principal estrada de acesso à área ocupada, por onde Joaquim Cabral e o seu grupo costumava transitar. Geralmente, o bloqueio era feito com pedras de tamanhos médio e grande, postas em fileiras de uma margem a outra da estrada, o que parecia tomar o formato de um cordão - nesse caso de pedra.

O uso do cordão de pedras corroborou para com a resistência ao tempo do “mandonismo” e da “bestialidade”. Um dos acontecimentos marcantes, relembra o Sr. C. C., foi quando as famílias impediram o grupo liderado por Eugênio Cabral de levar uma pilha de caibros, que elas haviam retirado da mata há uns dias atrás, para construção de um galpão comunitário. As famílias bloquearam com pedras a estrada (que passa na sede da Comunidade Pimenta), barrando a passagem do caminhão F4.000 carregado de madeira. As crianças também assumiram um papel importante ao ficarem de mãos dadas no meio do caminho, funcionando como uma espécie de barreira humana para que os capangas a cavalo não passassem por ali.

Eugênio Cabral exigiu a abertura da estrada, mas os posseiros se negaram e ainda o avisaram para ir por outra rota. Neste momento, o acirramento do conflito chegou ao seu extremo, culminando com a ação violenta de Eugênio Cabral e dos capangas ao deferirem vários disparos de espingarda calibre 12 contra os trabalhadores, atingindo as crianças que estavam próximas. Foram dois adolescentes e cinco crianças baleadas, uma ficou em estado grave na UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), durante 7 dias, mas sobreviveu.

De acordo com o jornal O Norte (1988), a criança que ficou em estado mais grave foi Adriano Sebastião da Silva, que na época tinha 10 anos de idade e foi ferido a tiros nas costas. As outras crianças baleadas foram: Maria Jose da Silva, 12 anos, atingida nas pernas; Edjane Caetano da Silva, 13 anos, baleada nas pernas; Paulo Sérgio da Silva, 13 anos, ferido nas pernas e nas nádegas; Maria das Graças Miguel da Silva, 16 anos, ferida em uma das pernas e em um dos braços; os adolescentes Jose Manoel da Silva, 18 anos, foi atingido em várias partes do corpo e José Pedro da Silva, 19 anos, ferido nas pernas (NORTE, 1988, p. 7).

A entrevistada Sra. F. M. fala do papel das crianças e revela as razões pelas quais permitiam a participação efetiva deles na luta.

As crianças era o escudo da gente. Nesse dia que houve o balaço, nós coloquemos as crianças, foi por isso que sete crianças foram baleadas. Agente tinha muito medo de passar por uma decepção maior, até que eles pudesse balar um e morresse, aí agente tinha aquela segurança de botar as crianças na frente. A gente imaginava, vamos botar as crianças na frente, porque eles vão respeitar. Mas mesmos assim, eles não respeitaram. Quando houve o balaço, a minha filha tomou uma bala no pé (Sra. F. M., mulher, 72 anos, casada, analfabeta).

A represália aos posseiros teve notável repercussão nos diferentes jornais da época, os quais fizeram a cobertura do ocorrido. Atesta os jornais: O Norte, A Tribuna e Correio da Paraíba (figuras 13; 14 e 15). Este último manifestou tamanha indignação, exigindo as devidas punições aos respectivos culpados. Além disso, várias entidades declararam apoio à luta dos posseiros, a exemplo da Pastoral da Terra, a Diocese de Guarabira, a FETAG (Federação de Trabalhadores na Agricultura), CPT Nacional, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e outras organizações identificadas com a classe dos trabalhadores (MOREIRA, 1996).

Figura 13 – Criança (menino) baleado nas costas durante o tiroteio cometido pelo grupo de Eugênio Cabral na Fazenda Sitio



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, 1988. Acervo de BENTO, Antônio; acesso em trabalho de campo, 2021.

Figura 14 – Criança (menina) baleada na perna



Jornal A Tribuna, 1988. Acervo de BENTO, Antônio; acesso em trabalho de campo, 2021.

Figura 15 – Jovem baleado na perna



Fonte: Jornal O Norte, 1988. Acervo de BENTO, Antônio; acesso em trabalho de campo, 2021.

Apesar do apoio político e da atuação dos movimentos sociais nos conflitos agrários, sabemos que a luta pela terra é cotidiana e os momentos de tensão são imprevisíveis. Geralmente acontecem quando essas entidades não estão presentes, fato que coloca as famílias em situação de vulnerabilidade perante a força política e econômica do latifúndio, assim como as obriga a experimentar profundamente o clima do conflito.

Após o episódio em que filhos de posseiros foram baleados, um grupo de policiais de Dona Inês e do batalhão de Guarabira foram até a área ocupada, alegando a investigação de um caso de sequestro de uma criança. A hipótese não tinha fundamento investigativo, o que revelou a quem a força policial estava protegendo (o latifundiário Eugênio Cabral), ao invés de defender os posseiros, trazendo assim uma sensação de hostilidade ao lugar do conflito.

Até foi aberto um inquérito para investigar o caso de violência e tiroteio na Fazenda Sitio. Porém, parece que a conclusão do caso e as punições aos responsáveis foram esquecidas nos arquivos judiciais. Moreira (1997) argumenta não ter encontrado desfecho policial ou judicial nos processos averiguados e em qualquer outra documentação lida sobre o processo, os documentos não permitiam nenhuma conclusão sólida.

Enquanto a desapropriação das terras da fazenda não estava totalmente regularizada judicialmente, outros conflitos surgiam e eram denunciados pela imprensa paraibana

(MOREIRA,1997). Nesse intervalo de tempo, alguns jornais denunciaram os casos de expulsão dos posseiros por pessoas que estavam invadindo as glebas em posse, constituindo-se assim uma real situação de grilagem de terra.

Os 1.813,71 hectares de terra da Fazenda Sitio foram desapropriados em 15 de abril de 1988. Porém, o Ato de Criação do Projeto de Assentamento Sitio só ocorreu em 7 de agosto de 1989, onde foram assentadas 81 famílias.

Diante do exposto, concordamos com a fala de Moreira (1997) ao criticar a inoperância do Estado face a intensificação dos conflitos pela terra; a discrepância dos entraves burocráticos aliados à esperteza dos latifundiários que se aproveitam dos desacertos do Estado, e se sobrepõem à lei que rege a reforma agrária; a demora dos órgãos competentes, no caso o antigo MIRAD (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e o INCRA, que atuam de forma vagarosa na desapropriação dos latifúndios e na criação dos assentamentos, como foi o caso do PA Sitio.

A morosidade dos órgãos competentes coloca em xeque o destino dos camponeses envolvidos na luta pela terra, pois, o que está em jogo nessas disputas são vidas que, muitas vezes, padecem no poder dos grandes latifundiários patrimonialistas, que aprisionam a terra ao seu bel prazer, indo até as últimas consequências para manter intacto o seu controle territorial.

Os trabalhadores não têm segurança perante a força do latifúndio e nem estão assegurados pelo poder público; assim como também são descriminados por uma parte da população, que não os apoia, pelo contrário, os consideram invasores e os qualificam com termos depreciativos, a exemplo de “ladrões de terra” e “vagabundos”. Mesmo que a lei esteja do lado dos sem terras, muitos julgadores não se permitem conhecer tais verdades. E as mulheres são as que mais sentem este nível de hostilização social, embora sejam também elas as que mais cooperam para a conquista da terra.

4.3 O papel das mulheres na luta pela terra

As lutas femininas têm assumido um papel importante no conflito pela terra e na conquista dos assentamentos rurais. Verifica-se que as mulheres quebram qualquer barreira imposta ao gênero, se colocando muito presentes tanto na linha de frente do embate quanto nas formas de resistência.

Há várias experiências de mulheres que estiveram à frente da luta pela terra sendo atribuído a Elizabeth Teixeira uma das principais referências de mulheres na luta na Paraíba a partir da segunda metade do século XX. Mesmo com o assassinato de seu esposo Pedro

Teixeira, ela deu continuidade à luta das Ligas Camponesas pela Reforma Agrária em Sapé/PB nos anos de 1950 (BANDEIRA, MIELE e GODOY, 1997).

Maria Margarida Alves também é muito lembrada pelo seu papel político e de militância pelos direitos trabalhistas e salariais dos cortadores de cana de açúcar no Brejo Paraibano no decênio de 1970 a 1980. Enquanto foi liderança Sindical dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB, moveu judicialmente inúmeros processos trabalhistas, denunciando as formas de trabalho degradante e a exploração dos trabalhadores nas Usinas do grupo Veloso Borges, a oligarquia mais poderosa do Agreste (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Na escala microrregional, lembremos da liderança de “Dona Lia” na luta pela terra da Fazenda Baixio, que deu origem ao Assentamento Baixio, situado no município do Riachão/PB (LIMA, 2016), e também de “Dona Ana” na conquista do Assentamento Valero no município de Araruna-PB (hoje localizado no município de Riachão), ambos conflitos surgidos na década de 1980. E não podemos nos esquecer da importância das mulheres na conquista do Assentamento Vazante, localizado no Município de Tacima (SILVA, 2017). No conflito eclodido na Fazenda Sitio em Dona Inês as mulheres também tiveram participação direta na luta pelo acesso à terra.

Trata-se de processos territoriais iniciados na década de 1980 que rearranjaram o espaço do Curimataú Oriental. Esses conflitos territoriais mencionados ocorreram próximos um dos outros e em municípios vizinhos. Suspeita dizer que houve uma interação “positiva” entre os trabalhadores das áreas citadas, articulados pela CPT e igrejas locais, contribuindo assim para uma rede de solidariedade pela qual um grupo fortaleceu a luta do outro e vice-versa.

A atuação das mulheres nas Fazenda Sitio não foge à regra da resistência e nem do papel político por elas desempenhado. Elas assumiam responsabilidades para além dos trabalhos domésticos e dos cuidados com os filhos, pois se deslocavam para as áreas de tensões, se apresentavam muitas vezes mais corajosas do que os homens e ainda trabalhavam em atividades consideradas tipicamente masculinas, como brocar mato, cavar leiras, plantar, limpar a lavoura, entre outros serviços. A entrevistada Sra. F. M. do PA Sitio descreve que:

as mulheres apareceu com entusiasmo. As mulheres era quem dava coragem ao homem, porque tinha homem que era medroso demais. E as mulheres tavam na frente prá qualquer coisa... as mulheres cozinha dentro do mato, as mulheres ajudava os marido pra fazer qualquer serviço que fosse no mato; cortano mato, coivarava mato, cozinhas comida dentro do mato pra 40, 50, 60, 70 pessoa. Muitas mulheres ainda amamentando criança, mas mermo assim amamentando as crianças, ia fazer o trabalho. Levava as crianças também, aquela que podia ir levava, a que andava. As maiozinha que ia andando levava aquelas criança pra dentro do mato, pras os roçado. La fazia

um fogo no chão, debaixo de um pé de pau qualquer, debaixo de um pé de joá e lá cozinava aquelas panelas de feijão véi, enxavido, puro, sem ter um pedaço de carne... (Sra. F. M., 72 anos, casada, analfabeta).

As mulheres tinham tripla jornada de trabalho, porque cuidavam dos filhos, ajudavam o marido no roçado e ainda cumpriam com as tarefas domésticas em casa, após retornar do dia de trabalho. Havia mulheres já idosas que acompanhavam a luta junto aos mais jovens, a idade avançada não lhe atrapalhava em certas circunstâncias. A todo o momento incentivavam e alimentavam a esperança de conquistar a terra e de ser libertos daquelas relações de exploração.

Contrariando a lógica capitalista, as mulheres camponesas demarcam no espaço e no tempo práticas revolucionárias, se fazendo importantes na conquista de terra, no caso o assentamento rural. Assim constituem resistência frente ao Estado e ao latifúndio.

Nos momentos em que os confrontos pela terra se tornavam mais fervorosos, os homens estrategicamente refugiavam-se na “mata” até a tensão diminuir. Enquanto isso, eram as mulheres com os seus filhos que assumiam totalmente a frente da luta, fato que impedia o latifúndio avançar impiedosamente sobre o território dos roçados.

Nós fazia reunião dentro do mato. Tinha gente que vinha até vestido de roupa de mulher, o home, pra enfrentar, pra ele (Joaquim Cabral) não saber que nós estava reunindo. As mulheres era a mola fundamental daqui, porque os homens só ia se as mulheres fosse na frente. Os homem tinha a confiança, porque eles achavam que quando os capangas chegasse aqui, se as mulheres se apresentasse na frente dos homens (as mulheres e as crianças), não ia haver nada, eles iam respeitar porque as mulheres eram respeitadas (Sra. F. M., 72 anos, casada, analfabeta).

O uso de vestimentas femininas por parte dos homens tinha como objetivo passar despercebido aos olhos do grupo rival.

O grupo de mulheres beatas organizavam os encontros religiosos com a premissa de rezar e depois discutir o andamento da luta. Elas usavam dos escritos bíblicos como referência para encorajar o restante do pessoal a não desistirem da terra. Enquanto o fazendeiro tinha armas de fogo, capangas e até a força policial ao seu lado, os posseiros acreditavam na força da oração e da fé, sob orientação do Pe. Luigi e de sua equipe da CPT.

4.4 O papel da CPT na luta pela terra da Fazenda Sítio

A CPT foi criada em 1974-1975, num período de contestações sociais ao autoritarismo político dos governos militares estabelecidos com golpe militar de 1964, que impusera forte repressão aos movimentos sociais e aos grupos que se revelassem contrário a tal regime.

Esta entidade religiosa está na base política da luta de resistência assumida pelos camponeses nos conflitos pela terra no Brasil. Fabrini (2007) recorda que as primeiras lutas de ocupação coordenadas pelo MST nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo foram organizadas pela CPT no início de 1980.

Fabrini (2007) ressalta o caráter atuante desta entidade na organização das lutas camponesas contra o latifúndio na região Nordeste, onde ela pôde resgatar parte do prestígio da igreja católica e do seu papel social deixado de lado no regime militar. Como é sabido, a maioria dos seguimentos da igreja cristã apoiaram o Golpe Militar de 1964 (POLETTTO *et al.*, 2010). Só depois de um certo tempo, os movimentos eclesiais progressistas conseguiram recuperar os espaços de liberdade que lhes foi retirado com a repressão do golpe e as pressões internas da própria igreja.

Segundo Poletto *et al.* (2010), a CPT nasce/cresce com a necessidade de a Igreja Católica rever o seu trabalho religioso e reorientar o seu papel evangelizador no que tange a causa dos mais pobres. Desde a sua criação ela vem sendo importante no acompanhamento e defesa dos povos indígenas e dos trabalhadores rurais nos conflitos pela terra e nas denúncias de violência cometidas a esses grupos.

A postura radical da CPT na luta pela terra teve grande respaldo nas concepções de solidariedade cristã propostas durante a Conferência dos Bispos na América-latina (CELAM), em Médelim, na Colômbia, em 1968.

A atuação da CPT também influenciou a CNBB (Comissão Nacional dos Bispos Brasileiros). Isso foi observado na primeira Assembleia Parlamentar de Inquérito sobre a Questão Agrária realizada na Câmara Federal em 1977, pois a CNBB apoiou a participação dos bispos articulados pela CPT. Neste dia “foram apresentadas análises críticas do processo de desenvolvimento rural, com denuncia às violências e ao desrespeito aos direitos dos camponeses, especialmente em relação ao acesso a terra” (POLETTTO *et al.*, 2010, p. 144), igualmente apontaram sugestões para exploração democrática do uso da terra.

A CNBB assumiu a questão da luta pela terra como um tema central de suas práticas na Assembleia Geral de 1980. O conteúdo foi inovador e redefiniu um novo direcionamento da igreja no sentido de analisar e definir o direito à propriedade da terra, até então reservado as famílias tradicionais, ou seja, aos donos de grandes áreas de terras. O conteúdo dizia o seguinte:

“a propriedade de “terra de trabalho” é legítima, pois seu uso, através do trabalho, a coloca a serviço da vida. A propriedade da “terra de negócio”, destinada a exploração e a especulação, favorecendo praticamente só ao

proprietário, contudo, não realiza sua destinação e não é, por isso, legítima” (POLETTTO *et al.*, 2010, p. 144).

Ao seguir a linha progressista a respeito da função social da terra – a quem e para o quê a terra deve servir –, a CPT deveria aproximar a presença da igreja evangelizadora na vida dos povos oprimidos do campo. Tratava-se de fazer um trabalho eclesial que levasse politização a esses povos, possibilitando que eles tivessem conhecimento dos seus direitos, sobretudo a terra.

No interior da igreja, a CPT deveria articular, assessorar e dinamizar os trabalhos que realizavam em favor dos camponeses e, mais amplamente, deveria as igrejas locais assumirem organicamente a causa dos direitos dos camponeses em seu planejamento pastoral. Com isso, a CPT se propôs o isolamento dos agentes da pastoral, criando espaços para trocar experiências para aprofundar os conhecimentos da realidade, qualificar os trabalhos da pastoral da terra e refletir sobre o sentido teológico desse engajamento na defesa e promoção dos direitos dos camponeses (POLETTTO *et al.*, 2010, p. 147).

A função da CPT foi de organizar politicamente os trabalhadores rurais dentro dos conflitos pela terra e, conseqüentemente, ser uma frente política perante o latifúndio improdutivo enquadrado no programa da reforma agrária, que ainda não tinha sido desapropriado e compreendia uma arena de conflito. Em entrevista (em 2002) cedida ao grupo de estudantes do curso de história da UEPB (SILVA, 2006), o Pe. Luigi³⁰ argumenta que a CPT não poderia perder de vista as questões do campo. A entidade buscava justiça social em um momento em que ocorria a expulsão massiva dos camponeses para os grandes centros urbanos.

A fala do Pe. Luigi remete aos violentos processos de expulsão e expropriação dos camponeses das grandes propriedades rurais, especificamente no conjunto do Agreste. O fechamento dessas terras também atíçou a esperança deste campesinato para retornar à terra como proprietários. Fato que aconteceu com os moradores de condição da Fazenda Sitio, que se negaram a sair das terras onde trabalhavam e/ou moravam.

Esses camponeses foram assistidos inicialmente pela Pastoral Rural de Guarabira e depois pela CPT, que herdou o trabalho de base desta primeira a partir de 1988. A CPT assumiu o protagonismo político na região agrestina, onde foi mais atuante do que qualquer outra organização social entre o período de 1980-1990. Moreira e Targino (2011, p. 156) destacam que nesse período “foram criados no Agreste (excetuando-se aqui o Brejo), 35 Projetos de

³⁰ Paiva Neto (2005) afirma que o Pe. Luigi Pescarmona nasceu no Norte da Itália, na cidade de Canale d’Alba, e veio para o Brasil em 1966 a partir de um convite feito pelo bispo da cidade de Teófilo Otoni, situada no estado de Minas Gerais. E depois ocorreu a sua transferência para Diocese da cidade de Guarabira (PB), aonde passou a coordenar a Pastoral Rural, que será substituída pela CPT.

Assentamento onde foram assentadas 1.715 famílias”. Esses dados revelam frações importantes do território conquistado por este campesinato através da atuação da CPT.

Influenciado pela Teologia da Libertação³¹, o Pe. Luigi, juntamente com sua equipe, fornecia aos trabalhadores envolvidos nos conflitos territoriais, assessoria jurídica e assistência social, garantindo aos mesmos cestas básicas uma ou duas vezes ao mês. Quando perguntado sobre a participação desses atores no conflito da Fazenda Sitio, o Sr. C. S. disse o seguinte:

Era o padre e uma equipe que nos ajudava bastante: em trazer o alimento, em educar, em mostrar como é que era. Em termos da religião... E mostrar qual era as dificuldades e qual era o meio de sair das dificuldade. Era um incentivo. Um dia vocês vão ser dono disso aqui, vocês vão lutar por isso, porque vocês vão ser dono, vocês vão ser beneficiado (Sr. C. S., homem, 63 anos, analfabeto, casado).

A entrevistada Sra. M. F. também recorda as palavras de incentivo do Pe. Luigi: “o padre Lui incentivava muito os trabalhadores, que nós não podia desistir. Viesse o que viesse, ele pedia pra nós não desistir”. Através das reflexões religiosas disseminadas durante as reuniões, as famílias passaram a ter um entendimento político das desigualdades econômicas e das relações de sujeição da renda da terra atravessadas a gerações. Ascendeu nelas uma nova forma de organização social regida pela sociabilidade. Fabrini (2007) ressalta que as práticas de sociabilidade aparecem no enfrentamento e durante a luta pela terra.

As práticas de sociabilidade atribuem-se: a ocupação da terra; o trabalho realizado em forma de mutirão; o roçado coletivo; as reuniões e outras práticas desenvolvidas no conflito. A sociabilidade forja uma consciência coletiva com possibilidade de um movimento de rebeldia camponesa para se opor à situação histórica da classe dominante no campo. A CPT atuava nesse sentido, orientando as estratégias de lutas e como as famílias deveriam agir.

O Pe. Luigi ainda orientava o grupo a resistir de forma pacífica, sem revidarem as investidas do latifundiário Joaquim Cabral. Segundo os atuais assentados entrevistados, o objetivo com isso era ganhar apoiadores e simpatizantes locais e das proximidades do conflito, e assim não causar má impressão da luta. Tinha que mostrar que o movimento não visava a violência, pelo contrário, a luta era totalmente legal, e a posse da terra deveria estar nas mãos deles, uma vez que o imóvel foi desapropriado para a reforma agrária.

Oliveira (2017) chama atenção para uma consciência social presente no campesinato espalhado no território brasileiro, que os governa em grande parte. Segundo a autora, os

³¹ A Teologia da Libertação difundiu-se no Brasil na década de 1970 através da ala progressista da igreja católica que buscava uma sociedade mais justa e igualitária em vários aspectos.

camponeses só participam da luta pela terra se tiverem consciência da sua legitimidade, que pode ser amparada em leis e decretos, como o Estatuto da terra, o PNRA I e o PNRA II; ou amparada em concepções religiosas, morais e éticas. Uma vez politizados do seu direito à terra, os camponeses passam a contrariar a ordem social local e assumem formas objetivas de se territorializar; assim sendo legítima qualquer forma de luta que busque a superação do sistema de propriedade privada da terra em prol de sua redistribuição coletiva.

Em sua pesquisa em assentamentos rurais no sertão do Ceará, Oliveira (2017) identificou um movimento camponês de rebeldia pautada no movimento sócio religioso. A rebeldia deste campesinato antes de ser assentado se fez no âmbito dos preceitos cristãos. Unidos pela religiosidade sertaneja, os camponeses contestaram o controle das terras por poucos latifundiários, assim desenvolvendo formas de luta pelo acesso a essas terras.

A autora afirma que os princípios religiosos podem conduzir os camponeses na luta política pela terra, contanto que sigam um ponto de vista crítico sobre a propriedade privada da terra em domínio de poucos proprietários. A situação fundiária não é estabelecida por determinações divinas, mas consequência da concentração de riquezas e exclusão social no campo, portanto, devendo ser esta ordem alterada.

Percebe-se nas falas dos assentados do PA Sitio ao resgatarem a história do conflito pela terra, que as reflexões religiosas disseminadas pela equipe da CPT contribuíram para o entendimento de que a terra, “concedida por Deus”, não poderia ser “escravizada”, alugada ou vendida, mas ocupada e explorada por aqueles que nela queriam trabalhar. No caso específico, o significado da fé, a religiosidade camponesa e a compreensão de que a terra é um bem comum compreenderam aspectos da luta de resistência alcançada por estes camponeses.

A luta de resistência assumida pelo campesinato do Curimataú Oriental seguiu uma rede de articulação política instituída pela CPT em todo o Agreste. Havia por parte da CPT e da diocese de Guarabira apoio e orientação aos padres das paróquias locais para apoiarem os trabalhadores a se manterem fortes na luta pela terra. Assim foi com os moradores de condição e arrendatários dos atuais PA Baixio no Riachão, PA Vazante em Tacima e PA Valero de Cima, em Araruna. Essas lutas se somam à luta dos trabalhadores posseiros da Fazenda Sitio, em Dona Inês, que aconteceu no mesmo período, e esses trabalhadores contaram com a ajuda dos outros trabalhadores envolvidos nos conflitos eclodidos nas diferentes áreas da região.

A rede de articulação da CPT também contou com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais interessados na luta pela terra e com o apoio da SEDUP (Serviço de Educação

Popular³²), na figura da Diocese de Guarabira. Moreira e Targino (1996) lembram que se organizou um movimento de camponeses sindicalizados, sobretudo na região do Brejo, vizinho ao Curimataú Oriental, onde a luta por direitos trabalhista se transformou no direito de permanecer na terra, como aconteceu nas usinas Santa Maria (Pilões) e Tanques (Alagoa Grande) após falirem.

Sauer destaca o papel desempenhado pelo Sindicato Rural a partir dos anos de 1980 do século XX quando o movimento sindical passou a “atuar na preparação, coordenação e encaminhamento das ocupações e das formas de resistência na terra, tendo as ocupações como prioridade de luta pela terra” (SAUER, 1999, p. 19). Além de representação política dos direitos trabalhistas e salariais no campo, o sindicato incorporou o direito a terra entre as suas bandeiras, alinhando-se a outras organizações políticas, como o MST e a CPT, que caminhavam na organização e mobilização dos trabalhadores na luta pela reforma agrária.

Embora o movimento sindical também tenha desempenhado um importante papel na luta pela terra nos anos de 1980 na Paraíba, no mais das vezes aliado a ação da Pastoral Rural ou a CPT e a paróquias locais, a estratégia de ação restringia-se ao apoio a resistência dos camponeses contra a expulsão-expropriação. Só a partir de 1989, com a chegada do MST, a estratégia de ocupação passa a ser utilizada (MOREIRA e TARGINO, 1997).

O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dona Inês acompanhou este movimento pela reforma agrária, articulando ações voltadas à garantia do direito dos trabalhadores posseiros à terra da Fazenda Sitio. A sua participação ocorreu de diversas formas. Organizou as primeiras reuniões com os trabalhadores, disponibilizou a sede do sindicato e abrigou aqueles trabalhadores perseguidos pelo proprietário da terra. Ainda fez denúncias das violências sofridas pelos posseiros à CPT, à CONTAG e ao INCRA e encaminhou vários pedidos de desapropriação da Fazenda Sitio à Superintendência do INCRA no estado da Paraíba.

Atualmente, as ações do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Dona Inês estão limitadas a funções assistencialistas e burocráticas, tais como: organização de eleições das associações dos assentamentos do município, encaminhamento dos pedidos de aposentadoria, auxílio

³² O SEDUP contava com uma equipe de profissionais composta por educadores, sociólogos, assistentes sociais, comunicadores e técnicos agrícolas voltados para dar assistência aos movimentos integrados ao trabalho da diocese de Guarabira, que na época congregava vinte e três municípios no Agreste paraibano. (TOSI, 1989 apud FRANÇA, 2014) “Entre as atividades, destaca-se o apoio à oposição sindical realizada nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a formação de base e de dirigentes, a comunicação popular (através de material audiovisual, Gráfico e radiofônica), assistência organizativa e técnica para implementação de tecnologias alternativas, assessoria ao movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo (MMTB), alfabetização de adultos, formação de monitores, elaboração de materiais didáticos e outros” (FRANÇA, 2014, p. 73).

doença, salário maternidade, consultas médicas e oftalmológicas, corte de cabelo masculino etc. Os assentados do PA Sítio têm se beneficiado desses serviços, especificamente no acompanhamento da aposentadoria rural, salário maternidade e auxílio doença.

O apoio do STR de Dona Inês e a atuação ativa do Pe. Luigi e da CPT no conflito pela terra da Fazenda Sítio foram fundamentais para que as famílias não desistissem da luta e fossem assentadas. Assim como outros assentamentos fruto da luta pela terra, a conquista do Assentamento Sítio compreende a expressão mais evidente da resistência de uma parcela de camponeses sem terra que se rebelou contra a exploração do trabalho e a expansão do capital no campo. Tais camponeses assentados têm construído outra lógica de reprodução na terra, fazendo do antigo espaço da Fazenda Sítio um novo território de vida, trabalho e morada.

5 - FORMAS DE RESISTÊNCIA E REPRODUÇÃO CAMPONESA: A LUTA PELA CONSOLIDAÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA

A resistência dos camponeses na trajetória da luta pela terra não cessa com a conquista do pedaço de chão. Reproduzir o modo de vida camponês em área de assentamento assevera novos processos de resistência, como será visto a seguir.

5.1 Um perfil da organização social e econômica do PA Sítio

O PA Sítio foi criado em 1989, após nove anos de luta, sendo nele assentadas 81 famílias ex-moradoras da antiga Fazenda Sítio (SIPRA/INCRA, 2020).

Apesar de criado em 1989, só em 1994, cinco anos depois, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)³³ liberou os primeiros recursos para construção de casas, cisternas e cercas, aquisição de máquinas agrícolas e compra de bovinos e caprinos. A criação bovina aconteceu de modo coletivo. Depois de dois anos do assentamento criado foi instalada energia elétrica nas casas.

No que se refere à distribuição dos lotes, o Incra demorou trinta anos para efetuar-la. Foram os assentados, quem, por conta própria, pré-definiram os lugares onde seriam seus futuros lotes e passaram a morar neles uma vez que não tinham como esperar pelo Incra. As famílias construíram habitações e, a partir de consensos internos, estabeleceram os limites entre as áreas escolhidas. Quando surgia alguma disputa de terra entre vizinhos, o Incra orientava as famílias a definirem um limite (simbólico) em distância igual entre as casas, tendo a prerrogativa de evitar qualquer confronto.

Quando o Incra chegou para realizar a divisão definitiva dos lotes, em 2019, apenas oficializou a distribuição feita pelas famílias. Os critérios utilizados para a delimitação dos lotes do assentamento foram: **localização** e **capacidade produtiva** da família. Teve assentados que aumentaram a área do seu lote para 22 ha e outros para 40 ha; uma minoria preferiu permanecer com a mesma extensão de terra, em média, 5 ha.

O presidente da associação Sr. C. C. (homem, 40 anos, casado, ensino médio completo) esclareceu que os assentados idosos decidiram ficar com um lote de terra conveniente à sua capacidade produtiva. Eles já não tinham o vigor físico e nem a ajuda dos filhos que saíram de

³³ O PROCERA foi criado em 1985, junto com o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tendo como objetivo oferecer recursos financeiros para os assentados da reforma agrária darem início ao processo produtivo.

casa para trabalhar, o que explica a opção pelas glebas menores de 5 ha. Os lotes com média de 22 ha correspondem ao tamanho da terra que foi possível distribuir nas partes menos íngremes, localizadas nas chãs das serras e nas baixadas próximas ao rio Curimataú. Os assentados que receberam parcelas de terras de 40 ha foram aqueles cujas terras situavam-se nas partes serranas e de vertentes acidentadas. As dificuldades em desenvolver a agricultura nesses espaços foram os principais critérios para o tamanho desses lotes.

As casas dos assentados encontram-se dentro dos próprios lotes, exceto algumas habitações familiares instaladas na área comunitária, onde fica a sede da Associação do PA Sitio. A área comunitária estende-se por 400 m², onde foi construída uma igreja de seguimento católico, uma escola, um ginásio esportivo, um galpão e uma casa de farinha de uso coletivo.

5.1.2 A Associação do PA Sitio

A Associação do Assentamento Sitio funciona em um espaço modesto, onde ocorrem reuniões, palestras, seminários e oficinas com o objetivo de discutir assuntos relacionados ao desenvolvimento interno do assentamento (Fotografia 16). Curado (2006, p. 26) ressalta que é comum os assentados terem as organizações associativas como um espaço para “apresentação de propostas; encaminhamento de estratégias produtivas; a obtenção de recursos, assistência técnica, educação, saúde, transporte”.

Fotografia 16 – Sede da Associação dos Trabalhadores do PA Sitio



Fonte: Acervo do autor, 2020.

A formação da Associação faz parte de um conjunto de regras estabelecidas pela política de criação de Assentamentos do Incra. Sua existência é uma exigência para o funcionamento do assentamento. Para isso, os espaços associativos devem fazer a aproximação dos programas governamentais com os assentamentos e auxiliar na execução desses programas. Além de ter a

função de interlocutora no diálogo entre Estado e assentados, a associação é responsável pelo repasse de verbas estatais para aquisição de empréstimos, bens coletivos, maquinários e infraestruturas (OLIVEIRA, 2017).

Kautsky (1980) já havia alertado, que a sobrevivência do campesinato poderia ocorrer caso fossem adotadas práticas de coletivização, onde os camponeses fossem agrupados em associações, de forma a se politizar e fortalecer as formas de reprodução do campesinato. Ele ainda considera que seria necessária a busca da participação do Estado no processo de recriação.

A criação da associação abre a possibilidade para o acesso a subsídios que visam o financiamento de projetos para aquisição de animais, instalação de pequenas agroindústrias, compra de maquinários e equipamentos agrários e agrícolas, acesso a políticas de crédito, sementes, mudas, construção de cercas e de reservatórios hídricos. Os entraves para a aquisição e acesso a esses projetos são maiores quando se trata de um agricultor que age individualmente.

Até o ano de 2004, a Associação do Assentamento Sítio possuía um caminhão F4000 (Fotografias 17 e 18) e um trator equipado com carroção, debulhadora e arado mecânico. Esses equipamentos eram de uso comunitário. As famílias, segundo Silva (2004) constatou em pesquisa realizada na área, pagavam uma taxa em dinheiro pelos serviços prestados pelo trator. Esse recurso era destinado à manutenção dos veículos e remuneração dos motoristas.

Fotografia 17: Caminhão F4000 da Associação do PA Sítio



Fotografia 18: Trator da Associação do PA Sítio



Fonte: Acervo da Associação do PA Sítio, 2020.

Segundo informações obtidas com o atual presidente da Associação, o trator e a F4000 foram vendidos para cobrir dívidas de empréstimos coletivos realizados em nome da Associação, junto ao Banco Nordeste.

Santos (2017, p. 37), no seu trabalho de campo, constatou que, “em 2004, a Associação encontra-se altamente endividada que se viu na obrigação de vender tanto o trator quanto a

F4000, para quitar as suas dívidas”. Tal situação resultou em impactos negativos para os assentados à medida que passaram a contratar os serviços a preços de mercado.

No entendimento dos associados, a desorganização financeira da Associação deveu-se à má administração dos gestores anteriores. A falta de capacitação administrativa das pessoas que estão representando as organizações associativas (presidência e secretaria) implicam em desafios muito grandes que no mais das vezes contribui para afetar a dinâmica econômica das Associações e dos assentados. Este despreparo pode levar a retrocessos socioeconômicos quase que irreversíveis nas áreas de Assentamento.

Atualmente, a diminuição no número de associados têm sido uma realidade da Associação do PA Sitio, informou o presidente. Isso porque a organização registra 70 assentados associados, mas apenas 30 sócios colaboram efetivamente com a Associação. Este problema não é de hoje, Silva já tinha destacado esse fato em sua pesquisa realizada em 2004. Segundo Silva, havia 102 associados, sendo que 57 deles contribuía com associação, embora muitos naquele momento se encontrassem inadimplentes. Os 45 restantes, nunca tinham colaborado financeiramente com nenhuma mensalidade.

O Sr. S. C. relembra que “no começo era todo mundo unido. Mas, com o passar dos anos vai tendo um desgaste, cada cá vai achando que deve ser dono de si mesmo, não quer ter coletividade” (Sr. C. C., homem, 40 anos, casado, ensino médio completo). Após a conquista da terra, percebe-se que algumas famílias se afastam das atividades coletivas e passam a executá-las de forma individual. Logo surgem as divergências internas e, conseqüentemente, vê-se o senso de coletividade construído ainda na luta enfraquecer-se.

As divergências internas entre camponeses assentados também é motivo de críticas tecidas por Romano (1994), pondera Silva (2014). Ao analisar os conflitos internos surgidos em assentamentos influenciados pelo MST, Romano delineia dois momentos distintos: um produzido na trajetória da luta e outro no assentamento conquistado. O primeiro momento é marcado pelo desenvolvimento de experiências coletivas e de cooperação entre as famílias em torno de um interesse comum, que é a aquisição da terra. Já o segundo, quando as famílias já estão assentadas, surgem novos conflitos de interesses internos e externos, que são pautados no desejo de continuar seguindo os princípios igualitários do Movimento, vivenciados na luta, ou desfazer-se dos mesmos (do coletivismo), e organizar a terra a partir de suas próprias visões.

As disputas internas ora fortalecem o grupo ora excluem indivíduos ou famílias completas. A associação compreende uma representação política nos assentamentos rurais, mas, vez ou outra, se transforma em um espaço de disputas.

O conflito de interesse interno no PA Sitio levou ao surgimento de dois grupos de assentados: os que lutam para manter o assentamento organizado sob o espírito comunitário; e os que buscam trabalhar individualmente, pois se preocupam apenas com a sua família e com o seu lote de terra. Diante destas diferenças não podemos descartar possíveis crises políticas no assentamento e nas relações de sociabilidade, o que pode trazer perdas significativas neste espaço, como, por exemplo, o isolamento social e o enfraquecimento da produção camponesa.

A ocupação ilegal de lotes de terra por pessoas parentes de assentados posseiros ou por pessoas sem parentesco algum tem sido outro problema enfrentado pela equipe da associação. Uma das integrantes da Associação, a tesoureira Sra. A. P. ponderou a ilegalidade desta prática, tendo em vista que terra de assentamento não pode ser trocada ou vendida. Assim destacou um dos exemplos de um assentado que comercializou o seu lote com um cidadão da cidade de Dona Inês: “a pessoa lutou pela terra, aí agora já no fim, praticamente recebendo o seu título, trocou a terra com outra pessoa. Não pode vender a terra não ou trocar com outro. Essas pessoas são do município de Donas Inês, da cidade, mas não são daqui do assentamento” (Sra. A. P., casada, 35 anos, ensino médio completo). Diante da situação, “temos denunciado pessoas que tão ocupando a terra de uma outra pessoa da própria comunidade (do assentamento).

Ao indagar sobre os motivos de ter ocorrido essa situação, o presidente da associação Sr. C. C. relatou que:

isso acontece porque tem uns lotes abandonados a algum tempo. As pessoas desocupam o lote e aí vem outra pessoa de fora e ocupa. Aí tá irregular. Tem acontecido isso no assentamento... cabe a eles (Incra) vim e resolver aqui no assentamento”. Até então, o Incra é o órgão responsável para solucionar essas questões, esclareceu o presidente: “isso pode levar dias, meses e até anos, mas o Incra vem e resolve. Vem e consegue desocupar, não importa o que ele (o indivíduo que se apropriou ilegalmente do lote de terra) tem feito na terra. Tá ocupando uma terra irregular, que não pertence a ele (Sr. C.C., casado, homem, 40 anos, ensino médio completo).

Em casos que os assentados não querem mais morar no seu lote e desejam repassá-lo para outra pessoa, o procedimento a ser seguido é ir comunicar a diretoria da associação, e esta informa a situação ao Incra. Para que este órgão faça o recadastramento de posse da terra para o interessado, alguns critérios devem seguir, entre os principais: ser filho de posseiro assentado, ser agricultor e morar no assentamento por mais de cinco anos. Os dois últimos critérios passam diretamente pelo aval da diretoria da associação através de uma declaração comprobatória (Sr. C. C., casado, homem, 40 anos, ensino médio completo).

As falas dos integrantes da equipe da Associação revelam que o conflito pela terra não cessa com o acesso à terra (SILVA, 2014). Depois do assentamento criado, novas disputas agora

internas aparecem, que vão desde motivações pessoais a questões políticas e econômicas, além do afastamento de assentados da associação e dos problemas do assentamento, interesses coletivos *versus* individuais, busca por canais de comercialização da produção etc.

Também perguntamos a uma das pessoas informantes se há cooperativa no PA Sítio ou se já houve algum tipo de organização coletiva da produção. Ela respondeu que nunca existiu nenhuma forma de coletivização da produção desde que o assentamento foi criado. É verdade que até debateu-se a possibilidade de formar uma cooperativa de Danone, porém, a ideia ficou restrita ao debate, assim nos relatou:

Já tiveram essa ideia aqui. O que dificultou foi a “imaginação do povo”. Queriam que fosse (a cooperativa) para fazer Danone de leite. Nem todo mundo tem uma vaca leiteira aqui. Tinha que comprar uma vaca... e como?. Tem que começa de baixo a cooperativa, gente! e não de cima, né? Aí acabou a ideia, porque precisava da produção de leite pra fazer Danone, precisaria de refrigerador, precisaria de um monte de coisa... O investimento é muito alto. Pra gente começar fazer uma cooperativa tinha que ter que começa por aquilo que você já tem, que produz no assentamento. Eu tenho; você tem, ele tem... aí vai, junta tudo (Sra. A. P., casada, 38 anos, mulher, ensino médio completo).

Os entrevistados ressaltaram que em um futuro próximo pode ocorrer dos assentados associados fornecerem produtos agrícolas e da pecuária para prefeitura de Dona Inês:

Estamos tentando fazer uma cooperativa agora, através da prefeitura. A própria prefeitura vai comprar pra ajudar o agricultor, comprar o ovo a galinha. Agora no tempo da fatura, é o feijão verde, o milho verde, e a prefeitura compra, tendo isso aí, se junta e faz a cooperativa. E a prefeitura compra pra merenda escolar (Sr. C. C.; Sra. A. P.).

Na perspectiva dos informantes, a possível comercialização da produção com a rede escolar municipal possibilitará a formação de uma cooperativa no assentamento. Caso a parceria aconteça, como foi proposto aos assentados em reunião com o atual prefeito, o projeto incentivará as famílias as atividades da agropecuária e trará renda a elas. Silva afirma que:

a cooperativa surge nos assentamentos não só como um meio alternativo de comercialização dos produtos, mas também como uma importante ferramenta para organização das famílias assentadas, visando fortalecer as lutas políticas e aquelas ligadas à produção e comercialização nos assentamentos (SILVA, 2014, p. 117).

Dito isto, concordamos com Silva (2004) ao firmar que a cooperativa denota uma estratégia de resistência do campesinato. Cuja forma de organização da produção pode ampliar a capacidade de trabalho e dos produtos produzidos pelos assentados, assim também

potencializar a capacidade de capital, acesso a canais de comercialização e formação de pequenas agroindústrias.

No entanto, não se sabe ao certo se a parceria entre os camponeses do PA Sitio e a prefeitura acontecerá na prática, a saber que até este momento as escolas da rede municipal ensaiam um retorno às aulas, pois não estavam funcionando em razão das medidas restritivas de saúde contra o coronavírus. Dado o momento da realização da entrevista com a diretoria da Associação no mês de abril do ano corrente, os entrevistados afirmaram que os assentados só haviam se reunido uma vez com a atual gestão municipal de Dona Inês para discutir o assunto.

Além disso, outras ressalvas devem ser assinaladas: as incertezas da politicagem local, não sendo confiável aos assentados tornar a sua produção agrícola dependente de um ator político. Ele pode ser desempossado do cargo ou simplesmente deixar de adquirir os produtos agrícolas do assentamento motivado por divergências partidárias e desacordos políticos.

Oliveira (1994 apud SILVA, 2004) também alerta que a cooperativa tende a levar à especialização da produção. Este tipo de cooperativismo estimula os cooperados ao contato direto com as intuições bancárias. Sem consultoria e articulação de programas governamentais, as cooperativas correm o risco de cair em armadilhas financeiras, fazendo com que os camponeses afundem em dívidas e percam as suas terras.

O que ocorre no PA Sitio segundo o presidente da Associação perpassa pela tessitura do jogo político local tramado pelos agentes externos (prefeitos, vice-prefeitos, vereadores ou pessoas influentes politicamente e ligadas a esses grupos políticos), que, a depender das alianças entre as pessoas (ou grupos) à frente da associação e os representantes políticos, pode acarretar em uma maior ou menor presença dos projetos e serviços públicos no assentamento

Um dos exemplos pode ser a participação dos pequenos agricultores no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Sabe-se que este programa determina aos municípios a compra de 30% dos produtos da agricultura familiar. Porém, a efetivação dele e de outros programas também depende de outros condicionantes estabelecidos pela política local que passam distante das normas que regem o funcionamento dos programas. Muitas das vezes, a política local funciona como mediador dos programas de incentivo à agricultura familiar nos assentamentos rurais. Para que isso aconteça, o alinhamento político da diretoria da associação com a gestão municipal compreende um condicionante ímpar, situação identificada no PA Sitio.

O presidente da associação do PA Sitio ressaltou que o contexto político atual é diferente daquele vivido com a gestão municipal anterior. O fato de divergirem politicamente desencadeou, à época, restrições de alguns serviços prestados ao assentamento, tais como: limpa dos açudes comunitários; recursos para tradicional festa de São João do Sitio Pimenta e

para o pessoal da segurança do evento. Geralmente, os recursos disponibilizados para realização das festividades eram fornecidos pela Secretária de Cultura, exceto este período político. Pondera-se que essas restrições foram nos serviços solicitados pela associação via ofício.

Diante do exposto, destacam-se os desafios e o papel assumido pela Associação do PA Sítio, visto que ela tem se constituído em um espaço de resistência. Cuja agremiação revela-se essencial para unir os assentados em causas comuns e construir um coletivo no assentamento, onde novas pautas de lutas são levantadas no dia a dia da Associação. Se ela não funcionasse, dificilmente haveria a socialização de ideias, questionamentos e possíveis soluções, por conseguinte não ocorreria a democratização dos debates políticos entre os assentados.

Desse modo, completam Ross e Fabrini (2009, p. 6), “a organização camponesa nos assentamentos ocorre também na esfera política com a realização de reuniões entre os grupos nos assentamentos e nas associações aí existentes”. Na esteira, os assentados do PA Sítio fazem reuniões mensais para discutir questões referentes ao funcionamento do assentamento e debatem sobre possíveis projetos que possam trazer benefícios econômicos aos mesmos. Esses encontros são melhor ilustrados nas Fotografias a seguir:

Fotografia 19 – Reunião na Associação do PA Sítio com o prefeito de Dona Inês



Fotografia 20 – Reunião mensal da Associação do PA Sítio



Fotografia 21 – Distribuição de mudas de maracujá após a reunião da Associação



Fonte: Acervo da diretoria da Associação do PA Sítio, 2021.

Mesmo com o surgimento dos conflitos internos, a Associação também pode representar um espaço de resistência, importante para unir os associados e construir um coletivo no assentamento.

Os espaços associativos servem para a construção de diálogos nos assentamentos, se eles não existissem, os debates políticos não seriam possíveis. Ross e Fabrini (2009, p. 6) destaca que “a organização camponesa nos assentamentos ocorre também na esfera política com a realização de reuniões entre os grupos nos assentamentos e nas associações aí existentes”. Os assentados do PA Sitio costumam fazer reuniões mensais para discutir questões políticas referentes ao funcionamento do assentamento e debatem sobre possíveis projetos que possam trazer benefícios econômicos aos mesmos.

A Associação presta assistência jurídica aos assentados associados, enfatizaram os membros da diretoria. A ficha e a carteira de associado assentado são documentos comprobatórios da condição de agricultor, servindo para a garantia de benefícios do INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), como aposentadoria rural, auxílio maternidade e auxílio doença etc.

Um dos debates mais calorosos e que tem favorecido a união dos assentados é sobre a preservação da Reserva Mata do Seró. As ações de preservação praticadas pelos assentados são acompanhadas pela CPT, que é a instituição que coordena em conjunto com a diretoria da associação o projeto de conscientização e preservação desta reserva.

5.1.3 A CPT, religiosidade e festividade no PA Sitio

O catolicismo é a religião predominante no assentamento. Isso pode ser explicado pela atuação da CPT na luta pela terra, que trouxe apoio político e fortaleceu as bases do catolicismo nessa área, permanecendo presente até hoje. Tal afirmativa foi confirmada no dia de trabalho de campo, onde constatamos pessoas ligadas à CPT de Guarabira participando de reuniões da Associação do PA Sitio (Fotografia 22).

A CPT desenvolve no Assentamento Sitio um trabalho baseado na teologia da libertação. A pessoa representante da CPT que estava na reunião da Associação, chamada de Joseana³⁴, apresentou uma palestra cuja temática contemplava a importância da terra, da floresta e dos animais para o ser humano, reforçando a expressão da fé e crença em Deus. Seu

³⁴ Joseana possui formação em Pedagogia e especialização na área da agroecologia pela UFPB, além de missionária da Igreja Católica.

objetivo, assim explicou a palestrante, foi chamar atenção dos assentados para preservação da Mata do Seró.

Fotografia 22 – Palestra sobre a preservação e importância da terra e água na sede da Associação



Fonte: Arquivo do autor, 2020.

Observou-se que a igreja do PA Sítio (Fotografia 23) expressa para os assentados um símbolo da luta pela terra.

Fotografia 23 – Igreja São João Batista



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Nela os assentados mantêm sua religiosidade através dos ritos católicos, tais como: missas, novenas, terços, batizados, casamentos etc. “A igreja assume grande importância porque em torno dela gira a vida da comunidade, indicando uma relação local porque é aí o lugar da socialização; é a célula da comunidade social e ponto de encontro” (FABRINI, 2007, p. 28). Outras práticas cristãs como caminhadas e encontros religiosos na reserva Mata do Seró são constantes (figuras 24 e 25). É tradição os festejos no dia 29 de maio, data da conquista da terra, e a festa tradicional de São João. As festividades são comemoradas no ginásio esportivo do assentamento. Nesses dois últimos anos não foi possível a ocorrência dessas atividades devido a pandemia causada pelo Coronavírus.

Fotografia 24 – Encontro religioso na Mata do Seró

Fonte: Acervo da Associação do PA Sítio

Fotografia 25 – Via Sacra

A religiosidade e os festejos locais são práticas que contribuem para o fortalecimento do campesinato, de seus costumes e de suas crenças.

Há dois anos atrás a Associação do PA Sítio organizou um evento comemorando os trinta anos da luta e conquista da terra da Fazenda Sítio, recorda a entrevistada Sra. A. P. (38 anos, mulher, casada, ensino médio completo): “fizemos uma exposição com os trabalhadores. Veio o padre (da paróquia de Dona Inês), veio o pessoal da CPT. A gente reviveu o que aconteceu a 30 anos atrás. Colocamos fotos, contamos a história como foi a conquista dessa terra”.

Este dia buscou regatar a memória da luta, destacando os momentos mais intensos e as pessoas que estiveram mais à frente do conflito, como pode ser visto na Fotografia 26 abaixo:

Fotografia 26 – Registros fotográficos dos trabalhadores e outras pessoas protagonistas do conflito na Fazenda Sítio

Fonte: Acervo da diretoria da Associação, 2020.

A luta pela terra envolve questões econômicas e resgata aspectos culturais. As dimensões econômica e cultural são parte de uma mesma luta, não estão desarticuladas, porque a terra é de trabalho, correspondendo a produção econômica pela qual os camponeses se

reproduzem socialmente; mas a terra é também o lugar de morada, de tradições e festejos culturais e religiosos, pelos quais eles criam uma relação de identidade com o território que o produz. Esses aspectos fortalecem a recriação camponesa no Assentamento Sitio.

Fabrini explica que

o modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita à enfrentamentos amplos, estruturais ou vinculados a esquemas transnacionais de ação em rede dos movimentos sociais, mas também a ações localizadas e assentadas no território (FABRINI, 2007, p. 30).

Nesse sentido, as formas de resistência camponesa são construídas no cotidiano, através das práticas coletivas, de organização da produção, do trabalho familiar, da produção para o consumo interno, da religiosidade. O assentamento é um aglomerado de relações dinâmicas, onde diferentes práticas de resistência são unidas em defesa do mesmo território.

Dentro do PA Sitio existe uma Escola Municipal chamada de Vereador José Candido de Araújo, que obedece às diretrizes educacionais determinadas pela Secretária de Educação do Município de Dona Inês. Nela funciona apenas a modalidade de ensino Fundamental I, nos turnos matutino e vespertino. Segundo Silva (2004), havia mais duas escolas, porém, foram desativadas conforme diminuíram o número de crianças matriculadas.

Depois que concluem o Fundamental I na referida escola, os filhos dos assentados vão estudar as series subsequentes na cidade de Dona Inês, onde os colégios da rede municipal bem como da rede estadual oferecem o Ensino Fundamental II. No caso do Ensino Médio apenas a rede estadual oferece tal modalidade. A prefeitura, em parceria com o governo estadual da Paraíba, disponibiliza ônibus escolares para levar e trazer os alunos que estudam na cidade.

A assistência à saúde dos assentados é dada pela Secretária de Saúde municipal. As famílias assentadas das Comunidades Pimenta e Pedra Lisa são assistidas na Unidade Básica de Saúde (UBS) do Sitio Brejinho, situado a 3,5 km da cidade de Dona Inês, e a 2,3 km da sede da Associação do Assentamento. Os assentados também recebem assistência médica no espaço onde funciona a Associação, uma vez por mês. As pessoas que moram nas Comunidades Caco e Sitio são atendidas na UBS da cidade e as que estão na Comunidade Mulungu recorrem a UBS da Serra do Sitio II, que também se encontra localizada na área rural de Dona Inês, a 4 km do PA Sitio e a 7,3 km da cidade. Em outras palavras não existe Posto de Saúde no PA Sitio.

Os outros espaços comunitários estão ocupados com os açudes comunitários e com a reserva ambiental “Mata do Seró” (Mapa 5), que, como já foi mencionado, constitui um fragmento de Mata Atlântica, ocupando 261 hectares, contando com várias fontes hídricas (cacimbas naturais).



Fonte: Associação do PA Sitio, 2020. Elaborado pelo INCRA-2019.

A Reserva Mata do Seró tem sido muito utilizada para fins turísticos. Nela são realizadas trilhas, caminhadas e encontros religiosos.

5.2 Construindo um perfil social do PA Sitio

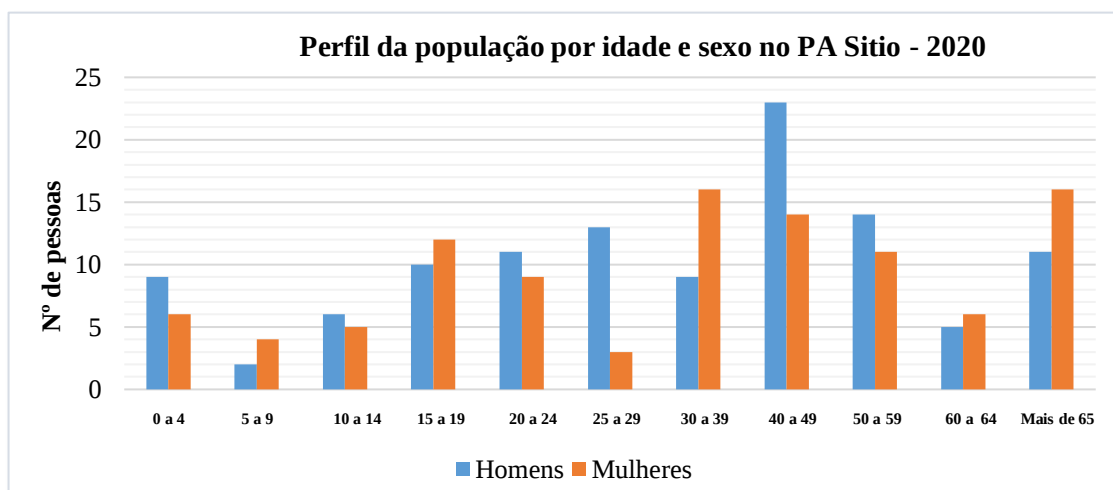
As informações contidas nesta seção estão amparadas nos dados de campo coletados via observação e aplicação de questionários aos assentados do PA Sitio, objetivando tomar conhecimento da realidade do assentamento. Foram levantadas informações de cunho demográfico; ocupação em trabalhos não agrícolas; perfil da produção agrícola e da pecuária; formas de ocupação do solo dentro dos lotes e uso de tecnologias agrícolas; recursos hídricos; e condições de vida, destacando as condições de renda, moradia e transporte.

O cadastro do SIPRA-INCRA-PB (2020) registra 73 famílias assentadas no PA Sitio. Entretanto, os números reais são bem maiores do que os dados oficiais, pois verificou-se um total de 123 famílias vivendo no assentamento, um aumento expressivo de 40,65%, ou 50 famílias a mais. Tratam-se como confirmamos, de “famílias agregadas”.

As informações aqui prestadas sobre a população do PA Sitio, distribuída por idade e sexo, corresponde aproximadamente a 50% do pessoal residente, uma estimativa de 215 pessoas segundo o Relatório de Cadastro Individual disponibilizado pela Agente Comunitária de Saúde, que acompanha parte das famílias assentadas (quase 50% das famílias). Os homens representam 113 pessoas (ou 52,6 %), com média de idade de 34 anos; e as mulheres constam 102 pessoas (47,4%), com média de idade de 38 anos.

A distribuição da população por sexo e idade exterioriza informações relevantes sobre o assentamento investigado (Gráfico 5).

GRÁFICO 5 –



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

A partir dos dados demográfico levantados com a agente comunitária e o presidente da associação, o grupo infantil e a juventude (de 1 a 14 e de 15 a 29 anos) compreendem uma parcela importante, pois representam 41,9%, ou seja, quase a metade da população total. As crianças totalizam 14,9% do tecido social, ou 32 pessoas; os jovens 26,5 %, ou 57 pessoas; os adultos (entre 30 e 59 anos) 40,5%, ou 87 pessoas; e os idosos (de 60 anos acima) 18,1%, ou 39 pessoas. E se somado o grupo de jovens e adultos temos 144 pessoas, ou 67%, indicando que a maioria da população no assentamento encontra-se em idade ativa.

A média de idade da população produtiva no PA Sítio é de aproximadamente 35 anos. Ressalta-se também alguns assentados de 60 a 75 anos que ainda trabalham, isto é, desempenham alguma atividade ligada à agricultura e a pecuária dentro do seu lote.

5.3 A organização do trabalho

A organização produtiva no lote baseia-se sobretudo no trabalho familiar. Esta forma de trabalho segundo o pensamento de Chayanov (1987) expressa uma característica do processo de reprodução camponesa na terra.

Os assentados também trocam dias serviços e contratam temporariamente trabalhadores assalariados, a saber que 57% (12) responderam ter trocado dias de serviços no ano de 2019; e 38% (8) disseram ter contratado na média de um ou dois trabalhadores assalariados na diária. Os principais serviços contratados foram realizados no plantio (de milho, feijão e fava), na limpa das culturas temporárias e na sua colheita.

Muito das vezes, a força de trabalho familiar não é suficiente para suprir as demandas das atividades agrícolas desempenhadas no lote, assim como o trabalho assalariado pouco

alcança as expectativas deste primeiro. Seu emprego é temporário e a sua finalidade complementar em certos momentos da produção. Com efeito, Oliveira afirma (2017) que esses fatores têm levado os assentados a ressignificarem as práticas de troca de dias de serviço e o trabalho em mutirão, visto que tais práticas têm tomado sentido de resistência em assentamentos rurais, onde é importantíssima para manutenção da unidade de reprodução camponesa.

Silva (2014) distingue a prática de troca de dias de serviço (ou ajuda mútua) e o trabalho em mutirão como formas simples de cooperação agrícola, usadas em situações em que a família assentada não dispõe da quantidade de braços suficientes para realização de tal atividade. Daí combinam com os assentados de lotes vizinhos para lhe ajudar, depois ele retribui o favor. Essas práticas também surgem como exemplos da territorialização camponesa.

De acordo com Roos e Fabrini (2009, p. 6) “essas atividades não possuem uma norma, mas se baseiam nos laços de solidariedade e no aprendizado político adquirido e ampliado durante a luta pela terra”. De fato, a trajetória da luta permite ampliar as relações de solidariedade e cooperação entre os trabalhadores envolvidos e, principalmente, empregar um sentido político a prática de ajuda mútua e de mutirão. Depois de conquistada a terra os assentados continuam reproduzindo-as, como ocorre no PA Sítio (Fotografia 27).

Fotografia 27 – Trabalho em mutirão para construção de cerca no PA Sítio



Fonte: Arquivo da Associação.

Corroborando com Roos e Fabrini (2007), as práticas de solidariedade tecidas pelos trabalhadores na luta pela terra, como foi observado na luta dos trabalhadores moradores de condição da Fazenda Sítio, continuam influenciando-os após a conquista do assentamento, onde essas relações são ressignificadas. Também é verdade as irregularidades dessas práticas.

A ajuda mútua entre camponeses não consiste apenas na troca de dias de serviço, mas também no compartilhamento de sementes, gêneros agrícolas, ferramentas de trabalho, prestação de serviço de transporte. No PA Sítio essa relação de solidariedade é mais presente

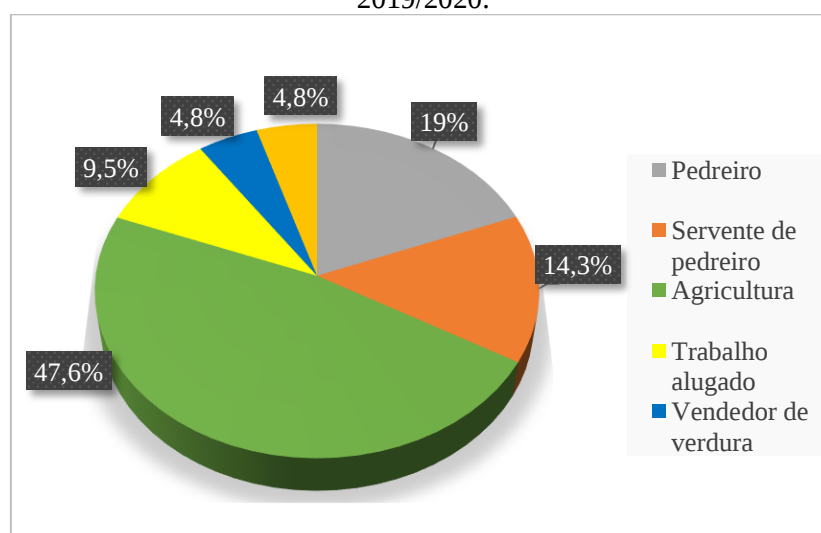
entre grupos de assentados ligados por laços de parentesco ou entre famílias de lotes vizinhos, onde elas ajustam formas de trabalho entre “si”. Essas práticas negam a lógica do sistema capitalista, pautado na privatização dos bens e no trabalho assalariado.

Os assentados também costumam contratar um ou mais trabalhadores assalariados em períodos de intensidade da produção, quando ela excede o volume do trabalho familiar, sendo necessária a contratação de mais braços. Os trabalhadores são contratados para o plantio de capim; plantio de culturas agrícola, limpa de mato e colheita agrícola, especificamente de milho e feijão e roça; construção de cercas, serviço de capinagem e outros.

No mês de março do ano de 2020, a diária que os assentados pagavam aos trabalhadores assalariados variava entre R\$ 40,00 reais (com almoço) e R\$ 50 reais (sem almoço). De regra, os contratados são pessoas do próprio PA, especialmente de lotes vizinhos, caso este também observado na troca de serviço. Vale ponderar que a maioria dos contratantes são assentados aposentados ou em idade próxima de receber o benefício rural. Como eles não tem mais vigor físico suficiente, contratam força de trabalho assalariada para atender as exigências da produção. Na casa desses aposentados, quase sempre, mora um filho com a sua família.

Mais de 95% dos entrevistados se ocupam na agricultura. Entretanto, parte desses assentados também busca se assalariar temporariamente visando complementar a renda. Em certos casos, o assalariamento é a principal fonte de renda. De 21 entrevistados que se assalariam, 47,6% o fazem exclusivamente na atividade agrícola. Os demais desempenham outras atividades no setor da construção civil, no trabalho alugado realizado em tarefas ligadas ao campo e como autônomo em atividades não agrícolas (Gráfico 6).

GRÁFICO 6 - Assentados do PA Sitio que se assalariaram segundo a atividade no ano de 2019/2020.



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

Os assentados que se assalariam, como pedreiro e servente, geralmente, fazem isso depois das atividades agrícolas encerrarem, na estação seca. Há outros que trabalham durante o ano todo, no sistema de diária, sem contrato formal ou carteira assinada. Os serviços são prestados dentro do PA Sitio, no município de Dona Inês e fora dele; os chefes de família autônomos são feirantes, trabalham uma vez por semana na feira municipal da cidade; já os que se dedicam ao alugado, vendem a sua força de trabalho na diária, em atividades ligadas a agropecuária. Nos lotes pesquisados também se destacam os parentes (cônjuges ou filhos dos assentados) entrevistados que se assalariam temporariamente. Identificou-se duas diaristas (domésticas); uma professora e uma agente de saúde, ambas concursadas, além de dois assentados que trabalhavam na extração mineral na pedreira que fica ao lado da cidade de Dona Inês. Por motivos de saúde, consequência da atividade, os mesmos se afastaram da mineração.

A realização de atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas, sendo de forma temporária, compreende o que Kautsky (1980) aponta de trabalho acessório. “O trabalho acessório tende a ocorrer quando a produção agrícola torna inviável o sustento da família ou quando a produção agrícola adquire um volume tal que o trabalho familiar não consegue dar conta, partindo-se, então, para a contratação de braços [...]” (OLIVEIRA, 2017, p. 87). Em outras palavras, a família camponesa pode liberar os membros familiares para o trabalho acessório assalariado no momento de menos serviço na unidade familiar, assim como pode contratar mais trabalhadores quando o volume da produção exige. Essa prática não altera a condição de camponês, pelo contrário, fortalece o seu modo de vida.

Porém, em certos casos, o assalariamento temporário torna-se a principal estratégia de reprodução econômica, como tem sido para os filhos dos assentados. O que era um trabalho secundário, complementar às atividades camponesas, se transforma em um meio de sobrevivência do camponês, ocupando-o na maior parte do seu tempo; e, igualmente, as atividades na terra ficam em segundo plano, vistas agora como acessórias (KAUTSKY, 1980).

Parte dos filhos dos assentados deixaram o Assentamento Sitio para trabalhar e morar nas cidades, inclusive a de Dona Inês, além de João Pessoa, Rio de Janeiro e São Paulo, entre os principais destinos. Porém alguns nunca saíram e outros retornaram. Este segundo grupo, naturalmente, formou família (conjugue e filhos) e mora dentro do lote do pai ou do avô, na condição de agregado, e, as vezes vive debaixo do mesmo teto de seus progenitores.

Isso tem revelado conflitos de interesses entre gerações. Os donos dos lotes permanecem desenvolvendo atividade na terra e os mais jovens (filhos casados), apesar de morar no assentamento, se assalariam em atividades não agrícolas fora deste espaço, assim não contribuindo com o trabalho no lote.

No levantamento de campo obtivemos um dado interessante a respeito dos trabalhos não agrícolas realizados por pessoas que vivem como agregadas (filhos ou parentes de assentados). De acordo com o presidente da Associação, o assentamento conta com aproximadamente 50 famílias agregadas, sendo que dessas, 24 chefes de família, ou 45% do total, não trabalham na agricultura: 11 trabalham na extração de mineral, e o restante (13) estão distribuídos na construção civil e no comércio local.

Com base na amostra desta pesquisa, o Assentamento apresenta uma média de 5 pessoas por unidade familiar. Ao fazer uma análise mais profunda sobre o total de filhos que moram com os pais e filhos que não moram, verificou-se que 77% deixaram a casa dos pais e 23% ainda vivem junto com os progenitores.

O que isso pode representar e o que pode nos dizer sobre o PA Sitio? Claramente evidencia a diminuição de braços para trabalhar, ou seja, representa uma redução drástica da capacidade produtiva dentro dos lotes. Por outro lado, isso mostra uma saída expressiva da população jovem do assentamento. Vale ressaltar que 42,85% (ou 9) dos chefes de família responderam que os filhos ajudavam nas atividades quando moravam em casa; 14,28% (ou 3) afirmaram que não tinham ajuda; 19% (ou 4) não responderam; e 23,8% (ou 5) dos assentados ainda não tem filhos em idade produtiva, pois encontram-se em faixa etária infantil.

Os assentados pesquisados atribuem a necessidade de renda e falta de oportunidade de emprego como sendo os principais motivos da saída da juventude do assentamento. As conversas informais com os jovens revelaram o interesse dos mesmos pelos trabalhos não agrícolas assalariados, mesmo sendo informais e, às vezes, intermitentes, ao invés dos trabalhos a serem realizados juntos com os seus pais dentro dos lotes.

Por outro lado, devemos lembrar que os lotes de terras talvez não sejam capazes de possibilitar a reprodução econômica de todos os filhos dos assentados naqueles casos em que são muitos os membros e a terra apresenta condições físicas e geográficas desfavoráveis. Diante desse contexto é inevitável que os filhos ou parte deles busquem migrar do PA para outros lugares em busca de trabalho e de uma condição social melhor.

A secretária da Associação do PA Sitio (F. M., mulher, 23 anos, solteira, ensino superior completo), formada em Geografia pela UEPB (Campus III), ressalta que “os jovens também não se interessam pela Associação”. Segundo ela, a mentalidade dos jovens tem se voltado para o trabalho assalariado não agrícola. A saída da juventude é um dos grandes desafios do assentamento, porque implica na perda da mão de obra, ao mesmo tempo em que ocorre o envelhecimento dos assentados, podendo levar a possíveis retrocessos e abandono de lotes. Há

o registro de 3 assentados idosos que deixaram o seu lote e foram morar na cidade de Dona Inês.

O entrevistado Sr. C. S. (homem, 62 anos, casado, analfabeto) nos relatou algo importante quando perguntado sobre os jovens do PA Sítio: “muita gente que já faleceram trabalhava, e hoje agente tá ficando de idade (mais velho) também, e esse pessoal novo não tão interessado na terra, num lutaram, num sabe, so viram falar a história”. Para ele, uma das causas do desinteresse da juventude do assentamento é porque não passaram pela experiência do conflito. Outro fator é a falta de projetos que possam envolvê-los, assim ressalta: “o jovem estão desamparado aqui na terra. Num tem nenhum projeto pra o jovem do assentamento”.

Este problema não é restrito ao PA Sítio, vários autores têm chamado atenção para a saída da juventude dos assentamentos de Reforma Agrária. Nos assentamentos rurais estudados por Mello (2008) no extremo Sul do Brasil, “as dificuldades do solo, clima, estradas, crédito e assistência técnica levaram quase todos os agricultores, especialmente os que ganharam lotes de várzea (mais difícil de trabalhar), a arrendar as terras” (MELLO, 2008, p. 600). Esses fatores são responsáveis pela evasão e, muitas vezes, o abandono dos lotes.

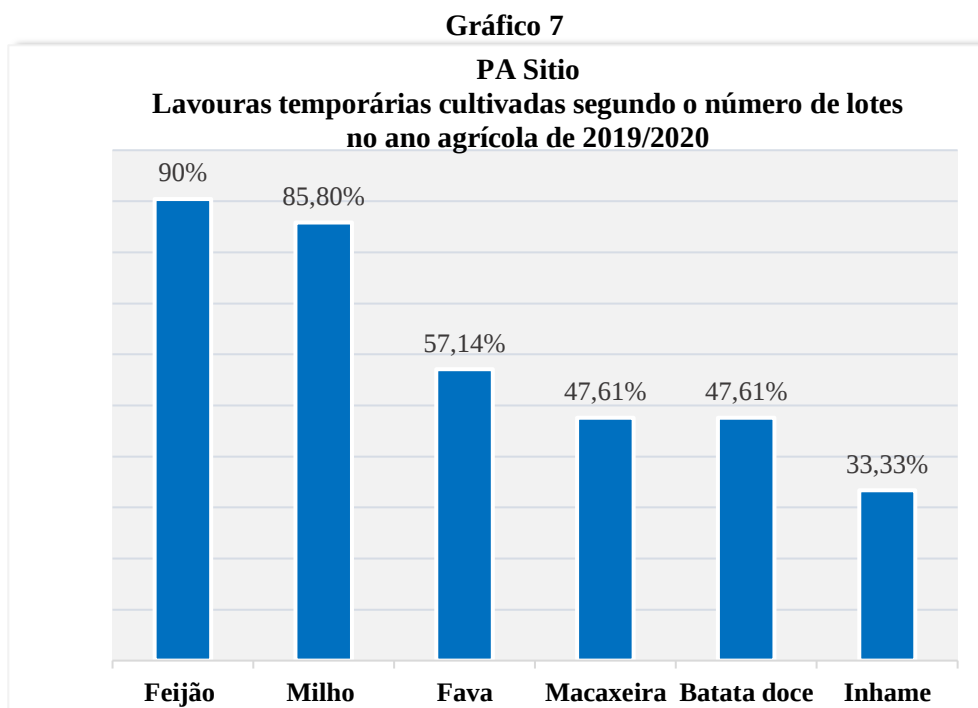
O desafio do campesinato no assentamento é não desistir da terra ou tê-la como terra de trabalho e morada. Que riscos a saída dos jovens acarretam ao assentamento e suas implicações para recriação do campesinato neste espaço? O fato da juventude – composta geralmente de filhos dos assentados posseiros – deixarem o assentamento, de um lado, e os assentados proprietários dos lotes envelhecerem, de outro, além de comprometer no número de membros da família para explorar a terra, reduz também a área explorada, consequência deste primeiro fator. Daí a terra que é de trabalho e vida, pode cair nas armadilhas da improdutividade.

5.4 A organização da produção agrícola

Verifica-se no PA Sítio o desenvolvimento de uma policultura voltada para o consumo da família, e quando há excedente, este é comercializado. O cultivo de culturas alimentares é uma característica do campesinato no Curimataú Oriental e do Agreste da Paraíba (MOREIRA, 1996). As principais lavouras temporárias cultivadas são: feijão, milho, fava, inhame, macaxeira e batata doce.

Os dados mostram a importância das culturas alimentares no PA Sítio. De acordo com o Gráfico 7, o feijão assume lugar de destaque sendo cultivado em 90,47% dos lotes das unidades familiares pesquisadas, seguido da fava, em 57,14% dos lotes, da macaxeira em

47,61% dos lotes, da batata doce também em 47,61% dos lotes e do inhame em 33,33% dos lotes.



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

Os dados referentes ao feijão englobam vários tipos (preto, mulatinho e macáçar), como também à fava. A presença dessas lavouras em quase todos os lotes se deve ao fato delas serem destinadas exclusivamente ao consumo da família. Ao perguntar os motivos de elegerem o feijão e a fava como as culturas mais importantes, os assentados responderam: “por que é o que a gente come” (Fotografia 28).

Fotografia 28 – Roçado de feijão macáçar



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Tal afirmativa corrobora com o pensamento de Chayanov (1981), Correia (2011), Oliveira (2007), Fernandes (2004) e de Moreira e Targino (1996) e outros, que analisa este

sujeito a partir de seu modo de produção, baseado no trabalho familiar e na produção voltada ao abastecimento interno do grupo.

Conforme Fabrini (2007, p. 26) “a natureza dos vínculos que os camponeses estabelecem com a terra aparece como resistência. A terra não é vista necessariamente como uma mercadoria para acumular capital”. A terra é para o desenvolvimento da agricultura visando a reprodução familiar. O excedente das lavouras alimentares e da produção das lavouras não alimentares são vendidos no intuito de conseguir renda monetária, à qual os camponeses empregam finalidades polivalentes, isto é, comprar os produtos que não são produzidos na terra.

Parte ou toda produção de macaxeira (ou aipim), batata doce e inhame é destinada à comercialização dentro do PA Sitio, nos Sítios vizinhos e nas feiras (livres) municipais, e uma pequena parte é guardada para o consumo familiar. Segundo os assentados entrevistados, a alta produtividade dessas culturas aliada aos preços favoráveis e ao bom tempo de conservação delas, que demoram a se estragar, os influenciaram a comercializar quase toda a produção no ano de 2019. Tais vantagens também são encontradas no milho, e serve até certa medida para explicar a sua presença em 80% dos lotes. As famílias vendem parte dos grãos e estocam o restante para alimentar as criações domésticas (aves e suínos).

As hortaliças (alface, tomate, cebolinha e couve) foram encontradas em quatro lotes e a lavoura de mandioca (ou roça) em apenas um. Apesar da cultura de mandioca não estar entre as principais lavouras temporárias plantadas, sabe-se que ela já foi dominante no assentamento até o ano de 2004. Desse período para cá assistiu-se o seu declínio. Os fatores responsáveis por esse declínio, segundo os assentados, foram chuvas insuficientes e as dificuldades de comercialização da farinha de mandioca no comércio local e de cidades vizinhas (Quadro 2).

QUADRO 2

PA Sitio - Quantidade produzida de lavouras alimentares de cultivo temporário em 2019

Lavouras temporárias	Quantidade produzida em Toneladas e Quilos
Feijão	1,73 (ton)
Milho	13,83 (ton)
Fava	910 (kg)
Inhame	4,45 (ton)
Bata doce	105 (kg)
Macaxeira	360 (kg)

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

A área (ha) ocupada com cada tipo de cultura agrícola não foi mencionada no quadro acima em razão da falta de respostas dos pesquisados. Os mesmos tiveram dificuldades em recordar/especificar a quantidade de hectares de terras utilizadas para cada cultura no ano de

2019. E menos ainda souberam dizer a quantidade de área destinada a hortaliça e mandioca, bem como a produção colhida de ambas as lavouras.

A produção de milho, batata doce, macaxeira, hortaliças e inhame é comercializada em feiras livres na cidade de Dona Inês e com atravessadores. Embora o inhame seja menos cultivado no assentamento em relação a outras lavouras, ele se destaca pelo seu retorno financeiro. Um dos assentados relatou que, no ano de 2019, vendeu 4.000 kg de inhame à Casa do Inhame na cidade de Guarabira-PB, a 55 km de distância de Dona Inês.

O inhame mostra-se um gênero interessante por duas funções que assume: a de alimento para o consumo da família, compondo a cesta básica; a de produtor de uma renda monetária importante, que garante a compra de mercadorias que não são produzidas pelos assentados, contribuindo assim para a reprodução da família camponesa (Fotografia 29).

Fotografia 29 – Lavoura de inhame consorciada com feijão mulatinho no PA Sitio



Fonte: Trabalho de Campo. Acervo do autor, 2020.

A realidade da produção agrícola dos assentados vai ao encontro da fala de Fabrini (2007, p. 25) quando afirma que “o ideário da produção para autoconsumo ou mercantil simples implica numa autonomia porque são os camponeses os produtores diretos dos meios de vida”. Isso também explica “porque grande parte dos camponeses despossuídos da terra almeja alcançá-la porque vê aí uma possibilidade de independência e autonomia”.

Por outro lado, assinala Mitidiero Jr. (*et al.*, 2006), o censo agropecuário de 2006 confirma a tese de muitos autores que consideram ser a pequena agricultura familiar que mais coloca a comida na mesa dos brasileiros e que mais sustenta os postos de trabalho no campo. As pequenas unidades ocupam 12,3 milhões de trabalhadores em suas diversas organizações produtivas, correspondendo a um total de 74,4% do pessoal ocupado na agropecuária.

O fato de a agricultura familiar ser importante para oferta de alimentos a população nacional e soberania alimentar, como foi confirmado pelo IBGE (2006), lança luz à capacidade

produtiva dos pequenos estabelecimentos familiares. Porém, os agricultores que vivem nestes pequenos estabelecimentos, a exemplo dos assentados do PA Sítio, estão sujeitos a desenvolverem uma agricultura subordinada aos circuitos da economia do mercado capitalista.

A venda do excedente da produção camponesa deve ser encarada como estratégia de reprodução do campesinato, dadas as suas características *operandi*, ou seja, se valer das relações capitalistas de compra, venda e troca para obter parte de sua renda familiar, e não necessariamente para o acúmulo de dinheiro como fazem os empresários capitalistas.

Shanin (2005) reforça a operosidade desta classe social em buscar meios que lhe assegurem a recriação de seu modo de vida dentro da sociedade capitalista.

Parece querer dizer que, sob certas condições, os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas [...]. Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de “acumulação primitiva” permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros. Eles produzem, ainda, saudáveis e tolos soldados, policiais, criadas, cozinheiras e prostitutas; o sistema pode sempre fazer algo mais de cada um deles. E, obviamente, eles, isto é, os camponeses, dão trabalho e problemas para os estudiosos e funcionários, que quebram a cabeça em torno “da questão do seu não-desaparecimento (SHANIN, 2005, p. 8).

Desse modo, a recriação do campesinato deve-se a sua persistência em querer continuar como dono de seus meios de produção, a terra e as ferramentas, e do seu trabalho, embora isso lhe custe momentos de sujeição dentro do capitalismo, visto que este estrato social é responsável por ofertar comida barata para alimentar o proletariado urbano, mão de obra a custo baixo no mercado de trabalho, por produzir matéria-prima e consumir mercadorias capitalista.

Isto, se somado a especialização agrícola das unidades familiares e a subordinação da comercialização da produção camponesa, compreende o que Paulino e Almeida (2010) chamam de sujeição formal do campesinato ao capitalismo. É deste modo que os camponeses também contribuem para as relações capitalistas, através da circulação e trocas de mercadorias. Em escala menor e local, a produção excedente é absorvida pelo atravessador, em escala maior e a nível transnacional, é absorvida pelos mercados e indústrias alimentícias. A venda da produção agrícola dos assentados do PA Sítio sem um canal de comercialização faz com que parte deles dependa de um “velho” e “novo” conhecido: o “atravessador”.

Em certa medida, é aceitável reconhecer o papel do atravessador no escoamento da produção camponesa. Seu grau de importância ocorre sobretudo em assentamentos rurais que

não possuem pequenas agroindústrias ou cooperativas, onde os assentados não mantêm nenhum tipo de relação com supermercados, empresas alimentícias, programas governamentais ou feiras locais e regionais. Caso não existisse a figura do atravessador nesses lugares, provavelmente, esses camponeses correriam o risco de perder a sua produção excedente.

Souza (2015) esclarece que o atravessador se revela como pessoa física ou jurídica, que se apropria do sobretrabalho intrínseco na produção camponesa, dando-lhe um valor de troca (dinheiro) incompatível (inferior) com o tempo de trabalho investido na produção de tal produto. Ele também apresenta características de mobilidade no escoamento da produção agrícola ao fazer a transição dos produtos da agricultura familiar em mercadorias capitalista.

Mesmo com o acesso à terra e liberdade de trabalho, os assentados do PA Sitio ainda não estão livres das armadilhas do capitalismo. A forma como é feita a comercialização da produção agrícola com os atravessadores implica em relações de subordinação ao modo capitalista de produção, partindo-se do princípio que ele absorve parte da renda da produção camponesa. O atravessador é um agente atuante nessa engrenagem, pois assume o controle das relações de comercialização à medida que regula o processo de aquisição dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados e revende-os no mercado por um preço acima do inicial, obtendo vantagens econômicas, ao mesmo tempo encarecendo os produtos para o consumidor final.

Cada vez que um produto agrícola é repassado para outro revendedor, este último incorpora a sua margem de lucro, agregando um valor de troca (SOUZA, 2015). O pequeno agricultor é quem menos ganha no circuito de comercialização, uma vez que tem a sua produção subordinada aos ditames do mercado, sendo reduzida a preços ínfimos, inferiores ao trabalho investido - na preparação do solo, cultivo e colheita da lavoura. Nesse contexto o consumidor também perde ao ter de comprar os produtos por preços bem mais onerosos.

Souza (2015) faz referência às conclusões de Chayanov (1981) sobre parte da renda da produção camponesa ser absorvida por relações tipicamente capitalistas. Ele reporta em seu estudo que a renda da produção nas pequenas unidades produtivas, extraída de um tempo gasto de trabalho superior a dez horas diárias, não é restituído em seu ganho (renda) mensal pelos preços que lhes são pagos pelos atravessadores. O agricultor fica com um terço da renda de sua produção, o restante é transferido para o atravessador e repassado também para terceiros.

Diante desta situação argumenta-se que os camponeses experimentam as relações capitalista sem obter “vantagens” econômicas. O lucro originado no/do excedente não fica na unidade familiar, é apropriado pelos agentes capitalistas, como os rentistas, grupos do agronegócio, industriais do setor agro alimentício e energético, que segundo Oliveira (2008) subjagam o trabalho e a produção agrícola familiar nessas relações.

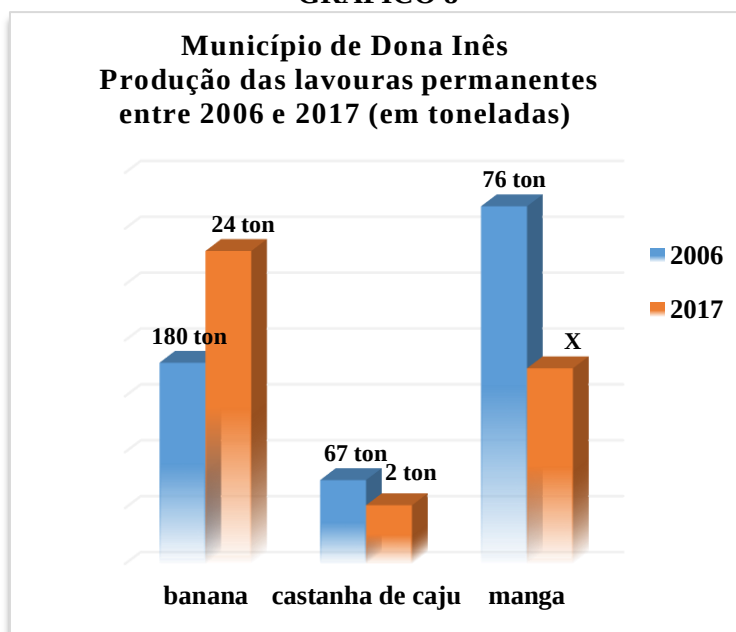
Desse modo, Souza (2015) considera a etapa de comercialização da produção agrícola dos pequenos agricultores como sendo o momento em que a face do capitalismo, através da figura do atravessador, apropria-se do lucro da produção camponesa. Por isso considera que:

A eliminação completa dessa cadeia de intermediação promove vantagens tanto para o pequeno produtor, que pode determinar a que preço ele irá comercializar a produção, quanto para o consumidor, que possivelmente comprará um produto com o custo mais baixo (SOUZA, 2015, p. 92).

Em relação à lavoura permanente, no PA Sitio sobressaem as mangueiras, bananeiras e cajueiros. E em menor volume são também encontradas jaqueiras, goiabeiras, pés de acerola, pinheiras e limoeiros. Os assentados não souberam informar o tamanho da área ocupada com as árvores frutíferas e nem a quantidade da produção de frutas colhidas em 2019. Explicaram que os frutos colhidos serviram apenas para consumo próprio, exceto a castanha de caju. Eles também não souberam elucidar a produção de castanha e o valor adquirido com a sua venda.

Conforme as falas dos assentados, a produção de algumas lavouras permanentes diminuiu significativamente no assentamento em consequência do abandono da atividade e do “aparecimento de doenças”. Situação mais grave é a dos cajueiros, do qual as famílias se beneficiam da castanha de caju. Esse declínio da produção de castanha foi também observado no conjunto do município de Dona Inês como pode ser observado no Gráfico 8.

GRÁFICO 8 –



* O IBGE utiliza a identificação X para informar que foram encontrados menos de três informantes produzindo tal lavoura.

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 2006 e 2017.

Como pode ser observado no Gráfico 8, a produção de banana apresentou uma redução de 86,6% entre 2006 e 2017, assim também ocorreu com a castanha de caju, de 97%. No caso da castanha, tal diferença pode estar relacionada à redução da área (ha) colhida e a diminuição do rendimento médio. Em 2017, a área colhida abrangia 85 hectares e teve rendimento médio de 247 quilos de castanha por hectare, mostrando-se abaixo da área colhida no ano de 2006, que contabilizou 100 ha e rendimento médio de 300 quilos por hectares (IBGE, 2006; 2017). Estas considerações também podem ser atribuídas a diminuição da produção de manga. Uma outra cultura que vem sendo produzida no PA Sitio é o maracujá.

No entanto, em nível da Paraíba a lavoura permanente apresentou crescimento de algumas culturas, tanto no que se refere a quantidade produzida quanto na área colhida, e revelou reduções de outras, como é mostrado na Tabela 1.

TABELA 1: Estado da Paraíba: Produção das lavouras permanentes e área colhida por hectare

<i>Lavoura permanente</i>	<i>ANO DE 2006</i>		<i>ANO DE 2017</i>	
	Quantidade produzida (ton)	Área colhida (ha)	Quantidade produzida (ton)	Área colhida (ha)
<i>Banana</i>	138.509	8.179	39.015	5.664
<i>Maracujá</i>	3.582	541	4.332	762
<i>Manga</i>	1.667	143	773	194
<i>Limão</i>	1.503	283	1.150	288
<i>Goiaba</i>	1.434	176	677	114

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários 2006 e 2017.

O censo agropecuário da Paraíba revelou no ano de 2017 um encolhimento da área colhida dos bananais e na produção de banana em comparação ao censo anterior, situação parecida com a das goiabeiras. Já o maracujá apresentou crescimento na sua produção e na área colhida em 2017. A manga e o limão mostraram crescimento da área colhida, mas a produção dessas duas frutíferas foi menor no último censo.

No PA Sitio as áreas utilizadas para o cultivo das lavouras permanentes e temporárias situam-se nas baixadas próximas ao rio Curimataú, nas serras e nas chãs das serras.

5.5 Distribuição espacial e formas de produção das lavouras permanentes e temporárias

De acordo com trezes entrevistados, os melhores solos para a agricultura estão nas áreas de baixadas; três apontaram as chapadas (ou chãs); e um não soube responder. As terras situadas nas baixadas apresentam solos bem desenvolvidos, apropriados às culturas agrícolas.

É importante destacar que o município de Dona Inês está localizado no Planalto da Borborema, uma área de relevo elevado. O PA Sítio situa-se nas partes mais altas deste município, sendo rodeado por serras com desníveis abruptos, fato este relevante para corroborar com as falas dos assentados ao informar a falta de terras acessíveis à agricultura, embora o assentamento apresente solos predominantemente férteis. As implicações geomorfológicas levam as famílias a introduzirem diversas práticas de ocupação agrícola, a exemplo de roçados de toco, de chão e de campo.

Os entrevistados explicaram que o roçado de toco é uma área brocada e queimada, onde a agricultura é desenvolvida somente pelo trabalho braçal, sem a intervenção de tratores e arados mecânicos, ou de tração animal (cavalo, boi, jumento), o que, conseqüentemente, exige do agricultor um gasto maior de sua energia (foça de trabalho) para com os cuidados da lavoura. O roçado de chão também consiste em uma prática agrícola arcaica, que utiliza apenas a força braçal para a limpa do terreno. Distanciando-se desses primeiros, tem o roçado de campo que se caracteriza pela terra arada, seja por aragem mecânica (tratores) seja por tração animal.

De 21 chefes de família que responderam ao questionário, 20 afirmaram fazer roçados de toco e de campo, e 10 responderam trabalhar exclusivamente com roçado de campo. O período de preparação dos terrenos e plantio dos roçados ocorre geralmente nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março.

A preparação dos terrenos passa por diferentes etapas, a saber:

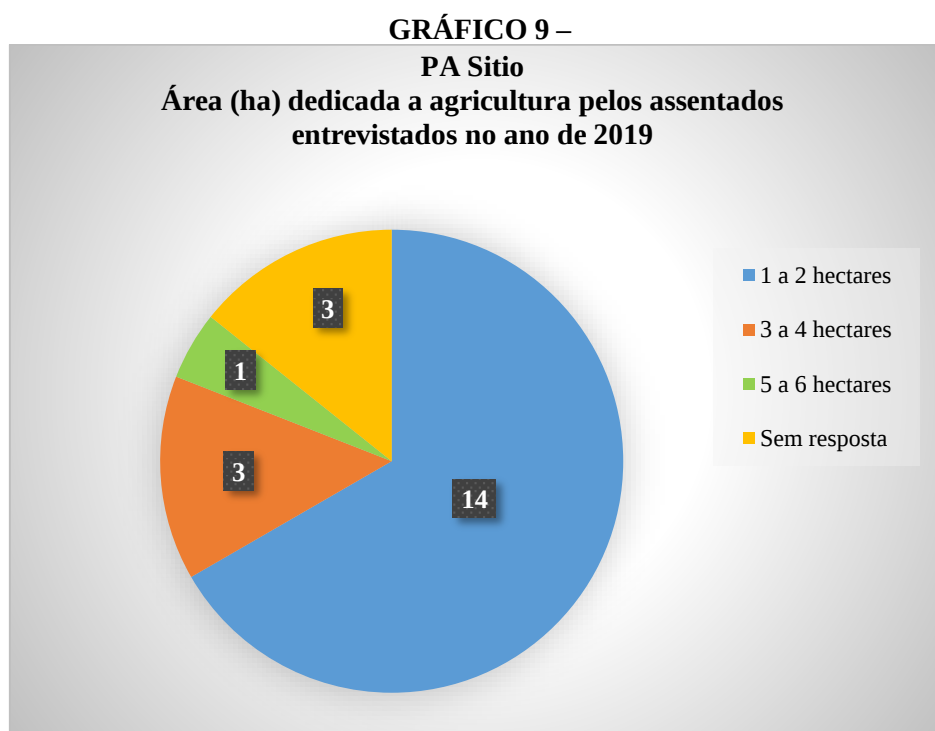
- a) broca (derrubada) da vegetação ou arranca;
- b) encoivramento e queima depois de seca;
- c) aragem da terra;
- d) plantio.

Vale lembrar que essas etapas não seguem a sequência apresentada, isto é, vai de acordo com o tipo de roçado. Por exemplo: a preparação do roçado de toco exige a broca do mato e queima da massa seca da vegetação, e é finalizado com o cultivo da lavoura; já o roçado de chão passa pela arranca da vegetação, depois o encoivramento dela e queima, e termina com o plantio; o roçado de campo ou roçado arado também exige a eliminação da vegetação (arranca ou queima), depois a aragem da terra e finaliza com o cultivo da lavoura.

A organização da produção centrada na intensidade do trabalho familiar e não na utilização de máquinas exige do camponês um conjunto de conhecimentos das atividades no campo que possibilita um saber fazer. Este saber fazer, muitas vezes milenarmente acumulado, coloca a produção camponesa numa condição diferenciada e não devem ser desprezados em nome da modernidade, progresso e conhecimento científico (FABRINI, 2007, p. 25).

Os conhecimentos do camponês sobre os instrumentos e as técnicas de trabalho na terra surgiram bem antes da tecnificação da agricultura, por isso não devemos desconsiderar que o campesinato tem uma forma própria de se reproduzir e explorar a terra. Mesmo os camponeses da reforma agrária, que passam por outra lógica de desenvolvimento socioeconômico exigido pelo estado capitalista, ainda utilizam relações de produção e conhecimentos predominantemente tradicionais. Não obedecem a lógica de produção do sistema capitalista.

A agricultura ocupa terrenos relativamente pequenos. Segundo as respostas colhidas referentes ao ano agrícola de 2019 e 2020: a) quatorze chefes de família destinaram de 1 a 2 ha de terras para a agricultura; b) três usaram de 3 a 4 ha; c) um assentado explorou de 5 a 6 ha e; d) três disseram não ter trabalhado com esta atividade (Gráfico 9).



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

As dificuldades em ampliar as áreas agrícolas devem-se: à morfologia do relevo e ao fator demográfico. A partir das observações feitas no trabalho de campo e baseando-nos nas respostas dos pesquisados, nota-se que o relevo movimentado e com inclinações abruptas limitam as práticas agrícolas, ou seja, a abertura de novas áreas de roçados de campo. Esta realidade pode ser observada nas Fotografias 30 e 31 abaixo.

Fotografia 30 – Área de roçado de chão no PA Sitio



Fonte: Trabalho de campo. Acervo do autor, 2020

Fotografia 31 – Área de roçado de campo (também chamado de roçado arado)



Fonte: Trabalho de campo. Acervo do autor, 2020.

No que se refere a unidade familiar presente em cada lote, observamos que ela é constituída pelo casal e um ou dois filhos. Não se trata, mais, da família camponesa tradicional onde era comum a existência na casa de 8 a 10 filhos. Dois fatores explicam essa redução da família camponesa no assentamento: a) a diminuição do número de filhos e a migração.

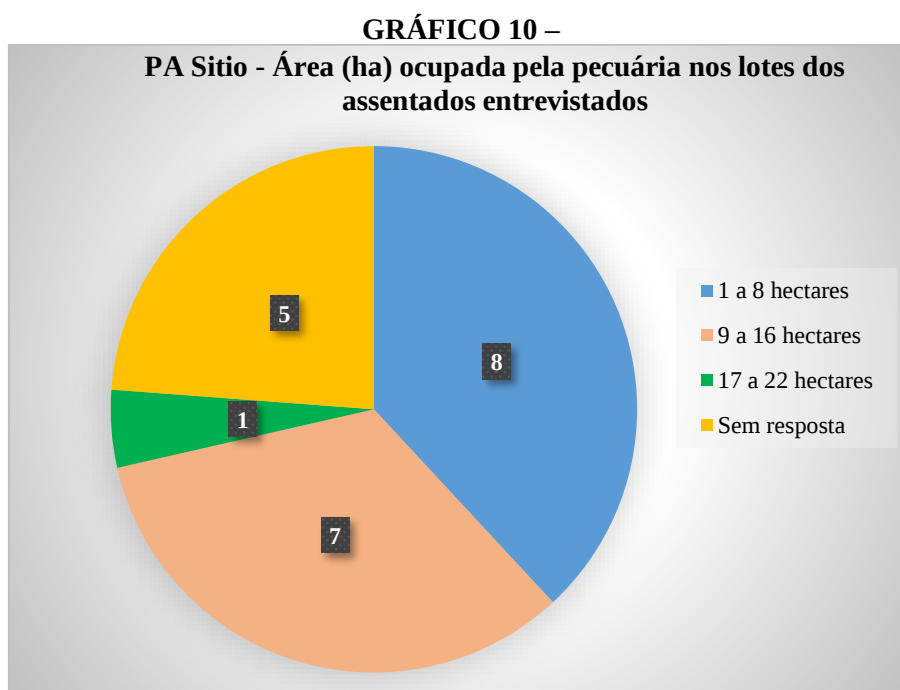
Os censos demográficos do estado da Paraíba realizados nas décadas de 1980, 1991, 2000 e 2010 revelam uma redução drástica no tamanho das famílias paraibanas: o censo de 1980 apresentou uma média de 6,2 filhos por mulher; o de 1991 uma média de 3,8 filhos, o de 2000 na faixa de 2,5 filhos por mulher e o último recenseamento, de 2010, de 2 filhos por mulher (IBGE, 2020). Embora na zona rural possamos encontrar valores um pouco maiores, para nós que nascemos e nós criamos no campo, a redução do número de filhos por família camponesa é um fato visível. No que tange à migração, como mencionamos anteriormente, a falta de terras para trabalhar, a reduzida oferta de emprego urbano em Dona Inês, além do incentivo de familiares que já migraram, estimula o deslocamento dos jovens a partir de 18 anos em busca de melhores condições de vida.

As condições físicas e a saída da juventude (os filhos dos assentados) são indicadores relevantes para averiguarmos as formas de resistência e recriação do campesinato no PA Sitio.

Outra característica importante deste PA estudado é a ocupação da terra pela pecuária, sobretudo bovina. A policultura assim como a pecuária constituem as principais atividades econômicas do município de Dona Inês. A criação de gado, porém é a atividade principal.

5.6 A atividade pecuária

Os assentados destinam a maior parte das terras dos seus lotes à atividade pecuária, que é desenvolvida principalmente nas áreas de serras (Gráfico 10).

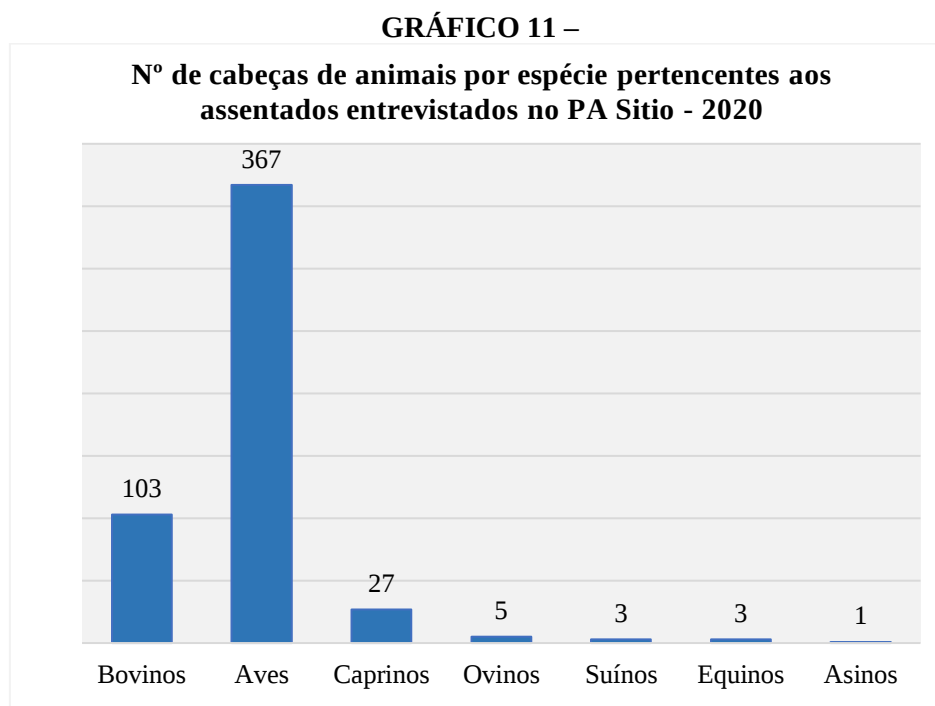


Fonte: Trabalho de campo. Elaborado pelo autor, 2020.

O Gráfico aponta a quantidade de hectares utilizada para a pecuária dentro dos lotes, que é bem maior do que a usada para agricultura. A explicação de tal diferença são as condições limitantes impostas pelo relevo à agricultura, as questões de infraestrutura, de tecnologias apropriadas e de recursos financeiros que são mais facilmente obtidos para o financiamento da pecuária. Daí observarmos a importante presença nos lotes de pastagens naturais e pastagens plantadas. O capim braquiária e o capim pangola são os tipos mais comuns de pasto plantado, seguido do capim elefante, e das gramíneas *mambaru* e *piancó*, encontradas em um único lote.

A produção animal no PA Sitio está voltada para criação de aves, bovinos, caprinos, e em menor número, suínos, ovinos, equinos e asininos. Do total de 367 aves contabilizadas, 364

são galinhas e perus, correspondendo a 99,2% da população animal; identificou-se 2 gansos e 1 guiné (0,8%). Em relação ao rebanho bovino constatou-se 103 cabeças (ou 23,35%); de caprinos, 27 cabeças (ou 6,12%); de ovinos apenas 3 (ou 0,61%); de suínos 5 cabeças (ou 1,02%); de equinos são 3 (ou 0,61%) e de asininos 1 (ou 0,2%). (Gráfico 11).



Fonte: Trabalho de campo. Elaborado pelo autor, 2020.

Os dados censitários relativos à atividade pecuária em Dona Inês, obtidos nos censos agropecuários dos anos de 1996, 2006 e 2017, são demonstrativos de que a importância dessa atividade observada no PA Sítio é comum ao conjunto do município (Quadro 3). Trata-se na verdade do que os geógrafos clássicos denominam de “vocação” da atividade agropecuária, nesse caso condicionada, em grande parte, pelas condições naturais bem como pelas condições econômicas e de mercado.

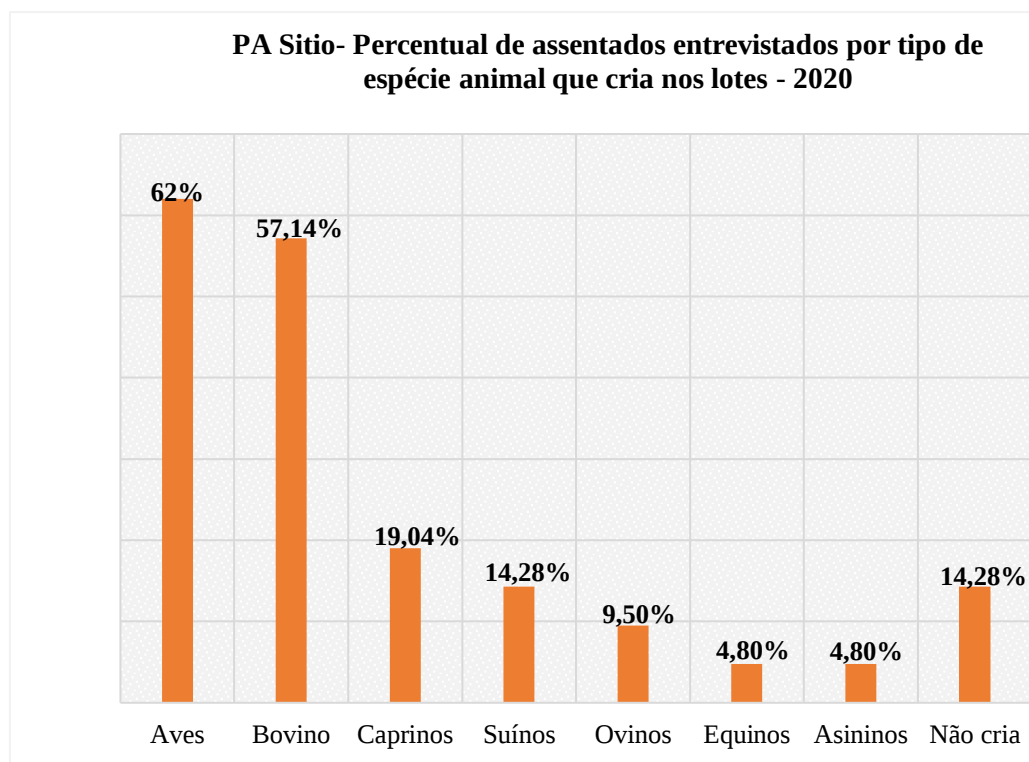
QUADRO 3 – Produção pecuária segundo a espécie por número de cabeças no Município de Dona Inês - 1996, 2006, 2017

Espécie	Aves	Bovinos	Ovinos	Caprinos	Suínos	Equinos
Ano	Cabeças	Cabeças	Cabeças	Cabeças	Cabeças	Cabeças
1996	10549	3489	103	127	146	117
2006	18055	6254	736	1062	588	381
2017	41690	4998	2080	995	738	445

Fonte: Elaborado com base nos Censos agropecuários 1995/96; 2006; 2017. (IBGE, SIDRA).

O levantamento da pecuária dentro do PA Sitio revelou que a criação de galináceas responde a quase toda a produção de aves nos lotes, sendo verificada em trezes unidades familiares; perus, gansos e guinés em apenas uma. A criação bovina encontra-se distribuída em doze lotes, caprinos em quatro, suínos em três, ovinos em dois, equinos e asininos em um; três unidades não registraram nenhuma atividade criatória, como se pode observar no Gráfico 12:

GRÁFICO 12 –



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020

A produção de aves, especialmente a de galinhas, além de servir de proteína animal para as famílias, ainda oferece a produção de ovos. As galináceas são bem presentes e revelam vantagens em seu manejo em comparação a outras espécies, como a de bovinos, caprinos, ovinos e outros. Elas são criadas soltas, aos arredores da casa (no quintal), a base de milho, insetos, invertebrados, gramíneas e resíduos orgânicos.

Destaca-se também a criação de bovinos em mais da metade dos lotes pesquisados. Este tipo de pecuária contribui para reprodução das famílias, seja pela produção de leite para o consumo próprio, seja pelo retorno financeiro, através da comercialização do leite ou do animal.

O rebanho bovino já foi maior no assentamento, mas sofreu duríssimas perdas de uns anos para cá devido a desistência dos assentados com este tipo de criação. Os entrevistados atribuíram as desistências aos sucessivos anos de secas prolongadas na região, que trazem

consigo, a diminuição das águas e de pastagens, causando a perda de animais. A isso soma-se a intoxicação alimentar dos animais por uma planta conhecida localmente de *tingui* (Malpighiaceae). Esta erva daninha se encontra espalhada na pastagem, os animais ao se alimentarem do pasto a ingere junto. A morte de bovinos por intoxicação, assim como de caprinos e ovinos são comuns no assentamento. Os efeitos tóxicos do *tingui* são comprovados em inúmeros trabalhos científicos, entre eles o de Vasconcelos *et al.* (2008) em três cidades do semiárido paraibano. Embora a sua pesquisa focalize mais na intoxicação alimentar em caprinos e ovinos, o autor também menciona o envenenamento em bovinos seguido de mortes.

A baixa presença de caprinos e ovinos no assentamento também é reflexo da desistência dos assentados após tentativas frustradas com a criação. Os entrevistados apontam a planta *tingui* e as condições físico climáticas como as principais causas de mortes dos animais. Acreditam que os caprinos e ovinos não se adaptam bem a esta parte do Curimataú, por ser uma área de clima de altitude, com características de brejo, diferente do restante da microrregião.

De todo modo, não se sabe ao certo se a especificidade geográfica desta área e os efeitos nocivos da planta *tingui* tenham contribuído para diminuição desses animais no assentamento. Isso porque o número de ovinos cresceu no município de Dona Inês segundo o último censo agropecuário, e os dados disponíveis no portal da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) apontam que o Nordeste concentra o maior rebanho de Caprinos (90%) e de Ovinos (60%). A nossa pesquisa não abrange estas questões, por isso não iremos nos debruçar sobre o assunto, o intuito foi identificar sobre como está representada a pecuária no PA Sitio.

A partir dos lotes pesquisados, verificou-se que os tipos de pecuária desenvolvidas no PA Sitio têm por finalidade o abastecimento interno (representa 36%) em primeiro lugar; seguido da venda em feiras locais (25%); comercialização com atravessadores (22%); venda para frigoríficos e matadouro público (17%).

Os bovinos são geralmente destinados à venda que é realizada com atravessadores e frigoríficos da cidade de Dona Inês; os caprinos e ovinos são consumidos internamente e comercializados nas feiras e com atravessadores; as criações de aves e suínos também são utilizadas para o próprio consumo, além de servir para venda nas feiras e a atravessadores. A venda dos animais acontece dentro do Assentamento, nas comunidades vizinhas e na cidade.

5.7 Tecnologias agrícolas, assistência técnica e organização do trabalho no PA Sitio

Neste item buscamos coletar dados sobre como os assentados adquirem sementes para plantar, se fazem uso de adubos químicos e orgânicos dentro dos lotes, assim também de

agrotóxicos e de máquinas agrícolas. Ainda investigamos se há acompanhamento técnico as famílias e quais as relações de trabalho presentes no assentamento.

5.7.1 A prática de estocar sementes

Quando perguntado quais as formas de aquisição de sementes no ano de 2020, 18 entrevistados (85,7%) responderam ter guardado sementes de um ano para o outro. Desses 18 entrevistados, 5 (27,7%) tiveram acesso às sementes distribuídas pelo Governo Federal, através da Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária (EMPAER) e 2 (4,8%) adquiriram em casas de produtos agrícolas na cidade de Dona Inês.

Em relação à doação de sementes pela EMPAER, a entrevistada Sra. A. P. explicou o seguinte:

A distribuição de sementes acontece todo ano. Distribui o milho, mas ele não é bom, não parece se adaptar bem as condição d'aquí. O milho é daquele anão. Também tem feijão macaça e sorgo. A distribuição é pro município todo de Dona Inês. As sementes vêm pra EMATER (ou EMPAER), de lá vão pra prefeitura de Dona Inês, de onde é feita a distribuição pra os agricultor.

Segundo os entrevistados, existe um certo favorecimento político a aqueles agricultores partidários da gestão política que estiver à frente do município de Dona Inês no então momento.

Ao serem questionados sobre a prática de guardar sementes, os assentados responderam que “é bom guardar pra não precisar comprar”, “não espera pelo governo ou compra semente de má qualidade”. Por outro lado, o assentamento não dispõe de um espaço coletivo específico para estocar grandes volumes de sementes. Daí os entrevistados consideram primordial terem as suas próprias sementes (milho, fava, feijão), pois, quando o período das chuvas retornar à região, eles estão preparados para plantar os roçados. Não ter as sementes neste momento pode prejudicar o planejamento agrícola, o qual está baseado nos conhecimentos tradicionais.

É importante lembrar o avanço de Paulino e Almeida (2010) na teoria de Chayanov para interpretar o campesinato que tem se constituído enquanto classe social nas áreas da reforma agrária. Em linhas gerais, os camponeses assentados através da luta pela terra apresentam um vínculo histórico com a terra, e menos com as políticas agrícolas do Estado. É nesta direção que muitos camponeses têm seguido para se manterem na terra. Ao estar a sua reprodução social dependente de uma política do Estado capitalista, os camponeses podem ficar sujeitos às crises que possam ter lugar no setor agrícola do país, bem como podem comprometer a sua recriação quando a política a qual eles participam é desativada (exemplo da política de incentivo à produção do leite no semiárido).

A prática de guardar sementes está entranhada na história do campesinato. Mesmo quando as famílias moradoras se tornaram assentadas, elas não deixaram de realizar tal costume passado a gerações (Fotografias 32 e 33). Oliveira (2017) assevera que a estocagem de sementes é uma estratégia importante para a autonomia do campesinato. Os assentados não precisam esperar por ações governamentais, neste caso, coordenadas pela EMATER, e não ficam subordinados aos preços de sementes regulados por empresas que controlam este nicho.

Fotografia 32 – Entrevistado Sr. C. C., estocagem de sementes de feijão macaçar em garrafa Pet.



Fonte: Acervo do autor, 2021.

Fotografia 33 – Estocagem de sementes de milho em silo



Ao serem indagados se tinham conhecimento sobre o Banco de Sementes da ASA (Articulação do Semiárido) ou as Sementes da Paixão, 2 assentados disseram saber da existência do Banco de Sementes da ASA, e apenas 1 ouviu falar sobre o banco de Sementes da Paixão em Solânea, cuja cidade faz parte da microrregião do Curimataú Oriental. Os conhecimentos dos assentados sobre estas organizações pareceram totalmente superficiais.

Os principais lugares de aquisição de sementes pelos assentados são os estabelecimentos comerciais de produtos da agropecuária na cidade de Dona Inês, na cidade vizinha Belém, e em Guarabira, todas localizadas no Agreste Paraibano.

Em relação ao acesso aos programas de financiamento, apenas seis chefes de família pegaram dinheiro emprestado, sendo quatro no Banco Nordeste, nas modalidades PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e Crediamigo³⁵, um no

³⁵ O Credamigo é uma linha de crédito do Banco do Nordeste oferecida a pequenos empreendimentos.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), o outro não se recorda qual o banco. Os empréstimos feitos no banco do Nordeste foram para aquisição de bovinos. O financiamento no BNDES foi para agricultura, plantar capim, construção de cerca e de barreiro. Com base nas respostas, dois assentados não encontraram problemas para pagar os empréstimos, e quatro tiveram dificuldades em honrar com o compromisso. Segundo eles, as dificuldades em obter renda suficiente trouxeram implicações na hora de saldar as dívidas.

Atualmente, três assentados possuem linha de crédito nos bancos Nordeste, BNDES, Itaú, Caixa e Santander; seis assentados não quiseram responder; e os demais não participam de nenhuma linha de crédito por receio de pegar o empréstimo e não conseguir saldá-lo.

5.7.2 O uso de adubos químicos e orgânicos

O uso de adubo orgânico (sobretudo de esterco bovino) foi identificado em treze lotes, desses, onze chefes de família aplicaram adubo exclusivamente na lavoura temporária, e teve três pessoas desse mesmo grupo que também aplicaram na lavoura permanente; um assentado fez uso de adubo apenas na lavoura permanente; e um na pastagem de capim. Quanto ao uso de adubo químico, apenas um lote utilizou nas hortaliças; seis não fazem uso de nenhum tipo de adubação e três não se lembram.

No que se refere à aplicação de agrotóxicos, onze entrevistados afirmaram fazer uso nas lavouras de milho, feijão e fava, para combater as pragas como insetos, lagartas, fungos, e nas pastagens de capim em vista de eliminar as plantas daninhas. Por outro lado, não se registrou nenhum assentado fazendo uso de produtos orgânicos para o combate as pragas e aos insetos. Os principais agrotóxicos utilizados até então nos lotes são os herbicidas (nove lotes), barragem (cinco lotes), formicidas (um) e outros (três lotes).

Chama atenção a quantidade de chefes de família que utilizaram herbicidas no seu lote, sem orientação de um agrônomo especializado ou de acompanhamento de um técnico agrícola. A orientação para o uso desses produtos químicos se dá por meio de indicação/ajuda de amigos ou dos próprios vendedores de lojas de produtos agrícolas, que explicam as instruções básicas sobre como aplicá-los. Os assentados adquirem os agroquímicos em lojas agrícolas de Dona Inês, Belém, Guarabira, Nova Cruz e na cooperativa de Bananeiras.

Essa prática de utilização de agroquímicos na atividade agropecuária do PA Sitio é demonstrativa da influência do processo de modernização da agricultura nos pequenos estabelecimentos, inclusive em áreas de reforma agrária. No município vizinho de Solânea e no seu entorno, a AS-PTA (Agricultura Familiar e Agroecologia), em articulação com o Polo da

Borborema (conjunto de 15 STRs de municípios do Agreste e do Cariri) desenvolvem um trabalho de formação e conscientização para a utilização de práticas agrícolas limpas. Todavia, os assentados entrevistados na sua grande maioria não têm conhecimento dessa realidade permanecendo praticando uma agropecuária convencional.

As famílias entrevistadas relataram que nos primeiros anos de criação do assentamento receberam assistência de um técnico vinculado à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER hoje denominada de EMPAER) em Dona Inês. Ele atuou junto com os assentados na elaboração de projetos financiados pelo Banco do Nordeste. Depois deste período, o técnico não retornou mais ao assentamento. A falta de assistência técnica fica evidente no levantamento feito com as famílias, como pode-se observar no Gráfico 13.

De acordo com 90,5% dos assentados, o assentamento não dispõe de assistência técnica de órgãos federal, estadual e municipal (Gráfico 13). Os 9,5% dos entrevistados que disseram ter assistência esclareceram ser de iniciativa particular. Aqueles que não tem recursos para arcar com os custos de um técnico recorrem aos saberes comuns e à *internet*, que vem se mostrando uma alternativa às famílias nas práticas agrícolas. Quando acontece de um animal ou outro ficar doente, por vezes é contratado um veterinário para diagnosticar qual a doença, ou seguem orientações de vendedores de farmácia veterinária. Essa situação mostra o descaso com as famílias assentadas do PA Sitio e de tantos outros assentamentos.

Gráfico 13 –

PA Sitio - Percentual dos assentados entrevistados que recebem e que não recebem assistência técnica para a agropecuária



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

A terra é um dos pilares para reprodução do campesinato, e a assistência técnica, o acesso ao crédito e os canais de escoamento da produção são pilares para manutenção e recriação dos camponeses na terra, no caso em estudo, nos assentamentos rurais. Os assentados reconhecem a importância da assistência técnica. Segundo relatos dos mesmos, “se nós tiver assistência, poderia plantar melhor e criar”, o que facilitaria no manejo das culturas agrícolas e na pecuária, e, talvez, contribuiria para permanência dos jovens no assentamento.

5.7.3 Uso de máquinas agrícolas e ferramentas de trabalho no PA Sítio

No levantamento de campo, constataram-se quinze lotes de terra possuindo cercas de arame farpado; em treze encontrou-se curral e silo, em sete há galinheiros, em cinco existe coqueira e em quatro unidades encontrou-se pocilgas.

Foi perguntado aos assentados se a prefeitura de Dona Inês tem assistido o assentamento. Eles mencionaram o corte da terra, a lima de barreira e a manutenção das estradas do assentamento. Esses tipos de serviços alcançam todo o município, podendo ser confirmados no portal da prefeitura de Dona Inês (www.pmdonaines.pb.gov.br), pelo qual a Secretária de Agricultura Municipal lançou uma nota afirmando ter distribuído 1.000 Kg de milho e 500 kg de sorgo para os agricultores do próprio município, beneficiando 211 famílias no ano de 2020. No universo pesquisado não identificamos nenhum assentado beneficiado com as sementes citadas acima, apenas com os serviços de trator.

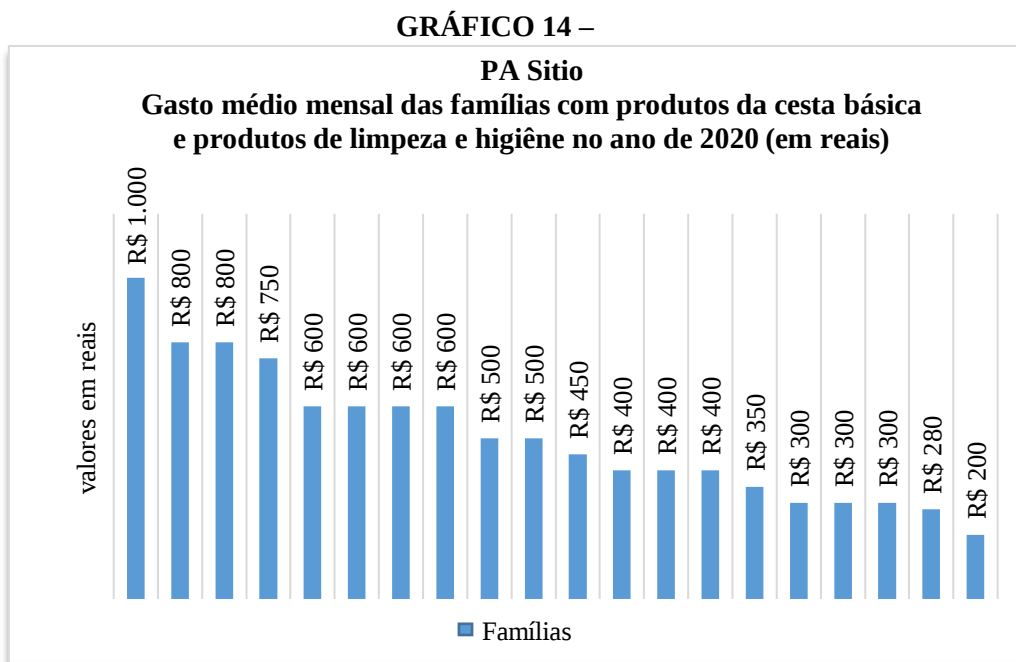
No assentamento foram constatados 10 (45%) chefes de famílias que se beneficiaram com o corte de terra (aragem da terra) oferecido pela prefeitura de Dona Inês nos anos de 2019 e 2020 (horas de trabalho de trator com grade). Ainda desse grupo (10 pessoas), duas também contrataram serviços de trator particular. Atualmente a hora de trator custa em média R\$110,00 e R\$120,00 um gasto a mais para o agricultor investir na sua produção agrícola. Aqueles interessados na gratuidade do serviço esperam pelo cadastro de corte de terra ou limpa de barreiro oferecido pela prefeitura.

Para a separação dos grãos da palha – de milho, fava, feijão e fava – os assentados alugam debulhadora mecânica de terceiros. Eles pagam ao dono da máquina uma porcentagem de 10% do total da sua produção colhida em grãos. Por exemplo: se o assentado obtém dez sacas (em grãos) de milho, nove sacas é dele e uma saca é para o dono da debulhadora, dada como “conga”, que compreende a porcentagem pelo aluguel da máquina. No ano de 2019, seis assentados contrataram debulhadora mecânica; dois afirmaram ter separado manualmente. Não obtivemos respostas do restante dos assentados.

As ferramentas de trabalho usadas na produção agrícola, como enxada, enxadeco, foice e chibanca, são todas próprias. Já os demais instrumentos, a exemplo de plantadeira (matraca), foram encontrados em nove lotes; capinadeira, em três lotes; e em outros três lotes encontramos o banco de riscar terra. Os assentados que não possuem essas ferramentas de trabalho costumam alugar de terceiros ou contratam trabalhadores que possuem as próprias ferramentas, como, por exemplo, essas que acabamos de destacar.

5.8 Consumo e renda

Neste item interessou-nos conhecer as fontes de renda das famílias e quanto elas gastaram com a cesta básica e produtos de limpeza e higiene no mês anterior à aplicação dos questionários (março de 2020). No universo de 21 unidades familiares visitadas, que representam 17,8% do assentamento, mais de 95% (20 respostas) tem um consumo médio mensal de R\$ 506,50 centavos. Em uma das unidades não tivemos resposta do participante. Os gastos podem variar de acordo com o número de pessoas na casa, entre R\$ 200,00 e R\$ 1.000,00 reais (Gráfico 14).



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

As famílias têm na agricultura e na pecuária a sua principal fonte de renda. No entanto, os pesquisados não souberam informar os valores de sua produção agrícola nem da pecuária

obtidos no ano de 2019, situação que nos inviabilizou de equacionarmos a renda *per capita* do assentamento.

O trabalho acessório também consiste em outra fonte de renda importante para a manutenção da família na terra. Como já foi enunciado, parte significativa dos filhos dos assentados se empregam temporariamente ou permanentemente em trabalhos não agrícolas e agrícolas.

Os programas sociais de transferência direta de renda têm sido fundamentais para complementação da renda das famílias. Identificamos em nove lotes pessoas beneficiadas com o Programa Bolsa Família; já a aposentadoria rural foi registrada em sete lotes; e a aposentadoria por invalidez em apenas um.

A maioria das famílias participam do CADÚNICO e do Programa Bolsa Família. Este primeiro programa corresponde a um banco de dados que informa a condição socioeconômica de famílias de baixa renda cadastradas no mesmo. Já o programa Bolsa Família, criado em 2003 pelo governo federal, tem por objetivo a transferência direta de renda mínima as famílias em estado de pobreza (renda por pessoa entre R\$ 89,00 e 178,00 reais) ou de extrema pobreza (renda por pessoa que chega a R\$ 89,00 reais). Também se enquadra no programa mulheres gestantes; mães lactantes; crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos de idade³⁶.

Quando perguntado quanto gastavam com energia por mês, 15 famílias responderam que gastavam entre R\$15,00 e R\$ 55,00 reais; 4 gastam bem mais, entre R\$ 100,00 e R\$ 170,00; e duas não responderam.

É importante destacar que somando os gastos apenas com energia e com produtos de limpeza e higiene são poucas as famílias com despesas inferiores a R\$500,00 por mês. A esse montante soma-se os gastos com alimentos, transporte etc. Se contarmos tudo que vem do roçado e as aves do quintal da casa mais os valores provenientes da transferência de recursos governamentais temos uma renda senão alta, mas suficiente para garantir a sobrevivência digna das famílias.

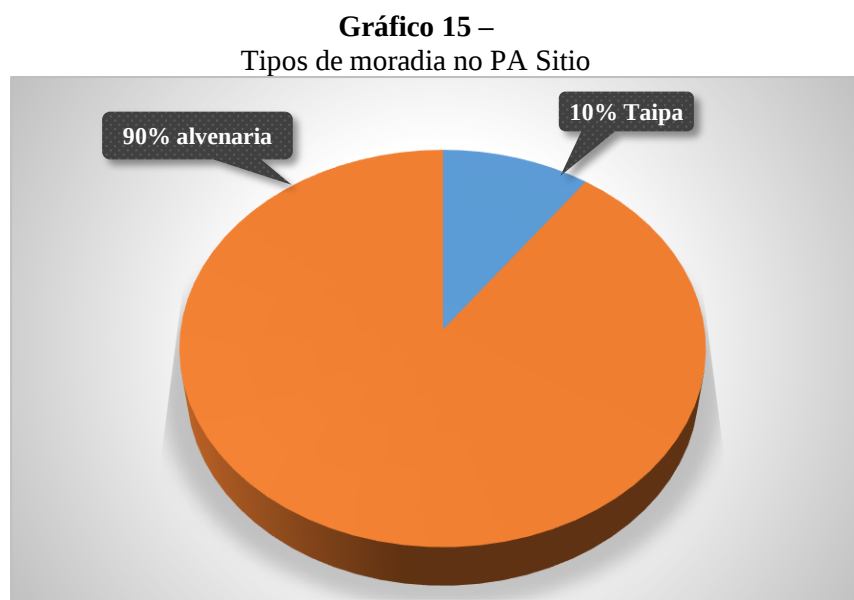
³⁶ É necessário que as regras estabelecidas pelo Programa Bolsa Família devam ser cumpridas, por exemplo: mulheres gestantes devem participar de pré-natal; assim também as mães devem levar os filhos(as) com menos de 7 anos para cumprirem atividades educativas e de saúde, como o calendário vacinal, acompanhamento de peso e altura. No tocante à educação, é necessário 85% de frequência escolar de crianças e adolescentes (de 6 a 17 anos) matriculados na escola. Todavia, não sendo atendidos tais critérios o beneficiado corre o risco de perder o benefício (https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento?_authenticator=00c2d090b629f34a183576dc21089a87958c6f43).

5.8.1 Condições de vida

Para caracterização das condições de vida das famílias foram levantados dados sobre as condições de moradia, acesso a água e transporte próprio. O empenho em saber se os assentados são proprietário de carro ou moto é pelo fato destes transportes terem um preço de mercado relativamente alto para os padrões da população de baixa renda. Tais informações também podem indicar como as famílias circulam internamente e como têm conseguido acessar outros serviços fora dos limites do PA Sitio, o maior em extensão territorial do Curimataú Oriental.

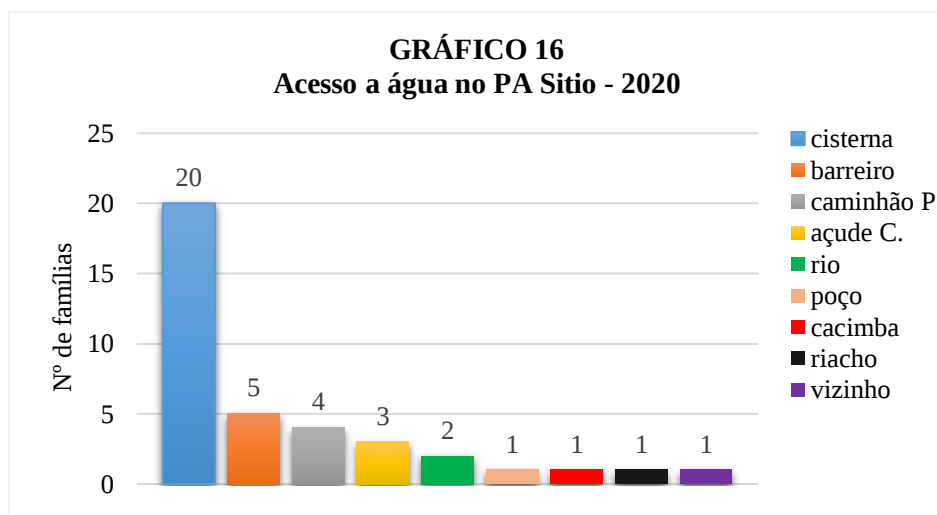
5.8.2 Condições de moradia

Tomando como base a amostra das famílias do Assentamento Sitio, constatou-se que mais de 90% das famílias assentadas e das que vivem como agregadas moram em casas de alvenaria (Gráfico 15).



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

No que se refere ao acesso a água, as famílias se abastecem através de cisternas domésticas, barreiros dentro do lote, do caminhão pipa viabilizado pelo Programa Operação Pipa; do açude comunitário; de poços artesianos; do rio Curimataú, de riachos, cacimbas e tanques naturais de pedra, e no vizinho, como mostra o Gráfico abaixo.



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

Quando procuramos saber se os assentados têm água encanada em casa, 10 famílias afirmaram que tem água encanada da própria cisterna; e 11 disseram que não tem de nenhum jeito. Em relação à água de consumo próprio, 20 famílias responderam que bebem água das chuvas captadas na biqueira da casa e armazenada na cisterna; dessas, 3 delas também bebem da água do caminhão pipa; e apenas uma família pega água com o vizinho. Já o acesso a água para o uso doméstico (banho, lavar casa, roupa, louça, para os animais domésticos), as famílias pesquisadas declararam que a utilizam de várias fontes como pode ser visto no Quadro 4).

QUADRO 4 – PA Sitio - Fontes de acesso à água para utilização no banho, para lavar casa, roupa, louça e para os animais domésticos

Nº de famílias	Fontes de acesso à água no PA Sitio
9	Cisterna
4	Cisterna e Barreiro
1	Cisterna e Rio
1	Cisterna e Poço
1	Cisterna, Rio e Poço
1	Cisterna e Caminhão Pipa
1	Cisterna e Açude Comunitário
1	Cisterna, Caminhão Pipa e Açude Comunitário
1	Cisterna, Açude Comunitário e Cacimba
1	Cisterna, Caminhão Pipa, Barreiro e Tanques de Pedra
1	Vizinho

Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

A cisterna têm sido a principal fonte de acesso à água no assentamento em estudo. As famílias possuem uma ou duas cisternas ao lado da casa, uma adquirida com recursos financiados pelo INCRA na década de 1990, feitas de tijolos e concreto ou de placas e mais recentemente, outras instaladas pelo Projeto 1 Milhão de Cisternas (P1MC) e pelo

Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), constituída de polietileno, adquirido pelo Projeto Uma Terra Duas Águas (Projeto P1+2), como é observado nas imagens abaixo:

Fotografia 34 – Cisterna de placa



Fonte: Acervo do autor, 2020.

Fotografia 35 – Cisterna de polietileno



A entidade ASA (Articulação do Semiárido) ressalta que as cisternas de placas têm capacidade para armazenar 16 mil litros de água e abastecer 5 pessoas, por um período de oito a nove meses (BRASIL, 2012).

Silva *et al.* (2012) reforçam a importância das tecnologias sociais hídricas que têm assistido as populações na convivência com a vida no semiárido, quais sejam: as “cisternas de bica (ou cisterna de placa), cisternas calçadão, cisternas adaptadas à roça, barreiros, barragens subterrâneas, açudes, tanques de pedra, cacimbão, poços e mandala” (SILVA *et al.*, 2012, p. 11). Esses reservatórios têm se revelado importantíssimos para as populações que vivem em áreas rurais vulneráveis a longos períodos de estiagem. E no PA Sitio não tem sido diferente.

O Grupo de Estudos e Pesquisa em Água e Território (GEPAT), sob coordenação do Laboratório de Estudos e Gestão em Água e Território (LEGAT), elaborou um Atlas das Tecnologias Sociais Hídricas na Paraíba. Nesse mapa foram mapeadas 50.812 cisternas de placa e calçadão na região semiárida da Paraíba. E na microrregião do Curimataú Oriental identificou-se a presença de 1.208 cisternas de placas espalhadas (FARIAS, 2015).

Na visão de Gomes *et al.* (2015), as cisternas de placas devem ser encaradas como uma tecnologia hídrica viável, sem perdas importantes, como ocorre nos açudes a céu aberto, que não tem a mesma eficiência, haja a redução do volume de água pelo processo de evaporação.

Constatou-se no trabalho de campo a existência no PA Sitio de quatro açudes comunitários e três cacimbas (chamadas de “veio có”, “bica” e “vença”), além de nascentes (olhos d’águas) importantes ao abastecimento das famílias no período de estiagem.

O trabalho de conclusão do curso de Geografia de Santos (2017), que também teve o PA Sitio como objeto de investigação, trouxe um alerta para o “abandono” das nascentes depois da construção dos açudes comunitários e das cisternas. Em nossa visita às áreas de nascente em

2020, observamos que os olhos d'águas estão sendo preservados (Fotografias 36 e 37), o que pode indicar uma mudança de postura dos assentados em relação a estas fontes hídricas.

Fotografia 36 – Cacimba “vença”



Fotografia 37 – Cacimba “veio có”



Fonte: Acervo do autor, 2020.

No assentamento há dois poços artesanais de uso coletivo, um em atividade (instalado pelo DNOCS), e o outro sem funcionamento (abandonado). Além de cinco poços particulares e três barragens subterrâneas individuais adquiridas através do INCRA. Ainda encontramos dois lotes que possuem bomba de água usadas para irrigação de hortaliça e outro lote que aluga esta tecnologia. Porém a irrigação nessas unidades acontece de modo manual. Dois lotes utilizam irrigação por aspersão mecânica através de bombas de água.

As famílias também são beneficiadas como o Programa Operação Pipa³⁷, coordenado pelo exército nacional aqui na Paraíba. O Programa operação carro pipa surge como política pública hídrica em final dos anos 2000 para o abastecimento da população nos períodos que as chuvas se tornam escassas ou não tem chuva em longo período do ano. Com base em Farias (2018), esse Programa beneficia de 2.500 a 3.750 pessoas no Município de Dona Inês.

Nesses últimos anos, esta parte do Curimataú também sofreu com secas prolongadas. É tanto que 12 assentados perceberam que de 2011 a 2019 viu-se uma diminuição das chuvas sobre a região. Na percepção dos entrevistados os anos de 2012, 2015, 2016 e 2017 foram os mais secos desta década. Além dos prejuízos na agricultura, a pecuária também foi atingida, tendo uma diminuição no rebanho (bovino, caprino e ovino) dentro do PA Sitio. Devido as baixas nos reservatórios de água e a redução da oferta de pasto, muitos assentados tiveram de vender os seus animais e outros sofreram com as perdas por morte.

³⁷ O Programa Federal Operação Pipa faz parte de uma política de distribuição de água potável para as populações de regiões vulneráveis à seca e que decretam estado de emergência. A distribuição de água pelos caminhões pipas acontece desde os anos de 1990. A partir de 2012 o programa torna-se política pública, através da Portaria Interministerial nº 1/MI/MD de 25 de julho de 2012 (FARIAS *et al.*, 2015), ficando sob responsabilidade do Exército Brasileiro a sua coordenação e fiscalização.

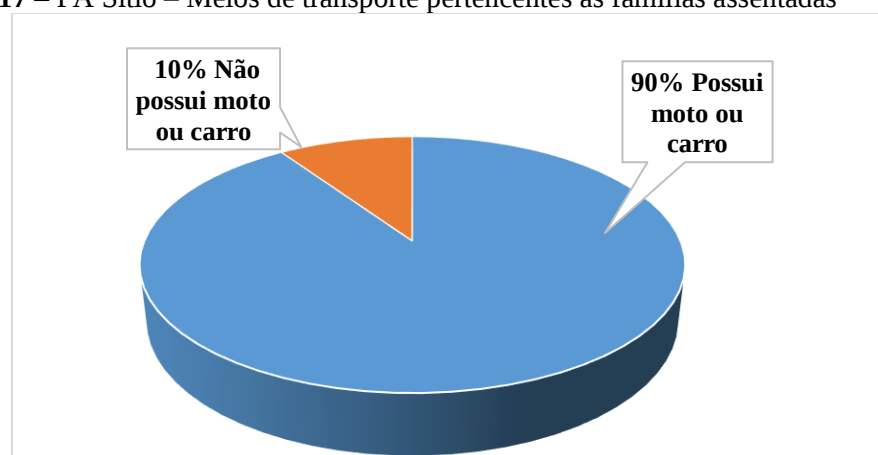
A percepção dos assentados é endossada pelas afirmativas do Instituto Nacional de Meteorologia ao informar que o período de 2012 a 2017 é considerado como um dos maiores períodos de estiagem vistos no semiárido brasileiro (FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL, 2018). A pesquisa de Silva (2014) no município de Dona Inês recorda o ano de 2012 com um dos de menor índice de precipitação, pois foi registrado apenas 411,80 mm de chuvas, bem distante da média anual que é de 836,03 mm.

O ano de 2019 foi apontado na linguagem dos assentados como um “ano chuvoso”, “bom para agricultura”. Todos os assentados consideraram um ano bom de chuvas, pois elas foram suficientes para o desenvolvimento das culturas agrícolas plantadas.

5.8.3 Meios de transporte

Constatou-se que mais 90% das famílias do PA Sitio são proprietárias de moto ou carro (Gráfico 16). Ao especificar o tipo do veículo, cinco famílias disseram que possuem moto; uma é proprietária de um carro; uma afirmou que tem moto e carro; 12 responderam possuir um veículo, mas não especificaram qual o tipo; e duas famílias não possuem transporte motorizado.

Gráfico 17 – PA Sitio – Meios de transporte pertencentes as famílias assentadas



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

Esses dados indicam uma melhora substancial nas condições de vida e nas condições econômicas das famílias assentadas. Como já foi relatado, as famílias do PA Sitio antes de serem assentadas, quando eram moradoras de condição, vivam em condições deploráveis. As casas eram de taipas (Fotografia 38), não tinham meio de transportes, poucos moradores podiam criar um animal, além de viverem sob as relações de sujeição impostas pelo proprietário da fazenda. Mesmo ainda longe do ideal, as melhorias e as mudanças observadas nas suas condições de vida são significativas.

Fotografia 38 – Casa de taipa substituída por uma casa de alvenaria



Fonte: Trabalho de campo, 2020. Elaborado pelo autor, 2020.

Nesta imagem podemos observar como eram as casas das famílias do PA Sitio antes da conquista da terra. Também percebemos como o espaço é transformado pelos grupos da sociedade, como bem enfatiza Santos sobre a rugosidade dos espaços. A rugosidade do espaço está na estrutura da casa de taipa ao lado da nova habitação, sendo um objeto geográfico de um outro tempo histórico, que ainda permanece presente na realidade. A casa de taipa demonstra bem as condições precárias das famílias que viviam na Fazenda Sitio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por respostas conduz o pesquisador a percorrer as nuances da pesquisa realizada. Trata-se de um esforço reflexivo em busca de retornos satisfatórios para suas interrogações. Neste processo, o exercício do pensar clareia aquilo que não se vê nem se consegue interpretar em um primeiro momento.

As formas de resistência e de reprodução camponesa observadas no PA Sítio demonstram que a previsão do desaparecimento do campesinato com o avanço do capitalismo no campo, mediante o uso generalizado de relações especificamente capitalistas de produção, não se concretizou como pensavam os marxistas Lênin e Kautsky. Caso tivesse acontecido, não encontraríamos no assentamento traços do campesinato, como o trabalho familiar, a produção voltada ao autoconsumo, as relações de vizinhança regidas pela comunidade, o trabalho solidário em mutirão etc. Na verdade, a realidade encontrada no PA Sítio ratifica a tese da resistência e recriação camponesa desenvolvida de forma contraditória ao modo de produção capitalista e se aproxima da percepção de Chayanov quanto ao funcionamento interno da unidade de produção familiar camponesa. Como foi visto, para este autor, o balanço entre trabalho e consumo na unidade produtiva camponesa, acha-se diretamente relacionado ao esforço exigido para a realização de um trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família, como identificamos no PA estudado.

Essa recriação do camponês, segundo Martins (1995), se dá porque nem sempre o movimento do capital opera no sentido da separação entre a propriedade e a exploração dessa propriedade, podendo limitar-se à apropriação da renda da terra.

Devemos lembrar que os debates propostos por Lênin e Kautsky partem de uma análise do campesinato do século XIX, em países que passavam pela tecnificação agrícola ao mesmo tempo em que sucedia a transição dos camponeses servos para trabalhadores livres.

A corrente marxista ortodoxa, a qual pertencem os autores mencionados, está amparada na teoria da expropriação dos produtores diretos pelo capital. Por isso, eles acreditavam que a expansão do capitalismo levaria à proletarianização no campo, sendo os camponeses proletarianizados neste processo.

A corrente marxista ortodoxa influenciou fortemente o pensamento dos estudiosos brasileiros em relação ao desenvolvimento do capitalismo no campo e os efeitos deste para o campesinato brasileiro. Tal debate chegou ao Brasil a partir dos intelectuais integrantes do Partido Comunista Brasileiro, que concordavam com a tese unilinear dos modos de produção.

Este momento, talvez, seja o marco histórico das análises agrárias brasileiras que reconhecem a existência de um campesinato nacional, principalmente no Nordeste, igualmente realçam as suas características e formas de reprodução dentro da sociedade capitalista. Estudiosos importantes da época, como Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Jr., Ignácio Rangel, Orlando Valverde e outros corroboram para as interpretações clássicas do fim do campesinato pelo avanço da modernização dos latifúndios ou pela proletarização no campo.

Destacamos também que Kautsky oferece alternativas às discussões que versam sobre a resistência da agricultura camponesa, através da organização de associação, criação de cooperativa com a mediação do Estado, por meio do trabalho acessório, da integração complementar da agricultura camponesa à grande exploração, numa relação em que os camponeses ofereçam mão de obra e matéria prima, e a grande exploração, por sua vez, absorva os produtos produzidos por este primeiro grupo e conceda oportunidades de empregos aos mesmos. Lênin deu suas contribuições quando reconheceu as formas de resistência do campesinato através da organização social e espacial no meio rural, onde os camponeses se desenvolvem de acordo com os seus princípios e normas internas da comuna rural.

As compreensões a respeito da resistência do campesinato encontradas nas interpretações de Kautsky e Lênin, segundo Correia (2011), foram negligenciadas pelos marxistas brasileiros porque seguem rigorosamente a visão ortodoxa. Esta corrente assinala que, no capitalismo, só existe duas classes no campo: a burguesia e o proletariado. Sendo assim, Alberto Passos Guimarães e Caio Prado Jr. acreditaram na supressão do campesinato brasileiro ao passo que a modernização da agricultura avançasse e substituísse as relações não tipicamente capitalistas.

Com o tempo, isso não se confirmou, tendo em vista que os camponeses não estavam se proletarizando, mas se recriando, através das relações não capitalistas e da luta pela terra.

Como sabemos, as previsões do desaparecimento do campesinato não aconteceram, ao menos de forma completa. Também devemos reconhecer a importância dos debates travados sobre o tema. Tais discussões são importantes para a compreensão da evolução do campesinato brasileiro, uma vez que revelam as suas formas de recriação na terra, vivendo como moradores de condição nas fazendas, através da parceria, arrendamento, na figura do vaqueiro, ou vivendo como camponeses livres, na posse de pequenos Sítios ou em terras devolutas.

De algum modo, as interpretações teóricas desses autores acabaram demonstrando as diversas formas de adaptação dos camponeses as transformações espaciais e econômicas provocadas pela inserção do capitalismo no campo. Tese esta defendida pela corrente marxista heterodoxa, que refuta a tese do fim do campesinato.

Oliveira (1999; 2007) ressalta que o desenvolvimento contraditório, combinado e desigual do capitalismo permite que o campesinato se recrie em certas condições. No Curimataú Oriental paraibano, o campesinato desenvolveu-se a partir de diferentes relações de subordinação às relações capitalistas, como aconteceu com as famílias de moradores de condição da Fazenda Sitio antes de serem assentadas. Para poder viver como camponeses, elas subordinavam-se às relações pré-(não)-capitalistas imposta pelo dono da propriedade, contribuindo assim para a expansão do capitalismo ao passo que beneficiavam a terra através da expansão da fronteira agrícola e das áreas de pastagem.

A modernização da agricultura no Curimataú marcou a incorporação do capital nas grandes propriedades e revelou os traços de violência da sua expansão no campo, pois expropriou e expulsou parcela do campesinato que a tempos se recriava ali, sob as relações de parceria, arrendamento e moradia de condição. Contraditoriamente, este processo desencadeou um movimento de luta dos camponeses pela terra.

De fato, a classe camponesa busca se recriar dentro das contradições do sistema capitalista, seja pelas relações de sujeição, seja pela luta de resistência e de ocupação da terra, sendo a luta a principal via capaz de possibilitar o acesso à terra própria.

Afirmamos que a luta pela terra em “si” sinaliza um ato da resistência camponesa, uma vez que gera ações sólidas contra o controle da propriedade privada da terra.

A luta pela terra da Fazenda Sitio assumida pelos moradores de condição adquire característica de resistência na medida em que ela contesta a ordem política e territorial do latifundiário Joaquim Cabral. Os trabalhadores, juntamente com o Pe. Luigi e demais membros da CPT- Guarabira, consubstanciaram uma luta política dentro da terra e resistiram aos ataques do proprietário que os queriam fora dela. A resistência manifestou-se no fato de não saírem da terra em um momento em que os fazendeiros fechavam as porteiras; por não partirem para a cidade e por dizer não à sua proletarização.

O território conquistado, o Assentamento Sitio, marcou o início para que novas bandeiras de lutas fossem levantadas visando a permanência na terra.

Vale lembrar que os camponeses continuam se recriando no século XXI, contrariando as teses que assinalaram o seu fim. O PA Sitio é um dos espaços de recriação camponesa, a partir de diferentes formas de resistência e reprodução, dentre as quais destacamos:

- a) A organização da produção agrícola de forma diversificada e de acordo com a adequação das condições edafoclimáticas do município de Dona Inês. Ao desenvolver a policultura os assentados buscam assegurar a sua soberania alimentar;

- b) Os assentados têm autonomia do processo de trabalho e da produção, produzindo culturas alimentares, como feijão macaçar e mulatinho, fava, milho, batata doce, inhame e macaxeira. O desenvolvimento da policultura assume o caráter de resistência, haja visto a recusa a especialização da produção agrícola e ao cultivo de monocultura;
- c) A estocagem de sementes em casa. Depois do assentamento criado os assentados continuaram selecionando e estocando as suas sementes de plantio. Tal prática contribui para a autonomia produtiva dos assentados diante do controle comercial de sementes pelas grandes empresas capitalistas. Portanto, não precisam se submeter à utilização de sementes transgênicas que pouco se adaptam as condições naturais do PA Sitio;
- d) A comercialização do excedente da produção camponesa no PA Sitio acontece subordinada às relações comerciais estabelecidas pelo atravessador. Salientamos que esta relação se dá de forma incompleta acerca da venda dos produtos agrícolas;
- e) A criação de animais pequenos, médios e de grande porte, como bovinos, caprinos, suínos e aves para o consumo familiar e para a venda. A criação sobretudo dos animais de médio e grande porte constitui uma reserva de valor, isto é, uma espécie de poupança para ser utilizada nos momentos de maior precisão de dinheiro;
- f) O trabalho familiar é a principal relação de trabalho desenvolvida no PA Sitio, além do trabalho em mutirão e troca de serviço, o que valida a reprodução camponesa neste espaço;
- g) A combinação de outras formas de trabalho, como o trabalho acessório, a exemplo de pequenos comércios, trabalhos agrícolas, trabalho como professor, agente comunitário de saúde, feirante, pedreiro e outras formas de trabalhos são fundamentais para a complementação da renda das famílias. O trabalho acessório configura-se uma estratégia de resistência dos camponeses para continuar no seu lote e não deixar de se recriar na condição de camponeses;
- h) O pagamento pelo uso da casa de farinha através da conga, que corresponde a 15% da produção de farinha. Assim também pelo uso da debulhadora mecânica de milho e feijão, pois os camponeses pagam com a própria produção agrícola, que é de 10%;
- i) A comunidade, religiosidade dos assentados e os festejos tradicionais;
- j) A preservação dos recursos naturais, como a Mata do Seró e as fontes naturais de água.
- k) A atuação da CPT para recriação do campesinato no assentamento pesquisado;
- l) Associação do PA Sitio e a Casa de Farinha enquanto espaços coletivos de resistência;
- m) A participação nos Programas: Bolsa Família, Operação Pipa e P1MC;

A resistência camponesa no Assentamento Sítio perpassa a relação de uso da terra, estabelecida no cotidiano. São práticas comunitárias, simples, construídas ali no território assentado, no dia a dia. Isso afasta-se do controle das relações capitalistas. Assevera Fabrini (2007), é uma luta diária contra o modelo de desenvolvimento rural introduzido no Brasil, que prioriza o crescimento da agricultura empresarial e a privatização dos recursos naturais.

As famílias assentadas apresentam características de resistência ao manter algumas práticas de exploração da terra. Chayanoy (1982) já tinha chamado atenção para a capacidade do campesinato de existir como um seguimento social no modo de produção capitalista.

Observamos o papel dado à policultura alimentar no Assentamento Sítio, servindo ao consumo interno, mas também a população local da cidade de Dona Inês. Mesmo depois de assentadas, as famílias continuaram cultivando mandioca, milho e vários tipos de feijão e fava. E ampliaram a produção ao cultivar macaxeira, batata doce, jerimum e hortaliça, como couve, coentro, tomate, cebola, além de árvores frutíferas, a exemplo das mangueiras, bananeiras, jaqueiras, cajueiros, pinheiras, acerola, maracujá e outras menos conhecidas.

A reprodução deste campesinato tem seguido normas internas, muitas delas politizadas no processo da luta pela terra, como o trabalho em mutirão. Tais formas de trabalho robustecem os laços de solidariedade entre os assentados e aumentam a capacidade produtiva da família assentada que não dispõe de membros suficientes ou não tem condições para contratar trabalhadores assalariados temporários no período de intensificação da produção.

As práticas de solidariedade entre as famílias são gestadas dentro da comunidade que, naturalmente, impõe certas regras de sociabilidade aos assentados. Isso está posto nas relações de trabalho, de vizinhança, na troca de sementes, nas conversas diárias, na religiosidade camponesa e festejos tradicionais. O sentido de comunidade alicia a organização social no assentamento, o que envolve formas de sociabilidade imprescindíveis a resistência camponesa.

A comunidade qualifica os níveis de relação e de interação entre as dimensões econômicas, políticas, culturais, sociais e religiosos efetivadas no assentamento Sítio. Ela evoca características territoriais e abrange aspectos da vida cotidiana, convergindo para um projeto de vida na terra, isto é, a liberdade da terra, liberdade do trabalho familiar, autonomia do tempo de trabalho e o controle do processo produtivo.

Observamos que as casas das famílias do Assentamento Sítio são geograficamente organizadas em pequenos conglomerados chamados de Sítio. Nesses micros espaços (ou micros territórios), as relações de sociabilidade e de cooperação no trabalho dependem do grau de vizinhança. Daí as relações de sociabilidades serem tecidas exclusivamente por pessoas do mesmo sítio, salve alguns trabalhadores que vêm de fora, de outros sítios vizinhos.

Essas relações de trabalho mantêm os vínculos entre os assentados, embora, muitas vezes, eles não tratem desta forma. Ressalta-se também que a liberdade familiar de trabalhar na sua própria terra marca a ruptura com aquelas relações de exploração vivenciadas em outrora.

A comemoração de datas importantes, como por exemplo, o dia 29 de maio, marco histórico da conquista da terra da Fazenda Sitio, compreende uma forma de rememorar a história da luta e territorializar as memórias do conflito vivenciado por aqueles trabalhadores e agentes que tiveram uma participação importante no processo. A realização desses eventos denota a memória de resistência dos assentados, pois ressignifica a luta, valoriza a conquista da terra e a cultura camponesa.

A religiosidade e as festividades culturais são expressões do campesinato do PA Sitio, e mesmo da região do Curiamataú Oriental. A partir dessas expressões os assentados fortalecem os vínculos de vizinhança e o sentido político da comunidade.

A atuação da CPT de Guarabira também tem favorecido a reprodução do campesinato no Assentamento Sitio. Essa entidade religiosa continua influenciando na organização do assentamento, prestando assistência social através de cursos de artesanato, como pintura em tecido e artesanato em vidro, doação de mudas de árvore frutíferas, arrecadação e doação de cestas básicas para as famílias em condições de vulnerabilidade social. E também realizam cursos de preservação, manejo e reflorestamento da Mata do Seró.

O trabalho de conscientização política dos assentados realizado pela CPT tem contribuído para a construção de uma rica experiência em relação à preservação dos recursos naturais no assentamento. Destaca-se a luta pela preservação da Mata do Seró e das fontes naturais hídricas, chamadas localmente de olhos d'águas. São ações de conscientização bem importantes em um contexto nacional marcado pelo afrouxamento das políticas de preservação das florestas, que vem sendo devastadas com o avanço da pecuária semiextensiva e expansão da agricultura empresarial; e pela poluição das fontes de águas naturais, consequência do uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura capitalista, de um lado, e o aumento da privatização das fontes hídricas de outro.

A organização associativa do Assentamento Sitio também tem se configurado como um espaço político de resistência das famílias associadas. A Associação atua como um canal de comunicação entre os assentados e os agentes externos, caso da CPT de Guarabira e dos representantes políticos do município de Dona Inês.

Parece ser bem mais desafiador aos camponeses assentados da reforma agrária não contar com um espaço em que eles possam debater propostas produtivas, propor projetos, expor questões sobre o funcionamento do assentamento e discutir prováveis soluções. Os assentados

associados buscam na Associação do PA Sitio respaldo político, bem como a participação em possíveis projetos executados dentro do assentamento.

A Associação do PA Sitio tem buscado uma parceria com a prefeitura de Dona Inês, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Acreditamos que este tipo de articulação contribuirá para valorização das atividades agrícolas e da pecuária no assentamento pesquisado. À medida que a Associação age na mediação de ideias e projetos, ela está assumindo o seu papel político em busca de melhorias para o assentamento.

Outras melhorias que, na nossa visão, poderiam contribuir para reprodução camponesa no PA Sitio é a atuação efetiva do Estado, através de um conjunto de medidas, tais como: a) continuidade da assistência técnica e agrônômica; b) facilitação do acesso ao crédito e a juros acessíveis; c) instalação de estruturas de beneficiamento da produção; d) fomentação de tecnologias e técnicas agrícolas; e) política de preços favoráveis aos assentados.

É importante destacar a influência da política local no Assentamento. O apoio político do corpo diretivo da associação a certos partidos políticos ou atores políticos (presidente, prefeito, vereador, deputado e outros) geram pontos de cisão entre os assentados associados, podendo levar ao afastamento de uns e a aproximação de outros. Na verdade, muitos dos atores políticos representam o fazendeiro, o latifúndio, o industrial, a empresa capitalista. Ou seja, a classe social que tem buscado a destruição do campesinato.

Por isso, consideramos que a rejeição dos assentados a adesões políticas, em que o voto compreende a moeda de troca de favores, contribui para a autonomia destes sujeitos em relação ao contexto em que estão inseridos. No PA Sitio verifica-se uma relação de dependência entre assentados ou famílias inteiras alinhadas a figuras políticas em vista de conseguir benefícios.

Temos que considerar a necessidade de os assentados participarem de projetos políticos que visem oferecer um contexto social de emancipação. Este ainda não é o caso do PA Sitio.

É verdade também que os desacertos da associação podem acarretar grandes prejuízos coletivos. O PA Sitio passou por esta situação, pois acabaram se desfazendo dos meios de transporte coletivos, o trator e a F4.000, para saldar as dívidas em nome da associação.

Atualmente, a associação tem linhas de crédito no Banco no Nordeste para retirar novos empréstimos coletivos. Pelo que foi averiguado, os assentados associados não têm interesse no momento de fazer empréstimos dessa natureza. Muitos informaram ser temerosos em fazer um empréstimo coletivo, pois receiam não conseguir pagar os valores do empréstimo.

Moreira (2007) havia elucidado que a construção do território de esperança passa mesmo por avanços e retrocessos. Isso faz parte da tentativa de buscar alternativas que lhe ofereçam melhores perspectivas. A história do campesinato é de lutas contínuas. Os assentados

da reforma agrária, no caso os do Assentamento Sítio, estão envolvidos neste contexto de luta, de desafios, progressos, fracassos e avanços.

As divergências internas nas organizações coletivas fazem parte desse processo de construção do território de esperança. Embora os camponeses apresentem, por vezes, opiniões divergentes, o propósito é buscar melhorias. O intuito é promover novas formas de recriação, potencializar a capacidade produtiva das famílias e da produção. São discussões pertinentes que visam o desenvolvimento econômico do assentamento e não o contrário

Como já sugerimos, é de fundamental importância a continuidade das políticas e programas estatais nos assentamentos rurais. Todavia, a presença do Estado no Assentamento Sítio acontece de forma esporádica. O fato de ser um dos assentamentos mais antigo do Curimataú Oriental, em fase de titulação, pode, em parte, explicar essa ausência.

É necessário que haja a intervenção de políticas sólidas que possam equalizar economicamente a agricultura de base familiar em relação à agricultura empresarial, assim também possa valorizar a cultura camponesa, reconhecendo ser um modo de vida específico.

A viabilização e fortalecimento dos projetos estatais, tais como PNAR, PAA, PRONAF, Programa Um Milhão de Cisternas e outros, são alternativas viáveis para melhorar o padrão técnico e ampliar a capacidade produtiva dos assentamentos rurais da reforma agrária. Ainda pode contribuir para solucionar os efeitos da perda da força de trabalho juvenil e mesmo mantê-la no campo. Com maiores investimentos financeiros e técnicos, os jovens não precisam buscar outros empregos longe da unidade familiar, como fazem os jovens do PA Sítio.

A participação direta de programas de escoamento da produção, como o PNAE, já destacado por Souza (2015), aparece como alternativa para livrar os camponeses da dependência dos atravessadores nas relações de comercialização da produção.

Como não há um canal de escoamento do excedente agrícola no PA Sítio, os atravessadores acabam se constituindo na principal via de comercialização, seguido das casas de comércio agrícola da cidade de Dona Inês. Consequentemente, os assentados têm parte ou todo excedente da sua produção apropriado por estes agentes.

A comercialização do excedente agrícola dos assentados acontece parcialmente subordinada as relações capitalistas representada pela figura do atravessador. Pondera-se que esta subordinação é restrita à venda dos produtos agrícolas. Pois, os camponeses têm autonomia para produzir os tipos de culturas agrícolas que lhes convêm e que melhor respondem a aptidão agrícola a terra. Isso mostra qualquer rejeição à especialização da produção agrícola.

O consumo interno de mercadorias dos assentados do PA Sítio vem em sua maioria do mercado capitalista, já que não se produz no assentamento tais itens básicos. Eles compram

roupas, bebidas, comidas industrializadas, carnes, eletrodomésticos, eletrônicos, sapatos, ferramentas e outras mercadorias no comércio de Dona Inês.

É importante salientar que os assentados do PA Sítio também não estão livres da influência das relações de trabalho assalariado. Os jovens são os mais atingidos em razão de suas necessidades familiares ou pessoais, isto é, obter renda. Isso os leva a sair do assentamento em busca de trabalhos assalariados na extração mineral e no comércio local.

Os assentados também se utilizam de atividades acessórias por razões econômicas. Aquele assentando que possui um comércio doméstico tem nesta atividade uma renda monetária complementar. Isso mostra as diferentes estratégias encontradas por este campesinato para rejeitar a proletarianização da sua força de trabalho. A combinação de várias atividades visa, portanto, estratégias de resistência para permanecerem na terra.

Mesmo aquele assentado afastado da Associação do PA Sítio, que se desvia das formas de trabalho coletivo, e, tampouco participa de datas festivas, ele não deixa de ser camponês, e a sua unidade de produção não perde as características que a define como camponesa. Também não é pela aliança ao Estado nem pela integração parcial ao mercado capitalista que o modo de vida camponês deixará de existir. Ele continuará se recriando a partir da terra.

A manutenção dessas práticas compreende elementos basilares que acertam sobre a existência, resistência e reprodução camponesa desenvolvida no Assentamento Sítio. Isto à medida que dão sustentação a recriação do campesinato nesses territórios de reforma agrária.

Em suma, com base no que constatamos no estudo realizado, malgrado as contradições e dificuldades, bem como as diferentes formas de resistência e recriação camponesa encontradas visando a sobrevivência de uma parcela da classe camponesa e de um modo de vida camponês, acreditamos que o Assentamento Sítio se enquadra na concepção de Território de Esperança criada por Moreira (2006).

Outrossim, concordamos com Moreira quando ela afirma que se considerarmos “a realidade política, social e econômica do Brasil após o golpe de 2016 e a adesão popular a um governo de ultradireita fundamentalista, que tem agido no sentido de destruir o pouco que se avançou em termos da luta por uma sociedade emancipada”, o PA Sítio, enquanto Território de Esperança, pode se constituir, juntamente com as demais áreas de reforma agrária, “em baluartes de resistência contra o controle alienante e desumano do capital sobre o trabalho nesse momento histórico trágico que vive nosso país” (MOREIRA, 2021, p. 8).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Disponível em: Pluviometria Media do Estado da Paraíba.pdf.

ALMEIDA, Rosemeire A. **Diferentes Modos de Organização de Explorações Familiares no Pontal do Paranapanema:** reassentamento Rosana e assentamento Santa Clara. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente: UNESP, 1996.

ALVES, Flamarion Dutra. **Trajatória Teórico-metodológica da Geografia Agrária Brasileira:** A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009. 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

ALVES, Lucílio Rogério Aparecido. **A reestruturação da cotonicultura no Brasil:** fatores econômicos, institucionais e tecnológicos. Tese, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2006.

ANDRADE, Aparecido Ribeiro de; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Metodologias de pesquisa em geografia.** Paraná: UNICENTRO.

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: 7ª ed. Ed. Ver. E aumentada – Cortez, 2005.

_____. A construção da geografia brasileira. p.21-30. In: **Finisterra.** v.34, n. 67-68, Lisboa, 1999. Disponível em: <https://sites.google.com/site/flamariongeografia/historia-do-pensamento>. Acesso em: 4 de jul. 2018.

APAEB. Desfibradoras de sisal serão entregues a produtores na próxima quinta-feira em Valente. **Blogspot** Conversa da Gente. Valente, 14 de setembro de 2010. Disponível em: http://conversadagentee.blogspot.com/2010_09_14_archive.html

ATLAS DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS HÍDRICAS. Disponível em: www.capacidades.gov.br acesso às 23:00 do dia 21 de agosto de 2020.

BANDEIRA, Lourdes; MIELE, Neide; GODOY, Rosa. **Eu marcharei na tua luta.** João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

BARBOSA, José Elias Borges. As Nações Indígenas da Paraíba. In: A Paraíba nos 500 Anos do Brasil. 2000, João Pessoa. **Anais** do Ciclo de Debates do IHGP. João Pessoa, PB, 2000.

BOMBARDI, Larissa Mies. Contribuições à Historiografia da Geografia Agrária na Universidade e São Paulo. **Revista Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 99-121, 2008.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da Trajetória Teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. Campo-Território: **revista de geografia agrária**, v.3, n. 5, fev. 2008, p. 5-13. Disponível em: www.seer.ufu.br.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional.** Portaria Interministerial nº 01, de 12 de julho de 2012. Brasília: Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/documents/301094/3902588/Portaria+Interministerial+MIMD+nº+1+de+2012.pdf/184570b1-1c46-4576-9513-c76144ac27ce>>.

CADASTRO ÚNICO. Disponível em: https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/cadastro-unico/gestao-do-cadastro-unico-1/processo-de-cadastramento?_authenticator=00c2d090b629f34a183576dc21089a87958c6f43. Acesso em 4 de set. 2020.

CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. **Classificação Geomorfológica do Estado da Paraíba.** Ed. Universitária/Funape, João Pessoa: 1982.

CATRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e temas.** Rio Janeiro: 2ª editora Bertrand Brasil, 2000, 352p.

CEPA – Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. **Aspectos Climáticos e Pluviométricos da Paraíba.** João Pessoa, 1973.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, José Graziano da Silva. **A questão agrária.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Resistência e formas de (re)criação camponesa no semiárido paraibano.** 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

COSTA, Fábio Rodrigues da. O Conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percursos – NEMO**, Maringá, v. 6, n. 1, p. 63- 79, 2014.

COSTA, Ramilton Marinho. **O Capa Verde: Transformações Econômicas e Interesses de Classes no Curimataú Paraibano.** 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1989. Disponível em: [dspace.ste.ufcg.edu.br](https://space.ste.ufcg.edu.br). Acesso em: 21 de nov. 2020.

CURADO, Fernando Fleury. Identidade Social: Unidade e Singularidade na Luta Pela Terra no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília**, v. 23, n. 1, p. 11-39, jan./abr. 2006. Editor, 2001.

Cf. <https://educalingo.com/pt/dic-en/zemstvo>.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais:** São Paulo. Editora Atlas S.A - 3º ed. Revista e Ampliada - 1995. Disponível em: Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>. Acesso em: 21 de fev. 2019.

Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/pesquisa/10057/60018. Acesso em 4 de set. 2020.

DINIZ, Aldiva Salez. Contribuições Teóricas para Compreensão do Campesinato. **Revista de geografia da casa de Sobral**, Sobral, CE, v. 12, n. 1, p. 35-46, 2010. Disponível em: www.ovanet.br/rcgs.

EMBRAPA SOLOS UEP RECIFE, 2006. Disponível em: solos.uep.cnps.embrapa.br. Acesso em: 6 de out. 2020.

EMBRAPA, CIM. **Portal EMBRAPA Caprino e Ovinos.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/cim-inteligencia-e-mercado-de-caprinos-e-ovinos/apresentacao#:~:text=No%20Brasil%2C%20cerca%20de%2090,o%20maior%20rebanho%20de%20ovinos>.

FABRINI, João Edmilson. Resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA.** Presidente Prudente, SP, ano 10, n. 11 p. 8-32, Jul./dez. 2007.

FRANÇA, Diego Pessoa Irineu de. **A ação pastoral da igreja católica de Guarabira na luta pela terra em Alagoa Grande-PB**: 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: 2014.

FELÍCIO, Munir Jorge. **OS CAMPONESES, OS AGRICULTORES FAMILIARES: PARADIGMAS EM QUESTÃO**. Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências, 2006, p. 205-219.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica C. O campo da Educação do Campo. *in*: MOLINA, Mônica C.; JESUS, Sônia M. S. Azevedo de. (org.). **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no Território do Território. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano, (Org.): **Construindo Um Estilo de Pensamento na Questão Agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico: Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, 2013, p. 190-220. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/textos-volume1-bmf2013.pdf> Acesso em: 21 de ago. 2019.

_____. **Os campos da pesquisa em educação do campo**: espaço e território como categorias essenciais. A pesquisa em Educação do Campo, v. XX, p. X-I, 2006.

_____. **Espacialização e Territorialização da Luta Pela Terra**: A Formação do MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo. São Paulo: USP, 1994, 201p.

_____. Espaços Agrários de Inclusão e Exclusão Social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista Agrária**, n. 1, p. 16-36, 2003/2004.

_____. Sobre a tipologia de territórios. *In*: SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Territórios e Territorialidades**: Teorias, Processos e Conflitos. São Paulo: 1.ed. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

_____. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**. v. 34, n. 2, p. 77-94, Jul./dez. 2007.

FERREIRA, Darlene A. de Oliveira. **Geografia Agrária no Brasil**: conceituação e periodização. São Paulo: UNESP, 2001, p. 40-70.

GOMES, Uende Aparecida Figueiredo; MIRANDA, Priscilla Cordeiro de; PENA, João Luiz; SOUSA, Cidoval Moraes de; CEBALLOS, Beatriz Susana Ovruski de. Elementos para Uma Avaliação Crítica do Programa Brasileiro de Formação e Mobilização Social para Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (p1mc). *In*: **O direito à água como política pública na América Latina**: uma exploração teórica e empírica. Brasília: Ipea, CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo; MORAIS, Maria da Piedade, 2015, 322 p. Disponível em: trabalho_ev064_md1_sa5_id1603_14102016153637 (1) acesso às 17:01 de 21 de agosto de 2020.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. Campinas, v. 2, n. 3, p. 223-245, 2012. Disponível em: http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletimcampineiro/article/view/86/2012v2n3_Gottmann. Acesso em: 21 de maio de 2019.

GUZMÁN, E. S. e MOLINA, M. G. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Brasília. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. ed. Brasiliense – coleção primeiro passos 4ª edição -, 1981.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE, Cidades. **Município de Dona Inês**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/dona-ines/panorama>. Acesso em: 30 de out. 2019.

IBGE. **Censo agropecuário (2017)**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=9&unidade=25013#/S/CA/A/47/T/Q>. Acesso em: 21 de mar. 2019.

IBGE. **Censo agropecuário (2006)**. Disponível em: https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Politica_Agraria/7censo.pdf. Acesso em: 8 de set. 2020.

IBGE. **Recenseamento Geral do Brasil (1940)**. Rio de Janeiro: Série Regional. Parte VIII-Paraíba: Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php. Acesso em: 2 de out. 2020.

IBGE. **Censos Econômicos do Estado da Paraíba (1952)**. Rio de Janeiro: Série Regional. V. XVI-Tomo 2. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php. Acesso em: 2 de out. 2020.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960 Paraíba**. Rio de Janeiro: VII Recenseamento Geral do Brasil Série Regional. Volume 11 - Tomo V- 1. Parte IBGE - SERVIÇO NACIONAL DE RECENTEAMENTO. Disponível em: http://memoria.org.br/ia_visualiza_bd/pesquisa.php. Acesso em: 2 de out. 2020.

KAISER, Bernard. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n., 84, 2006, p. 93-104. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/725/608>.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: proposta editorial, 1980.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **Desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultura, 1982.

LIMA, Lucineide Silva de. **“Dona Lia” e a Luta pela Terra em Riachão/PB (1985-1986)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017. Disponível em: dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/12283.

LUCENA, Humberto Fonsêca de. **Araruna de Distrito de Paz a Comarca**. Casa da Memória, 2009.

MELLO, Paulo Freire. **Coesão social e evasão em assentamentos rurais no extremo-sul do Brasil**. Cad. CRH, Dez. 2008, vol.21, no.54, p.592-610.

MELO, Mário Lacerda de. **Os agrestes: estudos dos espaços nordestinos do sistema gado-policultura de uso de recursos**. Recife: SUDENE, 1980.

MENDES, Henrique. Motor de sisal da década de 40 resiste na BA; mutilados passam de dois mil. **G1-Bahia**, 22/12/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/12/motor-de-sisal-da-decada-de-40-resiste-na-ba-mutilados-passam-de-dois-mil.html>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: - 14 ed. Hucitec, 2014, p. 407.

MITIDIERO JR., Marco Antonio. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário do IBGE 2006**. Revista Pegada, Artigo Especial, v. 18, nº 3., dez. 2017.

MONTEIRO, Leyson Silva. **O Trabalho feminino nos campos de agave – Riachão – PB (1960-1970)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016.

MOREIRA, Emília. **O Espaço paraibano enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: [s.n], 2011.

MOREIRA, E. e TARGINO, I. **De território de Exploração a Território de Esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. In: **Revista do NERA** N°. 10, Presidente Prudente, janeiro – julho de 2007.

_____. **O Espaço Natural Paraibano**. João Pessoa: 2002.

_____. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997. 332p.

MOREIRA, E. R. F. **Por um pedaço de Chão**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 1997. 894p.

_____. **Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano**. Paraíba, NDIHR-UFPB (Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional) 1990. Disponível em: <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html>.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. O movimento dos trabalhadores mutilados da região sisaleira da Bahia. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, nº5 jul-dez, 2013, p. 58-71.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. **A Questão Agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, RJ, 2013, 168p. Disponível em: www.historia.uff.br.

NEVES, Delma Pessanha. Assentamento Rural: Confluência de Formas de Inserção Social. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 13 de out. p. 5-28, 1999.

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o capa verde e a redenção: a cultura do trabalho com o agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5160>. Acesso em: 17 de out. 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. Geografia Agrária: Perspectivas no Início do Século XXI. In: **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção de justiça social**. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). São Paulo: Ed. Casa Amarela e Paz e Terra, c. p. 29-67. 2004.

_____. **A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro** (1999). In CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: **XII Encontro Nacional de Geografia Agrária**. n. 12, Águas de São Pedro. Mesas Redondas. Rio Claro: ICGE, 1994, p. 24-54.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. **A recriação camponesa em assentamentos rurais**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017, 192p.

PAULINO, Eliane Tomiasi. ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

PARAÍBA, AESA. **Relatório Anual sobre a Situação dos Recursos Hídricos no Estado da Paraíba. Paraíba: AESA, 2008/2009**. Disponível em: www.aesa.pb.gov.br/aesa-website/wp-content/uploads/2016/11/relatorioHidrologico_Anuual_2008_2009.pdf. Acesso em: 5 de out. 2020.

POLETTTO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CATER, Miguel (org.). **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 564.

PONTE, Graciete Dias. **De Assalariados a Assentados: as trajetórias dos agricultores familiares do Assentamento São Francisco no município de Pilões- PB**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2011, p. 165.

Porta da Prefeitura de Dona Inês. Disponível em: www.pmdonaines.pb.gov.br. Acesso em: 23 de ago. 2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, Friedrich. **O solo, a Sociedade e o Estado**. [Tradução] ENFRÁSIO, Mario Antonio. USP, 1982.

RIBEIRO, Rafael Medina. Território em disputa no Parlamento: atuação da bancada ruralista e do núcleo agrário do Partido dos Trabalhadores. In: FILHO. Eraldo da Silva Ramos; MITIDIEIRO, Antônio; SANTOS, Lainy Rose Souza. **Questão Agrária e Conflitos territoriais**. São Paulo: 1.ed. outras expressões, 2016, 280p.

RODRIGUEZ, Janete Lins (coord.). **Conhecendo Araruna**. João Pessoa: GRAFESET, 2001.p.15.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Questões agrárias e ideologias jurídicas: a função social da propriedade rural. In: FILHO. Eraldo da Silva Ramos; MITIDIEIRO, Antônio; SANTOS, Lainy Rose Souza. **Questão Agrária e Conflitos territoriais**. São Paulo: 1.ed. outras expressões, 2016, 280p.

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012, 211p.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Sem Luta Pela Terra não há Reforma Agrária: As Disputas Territoriais na Paraíba. Porto Alegre: 2010. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, p. 1-13. PB: **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.3, n.1, p. 128-141, 2009.

ROOS, Djoní; FABRINI, João Edmilson. A Resistência Camponesa e as Diferentes Formas de Organização Coletiva dos Assentamentos de Quedas do Iguaçu/PR. In: **XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo. Caminando en una America Latina en Trasnformación. Montevideo: EGAL, 2009. v. 1. p. 1-11.

ROSS, Djoní. A reprodução Contraditória do Campesinato frente a Territorialidade do Agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 19, n. 30., p. 169-187, 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br>. Acesso em: 6 de ago. 2021

SANTOS, Isaías Silva dos. **É a parte que te cabe neste latifúndio: a luta pela terra e as políticas públicas no projeto de assentamento Sitio, Dona Inês/PB.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017, p. 46.

SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú? Culturas Tapuias nos Sertões da Paraíba.** Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Milton O dinheiro e o território. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Orgs.). **Território, Territórios, Ensaio sobre Ordenamento Territorial.** Rio de Janeiro: Lamparina, 3ªed. 2007.

_____. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: - 4 ed.5. reimpr. Editora da Universidade de São Paulo, 2008, 384p.

_____. **Território e sociedade:** Entrevista com Milton Santos. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SARAIWA, Ivony Lúcia Monteiro. **Cooperativa de Sisal Sociedade Anônima.** Dissertação (Mestrado em Economia Rural e Regional) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 1981, 190p.

SAUER, Sérgio. **Reforma Agrária e o Sindicalismo Rural:** a luta pela terra no “entorno” de Brasília. Brasília/DF, ago.1999.

SERPA, Ângelo. O Trabalho de Campo em Geografia: Uma Abordagem Teórico-metodológica. In: Associação dos Geógrafos Brasileiros. **Boletim Paulista de Geografia.** São Paulo: AGB, n. 84, p. 7-24. 2006. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/725/608>.

SERVAT, Joseph. **Em missão ao Nordeste do Brasil:** Nos tempos de Dom Hélder. Recife: Escola Dom Bosco de artes e ofícios, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **NERA**, Presidente Prudente, n. 7. Jul-Dez. 2005, pp. 1-21. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/rev07.php>, acesso em: 22 de Jul. 2020.

SHANIN, Teodor. **Marx tardio e a via Russa.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017.

SILVA, Francisco de Assis Barbosa da. **A luta pela terra na cidade de Dona Inês:** do sonho a conquista da terra de 1986-1989. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-PB, 2004.

SILVA, José de Arimateia de Oliveira. **Lutas e Conquista pela Terra no Assentamento Vazante:** na construção de um território de esperança. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2017, p. 94.

SILVA, Jesiel Souza. Breve revisitação ao conceito de campesinato no Brasil. **Revista NERA**, v. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SILVA, A. B.; XAVIER, M. K. G. S.; FREITAS, P. V. N. - Políticas públicas e tecnologias sociais para convivência com o semiárido no Cariri Paraibano. In: 3º Seminário Regional Norte e Nordeste de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa - PB. **Anais do 3º SERNNE**, 2012. Disponível em: 3ernne.blogspot.com. Acesos em: 21 de ago. 2020.

SILVA, Tânia Paula da. **As formas organizacionais de produção dos camponeses assentados no município de Batayporã/MS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2004.

SOBRINHO, Rosivaldo Gomes de Sá. **Agricultura camponesa no Curimataú Paraibano: entre a subsistência e a sustentabilidade socioambiental**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa: UFPB, 2010, 203p.

SOJA, Edwardo W. **Geografia e Pós-modernidade: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro: tradução [da 2.ed. inglesa] Vera Ribeiro. ed. Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopez de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Org.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: --1. ed. Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, p. 57-72, 2009, p. 368p.

SILVA, Pablo Melquisedeque Souza. **Campesinato, agroecologia e convivência com o semiárido em Solânea-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013, 180p.

SOUZA, Jamerson Raniere Monteiro de. **Resistência e Recriação Camponesa a partir do Programa de Aquisição de Alimentos no Município de Lagoa Seca-PB**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015, 146p.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. In: **Raízes**. Campina Grande: UFCG/PPGS, v. 21, n. 1 – jan./jun. de 2002, p. 148-16.

THOMAS JR. Antônio. **Trabalho de Campo: O laboratório Por Excelência do Geógrafo. Geografia Passo-a-Passo** – Ensaios Críticos dos anos 1990, Presidente Prudente, p. 20-16.

TURRA NETO, Nécio. **A Pesquisa qualitativa em Geografia**. p. 1-10, março de 2013,

VASCONCELOS, Jackson S. de; CORREIA, Franklin Riet; DANTAS, Antônio Flávio M.; MEDEIROS, Rosane M. T.; GALIZA, Glaucio José N.; OLIVEIRA, Diego M. ; PESSOA, André F.A. **Intoxicação por *Mascagnia rigida* (Malpighiaceae) em ovinos e caprinos**. Pesq. Vet. Bras. 28(10): 521-526, out., p. 521-526, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 4 de ago. 2020.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES QUE FORAM VISITADOS NO CAMPO

MUNICÍPIO: _____

DATA: ____/____/2020

ENTREVISTADOR: _____

AGRICULTOR(A) _____

ENTREVISTADO(A): _____

LUGAR DE MORADA: SÍTIO ISOLADO () CIDADE () ASSENTAMENTO ()

I- DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome: _____
2. Quantos anos tem? _____ qual a sua escolaridade? _____
3. Toda vida morou aqui? Sim ☐ Não ☐
5. Se não, onde morava antes de vir morar aqui e em que trabalhava? _____
6. Se trabalhava na agricultura, em que condição? ☐ Parceiro ☐ arrendatário ☐ assalariado ☐ pequeno proprietário
 possessor ☐ agregado ☐ morador ☐ outro, qual? _____

II – CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA DO AGRICULTOR ENTREVISTADO

- 2.1. Quantos filhos tem? _____
- 2.2. Filhos que moram na casa por idade e sexo:
- | | Idade | Sexo |
|----|-------|-------|
| 1- | _____ | _____ |
| 2- | _____ | _____ |
| 3- | _____ | _____ |
| 4- | _____ | _____ |
| 5- | _____ | _____ |
| 6- | _____ | _____ |
- 2.3. Qual a idade que seu(s) filho(s) ou filha(s) saiu de casa? porquê? e para onde foi ou foram?

- 2.4. Onde se encontra(m) agora? _____
- 2.5. A saída do(a) filho(a) prejudicou os trabalhos na atividade agrícola ou no lote?

- 2.4. O entrevistado já saiu do assentamento para trabalhar em outro lugar? Quanto tempo passou fora do assentamento? e por que saiu?

- 2.5. Mora mais alguma pessoa na sua casa além dos filhos e esposo(a)? Quantas e o grau de parentesco?

- 2.6. Mora mais alguma família no lote? _____

III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA (Observar os elementos da recreação camponesa)

- 3.1. O lote de terra assentado é próprio ou em posse: ☐ Sim ☐ Não 3.2 Desde quando? _____
- 3.3. Se não é proprietário ou possessor do lote, qual a sua condição de morar na terra? _____
- Obs: _____
- 3.4. Quantas hectares de terra tem o lote? _____
- 3.5. Trabalha somente a família assentada na terra: ☐ Sim ☐ Não
- 3.5. Se não, tem outro sistema de relação de trabalho (exemplo: parceria, arrendamento, agregado, empregado e etc.) no lote? explique? _____

- 3.6. O solo é bom para plantar quais culturas agrícolas? _____
- 3.7. Onde ficam as melhores áreas de plantio: ☐ chãs (partes altas) ☐ nas serras ☐ partes baixas ☐ vertenetes
 outras _____

***5. Ordenamento territorial da unidade produtiva:** levantar quais as benfeitorias: ☐ cocheira ☐ galinheiro ☐ barreiro ☐ barragem subterrânea ☐ depósito ☐ pocilga ☐ cerca ☐ silo ☐ curral ☐ açude ☐ eletricidade ☐ poço ☐ cisterna ☐ cacimba ☐ Outros _____

3.8. Existe alguma parte do lote que não pode ser aproveitada: ☐ Sim ☐ Não

3.9. Quais (exemplos: reserva, lajedo, alagado etc.)? Porquê? _____

IV – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (identificar as formas de recreação camponesa)

4.1 Quantas hectares de terra são destinadas a lavoura: _____ 4.2. Quantas hectares de terra com pastagem são destinadas à criação: _____

4.3. Quais as lavouras que cultiva? _____

4.4. Qual a mais importante e porquê? _____

4.5. Em qual período do ano o(a) sr.(a) começa a prepara a terra para o plantio e qual mês planta? _____

4.6. Quantos hectares plantou com lavoura nesse ano de 2020? _____

4.7. Quantos hectares plantou com lavoura o ano passado (2019)? _____

4.7.1. Quanto colheu de cada lavoura? _____

4.8. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra do ano passado? ☐ Sim ☐ Não

4.8.1.. Se positivo, em qual produto e quais foram as causas: _____

5. Qual o sistema de comercialização da produção do ano passado: ☐ toda para o consumo ☐ parte para o consumo e parte para venda ☐ toda para a venda

5.1. Houve algum produto que o senhor(a) mais beneficiou (investiu trabalho e dinheiro) no ano de 2019? qual(is) o(s) produto(s) beneficiado(s): _____

6. Quais as formas de preparação do solo para o plantio: ☐ Broca ☐ coivara ☐ destocamento ☐ gradagem (corte da terra) ☐ plantio de mudas ☐ outros _____

6.1. Quais instrumentos, máquinas e equipamentos utiliza no processo de produção agrícola e criatória:

☐ enxada ☐ plantadeira ☐ capinadeira ☐ banco de risco ☐ trator ☐ bomba para irrigação ☐ aspersor para irrigação ☐ caminhão ☐ carroça de burro ☐ debulhadora de feijão ☐ grade ☐ outros _____

6.2. Quais instrumentos, máquinas e equipamentos de uso são próprios, alugados e emprestados de terceiros?

Próprios	Alugados	Emprestados de terceiros

Obs:

6.3. Se os serviços de trator for alugado, quanto custa a hora do trator para o corte da terra? _____

7. Utiliza a prática da irrigação? ☐ Sim ☐ Não 7.1. De que tipo: ☐ aspersão convencional ☐ gotejamento ☐ inundação ☐ sistema ☐ mandalla ☐ outro _____

7.2. E em que culturas? _____

8. Tem assistência técnica: ☐ Sim ☐ Não

8.1 Se tem, por parte de qual órgão responsável: _____ ☐ permanente ☐ esporádica

8.2 Se não tem, como estão fazendo para suprir a falta de assistência técnica? A quem e como buscam orientação? _____

8.3. Qual a importância da assistência técnica? _____

8.4. Quais os problemas de não ter assistência técnica _____

9. Quais os animais cria: ☐ gado ☐ cabra ☐ bode ☐ ovelha ☐ galinha ☐ pato ☐ peru ☐ ganso ☐ outros

9.1. Quantas cabeças de cada espécie animal possui? [] gado [] cabra [] bode [] ovelhas [] galinhas [] patos [] perus [] gansos [] outros

9.2. Como foram adquiridos os animais: ☐ financiamento do PRONAF ☐ empréstimo de banco ☐ por conta própria ☐ outros, quais? _____

Obs: _____

10. Qual o destino o criatório: ☐ próprio consumo ☐ venda em feiras locais ☐ frigoríficos ☐ atravessadores

10.1 qual a finalidade da venda do animal: _____

10.2 vende leite ☐ sim ☐ não. É leite de vaca ☐ leite de cabra ☐

10.3 se sim, a quanto vende o litro de leite: _____

10.4 Dar algum tipo de ração industrializada aos animais? (ex: torta, farelo e etc) _____

11. Quais são os problemas principais para a criação: ☐ água ☐ ração ☐ escassez de pasto ☐ doenças ☐ intoxicação alimentar ☐ outros _____

13. Usa algum tipo de adubo: ☐ orgânico ☐ químico ☐ nenhum

13.1. Em que usa ☐ Lavoura ☐ arvores frutíferas ☐ horticultura

14. Guarda semente de um ano para outro: ☐ Sim ☐ Não

14.1. Se sim, o que acha? _____

14.2. Como consegue adquirir as sementes ☐ compradas ☐ recebe gratuitamente ☐ próprias

14.3. Se recebe, de quem recebe: ☐ EMPA/EMATER ☐ prefeitura ☐ outros agricultores assentados

15. Utiliza remédio para os animais: ☐ Sim ☐ Não 15.1. Quem orienta a usar o remédio? _____

16. Usa veneno agrícola? ☐ Sim ☐ Não 16.1 Se sim, quais venenos? _____

16.2. Quem orienta como usar? _____

16.3. Usa um outro tipo de veneno para matar o mato (exemplo Todí) ☐ Sim ☐ Não

17. Seu lote tem pastagens plantadas de capim ☐ sim ☐ não

17.2. Quais os tipos de pastos? _____ 17.1. Quantas hectares? _____

17.3. Planta palma: ☐ sim ☐ não 17.4. Quantas hectares? _____

V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (identificar as formas de recriação camponesa)

5. Trabalha na terra com a ajuda de quem? _____

5.2. Existe divisão de tarefas na família: ☐ Sim ☐ Não

5.3. Como é a divisão de tarefas: _____

7. Contrata trabalhadores? ☐ homens ☐ mulheres ☐ nenhum

7.1. Se sim, quando contrata, quantos trabalhadores e para fazer o quê? _____

7.2. De onde vêm os trabalhadores: _____

7.3. Como é a forma de pagamento: ☐ por produção ☐ por diária ☐ por empreitada ☐ outro: _____

7. Qual o valor atual de um dia do trabalhador: _____

8. Participa de algum trabalho em grupo (ex.: criação de frango, comercialização, etc.): ☐ Sim ☐ Não

8.1 Se sim, como se dá essa atividade: _____

9. O senhor produz ou cria noutra terra além desta: ☐ Sim ☐ Não

10. Se cria ou produz noutra terra, em que condições e por quê? _____

11. Se assalaria em alguma atividade? e por quê? _____

11. Qual a época do ano trabalha no alugado: _____ qual lugar (município)? _____

11.2. Tem outra pessoa da família que mora com o entrevistado e que trabalha na terra de outra terra pessoa:

☐ sim ☐ não 11.1. Se sim, em quê e onde? _____

Obs: _____

12. O entrevistado troca dias de serviço com outro agricultor? _____

23. Arrenda a sua terra? ☐ Sim ☐ Não, Porquê? _____

23.1 Arrenda a terra de outros? ☐ Sim ☐ Não, Porquê? _____

24. A renda do trabalho na terra permite a sobrevivência da família? ☐ Sim ☐ Não

VI- POLÍTICAS PÚBLICAS (identificar as formas de recriação camponesa)

6.1. É beneficiado com algum programa social do estado: ☐ bolsa família ☐ programa do leite ☐ um milhão de cisternas ☐ luz para todos ☐ outro _____

6.2. Como se dá o(s) benefício(s): _____

6.5. Para quê? _____	6.6. Quem fez o projeto: _____
6.7. Pagou: ☐ normal ☐ não conseguiu	6.8. Se não conseguiu, o que aconteceu? _____
6.9. Porque nunca participou do Programa PRONAF? _____	
7. Já tirou outro tipo de empréstimo para: ☐ agricultura ☐ pecuária ☐ outra atividade não liga a agropecuária? Obs: _____	
7.1. Quando foi o empréstimo? _____	7.2. Em que Banco: _____
7.3. Teve dificuldade para conseguir o empréstimo ☐ Sim ☐ Não 7.4. Por quê? _____	
7.5. Teve dificuldade para pagar ☐ Sim ☐ Não 7.6. Por quê? _____	
VII- INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE, NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE	
7.1. Participa de alguma associação: ☐ Sim ☐ Não 1.1 Se sim, quais? _____	
8. A sua família pratica alguma religião? _____	
9. Há conflitos dentro do assentamento: ☐ sim ☐ não 9.1. Se sim, quais são as formas que os conflitos se apresentam internamente (ou externamente) no assentamento? _____	
8. Gosta de viver como agricultor(a): ☐ Sim ☐ Não 2.1 Por quê? _____	
8.1. Quais as principais dificuldades que o agricultor tem enfrentado atualmente no Município? _____	
VIII – AGENTES EXTERNOS (identificar as formas de recriação camponesa)	
8.1. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para o pequeno agricultor: ☐ corte da terra ☐ compra da produção ☐ cavagem de barreiro ☐ perfuração de poço ☐ sementes ☐ enxadas ☐ veneno ☐ outros Obs: _____	
9. O senhor(a) participa do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) do município: ☐ Sim ☐ Não	
9.1. O STR tem atuado junto aos assentados: ☐ Sim ☐ Não 9.2. Se sim, de que forma tem atuado? _____	
10. O INCRA tem atuado junto aos assentados: ☐ Sim ☐ Não 10.1. Se sim, de que forma tem atuado? _____	
11. A Comissão Pastoral da terra tem atuado no assentamento: ☐ Sim ☐ Não 11.1. Como ela tem atuado e qual a sua importância no assentamento? _____	
XI - CONDIÇÕES DE VIDA	
9.1. A casa tem água encanada: ☐ Sim ☐ Não 9.2. De onde vem a água de beber: _____	
9.3. De onde vem a água para uso doméstico _____	
10. Tem meio de transporte próprio: ☐ Sim ☐ Não 10.1 Qual? _____	
11. O fogão é a lenha ☐ Sim ☐ Não; gás natural ☐ sim ☐ não; carvão ☐ sim ☐ não	
11.1 Quais os eletrodomésticos possui em casa? ☐ geladeira; ☐ micro-ondas; ☐ máquina de lavar; ☐ tanquinho de lavar; ☐ liquidificador ☐ outros	
11.2 Quais eletroeletrônicos possui? ☐ televisão; ☐ som; ☐ rádio; ☐ computador; ☐ notebook; ☐ outros	
12. Tem acesso à internet: ☐ Sim ☐ Não 12.1 Se sim, em quais espaços? ☐ próprio ☐ terceiros ☐ espaços públicos - qual? _____	
X- RENDA (identificar elementos que caracterizam a recriação camponesa)	
10.1 Quanto paga de energia elétrica por mês na casa onde mora? _____	
10.2. Quanto paga de água por mês na casa onde mora? _____	
10.3. Compra água ou já comprou (através de carro pipa ou outra forma de abastecimento)? ☐ Sim ☐ Não	
11.1. Quanto gasta na feira mensal? (quanto gastou no mês anterior) _____	
11.2. Quais outras fontes de renda que o entrevistado tem? ☐ aposentadoria ☐ salário regular ☐ trabalho alugado	

ROTEIRO DE PERGUNTAS A DIREÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DO PA SITIO

- 1- Como a associação funciona? quais os envolvidos?
- 2- Existe por parte da associação algum trabalho de politização dos assentados associados e não associados em relação à reforma agrária, discutindo a importância de se fazer a distribuição da terra e do acesso as políticas públicas ou programas voltados para o assentamento?
- 3- A alguma entidade que atua junta com a associação? como isso tem acontecido?
- 4- A associação tem procurado assistência com a EMPAER de Dona Inês?
- 5- A algum tipo de incentivo por parte do INCRA ou de qualquer outro programa governamental (qual?) para os assentados participarem das políticas e projetos voltados a agricultura familiar?
- 6- Há cooperativa no assentamento? ou beneficiamento de algum produto da agricultura? já houve alguma tentativa de formar uma cooperativa? quem e quais os órgãos responsáveis estavam a frente? porque nunca houve essa tentativa? que dificuldades vocês encontraram para tal?
- 7- A associação tem alguma importância produtiva para o assentamento?
- 8- Há alguma cultura específica que a associação tem orientado as famílias a cultivarem (porque dizem isso?)
- 9- Em que momento a associação foi importante para a conquista de benfeitorias para o assentamento? e hoje tem atuado nesse sentido?
- 10- A associação tem exercido alguma função ou influência na organização da produção e de sua comercialização?
- 11- Ela recebe orientações de algum órgão do Estado ou de outros apoios? Quem são esses apoios políticos que acompanha associação e como eles fazem o acompanhamento? Em que influência na organização produtiva das famílias?
- 12- A associação tem buscado se envolver com algum projeto municipal voltado a agricultura? Ou algum órgão tem procurado a associação dos agricultores do assentamento? quais as propostas fazem a associação?
- 13- Qual os objetivos com a associação?
- 14- Quais os desafios, dificuldades e limites a associação tem encontrado para se manter funcionando?

ANEXOS

Anexo A: Reunião das famílias com representantes do INCRA, após a criação do PA Sitio.



Anexo B: Recorte de Jornal A União noticiando o conflito na Fazenda Sitio

AUNILÃO

João Pessoa, quarta-feira, 20 de abril de 1933

Fetag exige a prisão dos responsáveis pelo incidente

O acidente envolvendo os filhos dos agricultores da Fazenda Sítio no município de Dona Inês foi comunicado, ontem pela manhã, ao secretário de Segurança Pública, Antonio Toscano, pelo vice-presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba (Fetag) Arnou Nunes de Oliveira, onde através de ofício é solicitada a prisão imediata do causador dos disparos que atingiu as sete pessoas.

A Fetag enviou ainda um ofício ao Ministério da Reforma Agrária pedindo que as terras em conflito, já desapropriadas pela presidência da República, tenha a sua concessão publicada no Diário Oficial para que a Delegacia local do Mirad possa realizar o assentamento dos agricultores que moram na Fazenda Sítio.

Segundo Arnou de Oliveira o prefeito da cidade de Dona Inês, José Eugênio Cabral de Melo, é o principal suspeito dos disparos e que não é a primeira vez que isto acontece naquele município. "Há alguns meses atrás o prefeito tentou matar o padre da localidade e depois afirmou que estava acontecendo o inverso. Queremos que a Secretaria de Segurança tome medidas urgentes

para que o culpado seja preso", disse.

Com relação a emissão da posse das terras para os agricultores o vice-presidente da Fetag afirmou que depende apenas do Mirad. "Estamos dependendo do Ministério da Reforma Agrária para que as terras sejam passadas para os posseiros. Se o Mirad tivesse publicado no Diário Oficial a emissão de posse o problema não teria acontecido. Por este motivo esperamos que haja uma maior agilização para que fatos como este não tornem a acontecer no nosso Estado", afirmou Arnou Oliveira.

HOSPITALIZADO

Entre as cinco crianças que foram feridas, encontra-se internado no Hospital Samaritano, em João Pessoa, o menor Adriano Sebastião da Silva, 10 anos, atingido nas costas por um tiro de espingarda calibre 12. Ele se encontra em observação e o seu estado ainda inspira perigo. O menor foi transferido na noite do acidente, uma vez que o seu quadro clínico inspirava cuidados que o hospital de Guarabira não estava em condições de oferecer.

Anexo C: Recorte Jornal O Momento destacando o tiroteio contra os moradores de condição na Fazenda Sitio.

O Momento

JOÃOPESSOA — PARAÍBA — Quarta-feira, 20 de abril de 1988

Cinco crianças feridas em tiroteio



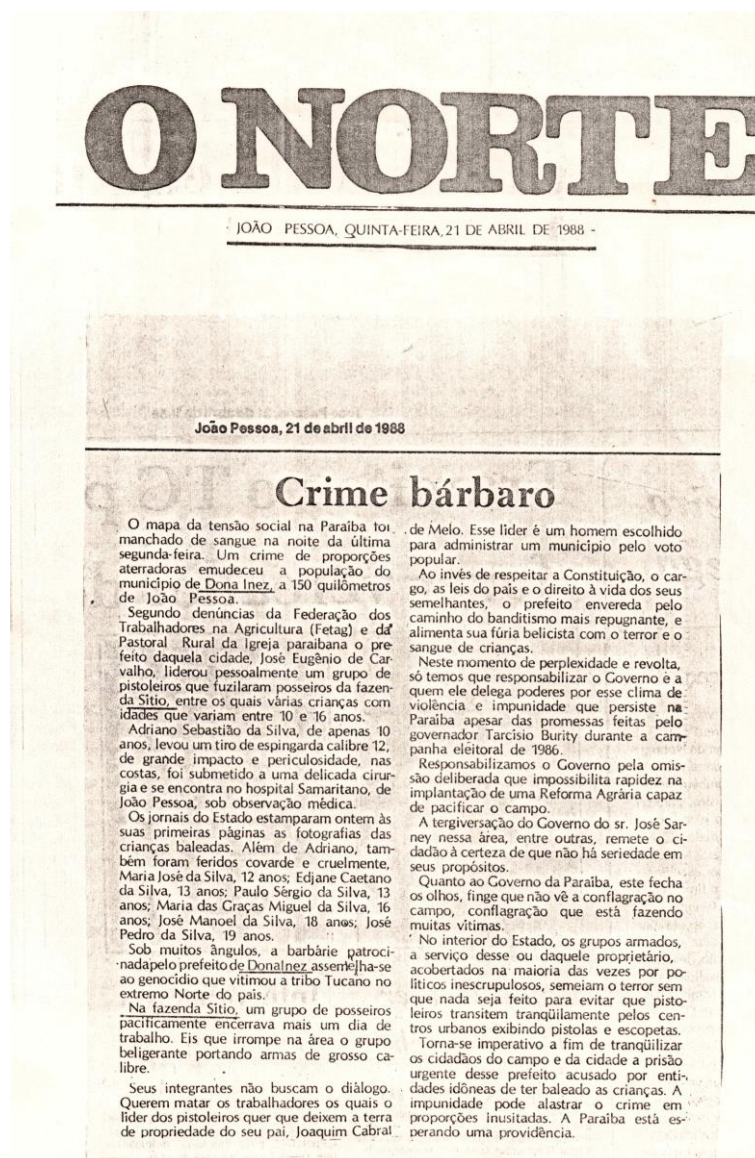
O prefeito da cidade de Dona Inês, José Eugênio Cabral de Melo foi acusado de comandar, na tarde da última segunda-feira, um tiroteio na fazenda Tanques, de sua propriedade, de onde saíram feridas sete pessoas, entre elas cinco crianças. A denúncia foi feita pelo presidente da CUT na Paraíba, José Raimundo, explicando que momentos antes do ataque, o prefeito ameaçara o grupo de posseiros que trabalhava a terra na propriedade.

Com os disparos — que tiveram ainda a participação de José Clementino de Araújo e do vaqueiro da fazenda, Sebastião Luna — saíram feridos Adriano Sebastião da Silva, 10, Maria das Graças, 16, Edjane Caetano, 13, Paulo Sérgio, 13, Maria José 12, José Manuel 18, e José Pedro da Silva, 19 anos. Logo em seguida ao tiroteio patrocinado pelo prefeito, os feridos foram levados para a igreja da cidade, onde receberam os primeiros socorros.

Página A-8

Adriano, 10 anos, baleado nas costas, foi removido para João Pessoa

Anexo D: Recorte de Jornal O Norte sobre o conflito na Fazenda Sítio



O NORTE

JOÃO PESSOA, QUINTA-FEIRA, 21 DE ABRIL DE 1988 -

João Pessoa, 21 de abril de 1988

Crime bárbaro

O mapa da tensão social na Paraíba foi manchado de sangue na noite da última segunda-feira. Um crime de proporções aterradoras emudeceu a população do município de Dona Inez, a 150 quilômetros de João Pessoa.

Segundo denúncias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) e do Pastoral Rural da Igreja paraibana o prefeito daquela cidade, José Eugênio de Carvalho, liderou pessoalmente um grupo de pistoleiros que fuzilaram posseiros da fazenda Sítio, entre os quais várias crianças com idades que variam entre 10 e 16 anos.

Adriano Sebastião da Silva, de apenas 10 anos, levou um tiro de espingarda calibre 12, de grande impacto e periculosidade, nas costas, foi submetido a uma delicada cirurgia e se encontra no hospital Samaritano, de João Pessoa, sob observação médica.

Os jornais do Estado estamparam ontem às suas primeiras páginas as fotografias das crianças baleadas. Além de Adriano, também foram feridos covarde e cruelmente, Maria José da Silva, 12 anos; Edjane Caetano da Silva, 13 anos; Paulo Sérgio da Silva, 13 anos; Maria das Graças Miguel da Silva, 16 anos; José Manoel da Silva, 18 anos; José Pedro da Silva, 19 anos.

Sob muitos ângulos, a barbárie patrocinada pelo prefeito de Dona Inez assemelha-se ao genocídio que vitimou a tribo Tucano no extremo Norte do país.

Na fazenda Sítio, um grupo de posseiros pacificamente encerrava mais um dia de trabalho. Eis que irrompe na área o grupo beligerante portando armas de grosso calibre.

Seus integrantes não buscam o diálogo. Querem matar os trabalhadores os quais o líder dos pistoleiros quer que deixem a terra de propriedade do seu pai, Joaquim Cabral

de Melo. Esse líder é um homem escolhido para administrar um município pelo voto popular.

Ao invés de respeitar a Constituição, o cargo, as leis do país e o direito à vida dos seus semelhantes, o prefeito envereda pelo caminho do banditismo mais repugnante, e alimenta sua fúria belicista com o terror e o sangue de crianças.

Neste momento de perplexidade e revolta, só temos que responsabilizar o Governo e a quem ele delega poderes por esse clima de violência e impunidade que persiste na Paraíba apesar das promessas feitas pelo governador Tarcísio Buriti durante a campanha eleitoral de 1986.

Responsabilizamos o Governo pela omissão deliberada que impossibilita rapidez na implantação de uma Reforma Agrária capaz de pacificar o campo.

A tergiversação do Governo do sr. José Sarney nessa área, entre outras, remete o cidadão à certeza de que não há seriedade em seus propósitos.

Quanto ao Governo da Paraíba, este fecha os olhos, finge que não vê a conflagração no campo, conflagração que está fazendo muitas vítimas.

No interior do Estado, os grupos armados, a serviço desse ou daquele proprietário, acobertados na maioria das vezes por políticos inescrupulosos, semeiam o terror sem que nada seja feito para evitar que pistoleiros transitem tranquilamente pelos centros urbanos exibindo pistolas e escopetas.

Torna-se imperativo a fim de tranquilizar os cidadãos do campo e da cidade a prisão urgente desse prefeito acusado por entidades idôneas de ter baleado as crianças. A impunidade pode alastrar o crime em proporções inusitadas. A Paraíba está esperando uma providência.

Anexo E: Recorte de Jornal Correio da Paraíba noticiando o conflito na Fazenda Sitio

ONORTE

João Pessoa, 20 de abril de 1938

Central denuncia terror

O presidente da Executiva Estadual da Central Única das Trabalhadoras - CUT/PB, José Raimundo de Andrade, esteve ontem, 17, nesta Redação para denunciar e lamentar o ato de violência praticado contra os trabalhadores rurais do Município de Dona Inez, ocorrido antontem à noite.

Conforme ele, a CUT/PB está encaminhando um telegrama ao presidente da CUT Nacional, solicitando a intervenção do Governo Federal para a desapropriação da Fazenda Mirad, Nogueira, a CUT já denunciou o fato e solicitou que as entidades existentes do Governo Federal a publicação do Decreto que desapropriou a Fazenda Sitio, no dia 2 de fevereiro passado.

A CUT também está enviando ao Governo Federal a impugnação do Decreto de desapropriação da Fazenda Sitio, alegando que os beneficiários da mesma, que já foram beneficiados pela segunda vez com a desapropriação, "além da punição dos criminosos", acenhou Zé Raimundo.

"Por esta eu também estamos responsabilizando o Governador do Estado e a Justiça local, que não estão fazendo nada para punir os latifundiários, que a toda hora mandam violar os agricultores rurais", destacou o dirigente da CUT/PB. Ele lembrou violências passadas que culminaram com a morte de João Pedro Teixeira e Margarida Alves, que até o momento não foram punidos, denunciou Zé Raimundo, que lembrou, em seguida, a impunidade dos crimes, "lamentando o estímulo e o incentivo para a repetição de atos de tão brutal violência praticados contra os trabalhadores modestos", finalizou.



Raimundo: "Punição aos latifundiários"

Mirad promete se imitir

O delegado do Município de Belém e do Estado, João Costa, afirmou na Paraíba, João Costa, quando, ontem, que, dentro de no máximo 30 dias, estará se imitando nas famílias de posses da Fazenda Sitio, dando fim ao conflito que já dura anos e que envolveu, até então, a CUT/PB, a Federação das Trabalhadoras Rurais da CUT/PB, as comissões sendo informadas que o decreto presidencial de desapropriação da área havia sido publicado no Diário Oficial, considerando-se cumprido.

João Costa explicou que, ao ser informado ontem, pela manhã, do clima de tensão existente entre os trabalhadores rurais da CUT/PB, se comunicou com as agências da Pastoral da Terra e dirigidas da CUT/PB, se comunicou, sendo informado que o decreto presidencial de desapropriação da área havia sido publicado no Diário Oficial, considerando-se cumprido.

"Ainda não há o Diário Oficial, mas já se sabe que o decreto foi publicado, que me foi fornecido pelos assessores do Mirad. O decreto foi publicado, e o processo correto, mas rápido, será imediatamente ajuizado pela Procuradoria Jurídica do Estado, para que seja expedido o processo de desapropriação da área, com depósito em cartório, além de solicitar do juiz federal autorização para se imitir na posse.

Segundo Costa, rapidamente, será expedido o decreto, e a desapropriação da Fazenda Sitio, a possível que tudo seja ajuizado a partir de agora.

O delegado do Mirad na Paraíba também não sabe os motivos de tanto atraso por parte do Mirad, alegando que o decreto no Diário Oficial. Quanto à possibilidade de intervenção política, nem o delegado do Mirad, nem a comissão do proprietário, pretendem ao município, ele afirmou que não pode assegurar nada, afirmando que o processo não foi ajuizado, solicitando ao processo junto ao Ministério e pediu ao governador do Estado, Tarciso Buriti, que também interceda pela desapropriação da área.

Costa explicou, aos atos de violência, ele afirmou que o Mirad acompanhava o caso e, como as entidades, Fátima, CUT/PB, e Pastoral, solicitam intervenção da Justiça, ele afirmou que não há nada para garantir as posses.



Costa: ajuízo a partir de agora